

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



TIMOR/PORTUGAL  
RELAÇÕES COMPLEXAS NO SÉCULO XX

Manuel da Silva Coelho

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na  
especialidade de História Contemporânea

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



TIMOR/PORTUGAL  
RELAÇÕES COMPLEXAS NO SÉCULO XX  
Manuel da Silva Coelho

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado e Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Luís Manuel do Carmo Farinha, Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutora Maria Alice Dias de Albergaria Samara, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor António Paulo David Silva Duarte, Técnico Superior do Instituto da Defesa Nacional;
- Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, orientador;
- Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2018

# ÍNDICE

RESUMO .....	5
AGRADECIMENTOS .....	7
INTRODUÇÃO .....	8

## Capítulo I – O embaraço de poder colonial do séc. XX em Timor perante a revolta de autoridades tradicionais

1.A Revolta de Manufahi de 1911-1912 .....	11
2. Os reflexos desta Revolta .....	21

## Capítulo II - A II Guerra Mundial e Timor

1. Macau e Timor-Leste em dúvida na soberania portuguesa do Pós II Guerra Mundial .....	31
2. Potências europeias cansadas de encararem as posições coloniais no final da II Guerra Mundial .....	49
3. O governo de Salazar contestado pelas mudanças .....	56
4. O desmoronamento do Estado da Índia Português e o início do fim do Império Luso .....	70
5. A África portuguesa com novos ventos para as mudanças .....	80

## Capítulo III – A queda do Estado Novo e as suas consequências

1. A emergência de personagens políticas timorenses orientadas pelo programa do Movimento da Força Armada (MFA) .....	103
2. Os povos de língua oficial portuguesa tornam-se um apoio permanente na causa timorense .....	140
3. Uma burguesia crescente em locais urbanos .....	155
4. A Igreja Católica atormentada pelos dias que correm no país .....	163
5. Portugal em posição de compromisso com a luta do seu antigo território .....	180
6. A comunidade internacional face à autodeterminação e independência de Timor-Leste .....	188

7. Timor-Leste e sua identidade .....	197
Capítulo IV – Missão da hegemonia indonésia: eliminar a geração timorense	
1. Pretensão em eliminar a geração timorense .....	208
CONCLUSÃO .....	211
BIBLIOGRAFIA .....	213

## Resumo

Falamos do território de Timor-Leste, uma antiga colónia portuguesa na Ásia Insulíndia.

O século XX foi um período tumultuoso para as relações de Timor e Portugal. Desde 1515, esta metade oriental da ilha de Timor passara a pertencer à política dos descobrimentos europeus, onde Timor-Leste tornara-se colónia portuguesa.

Timor-Leste era uma sociedade tradicionalmente dividida por reinos, sob poderes de régulos e dados.

As relações eram muito turbulentas entre reinos, onde o corte de cabeças era frequente. Um período em que implicava guerra entre reinos e poder colonial proveniente do descontentamento dos *liurais* (reis em tétum) da mudança de regime. Os régulos de Timor Loro Sa'e não aceitavam o fim do regime monárquico à República, a 5 outubro de 1910, em Lisboa.

No mesmo século, a Europa dos países economicamente fortes organizavam-se em bélicas, a fim de tomar atitudes por ataques para confirmar a sua superioridade sobre outros. A Alemanha era a figura central.

Tratava-se de uma época em os holandeses alimentavam e fomentavam o ódio na parte leste timorense contra os portugueses, através dos naturais da fronteira Leste.

A II Guerra Mundial iniciada pelo Ocidente contra a Polónia, em setembro de 1939, arrastou igualmente o Japão e arrasou o Pacífico.

Em fevereiro de 1942, o Japão invade Timor-Leste e aplica maus tratos a população timorense, não respeitando a neutralidade portuguesa.

A ocupação nipónica em Timor-Leste impossibilitou, desde maio de 1942, a comunicação do governador português, Manuel Ferreira de Carvalho, em Díli com Lisboa. Ficara preso na sua residência oficial, em Díli, até ao mês de Agosto de 1945 quando o Japão rendera.

No último quartel do século XX, o poder do império colonial de Portugal decidiu, através do Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de abril de 1974 conceder liberdade às suas colónias de escolherem o seu destino.

Além das colónias da África portuguesa, Timor-Leste igualmente tinha os mesmos direitos permitidos a lutar pelo seu futuro.

No quadro de disputas partidárias, Timor-Leste fora lançada numa tempestade que parecia uma eternidade. A complexidade criada pelos opositores da independência arruinou o país e o seu povo enfrentou o capítulo negro da história do último quartel do século XX.

A travessia em que transitava consumia a grande energia humana da sociedade timorense em promover o seu programa pela independência.

As capacidades recriadas e renascidas dos líderes políticos sobreviventes em reconstruírem o seu núcleo do corpo diretivo retomava um novo rumo de actividade – facto que tornaria possível certificar a hipótese de independência de Timor-Leste com o apoio da comunidade internacional.

## Agradecimentos

No quadro de um trabalho tendente a um estudo académico do curso de História na Especialidade em *História Contemporânea*, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), teve também apoio necessário de colegas e amigos quando se trata em História Contemporânea relativamente a Timor-Leste.

Foi difícil escolher um título para estampar este projeto. Existiram contatos com muitos amigos para me facilitar algumas ideias, mas não esqueço do apoio do Professor Catedrático António Pires Ventura, que sempre se disponibilizou em ser meu orientador, incentivando-me com bastante ideias para esse propósito.

É de conhecimento geral que aquele país tornou-se num estatuto próprio, após ter mergulhado numa imensidão de oceanos de desumanidade. Tanto que os compatriotas da mesma geração solicitavam que fosse real a História. Afirmavam que o estudo de História tem imensa importância na busca de valores de sociedades humanas, quer da cultura como de insuflar noções de novas fronteiras técnicas.

É de referir que, em Timor-Leste, com o passar das situações sociais a partir do século XX muitos queriam a par das realidades ocorridas, às seguintes páginas diriam como passavam elas nos momentos periclitantes. Atravessava um espaço cansativo para resolver o que escolhia.

Não quero deixar de agradecer a todos que me ajudaram a tornar esta temporada em realidade e que sem os quais não podia confirmar como possível esta obra.

## INTRODUÇÃO

O atual estudo trata-se de abordar de um tema menos conhecido pela maioria da sociedade local, no quadro de coabitação com o domínio português, nos anos do século XX, em Timor. Os motivos do desconhecimento não seriam difíceis de perceber. Existe aqui, um pouco de falta de vontade dos poderes institucionais da época à organizar, razão pela qual há omissão, evidentemente, conhecido. Nas páginas a seguir encontraremos algumas bibliografias a confirmar-nos das sucessões de acontecimentos, conhecidos em **Timor e Portugal: Relações Complexas no Século XX**.

Um período que desenha claramente relações complexas e que gera embaraços nos poderes coloniais, em nome de autoridade central, na Metrópole, Portugal.

Um acontecimento turbulento é difícil de travar pelos decisores políticos. À volta do clima parece-se associado à falta de proximidade eficaz entre a elite colonial e a nobreza tradicional. O governante é arrastado anos por caminhos sinuosos às montanhas com as suas forças a embater-se com rebeldes até à exaustão. Tamanha situação nunca sentira pelos portugueses noutras regiões de domínio colonial.

Na época, a sociedade timorense sobrevive com a agricultura. Mantém uma economia de subsistência, segundo os sucessos obtidos do tamanho da terra, já praticado pelos seus antepassados; não há indícios de inovação do quadro ancestral e era inexistente o acesso aos produtos produzidos fora do território.

Um povo de costume próprio, misturado à história e hábitos de outros povos, sobretudo dos portugueses, considerado seu património imaterial. Uma sociedade que na sua vivência estava sujeita aos duros ataques dos próprios portugueses devido às políticas impostas e das indisciplinas que suscitaram a chamada revolta de Manufahi (do centro sul do território, actual Same) de 1911-1912.

As revoltas surgem em grandes proporções, também são associadas aos poderes reais do lado de Servião (Cupão/Kupang), metade ocidental da ilha holandesa. Eram opositores da expansão portuguesa para aquelas partes. A ideia pelo poder mais dilatado sobre os reinos do leste encontra-se presente e ao controlo de produtos mercantis, em proveito exclusivo, é latente no imaginário holandês.

Uma vez conhecida já a divisão definitiva da ilha, no século XIX, em duas partes: a parte leste Timor Português com a capital Díli e a metade ocidental da ilha é Kupang

pertencente a Holanda. Tudo, se ignoraria pela administração de Batávia do que fora feito na Insulíndia por ambos portugueses/holandeses<sup>1</sup>.

A Segunda Guerra Mundial que rebentou na Europa, dividi-la em partes cruelmente opostas umas das outras, seguida pelo Extremo Oriente. Nesta parte, onde o Japão se mostraria entusiasmado pela superioridade bélica, muito moderna, pretenderia submeter à sua sombra os países do Pacífico e dos Estados Unidos da América (EUA). Vendo a Austrália como uma pedra no sapato nipónico, o assalto à esta é iminente, e, não fê-lo diretamente. A tomada de plano de ataque japonês realizaria por via do Timor Leste, por ser da proximidade da Austrália, faria daquela a sua base de apoio. Porém, a política do Salazar optou-se por mostrar neutralidade na beligerância, em acordo com os seus aliados Grã-Bretanha e EUA ora feita.

A presente política seguida, tornaria Timor português em um campo de primeiras invasões australianas e holandesas, realizadas em 17 de dezembro de 1942. O país entraria a sofrer as primeiras humilhações e o poder local assiste ao seu maior desrespeito. Continuará a suportar a angústia em extremo quando se deu a ocupação da Província pelas forças nipónicas e os ditos aliados optariam pela fuga à Kupang, e alguns australianos optariam por ficar nas montanhas a futuras guerrilhas.

O último quartel do século XX, na Metrópole, foi de desgosto pelo contínuo Estado Novo, onde explode, em 25 de Abril 1974, a reivindicação pela democracia e permitiu às colónias optar pelo seu próprio destino. O programa do MFA entusiasmará a criação de associações políticas em Timor-Leste, com vista a abordar os processos pela Independência do Território, como fenómeno universal do Homem livre, reconhecido pela História desde sempre até a atualidade. A Indonésia ao ter conhecimento da opção timorense, acharia como um novo *Titanic* a afundar-se com ela nas profundezas oceânicas. O grande desgosto pelo seu vizinho se tornaria num tufão a destruir o Timor Português, que durou quase uma eternidade, desde 1975 até 2000.

O peregrinar do Povo no mar de angústia far-se-á desfeito pelo ato referendário, ocorrido a 30 de agosto de 1999. A Comunidade Internacional reconhece a sua Independência Nacional e a conseqüente Constituição dos seus órgãos de soberania se efetuará de imediato.

O novo ciclo político inspiraria aos governantes novos dinamismos na ação de reconstrução e consolidação nacional; na edificação de estruturas físicas,

---

<sup>1</sup> Fernandes, Pe. Abílio José, Vigário Geral e Superior de Timor, *Esboço histórico e do estado actual das missões de Timor e refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*, Macau Typ; - Mercantil de N.T. Fernandes & Filhos, Ldº., 1931, pp. 59ss;

administrativas de vários sectores e promoção de cooperações bilaterais/plurilaterais com todos os países.

Cria as suas leis a gerir as organizações que dão a vitalidade a nova nação asiática, inserida na geografia linguística da CPLP e se inseriria como membro das Nações Unidas.

## Capítulo I – O embaraço de poder colonial do século XX em Timor perante a revolta de autoridades tradicionais

### 1. A Revolta de Manufahi de 1911-1912

A instabilidade de Timor, em estado permanente embaraço a autoridade colonial. Na ilha, segundo as afirmações dos comandantes militares da época, a situação entre autoridades colonial e tradicional encontra-se inconciliável. Tudo indicaria que o episódio era um sério indício de abandonar a colónia pelos portugueses. Enfrentariam a mais dura oposição de sempre do que acontecesse noutras colónias de soberania Lusitana<sup>2</sup>.

O território é uma ilha rodeada pelo oceano Índico e Pacífico, metade ocidental da ilha, Kupang (Cupão), pertence a Coroa dos Países Baixos. O capitão Simões Martinho, na sua obra descreve-nos que durante os conflitos, ocorridos entre reinos de Timor-Leste se verificara o uso de armas holandesas, fornecidas clandestinamente pelos moradores da metade ocidental da ilha. Estava presente e ativa uma rede de espionagem do lado de Kupang que mobilizava o contato em incitar os timorenses em odiar e perseguir os portugueses (pp. 38-39).

Se quisermos saber da presença europeia no território para o período em questão, só conta os funcionários de Estado e os poucos que prestariam serviço militar. No âmbito de um projeto politicamente traçado a partir da Metrópole, esta população em tarefa conferida não representaria o intuito europeu. Mesmo já nesse século em questão, culturalmente, os timorenses não se sentem beneficiados da convivência com os metropolitanos. Muitos liurais/régulos (reis, nobres) do interior convivem muito pouco com os europeus, umas vezes, são vistos nos concelhos administrativos e na capital, em Díli. À presença lusa só de si é em número insignificante, está o sinónimo de inexistência de contatos, afirmaria um pouco de tudo e complexo. Por outro lado, a nobreza tradicional, da sua maioria de membros são votados ao desconhecimento da língua portuguesa por falta de instrução escolar.

A conflitualidade decorrera entre os reinos, nas últimas décadas do século XIX, aos governadores nomeados, seguidamente para a colónia não conseguiriam conciliá-los como esperavam. Contudo, na chegada do governador José Celestino da Silva em

---

<sup>2</sup> Martinho, Capitão José Simões, *Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Editora, Livraria Progredior, Porto, 1943, p. 37;

Dili, após ter assumido a missão, teria sido informado que a rebelião que decorreria em Maubara era uma instigação dos chineses comerciantes. A mesma autoridade tomará de imediato as medidas para que a população não tornasse a cair de novo em abusos de comerciantes: roubavam as pessoas por trocas de café, um pico por apenas quinze patacas, na realidade o pico era por 60 ou 70 patacas<sup>3</sup>.

O governador decidiu estender os serviços militares em todos os concelhos do território em nome da autoridade colonial, na pessoa de governador. Por ventura se surgisse contenda dentre regulados prestaria uma presença rápida. Seriam substituídos por circunscrições civis, já em 1934<sup>4</sup>.

O poder da nova ordem pela mudança política se concretizaria no nascimento da república, na Metrópole. À sociedade portuguesa sente-se dividida, dada a opção republicana entrara com uma lei de separação de estado da igreja<sup>5</sup>. De facto, o novo rumo seguido pelos republicanos não diferiria da revolução francesa de 1789. Dela, ao novo regime é impulsionado tornar a sociedade portuguesa estar uma outra história política perante a igreja católica e ser retirada das atividades sociais conferidas há séculos<sup>6</sup>.

No quadro da nova emergência em que se assistisse a metrópole, às colónias, as atividades missionárias desenvolvidas nesses territórios, particularmente de Timor, entrariam em crise. Os sacerdotes professores e religiosas que o Estado sempre os acreditou na sua capacidade criadora na formação e educação dos filhos de populações indígenas, abandonariam Timor. Os projetos teriam o seu retrocesso<sup>7</sup>.

Nas primeiras décadas do século XIX, Timor-Leste afirmava-se no desconhecimento de desenvolvimento, mesmo com a passagem dos governadores, enviados de Lisboa, em substituições para governar o país da metade oriental da ilha de Timor. O comércio relativo a sândalo, de plantas aromáticas entrava descontrolado por exportadores/vendedores. Indício que começava a desfavorecer as fações evoluídas da sociedade local. A existência panorâmica tornava-se em descontentamento nas classes de BAINÓ (grupos principais).

No tempo de governador José Pinto Alcoforado de Sousa que se lembrava da plantação de café. Iniciativa que passava a expandir-se em largas zonas de região para a região. Era precisamente nesta altura que Timor Oriental perde a parte de

---

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, p. 78;

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 79-80

<sup>5</sup> Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª edição, Notícias Editorial, 2000;

<sup>6</sup> Idem, *Ibidem*, p- 206

<sup>7</sup> Fernandes, Pe. Abílio José, Vigário Geral e Superior de Timor, *Esboço histórico e do estado actual das missões de Timor e refutação dalgumas falsidades contra elas caluniosamente afirmadas por um ex-governador de Timor*, Macau Typ; - Mercantil de N.T. Fernandes & Filhos, Lda., 1931, pp. 59ss;

Atapupo para os holandeses, em 1818 (Coronel Gonçalo Pimenta de Castro, Timor (Subsídios para a sua história), Divisão de Publicações e Biblioteca Geral das Colónias, Lisboa-MCMXLIV (1944), p. 47).

Nas últimas décadas do século XIX, as resistências em oposição à autoridade colonial se mantêm ativas. O último governador do regime monárquico, José Celestino da Silva, consegue pacificar quase todos os reinos de modo a ficarem sensíveis aos apelos da mesma autoridade para se envidarem nas necessidades de atividades produtivas. Um esforço que traduz um sinónimo de fidelidade e da vassalagem à Coroa Portuguesa. Contudo, o entendimento conseguido, aos muitos achariam assente em grandes dúvidas dado o régulo D. Duarte da Costa de Manufahi continuar a reunir em torno de si vários reinos aliados, em resistência pela insubmissão<sup>8</sup>. Prespetivos quadros territoriais, na Ásia. Particularmente refere-se ao arquipélago de Insulíndia. À Holanda para a época controla a atual Indonésia. Região fertilíssima alimenta o enorme apetite pela exploração mercantil com autoridades locais, abri-lhes-á novas perspectivas em obter o domínio exclusivo no âmbito de comercialização holandesa.

Esta parte, geograficamente demográfica, ao Ocidente, Portugal foi a primeira potência que obteve sucesso por contatos com os habitantes em acordos firmados à cooperação na actividade de comércio: Malaca, ilha Molucas/Ambon, ilha das Flores, Solor, e a de Timor, seriam aliados de média e de longa duração<sup>9</sup>. .

Aliás, como referido, o novo regime português passará a ser conhecido e homenageado em Timor, punha os régulos divididos: uns por monarquia, outros pela república após ter comunicado oficialmente pelo boletim oficial, em 28 de outubro de 1910, em Díli<sup>10</sup>.

A crónica do capitão José Simões Martinho descreve, enquanto as autoridades portuguesas sentem-se inseguras quanto à rebeldia de certos reinos, em movimento, apareceria um idoso holandês em Díli com ar de ciências. Pretenderia conhecer a colónia. Chegava a visitar o regulado de Maubara. O homem ainda é acompanhado a visitar uma casa *lulik* (sagrada) dos gentios que ainda conservam objetos antigos, oferecidos pelos holandeses aquando o reino ainda integrara a soberania holandesa. Ao reconhecer os objetos dançaria em frente de algumas autoridades que o acompanhavam. Leva consigo um caderno preenchido de nomes de caminhos que se dirigem na ligação à fronteira.

---

<sup>8</sup> Oliveira, Luna, *Timor na História de Portugal*, vol. II, Fundação Oriente, 2004, pp. 375ss;

<sup>9</sup> Bessa, Carlos Gomes, *A Libertação de Timor na II Guerra Mundial*, Academia Portuguesa de História, 1992, p. 323,

<sup>10</sup> Martinho, Capitão José Simões, *Timor Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Editora, Livraria Progredior, Porto, 1943, p. 42;

Enquanto o holandês é autorizado a visitar as localidades, manter conversas com pessoas que se fariam de companhia, já do lado oposto junto da fronteira reforçaria as forças holandesas. Novos acampamentos são construídos para militares com vista a reforçar os serviços de espionagem. E no ano a seguir, fins de abril ou em maio de 1911, dois holandeses entram pela fronteira de Batugadé, vestem de ganga, dizem ser sábios especializados, munidos de pequenos martelos a quebrar pedras, examinando-as, conversando entre si com as suas *línguas*.

Do lado oeste, disfarçava-se para captar novas simpatias dos naturais do leste, facto que se alertaria as autoridades de Timor português em consolidar e disciplinar a fronteira a eventuais infiltrações (capitão, p. 43).

Para a época se diz que a sociedade timorense viveria arcaicamente, de ambiente muito rude. Mas à existência de poços petrolíferos espalhados em partes já reconhecidos, garantiriam a economia do território no futuro próximo/longínquo – por enquanto é indizível a sua utilidade à população. As autoridades percebem que a colónia dispõe de matérias-primas para o bem dos seus habitantes, mas inexistem pessoas qualificadas e meios adequados para a transformação útil. Estas tentariam negociar com as companhias australianas para a exploração mineira. Os seus homens chegariam na colónia para manter contatos com as autoridades timorenses, por fim, alegando a falta financeira acabam por abdicar a exploração<sup>11</sup>.

Quanto as insatisfações sociais que se constata na colónia, aos muitos governadores enviados não conseguiriam as iniciativas pela mudança, abandonariam a ilha. Nem sequer propunham saber às autoridades naturais para perceber de suas situações se porventura alguém lhes lesasse dos direitos. A título de exemplo se apontaria uns como Alfredo Cardoso Soveral Martins que assume a função de governador em 1909, largaria Timor Leste dentro de uns meses e que faltaria pouco tempo para o nascer da República; o outro, João Carrazeda Vieira de Andrade, já no período do novo regime, governaria interinamente, em poucos meses, é substituído por 1.º tenente da Armada Filomeno da Câmara (Gonçalo de Castro, p. 119). Em todo o caso, é algo descritivo para se compreender a presença europeia desde o tempo dos capitães-mores ao século XX. Até a essa época assiste uma administração politicamente sombria, ainda que a maioria dos liurais aderisse ao projecto português.

Na versão do coronel Gonçalo de Castro aquando do seu governo interino (1909-1910 e 1913-1914) nos diz a influência de certos régulos pela rejeição de pagar impostos é sentida na pequena ilha de Ataúro. Para inverter os recalitrantes quanto a

---

<sup>11</sup> Castro, Gonçalo Pimenta de (governador interino, coronel), *Timor (Subsídios para a sua história)*, AGC, Lisboa – MCMXLIV (1944);

cobrança de fintas o governador resolveria enviar uma pequena força, e de seguida nomearia para régulo da ilha, o major da 2.<sup>a</sup> linha Cristiano Filman<sup>12</sup>.

O Gonçalo de Castro pressentindo a desestabilização do funcionamento de serviço administrativo resolveria regularizar os vencimentos de funcionários; chega a solucionar a dívida de Macau dentro de um ano. Além de sossegar certas contradições em quadros locais, a intenção pela multiplicação de culturas se estenderiam para outros reinos. Há muitos terrenos férteis. Na afirmação do governador Eduardo Marques afirma que Timor dispõe de uma riqueza inesgotável, é difícil explorá-la por falta de capitais<sup>13</sup>.

Ao governador Gonçalo de Castro desde que tivesse tempo visitava as plantações de café dos portugueses residentes. Mantinha conversas com naturais da importância de vegetação frutífera. Com uma agenda programada com vista a percorrer o território a visitar os comandos militares. Durante o percurso admite contactar com os «*régulos/liurais, datos, katuas, bainós*» (régulos, chefes de povoações, idóneos, principais/evoluídos) das diferentes regiões.

É uma ocasião para escutar diretamente a população pela voz das suas autoridades locais. Comunicá-las a apresentar as autoridades se, porventura, alguém do comando lesasse os seus direitos.

Às visitas, previamente comunicadas aos régulos e datos locais pelos respetivos comandos para uma preparação bem organizada. Antes da chegada do governador e da comitiva, a população já estaria pronta a espera: é recebida por duas filas de moradores dos sucos bem treinados à visita das autoridades de alto nível da colónia ou dos membros enviados da Metrópole; as mulheres vestidas de «*tais feto*» (tecido tradicional) feminino com instrumentos de batuque (dança local em roda); os homens e jovens organizam a sua, de tecidos masculinos, usando lua de ouro, com penas de galo a volta da cabeça; o toque de tambores e de instrumento das mulheres tornam um momento de euforia, uns gritando dizer: «*ohin governador to'o, visita ita*» (*hoje o governador chega, vem visitar-nos*). Durante a visita, a população presente aproxima-se para o saudar, uns beijam a mão parecesse lembrar fazer aos missionários aquando ainda detinham o poder temporal. Nestas ocasiões que as populações falem entre si: «*malae mutin balu matan mutin hanesan busa nian*» (*uns brancos têm olhos de gato e de corujo*).

---

<sup>12</sup> A ilha de Ataúro estava sempre na cobiça dos holandeses, ficará dependente definitivamente de Díli/Timor pelo tratado de 1859, Idem, Ibidem. P. 114;

<sup>13</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 2004, p. 15;

É nestas visitas efetuadas que o governador procura saber os problemas e das dificuldades das forças, associados aos seus interesses quotidianos e da situação das populações.

As revoltas que surgem em Timor, no século XX, quer em menor ou maior escala de adesão de massas têm os seus motivos impulsionadores. Sente-se a revolta de Manufahi (atual Same) de 1911, para a época, muitas vezes se achava de que a totalidade da colónia se envolvesse num movimento politicamente organizado para se decidir opor de vez a soberania portuguesa. Uma situação que se sente já antiga, prolonga-se graças ao I governador António Coelho Guerreiro, que decidira alterá-la aos poucos com a atribuição de patentes oficialatos (coronel, major, capitão, tenente, alferes) aos régulos/liurais, datos (Gonçalo Pimenta de Castro, 1944, p. 33).

O efeito deste pacto de aliança, ainda que fosse frágil, mas desde já, as autoridades tradicionais são reconhecidas detentoras de poder sobre os seus respectivos povos, em termos de justiça, trabalho, segurança. Têm os seus próprios bens, pessoal próprio para garantir-lhes a produção agrícola e dispõem de pessoas para a rede de correios de comunicação com autoridades coloniais, em sistema rotativo.

No âmbito familiar, as suas filhas são de direta tutela dos pais e elas gozam um certo respeito. Não queriam que as raparigas fossem objeto de prazeres de alguém. São reconhecidos os régulos, substituídos pelos próprios filhos, neste caso o direito sempre caberia ao primeiro filho. Já no âmbito de laços de entendimento, uma vez lhes retiraria os direitos, daí poderia causar insatisfações a maiores proporções<sup>14</sup>.

Em finais de agosto e setembro de 1910, época em que habitualmente, em Timor, todo o cuidado é pouco quanto aos incêndios, pois sempre que surge é um evento de desespero às casas feitas de palhota e de bambu. E precisamente nessa altura, que a cavalaria e outras casas junto da fronteira são queimadas, causadas pela falha transportada pelo vento da queimada ocorrida do lado oposto da área holandesa. É nesse período que um grupo armado de azagaia e catanas do lado ocidental infiltraria a meio km no território português, apoiado pelas forças holandesas de Kupang. Perante essa atitude o comando do Leste não estava alheio, mas comunicava as autoridades de Atapupo holandês, diria para repreender o grupo provocador atrás referido.

O movimento do pessoal oeste torna-se constante junto da fronteira em agitar os naturais do Timor-Leste depois de tomar conhecimento da proclamação da República, na Metrópole em 5 de outubro de 1910. Os holandeses se mostrariam fiéis na sua hostilidade mais acentuada. Utilizaria várias maneiras a que do lado leste, em forte

---

<sup>14</sup> Sá, Pe. Artur Basílio de, *Timor*, 1952, p. 25,

movimento de oposição lusa às intenções holandesas em embaraçar o domínio português.

À saída do governador José Celestino da Silva, os seus sucessores não sentirão seguros quanto a segurança. O interino, Alfredo Cardoso Soveral Martins enviaria um pedido do aumento orçamental a Metrópole para melhorar as forças de segurança e obter os equipamentos vendidos nas Filipinas e no Japão, cujo preço não espantaria a ninguém. Manda extinguir o regimento de moradores de Baucau, onde o seu orçamento passaria a melhorar as necessidades das guarnições da fronteira e do pelotão de cavalaria de Bobonaro, que prestaria serviços úteis.

A vez do governador Filomeno da Câmara afirmaria que, nos últimos tempos da monarquia, alguns europeus que estão em serviço militar não corresponderiam as funções incumbidas, só por interesse pessoal passariam na colónia. Não deixam marcas de carácter militar nos naturais para evitar o tropeço à vida política. O que essa autoridade queria é ocasiões em que ajudem a ter sucesso nos ataques contra os revoltosos e são os próprios naturais e não os europeus. Os timorenses deveriam adquirir já uma certa postura militar para o combate e no manejo de equipamentos fuzis<sup>15</sup>.

Ao nível dos acontecimentos que se decorreriam na colónia, onde cada um dos lados em oposição pretendesse os melhores dias de aspiração em sucesso próprio sobre outro e às missões religiosas de Timor-Leste entrariam paralisadas à semelhança do que lhes acontecera na colónia durante a Revolução Liberal de 1834<sup>16</sup>. O fundador da escola de Soibada, o padre jesuíta Sebastião Maria Aparício da Silva abandonaria o serviço e refugia-se na Índia inglesa. Estaria a prestar serviço do Padroado no seminário de Alapé na Diocese de Cochim<sup>17</sup>.

Desde logo, o novo regime conquistado na Metrópole pretende-se inculcar outra inspiração cultural na sociedade portuguesa, isto é, instituições sociais asseguradas pelas missões católicas são retiradas. Tal tomada de decisões inflexíveis pela república faria com que as escolas ministradas pelos missionários e religiosas canossianas em Timor abandonarão as escolas. O ensino que se achava em melhores qualidades às meninas e rapazes, (filhos naturais) entraria de portas fechadas, às suas casas de palapa e de madeira saíam em ruínas (Luís Costa, 1988, p. 2).

---

<sup>15</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol. III (1952), Lisboa, 2004, pp. 19-23;

<sup>16</sup> Os sacerdotes foram todos expulsos de Timor, restavam dois diocesanos. A conversão que estava ganhando espaços demográficos, contribuindo assim, consolidar a presença portuguesa e graças às mentalidades dos políticos brancos impedirem a missão dos missionários na colónia, ao pouco que se via avançada retrocedia-se, conforme relatório do ex-padre Dr. Luís Costa, *Introdução histórica*, 1988, p. 2;

<sup>17</sup> Goulart, Jaime Garcia (bispo de Timor), *Reorganização das Missões de Timor: 1874-1878 in "Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau"* N.º. 423, 1939, pp. 876-877;

No quadro de insossego social, sentido pelos grupos evoluídos naturais na presente situação política, quando estes são ainda fragilizados pelas instabilidades de alguns tribos por pacificadas, o que acresceria o descrédito das autoridades coloniais, em continuidade de funções.

No reino de Manufahi, uma comunidade sulina é poderosa de economia, mais conhecida na colónia. O seu régulo D. Duarte estaria resistir pela recusa de pagamento de corveia referente a vinte pessoas à administração colonial. Segundo as afirmações, esse liurai ficava com impostos de 88 anos de tempo e defendia a independência do seu reino e doutros. Convencendo os mais fracos a estabelecer pactos de aliança com o liurai sulista<sup>18</sup>. A tamanha situação que o privilegiava em unidade de forças, avançava sobre Suro/Ainaro para se apoderar da sua massa popular a aderir a força manufahista. Plano estudado para inferiorizar a posição da autoridade colonial, nos planos de contra-ataque, em curso.

Aos governantes, a oposição sulista era um ato difícil para se inverter, mesmo pelas operações fuzis. Contudo, a persistência se tornaria vencida quando o padre António Antunes conversava com D. Duarte<sup>19</sup>. O mesmo missionário manteve acordo com o comandante de Alas, tenente Serrão (Pe. Jorge Barros, 1987, p. 31) onde o liurai de Manufahi ficaria sob refúgio desse oficial, ainda na era do governador José Celestino da Silva.

Normalmente, as autoridades portuguesas que assumissem a função de governadores na colónia, obedeciam instruções a partir da metrópole. Uns nem sequer ficariam um ano ou cumpririam o mandato todo. No quadro das missões incumbidas como governador nesta colónia, de longo mandato era: José Celestino (14/5/1894-1908). Homem de confiança do rei D. Carlos, e era comandante de cavalaria<sup>20</sup>.

Em 1912, o reino de Manufahi entrará de novo em atos de revolta. A retoma para ser eficaz o comandante sulista resolveria avançar sobre Suro/Ainaro com vista em este aliar-se aos intuitos sulinos. Desta vez, seria o filho do régulo D. Carlos, D. Boaventura quem estaria a orquestrar a resistência em oposição ao novo governador, Filomeno da Câmara. Este, embora fosse do novo regime português conhecia bem quem poderia ser útil aos planos da autoridade governamental. Solicitou à ajuda de um missionário, dispondo-lhe o Vapor «Dilly» transportar até Batugadé donde passaria por Bobonaro a

---

<sup>18</sup> Pélissier, René, *História de Portugal, As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*, Editorial Estampa, 2006, pp. 223-225;

<sup>19</sup> Teixeira, Pe. Manuel, *Notícia Histórica das Missões de Timor*, in “*Boletim Eclesiástica da Diocese de Macau*”, N<sup>o</sup> 419, 1939, p. 212;

<sup>20</sup> Castro, Gonçalo Pimenta de, (governador interino, coronel) *Timor (Subsídios para a sua história)*, AGC, Lisboa, MCMXLIV (1944), pp. 87-112;

chegar em Ainaro. O sacerdote manteria contatos com todos os chefes de Suro até que chegue o reforço de Moçambique e garanta a segurança a esse reino (p. 212).

Os portugueses, pelo menos de momento, perceberiam a cultura indígena no quadro de engrandecimento familiar que processar-se-ia no seguinte: os casamentos tidos com filhas dos chefes das povoações (datos), dos régulos e nobres; uns reinos que se mantêm proximidades entre si. Realizam pactos de aliança, fazem festas partilhadas pelos respetivos responsáveis e bebem um pouco de sangue dos próprios, misturados com o do animal – sinal simbólico que se perpetua na cooperação para a vida da comunidade e da qual os aliados em união enfrentariam o estrangeiro. A par dessas alianças, a prática de poligamia é um costume mais visto na sociedade indígena, conforme a posse de bens agrícolas, animais, etc. A primeira mulher com que se uniu será sempre a esposa<sup>21</sup>.

O governador interino José Carrazedas Aldas Viana e Andrade foi rapidamente substituído, em Timor. Ocorrência que parece-se afirmar em desgosto para alguns chefes tradicionais que teriam afetos pela monarquia, facto que o governador não conseguia pacificá-los dos ânimos que os dividiam. E na fronteira surge demonstrações de forças holandesas. Pela notícia, de seguida comunicaria a Direcção Geral do Ultramar para entrar em contato com a Holanda sobre hostilidades promovidas pelas de Kupang<sup>22</sup>. De facto, foi mobilizada de Portugal os membros para entrar no ministério dos negócios estrangeiros holandês para se entenderem da situação em Timor e Kupang. Assim, os cidadãos de Timor-Leste regressam as suas casas, fazem o que eles não fizeram. Pois todos sentirão felizes por utilizar algo que os fizeram bem para eles. Mesmo assim, todos chegam a tratar os animais domesticados afastados e que se tornam próximos das gentes.

Embora não fossem seguros totalmente durante a vida dos timorenses, mas sentiam-se seguros por enquanto, pois em Lisboa procura o mais possível do seguro com os holandeses. E da parte dos holandeses não podiam o papel dos portugueses como injustiça face ao território. Mas o que acontece com holandeses é que procuram entender com os territórios onde os portugueses chegariam explicar todo bem para eles ficarem cientes.

Portugal fazia o possível junto da Holanda para poder respeitar os tratados feitos, de ambos os lados. Para isso, é necessário entender a consciência dos homens que estão colocados em Batavia, que controlam as gentes. No entanto, os homens estão em

---

<sup>21</sup> Sá, Pe, Artur Basílio de, *Timor*, 1952, p. 28-31;

<sup>22</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol. III, (1952) Fundação Oriente, 2004, pp. 30-39;

Kupang, fazendo tudo o possível para agradar as autoridades portuguesas, em Timor Dili.

Timor-Leste encontrava-se numa das últimas ilhas do arquipélago, das ilhas da Indonésia ou norte da Austrália. Portugal chega antes da chegada dos holandeses. Estas quando chegaram, ocupavam muitas terras portuguesas que haviam conquistado. Vinham resistir, mas eram poucos, perderam as terras conquistadas.

Desde os holandeses a tentarem ocupar a terra que não lhes pertenciam, os portugueses com os régulos antigos fixavam-se nos territórios que pertenciam aos dados. Portanto **os Portugueses que faziam delimitações dos territórios com os Holandeses, e não há outros que faziam delimitações com portugueses!**

A Indonésia quando se tornou independente, os Países Baixos entregaram todos os territórios ocupados, sem ficar. Tudo isto, eles vinham sucessivamente melhorar e desenvolver até a atualidade. Como os timorenses ficam a desenvolver pouco a pouco, tudo o que fica para eles, achavam-se justo e tranquilo. Mas ao longo de toda a temporada ficam sempre perturbados a nível interno e externo, de forma política. Mesmo assim, as casas dos timorenses estão a nível imperfeita, mas os homens entregues a si próprios para as melhorar, sem os paralisar com as próprias invasões holandesas.

Tudo estava na sua Pátria, em Timor. Não podendo sair da sua região para a região ocupada pelos holandeses, em Kupang. Foi assim que o Povo de Timor vai procurando e melhorando a agricultura, plantando café, mandioca, batata, etc. Até outros produtos iguais, como inhame, fore *mungu*, *koto midar*, domesticar *combito*, e mais outros que vinham criando.

Nesta ordem de serviço muito complicado para os indígenas de Timor, mas no entanto, aceitam construir casas da montanha para as planícies e nos litorais. Aproveitando dos lugares planos que existem para abertura de estradas que, ao fim ao cabo, facilitando mais o que eles precisavam para interesse deles e o seu bem.

Por tudo isto que iria romper como obstáculo para a vida diária dos homens, porém, tornava-se saber que a prática dos homens passando de dia por dia, iam se descobrir as boas maneiras. Esta maneira de diário iria refletir mais vezes nos homens.

Como repetia nas viagens em visitas que os governadores fizeram, igualmente, com comandantes e os membros da equipa onde os indígenas chegavam a reportar das suas dificuldades, como queixas. Pois, os dados e alguns régulos deles exploravam ferozmente os seus homens, sem que as autoridades superiores soubessem do caso. As autoridades ou não sabiam ou escondiam o que se passava. No entanto, cada um

passa como entendia. Eles sabiam no interior do território que todos eles se entendiam com Portugal. Mas todos sabem que os portugueses não se encontram nos locais, muitas vezes visitados. Por isso, quando houver os desentendimentos vão à extremos, isto é, levando cada um se entendia ou *batatadas*.

Por tanto, aquele que penetrar no jogo das equipas de desordem entre os grupos mais desordenados, estarão eles a entrar numa rjeza eficaz. Por um lado, a autoridade mais influente terá que decidir pôr fim a situação periclitante. Por iso, todos os homens que estão/estavam periclitantes com as autoridades europeias, serão todos organizados à terra para trabalhar à alimentação para o bem de todos. E por enquanto, aqueles anteriormente que eram arguidos, serão lançados para as zonas menos escarpadas.

## 2. Os reflexos desta Revolta

O governador Filomeno da Câmara<sup>23</sup> ao concretizar os planos tomados à contra ataque recorrerá a uma mobilização mais assegurada. Todos os moradores dos concelhos de Baucau de Manatuto. A disponibilização dos reinos terá sido confirmada no quadro de os comandos extinguirem ou reduzissem os elementos dos pequenos postos. Estes seriam instruídos avançar em direcção às zonas de rebeldia.

Ao plano em curso de um possível sucesso a contento português ordenaria a concentração das forças no lado ocidental – Bobonaro e Batugadé. Às partes fronteiriças da região serão garantidas a estabilidade das populações, quer isto dizer, evitaria a fuga de certas pessoas ou dados para zonas holandesas ou à de resistência. Desta, cuja influência é preocupante para o governador Câmara, o que daria impressão perder mais liurais/régulos de fidelidade a qualquer momento<sup>24</sup>.

Por outro lado, Timor é uma terra de deuses próprios e de animistas que se ouve falar em toda a parte do fenómeno nitofobia. Durante a noite podem-se constatar os sinais luminosos de montanha para montanha, nos lados ocidentais efetuando encontros com holandeses. Nos contatos noturnos que algumas populações seriam inspiradas a recusar o pagamento de impostos e dizê-las que os liurais perderiam autoridade perante as ordens portuguesas.

---

<sup>23</sup> O primeiro governador da República, enviado à Timor, o 1.º tenente da Armada chegava à Colónia por fins de 1910, conforme, Castro, Gonçalo Pimenta de, (governador interino, coronel) *Timor (Subsídios para a sua história)*, AGC, Lisboa, MCMXLIV (1944), p. 121;

<sup>24</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol. III, (1952) Fundação Oriente, 2004, pp. 61-63;

As populações do lado de régulos (reis, monarcas ou liurais) em insubmissão são recolhidas nas casa, matas com todos os haveres e animais, no subsolo bem preparadas por entre as superfícies de terras camufladas e montanhosas. São estruturas que se associam a da natural que se manifeste em aspetos cruéis para a entrada dos homens de infantaria do governo (p.68).

A constante instabilidade que se ocorre na colónia, à maioria da população afirmaria o governador José Celestino da Silva, um oficial adequado e estratégico a reconquistar a fidelidade de nobreza local. Também era ele quem mandava criar um comando no Remexio, a sul de Díli, não distante, em agosto de 1894. Obra escolhida, tampão para travar os possíveis ataques de Aileu e de Manufahi sobre Díli, no sentido de repor a confiança e a tranquilidade da população residente na capital, e principalmente acalmar as famílias de europeus, em combate<sup>25</sup>.

As revoltas têm a ver com as cobranças impostas, quando o país mantém-se, marcadamente, em pobreza extrema. Por outro lado, muitos timorenses têm estado a estudar em Díli, um dos mais conhecidos da época era Boaventura, régulo de Manufahi conhecia a debilidade dos portugueses no quadro administrativo, infraestruturas e de segurança. São presenças europeias já em séculos, na Oceania, não entusiasavam os indígenas e ponham o grupo evoluído descontente com a inexistência de melhoramento material, quando na realidade a colónia é responsabilidade direta do poder colonial, europeu lusitano.

Afirma-se, até aqui, que nenhum governador reconhecia a plena estabilidade timorense. É nesta contínua instabilidade que Filomeno da Câmara organizaria a campanha, no intuito de inverter os revoltosos à ordem normal; os levaria de novo aos serviços produtivos para promover e melhorar a vida de cada um, em dias do futuro. Os factos quer pelo lado do governo como das populações em revolta, independentemente a quem ficaria a vitória acarretaria sempre um preço elevado em pessoal, tanto naturais como portugueses. Na agenda dessas últimas autoridades pretendendo reconquistar o interesse de todos quantos vivam em Timor-Leste, rumo a uma economia que os beneficiaria. Esperaria que terminasse o acontecimento infeliz para mexer nos comandos militares, em circunscrições civis, dirigidas pelos administradores. Mexida ao nível de controlo administrativo que não se constataria quaisquer agitações de chefes tradicionais, acharia um novo ambiente contributivo a toda sociedade local e faz renascer um comportamento mais atraído à paz e à tranquilidade, o que voltaria a desenhar o entendimento local com o poder colonial. Ao governador lembraria de novo a ligação marítima com a Metrópole, através de

---

<sup>25</sup> Duarte, Teófilo (ex-governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial), *Ocupação e Colonização branca de Timor*, Porto, 1944, p. 33;

carreiras portuguesas para o Oriente. Abriria novo horizonte servir-se ao destino timorense, que fora bloqueado por guerras civis pareceria sem fins previsíveis<sup>26</sup>.

Timor-Leste, geograficamente, as suas estruturas físicas não são de planícies. Existe poucas dimensões. A época de guerra não se travava em planícies. Por exemplo, as guerras que se decorreram em Cailaco, em terrenos elevados, pedregosos, escarpados. Muitos deles chegam a 1900 metros de altitude, constituem obstáculo aos planos de contra-ataque avançar com algumas hesitações e dificuldades<sup>27</sup>.

Conseguida a paz, os governadores voltar-se-ão melhor, à actividade agrícola. O seu entusiasmo passará a influenciar rapidamente os comandantes militares, tanto como os chefes naturais e régulos a tomarem parte, como alternativa criadora à utilidade de terra (p. 105).

A 5 de outubro de 1911, os régulos recolhem-se, na capital de Díli, com muitas comitivas para celebrar o dia da República. Estariam também alguns deportados políticos europeus. Muitos os afirmavam não fazer parte e nem tinham apoio aos chefes de revolta, mas eram desconfiados, e também armas militares chegariam do lado oeste às mãos dos rebeldes (Geoffrey C.Gunn, 1999, p. 200).

Entretanto, os liurais estão na cidade a propósito de um plano acordado a um ataque sobre Díli e que não foi feito, dada a entrada no cais de Díli de um navio mercantil inglês ou que cumpririam o convite do governo. Achavam que o atraque do barco estaria para cumprir algum reforço requerido pelas autoridades coloniais<sup>28</sup>.

Segundo a descrição de Jaime do Inso que, na costa Sul, no reino de Suai, em 1911, no mês de dezembro dá-se uma revolta. O acontecimento teria sido por os ingleses entrarem a começar os trabalhos de exploração de minas de petróleo. Nem sequer os permitem o desembarcar de vapor Dilly e largar os materiais que seriam necessários para a empresa. Os revoltosos crescem. À continuidade de trabalho, praticamente entrava paralisado. O clima passa a ser conhecido pela guerra a partir desse reino, o que não haveria autoridade de poder transformá-lo em algo de ordem pública. Tudo o que se vê construído para implementar a empresa em questão, facaria destruído e queimado.

As autoridades da zona ficariam com outro sentido a perceber-se de que, algo importante estaria acontecer no reino, mas ninguém saberia dos motivos.

Na época em que se ocorre a sublevação na costa sul de Suai, no reino de Manufahi estaria o representante da autoridade colonial, tenente Luís Alavarez da Silva ou como

---

<sup>26</sup> Sá, Pe. Artur Basílio de, *Timor*, 1952, pp. 78-80;

<sup>27</sup> Castro, Gonçalo Pimenta de, (governador interino, coronel) *Timor (Subsídios para a sua história)*, AGC, Lisboa, MCMXLIV (1944), p 104;

<sup>28</sup> Inso, Jaime do, *A última revolta em Timor de 1912*, Edições Dinossauro, Lisboa, 2004, pp. 20ss;

comandante no posto de Same. Segundo conta localmente, este militar oficial é desagradável. Maltratava os indígenas. Não se sabe qual seria a atitude política com as gentes de Same/Manufahi, a ponto de o considerar ríspido. À mesma autoridade em questão, o que se achava com a população de Manufahi e chegaria a esbofetear no D. Vicente, irmão do régulo D. Boaventura que, nesse momento, se encontrava em Díli.

O régulo de Manufahi ao ter conhecimento da humilhação sofrida pelo irmão perante os seus súbditos deseja retirar o oficial de Same. Não quereria vê-lo estar nesse comando. Para além do incidente em questão, o liurai de Same já pensara para si o que haveria de acontecer com o administrador Luís Alvarez da Silva.

São momentos que pintam algo estranho às pessoas da área, reduzindo-se em frequência nos bazares regionais, estaria indicar uma emergência social, localmente marcada para breve.

Timor, para esta época, muitos naturais, facilmente, são acessíveis aos centros de catequese, onde a presença dos padres neles são frequentes. O constante contato com os catequistas marca a confiança entre as duas comunidades (timorense/portuguesa), claramente seguido.

Às autoridades tradicionais, muitas se sentem apreensivas pelo facto de uns régulos mais próximos dos governantes coloniais serem descontentes. Entretanto, na véspera do Natal de 1911 dá-se um massacre no comando de Same. O comandante tenente Luíz Alvares da Silva é morto, na residência pelo grupo de D. Boaventura régulo de Manufahi. No episódio conta-se com cinco europeus assassinados, os corpos são queimados. Um assalto a residência do administrador é um acto planeado pelos régulos sulistas para provar qual seria a reacção do governador face a presente atitude ocorrida na região. O acontecimento levaria os portugueses a ficarem apreensivos na província. Se o ataque foi desencadeado por D. Boaventura e pelos aliados, e qual seria o passo seguinte para inverter o Timor dos cartadores de cabeça. É aqui que se faz lembrar a mudança do regime monárquico português em república e traz uma certa efevescência à colónia de Timor com a metade ocidental Kupang. Dá-se a abertura aos holandeses de aproveitar a circunstância para influir os timorenses descontentes do Leste a tomar atos de rebelião. Para algumas franjas se encontrem em estatuto indefenido, Lisboa resolveria ordenar a entrega de Lakumáras à Indonésia, Kupang. Uma cedência muito contestada pelos régulos de Timor, achando pareceria de aliança para que a república seja reconhecida e comunicaria de imediato a Batávia. E, segundo se percebe que o governador da província desconheceria a

entrega de parcela, pelo que os confrontos entre forças portuguesas/holandesas originaram vários mortos de ambas as partes<sup>29</sup>.

Segundo a abordagem da revolta de Manufahi, em que os responsáveis não pretendiam resolver questão com o governador. Nem sequer promoveria contactos com a autoridade colonial para chegarem a uma conclusão pacífica que serviria os interesses de ambos os lados. De dia para dia, o régulo junto da sua população recorrem refugiar-se às montanhas mais elevadas, onde se organizaria a defesa contra o lado colonial.

Para o governador Filomeno da Câmara entrará a organizar o contra-ataque em três frentes. Em benefício das três, optou uma organização que acharia reter ou inverter as forças do Leste, que se fariam fronteira com Manufahi se por ventura viessem em reforço do rebelde de Same; o outro avanço entraria na capital Díli reunir as forças e os moradores que se imaginariam fiéis à ligação portuguesa; a 5 de janeiro de 1912 as forças destinadas ao centro do País chegam entender-se com as do Aileu, Maubisse e Aituto, esta é uma das aldeias de Manufahi. Foi nesta última aldeia que o governador teve de regressar a Dili reorganizar, surpreendido pelos ataques sulistas. A notícia assustou a população de que o governador estaria morto na contenda.

Precisamente, neste período chega a companhia de reforço, solicitada pela mesma autoridade colonial. Um conjunto de europeus, moçambicanos e maratas ou indianos, juntam-se aos timorenses, já fracassados em combates. Tendo estes avançam sobre Maubisse, Suro e Soibada de bases de operações. Em 7 de março de 1912, planeia o ataque a Turiscai e a Bubur Suço. No mês a seguir, um suco de Manufahi é conquistado, onde as populações fogem para a montanha Cablac, com uma altitude de 2000 metros.

Os avanços são sempre perigosos, mas os homens do governo pretendiam que a guerra terminasse e garantiriam a paz às populações para tratarem das necessidades do quotidiano.

Em Riach, os fugitivos acham-se muito difícil reagir aos seus inimigos e acabarão por se render e deixarão 4.500 prisioneiros e entregues a si próprio à autoridade governamental em combate. E em agosto de 1912 morre o régulo de Alas, da costa Sul, atual subdistrito do distrito de Same. Episódios iriam determinar a situação de guerra entre Timor e Portugal, no quadro de uma disputa em benefício de uma das partes envolvidas. Finalmente, na última semana de outubro do mesmo ano, o régulo D. Boaventura acha-se mesmo difícil manter o prolongamento de resistência contra a presença europeia (pp. 279-280).

---

<sup>29</sup> Felgas, Capitão Hélio A. Esteves, *Timor Português*, Agência Geral do Ultramar, 1956, pp. 279-281;

As autoridades tradicionais que acreditavam nos seus planos em serem projectos políticos, absolutamente de exclusivo poder próprio, sem uma organização politicamente formada, em quadros locais criariam uma própria história de uma consequência indesejável a população: fome, doença, directa ou indirectamente, o fim de guerra registará a volta dos 25 mil ceifados de participantes no conflito. Época em que a nobreza pensaria tudo fácil ao achar-se senhor de milhares de pessoas, o que lhe sairia finalmente adverso dada a impreparação de pessoas, material e moralmente possíveis para se enquadrarem dos programas, tidos por uns régulos<sup>30</sup>.

Revoltas que começaram em 1895, dirigidas pelo régulo Dom Duarte, pai de Dom Boaventura e resolvidas pelo governador Filomeno da Câmara, em outubro de 1912, conforme atrás descrito, foram uma dureza para ambas as partes.

No limiar do século XX, o governador José Celestino da Silva andaria embaraçado com os rebeldes locais a criar situações complexas aos portugueses<sup>31</sup>. Porém, no quadro de instabilidade em progressão à vida da época, a população não se sentiria confortável em termos de subsistência do quotidiano. Em ambiente de alta tensão, visivelmente é um fim sem previsto; as populações preocupam-se da vida própria e dos seus bens, onde são forçadas a refugiar-se em sítios que lhes dariam proteção. Na ordem de raciocínio e reflexão à volta de descontentamento dos dados e liurais dá-nos a perceber de alguns motivos:

- 1 - A ilha, para as restantes de credo muçulmano, tem feito a aliança com os holandeses para conquistarem a metade ocidental de Timor/Kupang, desde o século XVII. Manifestariam atitudes hostis contra a Leste sem precedentes, segundo os episódios ocorridos atrás uns dos outros em oposição ao seu vizinho e parceiro europeu português;
- 2 - A economia local é expressamente muito má;
- 3 - Imposição de pagamento de fintas e indisciplina de alguns oficiais;
- 4 - As reformas administrativas debilitam os poderes de nobreza tradicional conferidos e da proclamação da república que daria ao fim do regime de monarquia, na Metrópole, em 5 de outubro de 1910.

A relação de Timor-Leste/Portugal é de uma convivência complexa, que se desenha no século XX, associada a certos régulos, onde por detrás eram movidas por intrigas e que não vale a pena recapitular. Todavia, alguns historiadores afirmariam ter fornecido

---

<sup>30</sup> Pelissier, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Editorial Estampa, 2006, pp. 319-328;

<sup>31</sup> Gunn, Geoffrey C., *Timor Loro Sae: 500 anos, Livros do Oriente*, 1999, p. 188;

as fotografias da Rainha Guilhermina a alguns moradores do Leste como forma desleal ao novo regime da República Portuguesa<sup>32</sup>.

Enquanto as autoridades coloniais estariam embaraçadas com a sublevação do reino de Manufahi, chefiada pelo régulo D. Boaventura, no enclave de Oecusse surgia o decapitar dos sargentos, comandantes da fronteira. Situação que, de qualquer forma, fragilizaria os componentes de operação de contra-ataque. O tormentoso incidente faria com que os missionários, comandante e o seu liurai, descendente dos fundadores daquele reino teriam de se afastar de Pante-Makássar, Oecusse. A revolta teria sido desfeita em abril e maio de 1912 pelas forças dirigidas pelo Capitão Gonçalo Pereira Pimenta de Castro<sup>33</sup>.

No que diz respeito ao constante incidente em Timor, não é estranho a ninguém que conheceria a relação das autoridades tradicionais e poderes coloniais. A sociedade indígena na sua própria cultura é temperada por uma influência de tribos, parecendo não estar disposta em assumir novas ordens do poder administrativo<sup>34</sup>, quando ela não estaria em melhores condições de posse material. Coisa que pareceria invocar contestar as autoridades portuguesas e confrontá-las de armas e com tudo o que lhe valeria para a guerra.

Desde o século XIX, o fornecimento de armas era feito pelo lado oposto ocidental por via da Costa Sul: Fatumean e Fohorém – postos administrativos do Timor Português, na fronteira com Kupang da Holanda. Tal apoio de clandestinidade colocaria os descontentes a apostarem para afirmar os seus ideais.

Intercâmbio intelectual e espiritual cada vez mais intenso, e em bases práticas, vão sendo realizados em certos entendimentos nalgumas regiões, onde os seus habitantes escolarizados são acessíveis nesse âmbito de convivência. Tudo isto, não significa a total fidelidade, ainda que o sucesso conseguido em séculos deveria a honestidade da maioria da nobreza tradicional sem apoio fundamental de todos. Neste sentido, muitos quereriam mudar o cenário do futuro dos filhos, mas as intenções ficariam sem fontes realizáveis. Outros ficariam descontentes da tamanha situação por incapacidade do pessoal metropolitano a dilatar o convívio junto das que ainda inexistem a proximidade europeia.

O respeito e o evoluir de amizade com os portugueses marcam uma glória de um pequeno grupo em nome da Coroa ou da Mãe-Pátria que se permanece. Mas há uma distância que desenha o desinteresse português por esse Território excepto a evangelização dos missionários com que os naturais, descendentes do velho crocodilo

---

<sup>32</sup> Idem, Ibidem, p. 194;

<sup>33</sup> Martinho, Capitão José Simões, *Timor Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, Porto, 1943, pp. 64-65;

<sup>34</sup> Idem, Ibidem, p. 68;

adorariam a bandeira portuguesa como “sagrado”, e aceitariam o Catolicismo como religião de “abertura”.

O desrespeito dos brancos, nalgumas localidades impressiona muitos pais, maridos a sentirem-se humilhados, quando os naturais não faltariam o respeito e a hospitalidade pela presença europeia.

No tocante a colonização portuguesa, a sua administração não desperta o interesse do público pelos problemas coloniais à realização de planos pela mudança. Sem a atenção que anima o indígena a estudar em grandes espaços, só estariam concentradas as grandes famílias a cargo de missionários pela instrução, mas é insuficiente. Permanentemente são entregues a costumes seguidos pelos seus antepassados. Não há nenhum indício que moraliza o mundo rural a tomar iniciativas, como princípio para iniciar algo de inovação.

Para recordar das iniciativas tomadas por alguns governadores a respeito das despesas feitas às autoridades da província, as contribuições são denominadas fintas (imposto). A cobrança viria ser muito superior do que a tinha sido aprovada em gabinetes administrativos. A autoridade colonial viria reconhecer essa dificuldade com que o povo teria dificuldade em resolvê-la. Esta parte económica ou o imposto em contribuição estava atribuída ao povo desde a data do início da ocupação. O tributo lançado aos indígenas, não são os próprios colaboradores metropolitanos que iriam cobrá-lo dos naturais. Os liurais (tétum: nobreza tradicional), os fiéis aliados de portugueses, eram quem nos respectivos reinos fariam as leis ilegítimas em seu proveito. O controlo administrativo relativo a contribuição de fintas correria em problemas.

Já em 1734 o governador Moniz de Macedo, vendo a contribuição a correr o risco de manter Timor numa rebeldia incontrolável, manda constituir o imposto de capitação, uma tentativa que não teria nenhuma sorte. O imposto definitivo de capitação aprovado em 1906 e que teria a sua cobrança em 1908-1909, no total de 15.547.424 réis. Vai-se progredindo, na medida que os arrolamentos de riqueza indígena ganhem adesões de contribuintes por penetrarem-se nos reinos que faltavam de aproximações de autoridades europeias. Uma pataca decorria um certo período, tendo em 1912 elevado para duas patacas e meia .

Em 1923, entraria um camião em Díli para prestar serviços públicos na capital. Ano em que seguiria a importação de automóveis na província, de modo a permitir a circulação em Díli e nos concelhos administrativos próximos da capital, onde as estradas de ligação já estavam feitas.

A dificuldade de vias de comunicação internas à drenagem de produtos fica exclusivamente da responsabilidade de cavalos do interior de costa sul para as praias

de tasi feto (tétum: mar mulher). Levariam a carga a dorso de cavalos durante sete dias ou mais para chegarem ao destino.

Nestes períodos, a navegação do império colonial holandês tem tido uma circulação comercial entre Díli, Austrália, Singapura e ilhas de sua soberania. Os produtos comerciais de Timor, geralmente, são absorvidos pelos mercados holandeses por estar inserido na zona de influência económica do império colonial holandesa.

O comércio de café timorense ganha um lugar cimeiro e de preço de melhores qualidades.

Em Timor, como noutras colónias europeias, fala-se da existência de vários animais. Não se trata de criação de animais pelos indígenas, mas sim da detenção de animais domésticos. Considerados úteis ao indígena, parecem estar por cuidado da lei natural, por serem vistos mal alimentados e menos cuidados de qualquer espécie, além dos mais rudimentares intuitos de beneficiação.

O próprio Estado, mercê das circunstâncias difíceis financeiramente em que a província tem atravessado, não tem, pelos seus governantes, posto no problema pecuário o interesse que ele tanto merece, ainda a pecuária de Timor é um valor económico mais importante – faltam meios de ação técnicos, necessários e convenientes.

A posição tomada pelos governadores, quanto ao governo da Província de Timor para preocupar-se do problema local, pelo menos até os primeiros dez anos do século XX, uns relativos chegam mencionar, repetidamente o nome do governador, José Celestino Silva. Um homem de qualidade reconhecida que leva o rei D. Carlos I a nomeá-lo como governador da colónia, desde 1894. A partir dessa data Timor fica desvinculada da administração de Macau e constituiria um Distrito de Autonomia sob responsabilidade da Metrópole.

De uma estratégia que o ajudará a resolver o problema da colónia, isto é, fazendo primeiro aproximações dos reinos. Aprende o Tétum, dialeto local, conversa diretamente com os naturais e escuta as queixas de dificuldades do quotidiano. As visitas viriam constituir um retrato a apresentar a realidade da sociedade perante a presença colonial. Informando-se das autoridades militares e civis que estavam antes do governador, José Celestino Silva. Uma oportunidade que daria espaço privilegiado ouvir os sacerdotes que já lá estariam a obter sucessos de evangelização, na colónia. Terão boas relações com as autoridades tradicionais de muitos reinos.

Após ter feito o exame minucioso, estabelecerá a campanha que correria, algumas vezes, o risco entre os reinos em rebeldia e da parte do governo colonial.

Em apoio do plano de pacificação na Província, estariam oficiais de capacidade como capitão Eduardo I. da Câmara, e, mais alto, o Alferes Francisco Duarte, conhecido Arbiru. É um oficial muito temido e conhecido na colónia, já referidos noutras páginas.

Em proveito de sucesso das campanhas, o governador, nas zonas pacificadas, cria Comandos Militares e Postos Administrativos de ocupação. As companhias de moradores são imediatamente reorganizadas para garantirem a tranquilidade das comunidades – tropas de 2.<sup>a</sup> linha, das quais os soldados de suficiente capacidade seriam instruídos para assegurarem a segurança. Os responsáveis de comandos e de postos entrariam a promover o desenvolvimento do comércio interno e da navegação costeira. A rede telefónica, como ocupava grande dimensão de espaços administrativos, ficaria mais ativo em contatos entre os Comandos Militares.

Outra campanha seria a preocupação do governo com o trabalho da agricultura. Uma fonte de benefício, onde muitos ficariam isentos de pagamento de fintas, caso tivesse plantado muitos pés de café.

O hospital de Díli é fundado, precisamente no período do Pós pacificação. Escolas e enfermarias se estendem para outras regiões do Comando Militar ou Concelhos. Tornando a existência nas localidades em carácter permanente em funcionamento ao serviço de populações.

Em junho de 1908, o governador escolhido pelo rei D. Carlos, termina o período de missão em Timor. Como tantos outros, voltariam a Metrópole em outubro. E ele, o governador que o rei enviara a Timor, José Celestino da Silva, viria a morrer em abril de 1911.

O capitão Edmundo Marques chega em Timor, a 30 de agosto de 1908, para assumir o cargo de governador, demoraria pouco tempo em ser ordenado governador de Macau.

No tempo dos governadores referidos, a colónia começaria a sentir-se melhor na situação financeira. Na agricultura, pelo interior da colónia, multiplica-se o cultivo do além de café, cacau, cocos que se distribuem pelos naturais, em solos preparados sob supervisão dos Comandos Militares. Após o tempo deste governo, o serviço agrícola passará a Repartição de Fomento Agrícola e Comercial, já pelo governador, o 1.<sup>o</sup> Tenente Filomeno da Câmara. Pois no governo, as substituições virão a suceder-se umas das outras, mas as agriculturas continuarão a ocorrer das pequenas oportunidades. E assim, chegando as épocas em que se falava da guerra europeia, associando com outros problemas, origina-se a guerra - II Guerra Mundial.

No entanto, tudo tem a sua finalidade. A II Guerra Mundial marcava a derrota alemã, a ponto de assistir a sua própria economia, fatalmente arruinada. E assim, as outras regiões que estão em conflito têm o mesmo papel como era acontecido. E mesmo

assim, todos os oficiais da força japonesa que penetravam nas regiões para a guerra, notoriamente já sabiam o que iam fazer. Ocupavam os territórios, destruíam tudo o que existia como forças armadas locais para os fazer desistir.

## Capítulo II - A II Guerra Mundial e Timor

### 1. Macau e Timor-Leste em dúvida na soberania portuguesa do Pós II Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial não apareceu do nada a assumir operações cruéis nos estados soberanos da Europa, conhecida na História do século XX.

É um acontecimento derivado do fim da Primeira Guerra Mundial e do quadro de decisões do Tratado de Versalhes em Paris, em 1919. Deste à Sociedade das Nações, tratavam das questões de segurança coletiva internacional com estados vencedores, apresentando vários assuntos a todos os países para melhorar a saúde, educação e outros trabalhos producentes e a vontade de diminuir o uso armamentista; além desses, aos estados responsáveis pela destruição são recomendados a indemnizar os afetados no período de grande conflito<sup>35</sup>.

O fim da Primeira Guerra Mundial marca a derrota alemã, extremamente debilitada em termos da economia local. Uma guerra que se descreve a civilização económica, capitalista e de côr liberal constitucional.

Os países destruídos no grande conflito continuariam cientes que seriam recompensados no quadro de decisões conseguidas. Delas surge uma série de bases de imposição à Alemanha, como país iniciador de hostilidades.

O próprio ambiente germânico, politicamente desenharia um possível antagonismo, traduzido na recusa às determinações do Tratado.

A França vê-se desesperado por ver a Alemanha a aliar-se a Rússia, no sentido de promover mutuamente o pacto para estabelecer a segurança dos seus territórios. O ato de aliança dos superpotentes tornaria um grande medo francês, de onde este resolveria atacar a zona Rur, em 1933 com apoio de Bélgica. Ocuparia o centro industrial em que aproveitaria todos os bens utilizáveis, aí produzidos em proveito próprio, porém, é uma tomada apontada muito unilateral<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> *Enciclopédia da História Universal*, Selecções de Readers Digest, 1999, p. 607;

<sup>36</sup> Kissinger, Henri, *Diplomacia*, Gradiva, 2002, pp. 229-233;

Na Segunda Guerra Mundial, muitos países da Europa são neutros na beligerância. Opção essa que seria de evitar dramas no campo de batalha pelas nações de pequenos e de médios poderes<sup>37</sup>.

O jogo político escolhido pelos estados na neutralidade e que muitos viriam a abandonar este rumo, de modo a inserirem-se no Eixo e que mais tarde seriam prejudicados; outros inclinariam aos Aliados, vencedores.

No quadro da esfera política atrás referida, muitos estados europeus a usariam para equilibrar as relações de amizade que vinham já afirmar-se como aliados tradicionais. O complexo ambiente se iniciaria nos primeiros dias do conflito, ao poder germânico do Eixo era seguido por muitos países. Ao longo do período, caracteristicamente crítico aos alemães, serão abandonados pelos seus parceiros<sup>38</sup>.

Importa-nos perceber da história do Tratado de Versalhes que traria uma série de bases impostas aos países provocadores de guerra (Alemanha, Itália e Japão) e constituintes do Eixo teriam má sorte, posteriormente – obrigados a indemnizar os países destruídos no grande conflito.

É certo que as decisões do Tratado pareceriam ignoradas, dado que o maior estado membro do Eixo veu a promover indústrias de guerra em grandes proporções para recuperar os seus territórios perdidos e restaurar a sua honra na arena internacional. Preocuparia, claramente, muitos estados europeus como Portugal viria apressadamente reorganizar o sistema militar<sup>39</sup>. Por outro lado, as figuras políticas germânicas se sentiriam oprimidas pela humilhação perante o descontentamento das suas populações. E à paixão pela guerra está em vias de rebentamento. E, de facto, os anos de 1939 -1941 começariam a hostilidade militar germânica e onde subjugariam a Polónia em setembro de 1939. De seguida toma o rumo à França, infelizmente pela inferioridade militar, esta ficou derrotada<sup>40</sup>.

Finalmente percebem que a Europa do século XX foi a era de ouro que bem nos pintou a sua sociedade. A civilização se ergue economicamente potente, capitalista e por outro, socialista. As estruturas físicas apareceriam pujantes, as escolas se admiram pelos seus éxitos, nunca vistos - o progresso físico e moral é uma hegemonia dos homens. Criou a centralidade revolucionária das ciências e do conhecimento, com que a Europa se afirmaria central das mudanças e das inovações. É admirada por

---

<sup>37</sup> Telo, António José, *a neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p. 20,

<sup>38</sup> Idem Ibidem, p. 21;

<sup>39</sup> Teixeira, Nuno Severino (coordenador), *Portugal e Guerra – História das intervenções militares portuguesas grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*, Edições Colibri, 1998, pp. 133-136;

<sup>40</sup> Zaloga, Steven J., *a invasão a Polónia: Guerra-Relâmpago*, Osprey Publishing, 2009, pp. 6 a 10 e 13ss;

muitos países conquistados e descobertos por seus militares, mercadores e missionários<sup>41</sup>.

A política de Adolfo Hitler cria posições de antagonismo inconciliável, no intuito de alargar os territórios germânicos. São estratégias que os governos da época planejaram atrás do expansionismo, aliadas ao mito de superioridade, militarmente moderna, como do caso alemão. Na ordem deste raciocínio, segundo a minha afirmação relativa a 1914, esta temperatura que vinha arrastando, leva com que a guerra seja acolhida com júbilo, como forma de clarificação da situação, mesmo no seio de alguns países.

É verdade que, na medida que as massas nos sistemas políticos dominam a preocupação das elites governamentais, surgem movimentos operários organizados, o movimento socialista, que não era novo, mas que agora cresce, até porque a industrialização alastra e se consolida.

Mais tarde, os direitos de associação política não eram reconhecidos, mas o medo ditou o reconhecimento na procura de algum diálogo, num processo que foi longo e nem sempre pacífico. Mas a tendência era para autorizar as associações sindicais e políticas.

Voltamos a II Guerra Mundial que, uma vez a Polónia estando subjugada, se tornaria num campo de concentração onde 15 mil intelectuais foram eliminados pelos alemães e 27 mil por russos, sem piedade. Em 1940, nos meses de abril e de maio, um conjunto de países não suporta e acabará por subjugar-se aos alemães (França, Holanda, Bélgica, Dinamarca). Mais uma vez impondo-se como grande estratégia e espalhando o seu poder sobre toda a Europa<sup>42</sup>.

Um comando especial alemão, segundo a versão do Norbert Frei de que assassinaria 33.771 judeus numa só vez, nas contiguidades de Kiev. Um ato brutal que tornou este imenso número de morte<sup>43</sup>.

O grande conflito do século XX, não é um acontecer de uma crise de que Portugal ignoraria estar tranquilo. O episódio levaria o governo de Estado Novo a preocupar-se em como dar resposta, quando do lado ibérico estaria uma guerra civil. Se porventura o conflito deste fosse ganho por republicanos, o Salazar conheceria a complexidade interna portuguesa<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Hobsbawm, Eric, *a era dos extremos, história breve do século XX, 1914*, Editora Presença, 1991, pp. 17ss;

<sup>42</sup> Frei, Norbert, *o Estado do Hitler, o poder nacional-socialista de 1933-1945*, Notícias, 2003, p. 197;

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*, p. 189,

<sup>44</sup> Telo, António José, *a neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p. 24;

Ao começar a explosão da II Guerra Mundial, os responsáveis do Estado Novo entrariam em contato com o governo britânico para concertar os planos para as futuras ações face ao grande conflito na Europa que se avizinhava. Aproximação que estaria associada a uma possível invasão alemã na Península Ibérica e em territórios portugueses.

Mantendo-se assim as conversações por entre chefes militares de ambos os Estados no quadro de estratégias de resposta e dos locais para o que vier e der. Com todas as preocupações que se sentiriam pelos dois Países, ao longo do período, os aliados declarariam a manutenção da neutralidade peninsular e a qual sem crise do pós guerra. Contudo, o Estado Novo transmitiria a sua opinião aos ingleses de não desejar uma política pela queda do governo espanhol, pois enfrentaria uma crise interna portuguesa. O apelo viria a ser acolhido, segundo as afirmações feitas nas anteriores declarações, pelas figuras de alto relevo aliadas e nem sequer pensariam perturbá-los.

Importa-nos perceber que a guerra iniciada por Adolfo Hitler, a 1939, alastraria-se ao Atlântico. Os seus submarinos afundariam muitos navios de guerra aliados, nas zonas próximas dos Açores, em 1943, nos seus primeiros meses. Porém, em resposta, os aviões dos E.U.A. destroem os do Eixo, nos mesmos espaços e os restantes acabariam por retirar-se do sítio de partida<sup>45</sup>.

É interessante recordar, ainda que já esteja referida em linhas anteriores, que o Hitler em 1934-1936 deixaria de cumprir as imposições do Tratado de Versalhes. O sucesso da indústria de armamento reposiciona-se à rápida guerra. A partir de 1936-1939, quer Itália como Alemanha lançariam em subjugar muitos países da Europa e fariam tremer muitas nações do mesmo continente, no século XX<sup>46</sup>.

O grande conflito era um evento de um sofrimento, historicamente triste para a humanidade do período em hostilidade. Torna-se como inspiradora a uma mudança no universo dos países colonizados face a potências ocidentais. O sentimento pela independência apela a reunião de todos os povos para tornar os seus territórios livres de dominação estrangeira. O horizonte político cresce e dilata-se. Complicaria os poderes coloniais até ao exaustão, reconhecendo a esses o direito a construírem-se em Estados independentes e soberanos<sup>47</sup>.

É dessas alterações que se assistem e originariam a história das colónias da África, Ásia e Indo-China como estados livres, conforme citados no livro de Noel Parker

O sucesso conseguido pelos povos é de matriz democrática. Suscita uma consciência humanamente moderna a ponto de se cooperarem com as suas antigas

---

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 35-59;

<sup>46</sup> Oliveira, Pedro Aires, *Armindo Monteiro*, Bertrand Editora, 2000, p. 171;

<sup>47</sup> Parker, Noel, *As Revoluções e a História*, Temas e Debates, 2001, p. 72;

potências de domínio e se compreenderem mutuamente em ajudas bilaterais, etc. Por outro lado, ajudaria os adormecidos a tomarem o mesmo rumo a alcançar a sua liberdade em serem senhores de si, um dia.

A nova história das sociedades colonizadas viria assim a assinalar de vez o regresso dos impérios ocidentais às suas cortes e palácios de origem.

No quadro deste projeto que me propus desenvolvê-lo, diria que à época contundente na Europa, do seu início, Adolfo Hitler se afirmaria com o seu sonho em tornar uma Alemanha espaçosa e poderosa. Apoderar-se das terras férteis para confortar o seu povo; reorganizar os setores económicos, arruinados na Primeira Guerra Mundial, no fundo, incidiria a atenção na indústria em grandes proporções de armamento, base fundamental para assegurar a hegemonia alemã, na Europa<sup>48</sup>.

A Guerra Civil espanhola é outro episódio mais perturbador na opinião de alguns estados, preparados enfrentar o conflito europeu. Aceleraria os governos de Mussolini, Hitler e da Rússia a cooperarem-lhe em apoios para o lado rebelde, o general Franco. Os ingleses e franceses de opiniões, totalmente dissipadas na desorientação uma vez conhecido o «Eixo» de Roma-Berlim, ocorrido em Outubro de 1936. Hitler uniria-se a Áustria em Março de 1938, de seguida a Checoslováquia. E o primeiro ministro britânico manteria encontro com o político alemão para perceber do que queria esse chefe germânico para evitar o abortar de guerra com os estados de fronteira com Alemanha. Contudo, os ingleses concluiriam na sua opinião ser difícil persuadir o Hitler a não ser só com uma força militar para o contrariar<sup>49</sup>.

A Europa metida no seu optimismo em afirmar-se de supremacia de uns sobre outros, e para lá do Extremo Oriente, o Japão é outra potência admirada na Ásia. Aliado de Berlim-Itália que se evolui bastante de sucesso económico como material bélico. De um sonho atrás do mito da superioridade marinha e da aviação o poria em guerra com os países da região. Igualmente incentivaria o seu povo a ideia de defender o seu país e avançar submeter outros estados na sua dependência, é questão bastante acolhida pelos seus líderes políticos à época<sup>50</sup>.

O grande conflito teria sido conhecido na Europa, por um motivo segundo parecesse isolar Alemanha do Pós I Guerra Mundial, no âmbito das decisões do Tratado de Versalhes, caracteristicamente de imposições. O Hitler empenharia em ignorar o enquadramento do Tratado através de uma série de planos e se retiraria da Liga das

---

<sup>48</sup> Parker, T. A. C., *História da II Guerra Mundial*, Edições 70, 1989, p. 17;

<sup>49</sup> Roberts, J.M., *História do Século XX*, Vol. I, Fundamentos, Editorial Presença, 2007, pp. 341-343;

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 302-303;

Nações e da conferência de desarmamento que aquela o incluiu número dos convocados<sup>51</sup>.

Na versão de Hitler queria que uma parte Checoslováquia de língua alemã dos Sudeta seja permitida unir-se à Alemanha, por estar inserida de pressão da I Guerra Mundial, no total de 3 milhões. Outros planos para efectuar em actos de ataque na Europa Leste/Ocidente (União Soviética e Grã-Bretanha) é uma temperatura a subir/descer na decisão germânica. Imaginaria cair sobre Ingleses mas achava-se melindroso devido a capacidade da sua aviação não é confiável actuar em solo britânico. Manteria o que teria sido traçado, e a marcha toma rumo à União Soviética de vontade acrescida. A ânsia de silenciar o Estaline assentaria no primeiro plano, de seguida à Grã-Bretanha. Um dos aliados no Extremo Oriente, igualmente se preocuparia no alargamento regional, conquistar mais territórios em seu favor – Japão. Seria impensável o nipónico abandonar esses planos por oficiais<sup>52</sup>

Os alemães ignorariam o pacto da não agressão, assinado com a União Soviética, em 1939, contudo, servindo-o como salvo-conduto à invadir a Polónia, antiga Prússia<sup>53</sup>. O território russo é surpreendido por uma força eficaz de três milhões de tropas germânicas e três mil e quinhentos carros de guerra tornarem o gigante país em três divisões, no quadro de uma conquista de impiedade a 22 de Junho de 1944. As forças apertariam os russos dias após dias, sendo os mesmos atacantes a ficarem assustados com a escassez de alimentação. Nas retaguardas das tropas russas, seriam apoiados por material de guerra e de alimentos pelos aliados, dando-lhes coragem em resistir ao exército inimigo. O confronto de ambos pesaria na tropa alemã, 150 mil soldados mortos gelados sem comer e por volta dos 91 mil ficariam prisioneiros dos soviéticos<sup>54</sup>.

Quando muitos Estados soberanos do século XX estavam desentendidos na Europa, o Timor português encontraria-se alheio de infiltração de certos japoneses, na Província, fingidos funcionários da Sociedade Agrícola, Pátria e Trabalho (SAPT) nos anos 30<sup>55</sup>.

O mito do Extremo Oriente escondido atrás do apetite pela Oceânia à época, tentava de várias formas ocupar Macau e Timor, o que levaria o poder de Lisboa a um esforço pela perda de sua honra junto dos aliados.

---

<sup>51</sup> Jr, Joseph, S. Nye, *Compreender os conflitos internacionais - uma introdução à Teoria e à História*, Gradiva, 2002, pp. 113-128;

<sup>52</sup> Hesse, Helge, *A História do Mundo em 50 frases*, Casa das Letras, 2011, pp. 200-206;

<sup>53</sup> Zaloga, Steven J., *a invasão a Polónia, Setembro de 1939: Guerra-Relâmpago*, Osprey, 2009;

<sup>54</sup> Letria, José Jorge, *Quem assim falou, grandes frases de todos os tempos*, Oficina do Livro, 2011, pp. 134-135;

<sup>55</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à desanexação*, Instituto Internacional de Macau, 2002, p. 32;

O desenvolvimento da situação da Ásia ocorreria em favor do império nipónico que pareceria uma grande preocupação aos interesses estratégicos dos E.U.A. e da Europa, de onde esses mesmos pretendiam tomar medidas imediatas.

A cadeia de notícias se circularia e fariam ânsias emocionais nos poderes ocidentais face ao acto promovido pelo império japonês sobre o Pacífico. Os representantes portugueses, ingleses e australianos teriam um encontro feito na Singapura, sem a presença holandesa. Um evento que os levaria em como traçar, entre eles, um plano de tampão para evitar um desastre na região.

Em Lisboa, um diplomata holandês avistaria-se com o secretário-geral do MNE referente aos progressos do avanço japonês. Queria informar-se do governo português, se porventura Timor-Leste for invadido qual seria a posição sobre o território português. Se porventura Lisboa estaria de acordo com a concentração de forças holandesas e australianas, em Cupão (Kupang). Ao que o mesmo político português lhe responderia de que, o Salazar queria consultar os ingleses. Quanto a força conjunta em questão, para o governo de Salazar afirmaria que não só destinada a defesa portuguesa em Timor-Leste, mas também aos interesses do aliado britânico<sup>56</sup>.

O Timor português assistiria a sua primeira invasão dos aliados, australiano e holandês, a 17 de Dezembro de 1941, no sentido de neutralizar os propósitos em eminência<sup>57</sup>. A situação do lado nipónico evoluiu na sua operação de esfrangalhar as resistências do Pacífico, tendo seus aviões afundado a esquadra britânica de Singapura e permitiu-lhe livremente o controlo marítimo<sup>58</sup>. O governador (português), Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho, percebendo não haver outra alternativa a presente situação, uma vez a Província encontra-se na longividade da Europa faria o que estaria na sua possibilidade. Mantendo a ideia de um País de neutralidade em beligerância, transmitiria aos administradores de circunscrições da Província segundo as instruções recebidas do governo central de Lisboa<sup>59</sup>.

Todas as atenções em vista, promovidas pelo governo de MetrÓpole de se evitar uma surpresa japonesa na região, cada vez se ocorreriam contra a velocidade de tempo. Vendo os esforços sem a hipótese de contrariar Timor das tempestades, este ficaria a sujeitar-se para o que vier e lhe der.

---

<sup>56</sup> Idem, Ibidem, pp. 33-34;

<sup>57</sup> Oliveira, Luna, *Timor na História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, 2004, p. 57;

<sup>58</sup> Idem, Ibidem, p. 52;

<sup>59</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, pp. 37-38;

Como é afirmada a notícia referente ao avanço nipónico, em desenvolvimento de sucessos, a 20 de Fevereiro de 1942, é igualmente confirmada a invasão de Timor-Leste pelas forças do Extremo Oriente<sup>60</sup>.

A capital timorense testemunhara a primeira entrada de 380 oficiais e soldados australianos, imediatamente conduzidos a instalar-se na montanha Na Suta, 25 km para o interior; 1200 soldados holandeses e quase todos javaneses, enquadrados por oficiais europeus. Lançaram-se, imediatamente, na construção de abrigos e trincheiras ao longo da praia para metralhadora anti-aéreas. As ruas e estradas eram vedadas por arames farpados. Em poucos dias, o mesmo comandante aliado impôs ao governador que a Companhia de Caçadores de Timor fosse transferida para longe da cidade, suspeitá-la de preparar-se a atacar a força aliada. Perante a situação em evolução crítica, o governador não conseguiria dissuadir o tal oficial, resolveria a mudança da Companhia para Maubisse, comandada por capitão Freire da Costa e tenente Liberato<sup>61</sup>.

Todavia, Salazar previa que o império português estaria sob ameaça, achando-se difícil de garantir a segurança às ilhas atlânticas e às possessões na Ásia. No quadro de suas imaginações decifrariam a uma hipótese de perder Macau e Timor do Pós II Guerra Mundial, que os antepassados as converteram em cultura civilizacional europeia e em convivência secular. Ainda que tivesse preocupações que se cresceriam ao correr dos tempos pareceriam estar desprendidas do beneficiário. Por outro lado, os aliados ingleses e E.U.A, queriam conservar os seus interesses no Médio Oriente e na Ásia, onde pretenderiam ocupar as bases nos Açores e no Cabo Verde para os serviços de aviação. São regiões de maior importância<sup>62</sup>. Na opinião do presidente americano, senhor Roosevelt queria entrar em força, sem prévio acordo. Decisão que não era bem acolhida pelo primeiro ministro britânico, senhor W. Churchill<sup>63</sup>.

Quando o conflito se explode no Pacífico, a base naval dos E.U.A, Pearl Harbour era fragilizada pela força japonesa, aliada "Berlim-Itália"<sup>64</sup>.

É de recordar que, à época, as ilhas da Insulíndia eram de matérias-primas em abundância à cobiça estrangeira. Tanto que, um pouco antes de hostilidades, o Timor português passaria a ser uma afluência de transportes aéreos enquanto a província não dispunha nenhuns passageiros. Em paralelo, os japoneses, australianos e

---

<sup>60</sup> Idem, Ibidem, p. 39;

<sup>61</sup> Carvalho, José dos Santos, *Vida e morte em Timor durante a II Guerra Mundial*, Composto e Impresso na Gráfica de Lamego, 1972, pp.31-32;

<sup>62</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Dom Quixote*, 2010, pp. 291-295;

<sup>63</sup> Paço, António Simões de, *os anos de Salazar 1943-1945, «o governo inglês pediu e o governo português concedeu»*, Centro Editor PDA, 2007, pp. 16 a 25;

<sup>64</sup> Liberato, Capitão António Oliveira, *O Caso de Timor*, Portugália Editora, s.d. p. 15,

holandeses passariam por lá jogar as suas influências. Os EUA não queriam que fosse afirmada a expansão nipónica no Pacífico, a qual na província portuguesa, os holandeses acompanhariam os desenvolvimentos japoneses<sup>65</sup>.

Já os britânicos ficariam a braços com a tempestade germânica que arrasa a Europa, enquanto os sustentáculos do império inglês na Ásia são afundados pelo ímpeto nipónico. E para Timor que é do império lusitano europeu, não dispõe de condições militares à defesa de sua terra, ficará abandonada como velha barça das monarquias europeias, encalhada na Oceania, rodeada pelos gigantes, em hostilidade, de carácter marcante<sup>66</sup>.

O Residente de Kupang (alto funcionário) é acompanhado por cônsul australiano Ross e de um tenente-coronel holandês que apresentaria ultimato a governador, exigindo-lhe o consentimento para o desembarque de tropas austro-holandesas, destinadas a ocupar Díli. Em torno da presente imposição, o governante da colónia reuniria-se com todos os chefes dos serviços na capital, para dar resposta do pedido formulado. Enquanto as opiniões destes se decorrerem sem uma solução afirmada, já as forças aliadas estariam desembarcadas na foz da ribeira de Comoro a oeste de Díli. Sem alternativa ao sucedido, a autoridade da província ficaria mantido na sua residência oficial, em Lahene, em sinal de protesto contra o acto organizado<sup>67</sup>.

No século XX, a região do Pacífico era de uma época de grandes certezas das contradições antagónicas a acontecer. E, entretanto, para Timor se registaria a entrada de um diretor japonês da Nanyo K. Kaisha, senhor Kuribayashi, societária da SAPT, acompanhado de dois secretários e que se demorava oito dias, em Díli. Esse teria uma conferência com o governador da província para obter uma concessão de terrenos à exploração de fibras algodoeiras, na quantidade de cinco a seis mil toneladas. Pretendendo de mão-de-obra timorense à actividade, dirigidos por técnicos japoneses. A própria autoridade local, sem demora, daria resposta dizendo não haver pessoal indígena para tal projeto tratado. Acrescentando que o governo não pode ocupar os terrenos dos naturais para as empresas, uma vez que esses são de utilidade para a economia local. Não está na agenda para a exploração de algodão, ainda que tal proposta fosse concretizada pelos tratores agrícolas em substituição da deficiência de mão-de-obra timorense<sup>68</sup>.

O nipónico acharia insucesso de suas intenções formuladas, e de seguida solicitaria o governador sobre a exploração petrolífera, nas localidades que já teriam sido de

---

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 18-129;

<sup>66</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 20-24;

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 36-38;

<sup>68</sup> Carvalho, governador Manuel de Abreu Ferreira de, *Relatório dos Acontecimentos de Timor de (1942-45)*, Edições Cosmos, IDN, 2003, p. 31;

conhecimento. De igual modo, o governante dizia não ser capaz a tal permissão, dado o assunto ser tratado ou do critério do ministério, em Lisboa<sup>69</sup>.

Quando a crise de hostilidade começaria a ser perturbadora para os países da região, o governador preocupava-se pela inexistência de condições, pois uma vez a ceder ocorrência em Macau terá a mesma repercussão em Timor. Sabendo que o império japonês é o receio do Pacífico, pelo que à impressão do governante é não esquecer as políticas de boas aproximações pelo poder de Salazar com os aliados<sup>70</sup>.

Como se refere, a guerra se explodiu no Extremo Oriente (Manuel A. F. de Carvalho, p. 28) e o território português ficaria surpreendido pela invasão nipónica, em 20 de fevereiro de 1942. Desse evento, se avistariam por entre as tropas, os japoneses que passavam na colónia como fingidos funcionários da SAPT.

Durante as primeiras ocupações de Díli pelas forças aliadas, uns javaneses do lado holandês pareceriam enlouquecidos de maior heroicidade resolveriam arrear a bandeira nacional, no Palácio do Governo. Logo que o governador soube do evento protestou de imediato junto do comandante aliado. O tenente-coronel Van Stratten pediu desculpa a autoridade portuguesa da colónia, prometendo-lhe não voltar a acontecer no futuro. A bandeira voltará a ser içada com prestações de honras devidas pela mesma companhia que tomara tal atitude indesejável<sup>71</sup>.

Dada a preocupação do governo central de Lisboa ao facto de a colónia encontrar-se numa situação indefensável perante a hostilidade japonesa, ordenaria organizar forças expedicionárias, em Lourenço Marques, Moçambique com vista a desembarcar-se em Timor. As instruções recebidas em Díli, era de que Baucau seria local de alojamento para as forças chegadas nos dias 21 e 22 de fevereiro de 1942<sup>72</sup>. A notícia de chegada se tornaria um grande pesadelo a partir do dia 20 do mesmo mês e ano. Data inicial que os japoneses se apresentariam senhores, na capital timorense, enquanto as forças aliadas que se justificavam de resistência, cada uma escolheria a fuga ao interior do território<sup>73</sup>.

À época, a quem estava como testemunho ocular, afirmava a força dos amarelos, no território português. A capital passaria imediatamente a um movimento labiríntico. As populações, umas anseiam-se em sair depressa à procura de refúgio nas montanhas. As explosões se sucedem sucessivamente, em Díli, e nenhuma das pessoas saberia explicar a origem, precisamente na noite do dia 19 de fevereiro de 1942. As casas são alvo de estilhaços de equipamentos destruidores. Em paralelo, o silibar de granadas é

---

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p. 32;

<sup>70</sup> Idem, Ibidem, pp. 36 e 37;

<sup>71</sup> Liberato, Capitão António Oliveira, *O Caso de Timor*, Portugália Editora, s.d. p. 46;

<sup>72</sup> Idem, Ibidem, p. 47;

<sup>73</sup> Idem, Ibidem, p. 51;

outra novidade fúnebre que assinalaria algo para acontecer por breve. Em acordo com a descrição do capitão António O. Liberato, a colónia ficaria sem forças nenhuma, por os javaneses, ditos aliados, saíam pelas encostas em direcção à fronteira-sul. Ordenados em organização nas zonas de postos administrativos (de Timor) da fronteira: Fohorém, Fatu Mean, Fatu Lulic, Lolotoe, e Lebós para defender Kupang. O comandante aliado, tenente-coronel holandês Van Stratten se refugiaria na Austrália e era substituído pelo major australiano, Spencer<sup>74</sup>.

No quadro de uma percepção, no século XX, na Oceânia, de acordo com as informações apresentadas pelo representante da província ao ministério das colónias, referindo a saída dos súbditos do império do Extremo Oriente da Batávia. Sinais que evidenciariam a ânsia nipónica para formalizar as suas intenções sobre os países na sua agenda tão aguardada. Assim aconteceria um recuo de cooperação comercial dentro de Jacarta/Tóquio.

O Japão faria tremer Portugal quanto a situação de Macau, quando as forças amarelas queriam ocupá-la para a base naval. O estado das coisas deste território conheceria os seus piores. Para Timor, o governador ficaria de comunicações cortadas com a Metrópole, isolado do mundo exterior<sup>75</sup>.

Durante a ocupação amarela, no primeiro período, à capital timorense, a população abandona-a para as montanhas. Para o concelho de Ermera, uma zona que acolhia maior número de famílias, europeias, mestiças, chinesas e naturais. Praticavam o trabalho de produção de café e outros produtos naturais e tanto como os provenientes de Portugal. Nesta região, todos aí refugiavam, gozavam uma corrente de simpatias pela causa de Timor. Às forças nipónicas aí chegavam a assistir o trabalho dos nativos na agricultura de produtos de café, diversos próprios de Timor e outros de origem portuguesa. O ocupante faz patrulha, no sentido de descobrir os australianos. Interrogadas as pessoas do paradeiro e responderiam sem saber deles<sup>76</sup>.

Para todos os efeitos, os australianos não tinham condições materialmente disponíveis e efetivos para antagonizar os samurais. Contudo, de um momento para outro, umas ações aliadas desestabilizariam as ligações de comunicação nipónica, fazendo com que as vigilâncias ficassem em constante alerta. Noutras ocasiões ainda resolveriam abater as forças inimigas. Essas pequenas ações inquietantes ao povo timorense, nos seus encontros, nas povoações de seu espírito fantasista comentassem entre eles de que os australianos eram heróis invulneráveis, em Timor.

---

<sup>74</sup> Idem, Ibidem, pp. 57-61

<sup>75</sup> Carvalho, governador Manuel de Abreu Ferreira de, Relatório dos Acontecimentos de Timor de (1942-45), Edições Cosmos, IDN, 2003, pp. 66-68;

<sup>76</sup> Liberato, Capitão António Oliveira, *O Caso de Timor*, Portugália Editora, s.d. pp. 66-67;

Para o português, de um temperamento meridional, de postura sonhadora que realista, noutras vezes que surjam notícias em favor dos australianos é sempre disposto acreditar em feitos heróicos, ainda que fossem inverdades, com natural propensão para o maravilhoso.

Em Macau, os japoneses ainda manifestavam algum respeito a população, até esse sinal acolheria muitas famílias fugidas de Hong Kong para se proteger dos males de presença estrangeira<sup>77</sup>.

O teatro em curso, os aliados andariam decifrar de que o japonês não havia de concretizar os seus planos ainda que nos locais onde passava marcava drama de enormes dimensões, tanto que estudariam as hipóteses para criar uma comissão para receber a rendição prevista, após ter despitado o heroísmo do império nipónico pelos EUA bombardear Nagasaki e Heroshima, em agosto de 1945.

É neste cenário preparativo que se pairam em círculos aliados a divergência de entendimento. O comandante destes Mac Arthur, no Pacífico afirmaria na recepção seriam os homens da força conjunta e não pelos militares ou funcionários das colónias privados pela força de ocupação, na região. Por outro lado, o governo de Camberra comunicava a autoridade londrina referente a rendição estariam prontos os oficiais australianos que conduziam a guerrilha em Timor e não por forças ou funcionários portugueses. Alegando que os portugueses só queriam para si o papel importante nas cerimónias de rendição, acusando-os sem prestar algo de bom para a colónia. Lisboa vendo o interesse de Camberra a cresces pelo território nestas circunstâncias voltaria a pressionar Londres sobre a presente crise face às forças mercenárias portuguesas em Moçambique à Timor, para participar na recepção de rendição nipónica. O governo de Austrália volta a comunicar a Inglaterra para demorar os pedidos de Lisboa para que Camberra tivesse tempo organizar os seus homens para receber a rendição e conversar com Lisboa sobre acordos comerciais e de transportes aéreos.

Salazar não estava satisfeito com a proposta de Londres alegando que umas forças australianas e o governador de Timor fossem juntos nas cerimónias de recepção de rendição. Entretanto, Lisboa achava-se, recusado às forças expedicionárias entrarem, em Díli o que atormentava a cabeça de Salazar. Ao mesmo tempo o governo de Lisboa ainda negociava com os EUA relativa a concessão da base das Lajes dos Açores e que o seu cliente solicitaria manter as suas bases aéreas do Pós II Guerra Mundial. O diálogo em questão tocava também das intenções australianas donde os americanos não ficariam entusiasmados com tal atitude. O governo de Camberra

---

<sup>77</sup> Oliveira, Pedro Aires, *os despojos da Aliança, a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1946-1975*, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, p. 135;

passa desistir de suas ideias relativas a colónia portuguesa e até fora pressionado pelo governo britânico<sup>78</sup>.

Quanto às questões de aliados associadas a ocupação de Timor, em 17 de dezembro de 1941, era resultado das pressões australianas sobre Londres. Alegando Timor sem prováveis forças para que Camberra esteja à vontade nas breves invasões nipónicas a colónia portuguesa. A sua retirada seria irreal atendendo as forças portuguesas não seriam possíveis chegarem a Díli, segundo a previsão do Dr. Armindo Monteiro, embaixador português junto de Londres. Este por sua vez apela a Salazar para manter boas relações com os britânicos. Por outro lado os ingleses solicitariam a Portugal a concessão da base de Lajes dos Açores para o destacamento da aviação aérea britânica. Tiveram muitas discussões sobre a segurança nacional portuguesa e do material de guerra requerida pela Lisboa. Ameaçavam ocupar os Açores pela força britânica e americana, o que levou ao primeiro-ministro Churchill telefonar de Washington e instruir o departamento de Foreign Office a informar Lisboa de recusar o pedido que Açores seria ocupado a força. Na ideia de Foreign Office seria melhor não utilizar a tal opção, um pedido formulado no âmbito da Aliança, o Salazar aceitaria. As conversações de ambas corriam sem desentendimento de maior a ponto de assinarem o acordo, em quatro de outubro de 1943. Em torno da velha Aliança como nos presentes acordos afirmados Portugal não esconderia a sua preocupação relativamente ao caso de Timor. Em resposta, os ingleses prometeriam não retirar as forças aliadas em Timor, mas sim, não-de ser absorvidas<sup>79</sup>.

Importa-nos recordar em 1942, quando a colónia estava mergulhada duramente nos domínios japoneses, o filho do régulo D. Aleixo, Alexandre ficava em companhia de dois sacerdotes portugueses Norberto de Barros, Manuel Pires e o deportado Luís Ferreira da Silva. Estes são assassinados pelos ocupantes amarelos quando avançavam à região de Ainaro, os seus corpos, deixados junto da igreja ao festim dos cães que vagueavam por lá. A fatalidade estava associada a credibilidade da fé em ir ao encontro dos samurais na tentativa de demovê-los de hábitos indesejáveis a população civil o que resultaria num triste êxito. Facto que o D. Aleixo Corte Real já os avisara por emissário para se afastarem da direção dos inimigos<sup>80</sup>.

Timorenses mortos, atingindo os portugueses na colónia e o governador seriamente acusado pelos japoneses em manter contatos com os australianos escondidos no território. Por outro lado, a circunstância gera revoltas indígenas ocorridas, em quadros

---

<sup>78</sup> Idem, Ibidem, pp. 136-138;

<sup>79</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Dom Quixote*, 2010, pp. 303-309;

<sup>80</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal* Vol. IV, Fundação Oriente, Lisboa, 2004, pp. 157-163;

locais contra os portugueses, às vezes, são conduzidos em resultados fatais, sem socorros!

O inimigo fragiliza as zonas de região central da colónia, pondo a população em constante mudança em busca de refúgio, em sítios de difícil penetração. Causaria a escassez de mantimento e de difícil protecção de seu gado. O régulo D. Aleixo Corte Real, homem de confiança portuguesa, desde na sua juventude colaborava os militares lusos na construção de infra-estruturas em áreas de Ainaro. Não faltava da sua ajuda aos soldados australianos de guerra de guerrilha e aos próprios portugueses em alimento e em refúgio de segurança em conformidade de suas possibilidades. Vendo-se ensombrado pela constante perseguição nipónica a sua região, organizava três postos com respectivos comandantes em oposição a marcha samurai. Durante meses, os amarelos conheciam o seu maior flagelo que consistiria em mortes uns atrás dos outros nos íngremes difíceis de dispersão por flechas desprendidas de esconderijos e pelas pedras soltas de grandes alturas.

O século XX de uma guerra imperial ocorrida de ligações Berlim-Roma-Tóquio onde o Japão exerceria a hostilidade no âmbito de postura militar sobre o Pacífico até o Timor ser castigado de todas as maneiras. É nesta situação de complexidade na colónia que se denota igualmente a complexidade dos nativos perante as estrangeiras ocupantes. Em fevereiro de 1942, o amarelo lançaria panfleto a população, alegando atacar os aliados como os Países Baixos e Australia, seguidores do Reino Unido, e ocupare um País de neutralidade. Porém, a propaganda se inverteria em vítima dos timorenses, portugueses, chineses. Bombardeavam as instituições públicas onde estariam asseguradas pelos portugueses. A catedral de Díli se transformaria em escombro pelos aviões nipónicos, formas usadas para eliminar lentamente a soberania colonial<sup>81</sup>. Uns timorenses entrariam a colaborar com os ocupantes para consolidar a situação no território e beneficiar de sua presença. Em paralelo, o comando amarelo informaria a Lisboa alegando as más atitudes do governador e restantes responsáveis da administração, em proveito daquele sem ter ligações com o poder central de Lisboa. Facto que estaria sob decisão dos japoneses. Estes trariam muitas pessoas de Kupang em apoio de «coluna negra» para fazer renascer a guerra de Manufahi de 1911-1912 com o poder colonial. Vendo os portugueses já na sua instituição, militarmente vulnerável, os revoltosos atacariam Aileu em agosto de 1942 que resultaria na morte de cinco soldados portugueses. O comandante da companhia de caçadores de Aileu, capitão Freire da Costa tentava defender o quartel do ataque noturno, infelizmente sem sucesso. Este acabaria de ser atingido por tiros e onde a

---

<sup>81</sup> Martinho, Capitão José Simões, *Vida e morte do régulo timorense D. Aleixo Corte Real*, 1947, p. 28;

própria esposa ficaria totalmente estrangulada pela dor e tristeza e resolveria assassinar-se na mesma circunstância. No dia seguinte, uns japoneses apareceram a assistir ao enterro do capitão Freire da Costa e sua esposa D. Maria Eugénia, o médico Dr. Pedroso, secretário Gouveia Leite e o chefe do posto auxiliar; de seguida, os quatro cabos Costa, Madeira, Maher e Florindo com soldados timorenses. Um ataque influenciado pelos homens de Atambua e pelos de Atapupo para assassinar os europeus. Arreavam a bandeira verde-rubra e a substituir com a do império nipónico. Os sobreviventes europeus seriam ordenados a seguir a pé para Díli, depois de serem roubados os seus haveres e de valores (Luna de Oliveira, *Timor na História de Portugal*, Vol. IV, pp. 171-186). Em seguimento dessa atitude, igualmente ocorreria em Maubisse no mês de outubro do mesmo ano, os naturais pareciam descontentes e manifestavam o seu desgosto em oposição aos portugueses. Desta vez algumas autoridades tradicionais não viam com bons olhos, adeririam com seus súbditos de Ainaro e de Same a um contra-ataque dirigido por parte do governo que ficaria extinto o grupo rebelde<sup>82</sup>. Os responsáveis pelo ataque noturno seriam todos igualmente assassinados pelas forças do governo e ficaria assim o grupo desmantelado (Luna, Volume IV, p. 168).

O ocupante em força opta por esconder a mentira atrás de respeito pela neutralidade portuguesa para eliminar lentamente a administração, pelo que reuniram todos os portugueses na colónia, no total de 600 pessoas concentradas em Liquiçá e em Maubara. À falta de alimentos, água e de assistência médica morreriam muitas e os que sobreviveriam em manifestações cadavéricas. Concentrações ficariam a cargo de soldados japoneses e de espões naturais. Havia um médico português e dois japoneses para tratar da saúde, infelizmente as suas funções não estavam ativas normalmente por escassez de medicamento. Os relatos nos descrevem que o Hospital de Lahane manteve-se aberto durante a ocupação, nem sequer o forneciam com medicamentos pelos ocupantes. Muitos naturais doentes acolhidos não teriam tratamento dados a inexistência de medicamentos, eram entregues a si próprios<sup>83</sup>.

Os naturais são mobilizados para a construção de estradas em todo território e da aviação de Fui Loro, em Lautém com vista a vigiar as partes em acesso marítimo voltadas a Austrália<sup>84</sup>.

O número dos atacantes cresce na colónia, colocaria de imediato os assaltos aliados em grande dificuldade, ainda que a aviação destes bombardeassem umas vezes por semana os sítios onde estariam os nipónicos, mas a população nativa e os

---

<sup>82</sup> Gunn, Geoffrey C., *Timor Loro Sae: 500 anos*, Livros do Oriente, 1999, pp. 247-249;

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*, p.250;

<sup>84</sup> Idem, *Ibidem*, p.253;

portugueses não escapariam dos efeitos diretos. Nas condições precárias que os soldados australianos se encontrariam, resolvem sair para o país por navio ARUNTA, marinha australiana em 10 de janeiro de 1943, em Kicras. Outro grupo ficaria para o próximo embarque em de 10 de fevereiro. Um reduzido número de soldados ficará na colónia à espera de novos desenvolvimentos dos samurais, facto que determinaria futuros cenários para a tomada de guerrilha.

As descrições citadas na obra de Luna Oliveira nos pintam quando os japoneses achavam-se senhores na colónia portuguesa, atuavam pelo dever agressor, nem sequer manifestariam o mínimo de respeito pelas figuras de culturas de civilização europeia. Recordando-se a um grupo de militares motorizados em patrulha, as vilas de Quelicai e de Ossu. Ficavam furiosos com a ponte (de Loi Huno) entre Ossu e Viqueque) reparada, destruída pelos holandeses. Querendo descarregar a sua má fé, entravam recebidos pelo padre Jaime Garcia Goulart com seus colegas na missão. Estes são interrogados pelo paradeiro dos seus inimigos australianos, tendo o pedido ficado num mutismo absoluto. De seguida, uma reação maléfica em bofetada no superior da missão, padre Jaime Goulart, futuro Bispo de Díli – na face do ungido do Senhor elevou até o exemplo de Cristo, cuja Cruz abraçava. Ameaçavam-os de morte e com todos os tratos bárbaros atribuídos, mas os missionários não ficavam preocupados com a tamanha situação<sup>85</sup>.

A barbaridade se estenderia a ponta leste, Lautém, que se consistiria no suspeito das pessoas em colaborarem com os australianos, escondidos pelo acto de guerrilha. Abria-se inquéritos as pessoas, castigá-las severamente para satisfazer as suas expetativas. Mataram os deportados portugueses daquela zona e um chefe do suco local, chegaram a assassinar o administrador daquele concelho e esposa pelo grupo de “coluna negra”. Nessa circunstância, muitas receavam pela vida decidiam fornecer bens de valores aos homens para se escaparem de morte. Outros inquiridores aperceberiam de muitas sem informação dos aliados pareceriam mostrar a fidelidade pelas verdades e entregá-las aos chefes como fizera Pilatos no julgamento de Cristo. Porém, os deportados são mortos: António Teixeira, Mário Gonçalves, Raúl Monteiro; o administrador do concelho, Manuel de Barros e esposa D. Maria de Barros (Luna Oliveira, Vol. IV, p. 205).

As autoridades portuguesas e australianas organizavam a população ao embarque a Austrália em sete turnos, no total de 360 pessoas de diferente raça, cor e estrato social, incluindo o futuro bispo de Timor, D. Jaime Garcia Goulart. Nessa travessia de dureza, não continuaria por proibição do capitão australiano Borodest pôr a zona

---

<sup>85</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal* Vol. IV, Fundação Oriente, Lisboa, 2004, p. 174;

australiana em que as suportaria com bens alimentícios já sem capacidade (Luna Oliveira, Vol. IV, p.206).

Atendendo ao pedido formulado pelo capitão aliado, o tenente Manuel Pires decidiria instalar dispersas as pessoas em grupos, nos sítios seguros, como montanha de Mate Bian e noutros sítios as pessoas órfãs, viúvas de oficiais mortos e com as naturais.

No combate tremendo ocorrido nas áreas de Ainaro, Letefoho e Ermera, as forças dirigidas por D. Aleixo Corte Real, o Nai Chico abatera um dos aviões dos samurais que fustigavam a região<sup>86</sup>.

Além das perturbações australianas em chacinar os samurais em pequenas operações de guerrilha, o chamado Timor de Estado de neutralidade, nas perceções inimigas estaria a colaborar os aliados pelos régulos da colónia contra a presença japonesa.

Os ocupantes resolveriam marchar para a região onde estava a resistência de D. Aleixo Corte Real com seus homens. Estes achariam que cedo ou tarde os inimigos lhes causariam se não mudassem as medidas em conformidade das circunstâncias em curso. O régulo dividia as suas forças em três grupos com respetivos comandantes. Um destes destacaria-se num dos sítios visíveis para atrair o ataque de samurai, enquanto o liu rai (régulo) sai do refúgio com a família e outras forças em companhia para outro local de abrigo por sentir falta de apoio logístico. “O rei transmitia os seus pensamentos aos seus homens para não esquecerem dos portugueses e respeitar a sua bandeira; não os envergonhar” e os timorenses que sobreviverão terão que comunicar as palavras de D. Aleixo aos próprios portugueses. O percurso feito, ao qual os passos dos combatentes não são ignorados pelos homens da “coluna negra” da mesma região. Uns homens desta organização teriam encontro com D. Aleixo e lhe entregariam uma proposta de paz nipónica. Porém, sem sinais de resposta dada para transmitir aos oficiais japoneses e dias a seguir pareceriam sem confrontação. Noutro encontro, os mensageiros convenceriam o liu rai ir com eles a apresentar-se na administração amarela com a família e suas forças. Pelo caminho alguns homens que conheciam D. Aleixo lhe diziam que os nipónicos gostam muito da sua fidelidade à administração portuguesa. Não há-de acontecer coisa má ou maltratá-los. Os japoneses querem trabalhar com *liurai* (régulo).

Uma cilada era bem montada. Chegam ao posto administrativo de Hatudo é lhe retirada a arma e dos leais súbditos. É neste momento que o régulo sentiria o perigo de maior dos amarelos de impiedade. Conduzido a secretaria, vigiado para que a situação imposta não se alterasse em outra medida. A família e os combatentes são

---

<sup>86</sup> Idem, Ibidem, p. 213;

todos presos. Falando entre si que em breve saberiam da resolução aplicada, absolutamente implacável.

De seguida, os oficiais iniciariam o interrogatório. Lá fora se ouveriam gritar dois chefes de Betano, Siri Buti e de Hatudo, Cabo Bere dizendo que o régulo e Nai Chico têm que morrer, porque são maus, leais portugueses: os dois já estiveram em Portugal, nunca ajudaram os japoneses em Timor. O liu rai e outros ao ouvir os insultos ficariam ensombrados.

Na difícil situação em que se encontravam, o terceiro filho de D. Aleixo, Alexandre fingia-se pedir o guarda para estudar cá fora a situação criada pelos inimigos. O homem lhe abriu a porta e o recusaria atender o pedido. Voltava ao quarto de detenção. Descontente, de insistência tornar-se-ia junto da sentinela e nada o satisfazer. Atirava-se em luta desesperada com a sentinela. A prisão arrombada, todos se envolviam em luta, de morte, corpo a corpo com os oficiais: - «A nós só os Portugueses podem prender». Multiplicavam timorenses, japoneses numa luta desigual, no posto de Hatudo. Nesta última decisão anti-japonesa tomada, que o régulo D. Aleixo se tombaria e com todos os filhos, Alexandre, Adriano, Benjamim com mais trezentos timorenses mortos<sup>87</sup>.

Na referente tragédia, encontrava-se uma filha bonita de pai europeu e de mãe timorense, inquietava os olhares de cobiça da horda sanguinária, quer japoneses como naturais rebeldes. Disputavam-se por entre si pela posse da rapariga prisioneira. Arrastavam-na nua, entre timorenses e nipónicos. Não havia hipótese de se defender dos ataques, por último apareceria um furioso timorense que ao decapitar a cabeça, grita: «**não serás minha, mas não poderás ser de outro**»<sup>88</sup>.

Pela mão dos amarelos, na destruição das infra-estruturas, entre os padrões como testemunho da colonização portuguesa, sobressaía a elegante catedral de Díli, fruto de muito labor e pertinência das missões católicas<sup>89</sup>

À época se afirmaria uma visita do tenente-general comandante em chefe das forças nipónicas, vindo das Índias Orientais, atual Indonésia a Timor. Chegava a visitar a concentração dos portugueses em estado de miséria, em Liquiçá, onde as autoridades portuguesas ofereciam-lhe jantares de diplomacia. Na intenção de uma hipótese de mitigar a situação vivida pelos lusos, concentrados, prometendo-lhes enviar medicamentos, géneros alimentícios para desafogar a tamanha crise. Os dias

---

<sup>87</sup> <sup>87</sup> Martinho, Capitão José Simões, *Vida e morte do régulo timorense D. Aleixo Corte Real*, 1947, p. 32;

<sup>88</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal* Vol. IV, Fundação Oriente, Lisboa, 2004, p. 217;

<sup>89</sup> Idem, *Ibidem*, p. 241;

sucedem-se uns atrás dos outros, as promessas do comandante do império do extremo oriente se desfazer-se-ão (p. 244).

O episódio de bombardeamento de bomba atômica, ocorrido a 15 e 25 de agosto de 1945, castigava Japão na Hiroshima e no Nagasaki teria conhecido na colónia lusa como o maná descido do céu nas almas sofridas, em sua terra. Uma alegria, de imediato pairava na comunidade timorense nos respetivos campos de refúgio e de residência, em mais de três anos de inferno (p.259).

Em todo o caso, a guerra que arrasava o Pacífico em 1940-1945, Timor era então colónia portuguesa, a sua população teria uma perda na ordem dos 60 a 70 mil naturais, em defesa da neutralidade e dos ocidentais pela mão dos samurais<sup>90</sup>. As mulheres sofreriam de muitos actos animais dos ocupantes, nem sequer um respeito mereciam durante a II Guerra Mundial.

Finalmente, as forças expedicionárias referidas nas anteriores páginas, chegariam em Díli, nos últimos meses de 1945, a partir do dia 27 de setembro até 4 de janeiro de 1946. Eram recebidas de honra e de grande alegria pelos régulos naturais da colónia. O próprio comandante Roque de Sequeira Varejão, brigadeiro de artilharia quem comandava. Ficaria admirado de como constatava o amor e a lealdade das autoridades tradicionais e com seu povo para com Portugal.

No total de 2233 militares, após estarem presentes em Timor, fariam a sua distribuição para todos os concelhos e postos administrativos para revitalizar o território. Milhares de peças de vestuário vindas de Sofala são distribuídas aos naturais<sup>91</sup>.

## 2. Potências europeias cansadas de encararem as oposições coloniais no final da II Guerra Mundial

O Pacífico volta a reconstruir-se e a tratar do cenário de futuro, após ter confirmado a total retirada de japoneses dos territórios ocupados. As populações encontrariam faltas de seus bens, casas destruídas e dos parentes perdidos; as estruturas físicas que promoviam os interesses públicos e particulares se tornariam em escombros, a economia é arruinada: tudo é proveniente de quadro de hostilidades.

---

<sup>90</sup> Magalhães, António Barbedo de, *Timor-Leste na Encruzilhada Transição indonésia*, Fundação Mário Soares, Gradiva Publicações, Lda, 1999, pp. 38ss;

<sup>91</sup> Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol. IV, Fundação Oriente, Lisboa, 2004, pp. 275-299;

É verdade. Os sentimentos pela revolução à autogoverno das colónias surgiram nas regiões de domínio britânico, em zonas brancas por exemplo: Canadá, Austrália, Nova Zelândia e até África do Sul. À oposição vê-se garantida de suas potencialidades económicas para assegurar a proposta autonomista ou pela independência dos povos em domínio que se viam indiciar a partir de 1907. O constante apelo a novas medidas pelos chefes de massas pareceria atrair audiências em massa a abrir-se em leque a outras colónias do mesmo poder ocidental (Eric Hobsbawm, 2002, p 207).

A emergência do século XX punha em causa os impérios de Alemanha e dos Otomanos, suas antigas possessões eram repartidas por entre França e Grã-Bretanha. Antes da II Guerra Mundial, esta ficaria atormentada de relações com a Irlanda do Sul, isto é, forçava o governo inglês a reconhecer a independência irlandesa, em 1921 e a entrar numa nova história de descolonização<sup>92</sup>. Também explicaria a morte do império britânico apenas incontestado no Pacífico, África e colónias dispersas nas Caraíbas. A velha supremacia fortemente confiada é agora se achava em frágil segurança conservá-la.

O impulso pelo autogoverno desenhava-se em quadros de fim do grande conflito pelo qual é acolhido pelo entusiasmo na Ásia, em ritmos assegurados. Os ingleses ficavam atónitos com o descontentamento de indianos, com vista a descolarem-se da coroa britânica<sup>93</sup>.

Em 1947, com o efeito de uma campanha “Abandonem a Índia” organizada pelo movimento independentista indiano, à qual para evitar os piores episódios, o governo colonial reconheceria a independência da Índia<sup>94</sup> e como do Paquistão<sup>95</sup>.

Birmânia e Vietname tiveram a sorte da independência em 1948; Laos, Camboja e Indonésia conseguiram em 1949; Líbia 1951, Sudão 1953.

Na Oceânia, as tensões eram apaziguadas em outubro de 1912 pelo governo de Filomeno da Câmara e durante três décadas a seguir até a II Guerra Mundial o poder colonial cumpria o que era-lhe exequível de projectos definidos. Um facto que explicava um entendimento para o bem de duas comunidades. Contudo, em proveito dos tempos de sossego, o governo central investia nas províncias ultramarinas para as infra-estruturas como caminhos-de-ferro, equipamentos hidroeléctricos, abertura de portos, saúde pública e ensino nas províncias. Estimulava os empresários para investir nos comércios a crescimento da vertente económica como pano de fundo a manter lealdade. O horizonte em questão era um entusiasmo aos EUA a interessar das

---

<sup>92</sup> Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos, História Breve do Século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, 2002, p. 210;

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*, p. 211;

<sup>94</sup> *Enciclopédia da História Universal, Selecções do Readers Digest*, 1999, p. 319;

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*, p. 496;

matérias-primas nas dependências portuguesas na África. A relação comercial com novos clientes internacionais a operar nas cidades provinciais será uma oportunidade aos seus cidadãos evoluídos. Permitir-lhes-ão novos ventos de opiniões a debruçar pela liberdade, pela democracia no sentido de criar movimentos pela reivindicação de independência de seus territórios<sup>96</sup>.

A nova vaga, agora, era seguida pela região de Insulíndia, onde os corpos políticos emergentes da Indonésia apelam pela adesão de massas populares para se marcarem pelo sentido de independência nacional. Aos holandeses se sentiam temidos pela perda de presença. Persistiam-se de armas e de reforço militar inglês contra as revoltas, mas eram incapazes submeter o movimento independentista indonésio à disciplina em favor colonial. Por outro lado, as Nações Unidas aprovavam a Carta desta instituição e publicação da Declaração dos Direitos Humanos em 1945 e 1948. Documentos aplaudidos universalmente onde Portugal sujeitava as críticas dado o incumprimento das importâncias tangentes às colónias. Apelando aos governos coloniais no sentido de organizar os territórios em seu poder e dar-lhes o estatuto de autogoverno, condição única aos povos desenvolver-se e crescer. As novas aspirações se dilatavam, expressas pelos agentes das nações unidas, entusiasmavam os territórios de domínio ocidental. Portugal não ignorava o assunto. Mas mantendo-se em silêncio atrás daquele mito que se dizia “**expandir a civilização europeia**” aos povos distantes do Ocidente. As preocupações afunilavam o Estado Novo em como ficaria livre da política externa. Resolveria reformar o sentido do acto colonial que era parte integrante da constituição embora não mexesse de essência, mudava o carácter exterior do império: colónia para província ultramarina e do império para o ultramar. Propunha-se custear as novas obras físicas em Angola e Moçambique. Agora, pareceria o governo de grande alma em elevar os indígenas de possessões à uma condição de assimilados na tentativa para um rumo de civilização moderna (p. 436).

Constatando o Acto Colonial, tratando os indígenas distintos do direito português metropolitano, mantinham-se inalteráveis. A proteção das respectivas possessões ficava a cargo do governador e seu delegado. Mantendo o direito privado de cada reino conforme os usos e costumes tradicionais seguidos desde não contrariarem a vida e a liberdade da coletividade. Quanto a participação política pelos indígenas para dar as suas opiniões e reivindicação referentes as questões sociais eram impraticáveis<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Serrão, Joel e Oliveira Marques, A.H. de, (direcção), *Nova História de Portugal, Vol. XII, Portugal e o Estado Novo, (1930-1960)*, Editorial Presença, 1992, p. 381;

<sup>97</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal desde os tempos antigos até à Presidência do Sr. General Eanes*, Palas Editores, Lisboa, 1974, pp. 518-519;

Em Timor, o governador era a figura singular em nome do governo da metrópole para regular, aplicar e decidir tudo o que se tratava da administração colonial. Havia outras instituições municipais em ligação com os serviços do Posto administrativo que geriam as funções públicas com ativo apoio de autoridades tradicionais (chefes dos sucos, régulos/liurais), ainda que fossem rudimentares tratavam de cobrança de impostos junto dos povos e de rudes trabalhos agrícolas praticados, adequadas fontes de sobrevivência diária de Timor, de geração para geração.

Em anos de 1950 em diante, as figuras políticas de relevo nacional como presidente da república e ministros visitavam as possessões africanas no sentido de consolidar a solidariedade e lealdade com a Mãe-Pátria, e a colónia na Oceânia mereceu a visita do ministro das colónias, Sarmento Rodrigues, em 1972. Acreditavam-se como símbolo para afirmar a mútua convivência com os povos dependentes, em curso há séculos. A proximidade em questão ainda há algo que é o estado das coisas indígenas por apagar-se: uma discriminação exercida nos assimilados naturais do aspecto económico, ascensão social aos serviços públicos; uma maioria das comunidades encontrava-se em estado de servidão<sup>98</sup>. Atitudes que suscitavam provérbios, ouvidos por finalistas de escolas de liceu e de seminário em 1972: **não te elevas mas aproxima-me, aproxima-me mas não te elevas.**

O peso dos evoluídos/assimilados eram sempre relativamente no contexto colonial. Dado que o Silva Cunha criticava para o acto de travão para os assimilados de povos dependentes, onde mais tarde afirmaria a existência de discriminação racial, abertura para atormentar o Estado Novo. Sinais que se multiplicavam em meios políticos a encontrarem acolhimento para decisões<sup>99</sup>.

No entanto, em 1956 surgia o partido PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde), seus responsáveis promoviam negociações com governo colonial relativas a independência, conduzidas por Amílcar Cabral. Defendendo o interesse dos povos pelo direito por meios pacíficos.

Em torno de novas ideias seguidas ao grande conflito agitavam os interesses ocidentais nas dependências do além-mar. Os arcanos de política anti-colonialismo organizavam a conferência em Bandung, em abril de 1955. Estavam presentes os chefes de governos e de estados dos países não alinhados. Entre deles, os mais destacados como Sukarno presidente da Indonésia, Nehru primeiro ministro da Índia e presidente do Egipto, Gamal Abdel Nasser. Na intervenção de Sukarno, o seu discurso debruçava as políticas coloniais ainda ativas nas regiões de África e Ásia. Os

---

<sup>98</sup> Idem, *Ibidem*, p. 524-525;

<sup>99</sup> Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. de (direcção), *Nova História de Portugal Vol. XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, 1992, p. 383;

participantes, na maneira como prefiguravam o encontro não eram bem vistos por significarem a exortar irritações de ameaça a paz de territórios coloniais.

No caso de Timor, os membros de governo do Estado Novo ficavam assustados com o tom conhecido desse evento<sup>100</sup>.

A visão de interesses que se associavam a Província, para a Metrópole portuguesa não beneficiava de algum bem material. Mas muitos observavam a falta de melhoramento material pelo governo central era sinónimo de abandono e da distância, pelo que inexistia a atracção do pessoal qualificado da metrópole para aplicar as suas qualificações técnicas nessa ilha. Tal estado de coisas fazia de Timor um ensino sem progressos às suas populações. Quer dizer, existia poucos estabelecimentos de ensino a funcionar em locais de serviços administrativos de Concelhos e de Postos. Sem professores qualificados, eram poucos e falta de disposição de material didático ou livros para o pessoal de ensino e alunos<sup>101</sup>.

Face às críticas externas, os portugueses comentavam que a sua presença na ilha associava-se ao fortalecimento da posição moral da população local, na medida que as circunstâncias lhes proporcionam hipóteses exequíveis de não por interesse material das suas gentes.

Quanto a segurança do país segundo a versão de Themudo Barata aquando assumia a função de governador (1959/1963) percebia não haver graves ameaças que surpreendiam as autoridades. O mesmo afirmava na sua obra *Timor Contemporâneo* de 1998 de que a posição portuguesa não era o antagonismo dos interesses indonésio-australianos. A boa vizinhança consistia aqui em regra de bom entendimento<sup>102</sup>.

Falar de Timor-Leste, geograficamente, situa-se na Oceania, ao norte da Austrália, longe de Portugal e vizinho da Indonésia. Porém, à época colonial, ambos tinham um pouco de relações económicas ao nível de copra, coco seco; contatos culturais e desportivos entre Timor e Kupang, numa dimensão pequeníssima, e de políticos de amizade. As proximidades ainda que acontecessem em raridade afirmavam relações diplomáticas em quadros nacionais entre Lisboa e Jacarta, normalmente, operacionais.

Referente ao elo de ligação bilateral em questão, há sempre uma história para ponderar quando os estados-nações se afirmaram em bons entendimentos, havia

---

<sup>100</sup> Barata, Filipe Themudo (governador de Timor 1959/63), *Timor Contemporâneo da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Equilíbrio, Lda, Edições de Qualidade, 1998, pp.15-16;

<sup>101</sup> Barata, Filipe Themudo (governador de Timor 1959/63), *Timor Contemporâneo da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Equilíbrio, Lda, Edições de Qualidade, 1998, p 18;

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*, p. 19;

sempre algo de confirmação de figuras de relevo. O caso que acontecia com a visita do Sukarno, primeiro presidente da república da Indonésia a Lisboa, em 5 de maio de 1959. Para muitos políticos, achavam que acabaria de vez as preocupações do governo de Estado Novo relativas ao território de Timor, na Oceânia, fazendo fronteira com Timor Ocidental, Kupang<sup>103</sup>.

Recordando a passagem de Sukarno por Lisboa, homem de sorrisos que simbolizavam boas compreensões entre amigos.

Mais tarde um episódio estremecerá Timor português, aquando o cônsul indonésio colocado em Díli era Nazwar Jacub Sutan Indra. Homem de acção discreta que operava junto de alguns timorenses em Díli à uma revolta anti administração portuguesa. Pelo qual alguns árabes residentes, instruídos de fotografar as partes mais sensíveis de Díli, por exemplo quartéis, residência do governador e outros sítios habitados; chegavam a fotografar os naturais mal vestidos e em trabalhos mais rudes. Com as quais faziam campanhas de negatividade colonial portuguesa. Inculcava nuns naturais a ideia de integração de Timor na república indonésia por serem da mesma região e irmãos de Kupang, Timor Ocidental indonésio<sup>104</sup>.

A ineficácia dos serviços da PIDE, em Timor português, assistiria uma prova de excesso de liberdade de entrada de alguns indonésios, provenientes do movimento da revolta que se ocorria em Ambon e das ilhas Molucas do Sul, em 1959. O governo de Jakarta deu caça aos atores, onde pediam asilo político em Timor-Leste. Deles muitos eram timorenses influenciados, com os quais decidiriam um golpe contra a administração portuguesa. Pretendiam que Timor Português fosse apêndice indonésio. Ainda que o considerasse na sua modorra, o serviço secreto descobria atuá-los, reprimi-los barbaramente, 500 a 1000 pessoas ficaram presas na ilha de Ataúro. As 35 pessoas eram desterradas para a Angola<sup>105</sup>.

A chamada sublevação de 1959, segundo as averiguações a ocorrência, era o cônsul indonésio Nazwar Jacub Sutan Indra, em Díli, quem começava discretamente uma campanha antiportuguesa, utilizando o seu pessoal do consulado e de elementos árabes.

Já atrás referidos, nove indonésios de asilo político, o governo da província decidira fixá-los numa residência, em Baucau, diariamente cada um era subsidiado de 7 patacas (43\$75 em escudos da época), tempo em que nenhum servente da construção civil merecia semanalmente tal quantia. Ocorria divisão entre eles, da qual uns influenciariam alguns nativos incautos a roubar armas dos postos administrativos

---

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 24 e 25;

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*, p. 49;

<sup>105</sup> Gunn, Geoffrey G., *Timor Loro Sa'e: 500 anos*, Livros do Oriente, 1999, p. 288;

de Uato Lari e de Uato Carbau do concelho de Viqueque. Queimavam casas, desligavam ligações telefónicas a gerar perda de contatos com sedes administrativas e com a repartição do governador, que terá lugar em Junho do mesmo ano (F. Tehmudo Barata, pp. 49 -74).

Um acontecimento que surpreendia a elite portuguesa, verificando que Timor mantinha-se numa terra de ruralidade e de analfabetismo mais acentuado. Realmente descobria o fenómeno inquietante à autoridade colonial. A fragilidade da segurança fronteiriça era sinónimo de livre infiltração de indonésios a colher informações por trás do ardil mercantil.

A ansiedade política da Indonésia em ter Timor em seu poder promoverá o MNE Subandrio a pronunciar publicamente a sua declaração e afirmar-se insatisfeito com o colonialismo português. O seu desgosto faria entender-se quando estava na festa promovida pelo Secretariado da Organização da Solidariedade Afro-Asiática por ocasião da Semana de Angola, em 23 a 30 de junho de 1962. Referindo que Portugal não poderia visitar Timor por Indonésia estar na mesma zona, tranquilizava-o.

São notícias que surpreendem as autoridades portuguesas por o ministro Subandrio dando sinal a territórios de se despedirem de sistema colonial como opção justa. Alertando regimes coloniais para tomar alternativas de suas posições modificar as províncias em conduzir-se à nova era acolhida.

As autoridades da província informavam o poder central para ver as situações que de um momento para outro fariam a ilha cair-se em poder de quem em condições em ordem<sup>106</sup>.

Declaração do ministro Subandrio era entusiástica aos administradores de Kupang em solicitar o abandono do Timor português à Indonésia, nem que se tratasse pela força. Contudo, Portugal não estava a ignorar do caso proposto pelo vizinho a ponto de relações ambas encontrarem-se em tensão diplomática. E percebe-se em décadas de 1960, o Estado Novo enfrenta as questões ligadas as colónias africanas por tratadas nas Nações Unidas. Austrália e EUA apelam que Portugal tratasse de conduzir os territórios coloniais a autogoverno. Uma forma de os permitem em liberdade a serem úteis para si próprios e a crescerem segundo as disposições económicas de cada região<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 93;

<sup>107</sup> Idem, *Ibidem*, p. 94;

### 3. O governo de Salazar contestado pelas mudanças

Em 1927, o período era agitado a nível de orçamento que tornava os políticos inseguros na administração do Estado. A concorrência de empréstimo do dinheiro estrangeiro estaria na ordem dos ministros de decisão, onde seriam controlados pelos técnicos de fora. Proposta em questão, ligada a falta de eficiência na gestão financeira, faria ensombrar as figuras nacionais e de humilhação perante tal decisão quando Sinel de Cordes era responsável de finanças<sup>108</sup>.

Corriam notícias em que deveria haver necessidade para mudanças de pessoas do ministério de Finanças. Surge Salazar nesse período para restaurar a situação, onde uns discordavam de si.

Era a ditadura militar que velava o funcionalismo público do Estado português. A despesa pública enfraquecia o orçamento nacional. As dívidas internas e externas tornavam-se num peso ao controlo nacional de forma infeliz. O novo responsável pelo ministério de Finanças, António Oliveira Salazar, para os ingleses achavam-o capaz de rever a gestão financeira portuguesa. Homem de capacidade para retornar a situação favorável do país.

Portugal é um país cerealífero. A própria população fosse inculcada as ideias pela cultura desses produtos, de certeza, o povo ficaria livre do peso de importação. Uma vez que educassem as gentes a transformar a sua terra na importância de cultura de trigo e outros, seria de benefício para a produção interna. Para o Salazar, inclinava-se pela campanha junto dos proprietários rurais do Sul do país para dar a importância de exploração cerealífera. Apelando aos latifundiários de dar mais espaços à produção de cereais para que a sua utilização seja um centro de necessidades internas. Na medida em que os tempos apresentarão soluções positivas passariam como um factor importante na vertente económica nacional. A produção seria um elemento redutivo do peso de alimentos essenciais de origem externa por uma opção interna em utilidade razoável para o desejo nacional. O indício leva o governo de Salazar a premiar os mais rentáveis, sobretudo, ao nível de latifundiários, seguidores de princípio optado pelo governo. Em paralelo, as estruturas estatais dispunham de transportes para facilitar o movimento de instrumentos entre territórios cultiváveis para beneficiar o tratamento de exploração cerealífera. Admitidos vendê-los de preço superior, praticado, internacionalmente, que beneficiaria o interesse local<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Dom Quixote*, 2010, pp. 51-67;

<sup>109</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal desde os tempos antigos até à Presidência do Sr. General Eanes*, Palas Editores, 1974, p. 77;

No século XX, havia figuras políticas descontentes que viam a situação de actividades que mantinham o rosto da sociedade em permanente atraso. Como exemplo, referia-se a figura de Salazar, depois ter conseguido o curso superior associado a sacerdócio, em Coimbra, optava por outro rumo profissional. Começava o ensino de economia na Universidade de Coimbra como professor catedrático e donde se tornaria como deputado de um concelho. O percurso profissional ia determiná-lo em enfrentar alguns adversários que o recusavam em assumir funções de ministro de finanças. Muitos o apoiavam e com ele mantinham contatos oficiais e particulares. Havia resistência militar a manter a situação, mas Salazar procurava ultrapassar como único caminho para consolidar as instituições de Estado das piores falhas. Aplicava sérias medidas a restaurar as finanças de acordo com seus pensamentos.

Mantinha boas relações com figuras de relevo, e até ao nível de eclesiásticos que o ajudavam a prolongar o regime por ele dirigido. Com o cardeal Cerejeira tratavam-se um ao outro em tom diferente. Alguns o apontavam como “vulcão de ambições”<sup>110</sup>.

A Igreja Católica portuguesa, uma instituição religiosa que era, os seus homens vêem que o sentido desta à presença de Salazar como presidente de ministros, na sociedade portuguesa<sup>111</sup>. De facto, na época desse chefe do governo, o clima católico voltaria a ser ativo junto de seus fiéis e seguidores no âmbito de suas doutrinas sociais. Obras desvinculadas pela constituição da primeira República de 5 de outubro de 1910, sendo publicada pela separação do Estado das Igrejas, em 1911<sup>112</sup>

Estava o Salazar a frente dos destinos de Portugal e de possessões do Ultramar. Geograficamente é de fronteira com a Espanha. Territórios irmãos, separados, um do outro a partir do século XII (1139) por decisão de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal no quadro de uma guerra instalada<sup>113</sup>.

O mesmo governo enfrentava a crise do grande conflito do século XX, entretanto, evitava claramente a participação directa no bloco de hostilidades. Porém, muito sofria a sua colónia da Oceânia. Do lado de Espanha, chegava ao Estado Novo a consequência de desentendimentos de republicanos e conservadores.

Quando a Espanha entrava na falha democrática em anos de 1936, verificava-se o indisciplina de elementos de esquerda em acções de comportamentos inqualificáveis. Atacavam os conservadores, queimavam igrejas, matavam líderes

---

<sup>110</sup> Ferro, António, *1926-1932 a ascensão de Salazar*, Centro Editor PDA, 2008, p. 7;

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*, p.14;

<sup>112</sup> Matos, Luís Salgado de, *A Separação do Estado e da Igreja – Concórdia e conflito entre a I República e o Catolicismo*, Dom Quixote, 2010, pp. 149ss;

<sup>113</sup> Sousa, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, Sociedade Editorial e Distribuidora, Lda, 2002, p. 33;

políticos e religiosos católicos; confiscavam os bens de vencidos. Uma violência assustadora espantava as sociedades de diversas classes<sup>114</sup>.

Portugal, em face da sua política externa referente a II Guerra Mundial, optaria pela neutralidade. Mas preocupava-se com a guerra civil do lado ibérico. Salazar percebia que a Espanha, territorialmente ibérico, tem umas histórias próprias a perpetuar os sentidos do único Ibério: inimigo secular da independência de Portugal. Impulsionavam em consolidar opiniões entre elites políticas em como dar resposta ao evento, cruelmente, em curso. Por outro lado, percebendo da ideia de Franco de se bem preparar nas estratégias militares, em secretismo, a realizar um dia, uma rápida conquista de Portugal<sup>115</sup>. Preocupavam as elites políticas, em silêncio, talvez obrigassem o governo de Estado Novo a tomar aproximações com os antigos aliados. Estranho indício sensibilizava o Salazar para não esquecer de ajuda a Franco através de alguns empresários portugueses, mas ele não acreditava na realidade política do lado instalada. Avaliação que se consistia na guerra de internacionalização, composta por forças italianas, alemãs e russas. Nesta linha, estavam comunistas e republicanos portugueses e outros radicais com o intuito de transformar o regime em comunismo na Espanha. O chefe do governo de Lisboa não hesitava em chamar a atenção do rei Filipe II à “tradição imperialista” espanhola, afirmando uma política sem realidade optada pelo Franco, em função republicana contra os nacionalistas e conservadores<sup>116</sup>.

Sinais pronunciados pelo chefe do governo português e seguidos por muitos políticos como algo preparativo para acompanharem o percurso de antagonismo espanhol. O próprio acontecimento sensibilizava o Salazar a estreitar a aliança antiga com os britânicos à prevenção de uma surpresa espanhola a Portugal, se ganhar a guerra por Franco. Uma falha política levava a morte de 7000 religiosos e sacerdotes incluindo 13 bispos (p. 118).

Em 1958, a sociedade portuguesa ficava a perceber que alguém decide publicamente antagonizar-se do regime português: general Humberto Delgado. Vendo o país mergulhado na ditadura, ruralidade, sem liberdade, quando outras nações europeias descontentavam-se com o estado de coisas a decorrer na permanente imobilidade das populações.

Nesse ano de campanha de eleições presidenciais, o país organiza a mobilização de massas populares a sessões de propósito eleitoral. No Porto, em maio de 1958, o general, atrás referido, prenuncia-se oficialmente como candidato para substituir o

---

<sup>114</sup> Pinto, Jaime Nogueira, *António de Oliveira Salazar, o outro retrato*, 2.<sup>a</sup> Edição, a Esfera dos Livros, 2007, p. 115;

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*, p. 119;

<sup>116</sup> Idem, *Ibidem*, p. 125;

António Oliveira Salazar em assumir funções de Presidente da República. Uma sessão dirigida por Humberto Delgado, coberta por milhares de pessoas que queriam ouvir do que se diria desse evento político. É a concentração mais empolgante da época. O início politicamente assumido pelo general impressionava a maioria dos evoluídos para que o Salazar fosse substituído.

Um júbilo de gentes de várias gerações que se tornaria como opção para a mudança do governo capaz de regenerar a situação que o Estado Novo imprimia pela voz única do primeiro ministro no país. Esse dia não escapava de incidentes que originariam correrias e as escaramuças entre prós e contras, as quais a polícia não conseguia impor a ordem.

Para muitas pessoas, achavam a esperança em torno da pessoa que se apresentava em mudar o povo, em silêncio, queriam que fosse livre para transmitir as opiniões.

O manifesto da população liderada por general era o início que juntava a grande massa composta por grande maioria da juventude tomando posição a uma existência de democracia – inculcar na sociedade as noções de modernização que muitos países ocidentais dela se confortavam.

Estavam outros candidatos para além do general Humberto Delgado. Era Arlindo Vicente, mas passava a aliar-se ao Delgado. Pretendendo trabalhar pela unidade dos portugueses.

Delgado acusado, em conformidade de seus comentários e apreciações, afirma caracteristicamente que mordazes e acutilantes não trariam bons sinais ao país, segundo a observação dos que acompanhavam os comícios.

Contudo, na campanha a favor dos respetivos programas o general afirmaria a sua candidatura contra a política de seus adversários, portadores de Estado Novo. Precisamente neste espaço promete continuar o caminho escolhido e até morrer pela liberdade para Portugal. A actividade em curso, com toda a certeza, terá êxito para alterar a vida das populações. Nos locais onde passava lhe deixavam uma marca confiante com maior adesão, esperariam outra cor de eficácia.

Chegado o dia eleitoral, onde toda a população se dirige aos locais de organização de voto presidencial a 8 de junho de 1958. Segundo o resultado obtido nesse dia confirmava-se 75,8% a favor de Américo Tomás e a de general era 23,6 %. Humberto Delgado reagia em críticas severas contra a prática do governo relativas as fraudulentas ao nível de controlo efetuado. Estava com grande confiança na grande maioria de populações que marcava o seu entusiasmo nos períodos de comícios, ocorridos nas grandes vilas e capitais do país. Por outro lado, verificando a prática do regime em continuidade de atos radicais, estava a ser nervoso pelo terramoto delgadista que impulsionaria a desagregação social. Quer dizer, dentro em poucos

anos o regime enfrentaria uma política de dureza, em guerras coloniais, marcadas nas províncias africanas<sup>117</sup>.

Nos comícios realizados são alvos de força repressiva policial contra apoiantes do general Humberto Delgado. Quando, em Braga, estava preparado para um comício, era impedida a comparência do general alegando realizar a festa religiosa, já marcada para esse dia. Os polícias entravam na sede de candidatura do opositor de Américo Tomás e retiraram duas caixas de material de propaganda, achavam que escondesse objetos explosivos. Durante as concentrações é que esse candidato se apercebe que os apoiantes sofriam agressões e outros eram capturados à prisão, libertados após ter sido interrogados.

Quando o general vinha do Porto a Lisboa, de comboio, chegando em Santa Apolónia ficava apreensivo com muita gente que o esperava na estação. A grande multidão entrava perturbada pela força policial pelos tiros, de postura organizada para evitar o contato. Muitos ficaram feridos e dois mortos.

O governo optava por uma solução a neutralizar as decisões levadas a cabo pelo general no âmbito de seus pensamentos serem transmitidos em público e alterar o que o povo esperava em longo tempo. A maioria o vê de perfil temperado a novas inspirações para a época. A intenção de fé da maioria da sociedade portuguesa pelo político Humberto Delgado é um peso face ao Estado Novo. O que para este tornava-se uma preocupação por acontecimentos surgidos, conhecidos no exterior por imprensa externa.

O general sem medo, nos seus comícios, ainda que encarasse imensas dificuldades impostas pelas forças do governo, prometia a grande massa terminar com a ditadura em Portugal. Queria que o país se compusesse bipartidário e manteria relações de amizade com os Estados Unidos da América e com OTAN.

O jornalista Benjamin Welles estava bem ao corrente do sistema político português e em como este acompanhava as vozes oposicionistas serem sensíveis em certos setores da sociedade, em momentos de eleições presidenciais. Comentando que fosse impossível a novas figuras acolhidas pelas populações, mas a grande maioria tinha a noção de uma certa mudança poderia acontecer um dia, daqui a uns anos<sup>118</sup>.

Em 13 de Julho de 1958, o bispo António Ferreira Gomes enviou uma escrita “promemória” ao Presidente do Conselho Dr. António Oliveira Salazar a solicitar-lhe um encontro com o prelado do Porto<sup>119</sup>. A chegada às mãos do chefe do governo parecia

---

<sup>117</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 191;

<sup>118</sup> Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Editorial Estampa, 1994, p. 305

<sup>119</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 240ss;

mal entendida por Oliveira Salazar, onde este político considerava um erro assumido pelo bispo pôr em causa o Acordo assinado, em Maio de 1940<sup>120</sup>.

O chefe do governo não queria que o bispo do Porto mantivesse na Diocese, recusava o seu regresso do exílio. O desgosto pela pró-memória tinha a intervenção do monsenhor D. José Costa Nunes junto de Salazar por permissão do papa, infelizmente saía sem efeito. Respondia que a questão não estava ligada ao bispo do Porto, mas a da Igreja católica portuguesa. Por outro lado, as opiniões de Roma manifestavam que com o tempo iria serenar-se. Eram notícias. Impulsionavam o chefe do governo a reagir e tratar de novo o acordo com Vaticano por interesse nacional português. Contudo, em 29 de novembro de 1959, o bispo de Porto era aceite pela alta hierarquia da Igreja espanhola a residir na Valência – um ato de afastamento do Porto. Estava bem acolhido e com expressões de amizade e de missão em Cristo (B. Cardoso Reis, 2006, p. 240).

A dureza governamental tornava-se assim inflexível aos seus concidadãos, relativamente aos considerados politicamente incorretos ao Estado Novo, quando estes se opunham ao funcionamento do regime. O descontentamento do governo face aos opositores marcava uma posição, extremamente cruel aos prisioneiros, nas prisões do Forte de Peniche. Deixá-los em condições desconfortáveis: salas fechadas, contactos familiares seriamente controlados por polícias; tratá-los fora da moral humana e de permanente censura. Este ambiente fazia apertar os elementos comunistas nos calabouços.

É neste panorama escolhido que o chefe do governo iria enfrentar a oposição do sistema, onde vai abrir-se em leque a outras camadas sociais para tomar a consciência a uma mudança política a nível nacional<sup>121</sup>.

Era na referida prisão que chegava o Álvaro Cunhal, responsável principal do PCP. Juntava-se a outros camaradas aí concentrados. Compartilhava os mesmos serviços e as mesmas ordens em vigor nesse estabelecimento para regular os procedimentos pessoais, vistos publicamente indesejáveis.

A ideia de combater as novas forças partidárias como um peso de oposição ao partido único nacional era forte, apoiada por gentes evoluídas<sup>122</sup>. Às quais, o governo tem uma rede nacional composta por homens de instituições de Estado e de particular que tinham fortes organizações para controlar o País, em termos políticos, em defesa do Estado Novo. A presença operacional, com o tempo iria enfrentar dificuldades,

---

<sup>120</sup> Idem, *Ibidem*, p. 185;

<sup>121</sup> Oliveira, Pedro Aires, *Os despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII, p. 316;

<sup>122</sup> Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Editorial Estampa, 1994, p. 311;

reivindicações pela liberdade política, a serem visíveis como antagonistas do regime. A nova forma de agir, clandestinamente encontrava-se apoiada também por figuras evoluídas (militares e políticas) a tratar da mudança do regime, ainda em funcionamento. Ainda que seja frágil a organização interna, dela as ligações com o exterior eram ativas com uma solidariedade credível ao funcionamento de acções oposicionistas contra o Estado Novo. A esta sensibilidade tenha êxitos referentes a fuga de prisioneiros do Forte de Peniche, que a resolveram a Moscovo, como acontecia do líder político Álvaro Cunhal do PCP, em 1960<sup>123</sup>.

A resistência de Salazar em quadros coloniais era vista por muitas pessoas como um fenómeno estranho, vendo-a antes e depois da II Guerra Mundial, outras potências ocidentais desvinculavam-se do sistema colonial. Quanto a hegemonia em política de colonialismo mantenha a firme administração, em territórios da África e da Ásia pelo poder português. O governante do Estado Novo, Dr. António Oliveira Salazar, chegava a afirmar que a estadia do sistema consistia na transmissão de cultura civilizacional do Ocidente aos povos de territórios dependentes. Por outro lado, o império luso se mantém estável com o estável relacionamento com seu antigo aliado tradicional e com os EUA. Portugal nessas províncias tem posições de confiança e em longos períodos com uns poderosos amigos que este mantinha relações de amizade.

Verificando o século XX, as potências de cariz comunista expandiam a sua influência às regiões africanas. Novidades do género para muitos países ocidentais não estavam dispostas a assistir brechas a novos regimes inquietantes. Do desconforto em questão, Portugal mantinha a presença em assegurar o sistema como condição de estabilizar as suas gentes.

À época que influenciava prolongar o exercício do sistema colonial, residia atrás de uma política potencialmente de fé – traduzida em relações de amizade e de aliado tradicional<sup>124</sup>. São razões que o passado defendia para beneficiar os intuitos escondidos por trás de comércio. O esforço de relações de amizade correspondia a uma existência de poderes ocidentais, ideologicamente mantidos a pujança de bens de primeiro plano.

Portugal sempre se via de sucesso do descobrimento que o justificava como um dos potentes da Europa, desde o século XV. Dominado por enorme analfabetismo e de ruralidade, o projeto conseguido o tornava alcandorado em épocas modernas. Em décadas de 20 e 60, nas províncias africanas se cresciam as escolas primárias, fariam-nas descobrir outras visões a organizações pelas identidades de territórios,

---

<sup>123</sup> Paço, António Simões do, *1960 Fuga do Forte de Peniche*, Centro Editor PDA, 2007, pp. 7-10;

<sup>124</sup> Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-daChina, MMVII (2007), pp. 157ss;

como estados independentes e soberanos. O novo olhar das colónias entusiasmava a grande maioria de massas a volta de suas figuras políticas de cada província a promover ações sérias para transformar o sistema colonial. Indo insuflar o espírito estudantil a estendê-lo para outros territórios demográficos e envolvê-los no âmbito de ligações em movimentos pró independência de países colonizados. Este entusiasmo não se limitava internamente como também faz sentir a atenção das solidariedades pela presente reivindicação das colónias em auto-governos.

O governo de Salazar estava demasiado confiante nas suas ideias de direito históricas e político, achando que as possessões estariam unidas à mãe-pátria, enquanto Angola estava em nova ordem organizada pró independência por movimentos políticos. Reivindicação essa que se tornava em pequenas forças políticas criadas em países vizinhos a partir de 1954. As quais representariam o desejo das províncias africanas, onde sensibilizavam as comunidades internacionais em tomar posições nos concretos encontros e sessões para o mesmo objetivo referido<sup>125</sup>.

Nas proximidades existentes de que o Estado Novo se sentia livre de ameaças a regime colonial do pós grande conflito, de qualquer forma se contava com o ativo diálogo dos homens de negócios estrangeiros no quadro internacional. O que dá a entender de que o pensamento de Dr. Oliveira Salazar de colocá-lo a frente do governo, em largo período, sem rivais, estava garantido com todos os políticos e das figuras de renome da época<sup>126</sup>.

O descontentamento levado a cabo pela maioria de oficiais militares contra as principais figuras do Estado Novo, também é sentido em silêncio pelos políticos da sociedade portuguesa. O anseio de as afastar do poder para mudar o regime, nas intenções de oposição ganhava um peso de opiniões públicas para que o plano fosse exequível.

Por entre alguns oficiais do exército planeavam, no sentido de demitir o Salazar do governo, no quadro de um pedido formulado a Presidente da República por ministro de defesa, general Botelho Moniz. Assunto que não era bem ponderado por Américo Tomás, ainda que tivesse sido por insistência de Botelho<sup>127</sup>.

Vendo as coisas a consolidar o rumo seguido pelo regime, grande parte dos homens de chefia militar não estavam sensibilizados pelas novas ideias. A intenção que nascia opor-se ao governo mantinha a posição, em que a 13 de abril de 1961 o Botelho Moniz convocava uma reunião de entre oficiais, na tarde do dia. Encontro que era necessário

---

<sup>125</sup> Pinto, José Filipe, *O Ultramar Secreto e Confidencial*, Almedina, 2010, p. 393;

<sup>126</sup> Jr. Joseph S. Nye, *Compreender os Conflitos Internacionais – uma Introdução à Teoria e à História*, Gradiva, 2002, pp. 113-128;

<sup>127</sup> Paço, António Simões do, *1961 o ano de todos os perigos*, Centro Editor PDA, 2007, p. 8;

para abordar a operacionalidade dos seus planos em curso. Ao qual, os homens do Estado Novo não o ignoravam, onde o Salazar antecipava uma reunião, logo de manhã do dia acima referido. Dela resultava a demissão de Botelho da função de ministro de defesa nacional e de outros que se associavam ao grupo que reivindicavam a mudança da atual política do Estado Novo <sup>128</sup>.

Nas décadas de 60, era um período de prestígio para uns territórios colonizados, por conseguirem a independência nacional. Explicava uma rotura política de poderes ocidentais com suas colónias, na intenção destas é de se organizarem a títulos independentes e admitindo um novo espaço de amizade e de cooperação com suas antigas potências coloniais (Fernando Lima, 2002, p. 64). O episódio passava como uma fácil arma a potenciar a hostilidade de alguns governos do sudeste asiático a reivindicar a libertação de territórios ainda colonizados por Portugal, na África e na Ásia. Intenções mais correntes que a Indonésia não as deixavam em silêncio.

O governo de Salazar não ignorava os passos do general Humberto Delgado. O medo parecia tornar-se em grande peso contra a política do Estado Novo. Achava estar-se distante de grande parte de sociedade quando a voz oposicionista de Humberto passava como entusiasmo para vários setores sociais, sobretudo a geração juvenil e estudantil. Estas ficarão a perceber de transmissões dos mais velhos acerca da ditadura e perseguição do governo sem permitir ao povo formular as suas opiniões – recusadas e censuradas.

Em 13 de fevereiro de 1965, o general Humberto Delgado foi convidado, talvez taticamente, para um encontro num dos sítios da Olivença. Nesse espaço caía numa armadilha, organizada, para neutralizar de vez as euforias então crescidas sob a presença do Delgado. Aqui, era decidida a morte certa do general com sua secretária e acompanhante, por gentes e inspetor do PIDE, Rosa Casaco<sup>129</sup> na fronteira portuguesa e espanhola.

Um acontecimento que quis silenciar a voz da democracia e levava o governo do Estado Novo atónito, inculcado pelas notícias estrangeiras. Alegando a incapacidade do governo organizar o país de acordo com as novas políticas acolhidas, na atualidade por muitos estados soberanos.

O Estado Novo era aliado da Igreja Católica. O Salazar, em nome da Nação assinava o acordo missionário com o Vaticano, em maio de 1940<sup>130</sup>. Do pacto considerava o ato realizado era essencial para regular as duas relações.

---

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 42-44;

<sup>129</sup> Paço, António Simões do, *1968 Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Centro Editor PDA, 2007, p. 17;

<sup>130</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, IVS, 2007, pp. 180ss;

Nos anos de 1960 em diante, os novos ventos sopram pela liberdade dos povos colonizados a exprimirem as suas opiniões sobre a gestão de interesses nacionais. Nesse período ocorreria o assassinio de Luther King, homem que reivindicava os direitos de maioria negra americana e pela existência de paz. Contudo, o desastre sensibilizava o Papa, em homilia na Catedral de São Pedro, comparava o sofrimento de um apóstolo da paz à paixão de Cristo. Passava uma machadada na paixão colonial de Salazar<sup>131</sup>.

O dirigente do Estado Novo assumia as funções de ministro de finanças, em 27 de abril de 1928. Uma função que ele conduzia e chegava a restaurar a situação financeira. Dessa caminhada de exercício com todo o cuidado, a que em 1932 a sua capacidade tornava-se em convite de altas figuras da nação de o permitir como chefe do governo. Tomava posse de Presidente do Conselho de ministros a 5 de julho do mesmo ano<sup>132</sup>. Vendo os iniciais da sua assunção de chefia a resultar nas melhores atividades financeira e económica – pontos positivos que o tornavam controlar a cena política do País<sup>133</sup>. Procurava consolidar a política colonial, enquadrada na história de Portugal. Rumo que levava a cultura universalista, seguida por vasto império colonial. Aos olhos da época, esta transmissão implicava colocar os territórios descobertos/conquistados a viver a cultura do Ocidente europeu, criando assim, um cenário de globalização, no futuro.

Princípios que, segundo o correr de aproximações durante e após do grande conflito do século XX, entre EUA e Portugal desenhavam uma presença prolongada na África e na Ásia<sup>134</sup>.

O protesto contra a política de Estado Novo começava em peso, a partir de 1958 em diante. Fase que perturbava o regime, onde os seguidores sentiam confusos quando deparavam a queda de Salazar de cadeira. Os médicos declaravam a incapacidade física permanente para prosseguir as funções de Estado. Era nessa circunstância que o Marcelo Caetano assumia a presidência do conselho de ministros e assegurava a política dirigida por Oliveira Salazar<sup>135</sup>.

O percurso de Estado Novo ao Salazar não ignorava o protesto pela sua saída do governo. A este ponto, estudava e tinha o mesmo cuidado para dar ao conhecimento a algum amigo de confiança. Mas esta longevidade de se manter no trono fazia-nos

---

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 211ss;

<sup>132</sup> Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Editorial Estampa, 1994, pp. 232ss;

<sup>133</sup> Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. de, (direcção), *Nova História de Portugal Vol XII, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, 1992, p. 381;

<sup>134</sup> Bessa, Coronel Carlos, *Imprensa Nacional*, Lisboa, 1946, p. 15;

<sup>135</sup> Paço, António Simões do, *1968 Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Centro Editor PDA, 2007, p, 17;

compreender de que este homem (Salazar) tinha receio de uma substituição. Para ele, significava uma perda política que assegurava Portugal, enquadrado na história de uma cultura universal. Qualquer cedência a presentes movimentos de oposição seria abrir a porta a movimentos mais radicais. Os indícios de desconforto convidam as figuras do regime a reunirem-se numa perspetiva de auto-proteção, conduzida pelo próprio chefe de governo. Ainda que tivesse tensões entre Igreja e Estado Novo, as relações em torno da frente política se consolidavam. Percebendo que a manutenção de uma linha de respeito e de aproximações com a Igreja tem um papel importante a desempenhar na sociedade, passou a ser a preferência acolhida para perpetuar o entendimento de duas entidades – Portugal e Vaticano.

Naturalmente, os mentores da política consideravam o corolário natural como uma mudança de regime, que trará um desagregamento social como acontecera no governo da primeira República<sup>136</sup>.

O regime, por seu lado através de seguidores, historiara o império do ultramar inserindo-o na própria história de Portugal. Achando-o como ideias-força nucleares do passado feito sustentadas por uma propaganda planificada após ter criado o secretariado de propaganda nacional, em 1933. Todo esse esforço que decorria sob a atenção de governo e se traduzia em unidade e atitude aglutinadora dos ideais do Antigo Regime, dos republicanos e do Estado Novo que assim criava nos patrióticos a noção de credibilidade na consolidação de Portugal continental com seus possessões de domínio estava muito atento ao que seria escolhido. Percebia dos passos e das relações com que Caetano efetuava com outros europeus e diretamente com as colónias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau antes de ser conduzido como chefe do governo. O afirmava bom estar a frente desse serviço. Dados que o político britânico fazia chegar junto do seu governo e este acharia ideal: «Meio liberal é melhor do que nada». Afirmando ser simpatizante dos democratas- cristãos alemães e um sincero admirador do sistema judicial britânico.

Um homem que visitava uns países europeus e cidades coloniais de África para obter informações concretas do que o antecessor (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 50). Conservava as políticas do ultramar, ligadas a mãe-pátria. Procurava os possíveis na continuidade política de Salazar e aplicava decisões que merecessem os consensos mais alargados para evitar algo antagonista de extremistas de direita e dos prós mudanças de regime (Pedro A. Oliveira, p. 51).

Na crença de intenções de poder colonial abria mais escolas e outros serviços públicos. Implementá-las, e por um lado, os naturais sensíveis a mudança de sistema,

---

<sup>136</sup> Catroga, Fernando, *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, *Análise Social*, Vol. XXIV, 1988, pp. 211ss;

isto é, por independência de territórios africanos encontravam-se na ansiedade de concretizá-los. A iniciativa de reivindicação pelo projeto se tornava evidente no território angolano, nos primeiros dias de fevereiro de 1961. Uma posição operacional que de facto surgia surpreendente à longevidade do ultramar português, no século XX. Em conformidade de versões apontam para um assalto organizado por nacionalistas para libertarem os seus compatriotas da prisão de Angola, ainda que o considerasse simbólico, mas iniciou o ato. Após de uns dias do acontecer, a organização do MPLA afirmava que a mesma era responsável.

Uma época ideal que o governo português teria de reconsiderar a história colonial, ocorrida dos tempos modernos à atualidade (Pedro A. Oliveira, p. 54).

No mês seguinte, o levantamento dito de guerra de independência de Angola surge de carácter militar, no norte do país. Revolta organizada pela UPA provenientes do Congo-Léopoldville.

É curioso recordar o primeiro episódio de Angola a 4 de fevereiro de 1961, não se sabe de certeza quem era o responsável. O MPLA afirmava-se organizador de operação. Mas essa altura, uns diziam improvável porque em 1960 o líder Agostinho Neto estava preso e o movimento corria falhas, no interior de Angola. De facto, o ato teve lugar e a responsabilidade paternal de MPLA não era possível historicamente. A organização tornava-se efetiva quando os estudantes angolanos no ensino superior português tinham sucesso de fuga em 1962. Incorporavam-se no corpo diretivo e a organização se engrandecia e se dinamizava. Facultava na tomada de decisões nas sérias iniciativas junto das populações, uma vez estas dessem apoios<sup>137</sup>.

Os políticos angolanos desde 1960 aproveitam a independência nacional do Congo Belga para trocar impressões com outras figuras internacionais. Conseguidas algumas indicações dos amigos para proceder aberturas internacionais tocante ao avanço do projecto em favor da independência de Angola do poder português<sup>138</sup>.

As organizações políticas de oposição ao Estado Novo estavam em expectativa de que os últimos anos de Salazar seriam de reformas políticas do regime, contudo, eram improváveis. O período de Marcelo Caetano entra em acção para prosseguir o projecto assegurado pelo antecessor<sup>139</sup>.

Os recursos humanos e financeiros enviados por Salazar para sustentar a contra-insurreição das colónias africanas não eram bem vistos por muitos portugueses. Desses, muitos achavam criar diálogo pacífico entre ambas as partes (Portugal e

---

<sup>137</sup> Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e século XX, Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Edições Afrontamento, 2010, p. 101;

<sup>138</sup> Idem, *Ibidem*, p. 114;

<sup>139</sup> Paço, António Simões de, *1968 Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Centro Editor PDA, 2007, p. 21;

políticos africanos) para solucionar a questão colonial em favor de independência. Recorrer uma força organizada pela Lisboa para pressionar os guerrilheiros em prol do regime colonial seria agravar a situação portuguesa.

Muitos europeus, amigos de Portugal davam-no indicações para rever o regime ultramarino segundo as reivindicações em conformidade dos sentidos modernos.

O descontentamento pelo Estado Novo cresce, dia-a-dia, em manifestações em grande massa a reivindicar mudança rápida do sistema. Núcleos políticos, juventude e sindicatos se unem a volta de novos ideais para um novo caminho à sociedade portuguesa. Achando que, uma vez conseguir esse desejo o povo passará a desenvolver-se democraticamente e permitir a descolonização as províncias do além-mar<sup>140</sup>.

O governo de Marcelo Caetano vendo o movimento independentista africano se crescia e se dinamizava interno e externamente em desfavor da sobrevivência do Ultramar era-lhe complexo.

O substituto de Salazar estava difícil como resolver o problema colonial, emergente de núcleos mais aderidos pela grande parte do território africano. Sinal que nos pintava a incapacidade do Marcelo Caetano por inexistência de apoios no governo para obter decisões necessárias à sobrevivência de possessões em questão com Portugal. Pois, muitos países europeus o viam sem liberdade aos seus cidadãos e nem indícios que os garantirão<sup>141</sup>. A noção de liberdade era apagada. Um regime dirigido corria hostil às reformas políticas<sup>142</sup>.

A guerra do ultramar se intensifica a ponto de os militares portugueses se sentirem incapazes perante as ações organizadas pelos guerrilheiros. O percurso de dez anos de esforço, este mundo turbulento nada se modificava no horizonte do governo. Fechado ao diálogo com seus adversários. A permanente política em exercício obrigava os jovens portugueses a fugir para o estrangeiro. Opção que os facilitava evitar ao recrutamento militar para prosseguir na África<sup>143</sup>.

No regime estavam umas figuras do “histórico”, uma das quais era Américo Tomás, presidente da república – inflexível a mudança política e o Marcelo Caetano queria manter-se no edifício, edificado por Salazar<sup>144</sup>.

---

<sup>140</sup> Idem, *1973 nasce o MFA*, Idem, pp. 48-49;

<sup>141</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 173;

<sup>142</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, ICS, 2007, p. 328;

<sup>143</sup> Segundo o autor, que o Prof. Doutor António Reis de aulas de História Contemporânea, na UNL em 2006 explicava que nos anos de 1960, centenas de jovens portugueses recusavam a missão militar e optavam a migração a França, Inglaterra, Brasil, EUA, Canadá, etc.

<sup>144</sup> Pinto, Jaime Nogueira, *António de Oliveira Salazar, outro retrato*, 2.ª Edição, a Esfera dos Livros, 2007, p. 119;

Em 1961, a época em que Portugal estava sujeito duramente perante a situação das colónias além do descontentamento de enormes sectores sociais da Metrópole. A nova emergência aos EUA parecia um acontecer ideal para confirmar os desejos de territórios de domínio estrangeiro. A esses sinais, alguns europeus de reputação duvidavam de um futuro portador de matriz hostil. Segundo as impressões do general De Gaule relativas as pressões americanas sobre Portugal, em demasia, poderiam acarretar êxitos indesejáveis ao povo português: causar uma revolução e um estabelecimento de Estado comunista na Península Ibérica<sup>145</sup>.

Para todos os efeitos de manutenção de um partido único em alongar a política no quadro de função governamental, onde encaminhava o seu projeto sem oposições de potência à mudança e as mesmas se dividissem entre si. Sem líderes carismáticos e entusiásticos à conquista de adesões e dissociar alguns membros do Estado Novo<sup>146</sup>.

Do lado militar, no âmbito de postos de alta graduação como Santos Costa, ministro de defesa, em 27 de fevereiro de 1945, numa reunião de altos oficiais dizia que mudar de regime seria inútil: dividiria os portugueses e convinha manter a situação em curso. Entretanto, as lutas ocorrem pela mudança do sistema. Pelo menos até 1971, um opositor perseguido afirma a incapacidade de grupos do antiregime, ideologicamente divididos<sup>147</sup>.

No quadro de ponto histórico referente a ocorrências do século XX, na década 60, os países já independentes de poderes coloniais se achavam indispensáveis emitir boas opiniões as colónias africanas. Intenção de articulação de pensamentos para serem projetados no espaço internacional relativamente aos territórios em linhas de conflito à autogoverno. Objetivos que os impulsionavam a realizar a conferência de Casablanca, em janeiro de 1961. Só que faltavam os representantes de colónias africanas de língua portuguesa. O evento era útil. Contava com a presença de Gana, Mali, a RAU e representante de Argélia, Ferhat Abbas recebido com honras de chefe de Estado e da parte de Marrocos estava o príncipe herdeiro. Tratavam questões de Argélia e de Congo e às restantes resultavam declarações de princípios. Muitos achavam-na menos importantes, mas dava relevo particular e uma projeção bem articulada. A conversa referente as colónias portuguesas africanas terá lugar em 7 de maio do mesmo ano<sup>148</sup>.

Uma conferência desse tipo, ocorrida no território amigo português e achava não tratar de movimentos antiportuguês e afirmava contra o sistema colonial.

---

<sup>145</sup> Paço, António Simões do, *1973 nasce o MFA*, Centro Editor PDA, 2007, p. 43;

<sup>146</sup> Pinto, José Filipe, *o Ultramar secreto e confidencial*, Almedina, 2010, p. 36;

<sup>147</sup> Moniz, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no final do Império*, Tribuna, 2007, p. 35;

<sup>148</sup> Jesus, José Manuel Duarte de, *Casablanca o início do isolamento – memórias diplomáticas: Marrocos 1961.1963*, Gradiva, 2006, p. 60;

Acontecimento que marca o início de uma nova história irreversível<sup>149</sup>. Enquanto as conversas do príncipe toavam de amigo com Portugal, também não esquecia em pronunciar os nomes de grupos que assaltavam navio Santa Maria em Coração o que se considerava Rabat como centro anti-salazarista. Um acontecer que talvez fosse de impulso do Congresso de Bandung pelo que políticos de Angola, de Moçambique, de Índia e detetava a inexistência de presença de Timor e de Macau. Um dos representantes de Moçambique que falava muito na intervenção era o Marcelino dos Santos. Era picante a quem representava Portugal<sup>150</sup>.

#### 4. O desmoronamento do Estado da Índia Português e o início do fim do Império Luso

O Estado Português na Índia desmoronava-se de estatuto político por pressão de enorme avanço militar do Estado de União Indiana, em 18 de dezembro de 1961. Uma invasão organizada em três frentes que as forças portuguesas existentes nos territórios de domínio, ainda que não fossem suficientes para reter a brutal entrada inimiga, Salazar enviara mensagem ao governador-geral, Vassalo e Silva para a resistir até ao último homem. Pondo na absoluta avaliação aritmética de ambos os componentes rivais, em extremos, a inferioridade portuguesa se tornava impotente no campo de operações, e assim resolveria entregar os territórios de Goa, Damão e Diu ao Estado da Índia pelo próprio governador<sup>151</sup>.

A história dos séculos XVI-XX, descreve a presença portuguesa em como levava os habitantes de Goa, Damão e Diu a conhecer os valores modernos, embora não fossem de uma dimensão pujante, mas a própria realidade justificava o rosto social em mudança.

O império ultramarino transformava-se, drasticamente, em novo capítulo histórico de impotencialidade de autoridade portuguesa a caminho para uma perda de possessões do além-mar.

A Índia Portuguesa, dos territórios referidos, depois de os britânicos oficializarem a Independência da Índia, em 1947, as possessões portuguesas tornam-se como borbulho no rosto desse novo Estado soberano. Com um sonho a crescer descontente

---

<sup>149</sup> Idem, *Ibidem*, p. 69;

<sup>150</sup> Idem, *Ibidem*, p. 83;

<sup>151</sup> Viegas, Valentino, a morte do herói português da guerra em Angola à invasão de Goa um *testemunho*, Livros Horizonte, 201, pp. 147-148;

quando verifica o subcontinente indiano se constatava a incompleta inexistência de ordem-política estrangeira.

Nos primeiros meses de 1961, segundo as informações oficiais alegavam a aproximação de forças indianas em incursões, nas fronteiras do norte de Goa. Um posto policial português era surpreendido por tiros daquelas forças, mas sem consequências graves. Ainda no mesmo ano, o que se tornava em grande admiração foi a realização de um seminário organizado pelo Conselho Indiano para África, em Nova Deli, no mês de outubro. Evento que reunia os representantes anticoloniais de territórios sob domínio do Ocidente. No mês a seguir, a informação secreta da PIDE terá referido a política externa indiana comunicava que os EUA, Grã-Bretanha de que era impossível travar o ataque a Goa, pretendendo integrá-la na União Indiana<sup>152</sup>.

A mesma função de PIDE descobria a divisão de autoridades da Índia quanto a proposta de assalto a Goa. Primeiro-ministro Nehru mantinha-se de posição neutra, o ministro da defesa Krishna Menon, de origem de Bombaim e vozes dos anticolonialistas africanos radicais presentes, apoiavam a proposta de ataque em questão. O que nos dava a entender que esses estavam a espera com ansiedade que o acto ocorresse e marcaria o início da debilidade da política portuguesa. Permitindo-os articular as suas ações e ampliar a firmeza do futuro nas populações.

Os sinais de hostilidade que se ocorriam, Salazar não os ignorara e comenta que a população estaria do lado português se vier a ceder a invasão sobre Goa.

Entretanto, as tensões crescem da parte indiana relativas as propostas apresentadas. Portugal via essa posição cada vez lhe era hostil. E assim, o Salazar procuraria pedir a ajuda dos EUA e da Grã-Bretanha para entrarem em contato com o governo de Nova Deli a reconsiderar as posições em curso. As respostas surgiram inúteis, alegando que o governo da Índia estava farta nas negociações com Portugal, um Povo de outro século. A estratégia do primeiro ministro indiano Nehru desejando ocupar a África através de envio de seus homens para substituir os brancos europeus depois de resolver a integração dos territórios (Goa, Damão e Diu).

Salazar ficava a perceber da queda de Goa, sem nenhuma resistência militar conforme mensagem enviada por chefe do governo ao governador-geral Vassalo e Silva (Valentino Viegas, 2010, pp.152-153). Os militares ficarão retidos na Índia até ao mês de maio de 1962, sem preocupação do governo de Lisboa. Era precisamente nessa data que se começava o início da repatriação a cargo de transportes portugueses<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 149-150;

<sup>153</sup> Idem, *Ibidem*, p. 156;

Na chegada dos repatriados, sem alegria e conforto da receção em Lisboa. Entretanto, uns grupos preparados na chegada dos soldados a gritarem:

*NEM MAIS UM SOLDADO A GUERRA COLONIAL!*

*PAZ EM ANGOLA!*

*FORA SALAZAR!*<sup>154</sup>.

O desconforto do governo não significaria de que perante o passar do episódio não iria garantir a protecção dos territórios da África. Mas o governo desenvolverá o aspecto económico que consistiria envolver o investimento estrangeiro em Angola e Moçambique. É uma ideia de restaurar a confiança dos naturais e seria necessária operacionalizar no âmbito de relações externas em promover o comércio na África<sup>155</sup>.

O novo ministro do ultramar, Adriano Moreira, em 1961 de 6 de Setembro cria um decreto n.º 43 895. O mesmo com o intuito de criar Juntas Provinciais de Povoamento nas províncias capazes de aumentar a população branca europeia nas respetivas províncias. Razão pela qual os mesmos naturais aprenderão a atividade técnica com colonos experientes profissionalmente, evoluídos tecnicamente, etc. e comercial.

O processo em vista pode contribuir os dois lados da população a trabalhar pelo interesse comum. Qualquer projeto criado pelo governo para ser encaminhado nos territórios ultramarinos seria entregue as pessoas já lá residentes do que para a gente movida por interesse mercenário – opções do género poderiam perfeitamente melhorar a vida da população. Pois o sucesso dessa linha de actividade beneficiará e transformará a vivência dos naturais e dos colonos, uma vez coabitados nas mesmas zonas organizadas. Assim os elevaria a evoluir de estatuto psicológico e mentalmente à ascensão social, um dia. Ao mesmo tempo levará a reforçar os laços de solidariedade, de convívio cultural e de formação em espaço plurirracial.

O descontentamento do governo indiano contra a presença portuguesa era efetivamente desde os primeiros dias de dezembro de 1961, lançava atuações de provocação por forças militares indianas junto das fronteiras de Goa. Dessas equipas instruídas montavam bombas nas estradas que danificavam as pessoas de transporte; alvejavam sobre a direcção da capital de Goa.

Nos dias seguintes, as notícias apontam as zonas do norte/sul de Goa rodeadas por forças terrestres e navais; o espaço aéreo goês era sobrevoado por aviões a jacto indianos, a sua bel-prazer. Uma atitude de violação e de hostilidade fazia com que a

---

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*, p. 158;

<sup>155</sup> Cann, John P., *Contra-Insurreição em África o modo português de fazer a guerra, 1961-1974*, Edições Atena, 1998, p. 60;

população das regiões ficava assustada e desesperada. Aqueduto junto a Arvalém e trator agrícola conheciam a sua pior destruição das ações efetuadas por inimigos<sup>156</sup>.

Em paralelo a aviações em questão vinham também as pessoas indianas para persuadir os habitantes fronteiriços para abandonar os lugares de residência. Na medida que as forças da União Indiana concentram junto a fronteira, começavam a acusar os portugueses de atacar os territórios do Estado indiano enquanto estes nem sequer pensavam nas atitudes hostis e como se as forças lusas em Goa tivessem as condições de armamento<sup>157</sup>.

Segundo versão de um goês, testemunho ocular do acontecimento, referida no mesmo livro escrito pelo mesmo, que em 12 de dezembro, a entrada de jornalistas estrangeiros na capital Goa informando que a situação tornava-se pior (Carlos Alexandre de Moraes, 1997, p. 209). Embora na capital os militares portugueses estivessem no seu quotidiano muito normal, mas os mais evoluídos sabiam que não havia hipótese de travar o ataque da força inimiga. Preocupados como haveriam de dar resposta a esse acontecimento, uma vez as forças portuguesas não eram capazes de tomar uma contra-ação.

Goa é um Estado Português na Índia, a caminho de cinco séculos de existência (25 de fevereiro de 1510 a 18 de dezembro de 1961). Habitada por populações de influência de três religiões: Hinduísmo, Catolicismo e Islamismo, constituem uma harmonia<sup>158</sup>.

Em todo o caso, de acordo com a inferioridade de força militar destacada, nos territórios do Estado Português na Índia, existia combate marítimo, resistido por aviso Afonso de Albuquerque. Na fase inicial de ataque as três fragatas indianas assistiram a sua inutilidade por serem atingidas por tiros do navio Afonso de Albuquerque. O constante ataque inimigo de muitos navios de guerra chegavam a conduzir o aviso em permanente inoperacionalidade. O seu comandante era atingido por estilhaço, situação que causava o navio português perder as suas prestações<sup>159</sup>.

Relativa a situação em questão, depois de 1950, muitos viam o Estado Português rodeado pelas elevadas intenções do Estado da Índia em torná-lo na sua soberania. O Estado Português era chamado a atenção pelos que acompanhavam a realidade alegarem muita dificuldade em conservar o actual estatuto desses territórios, no futuro. O chefe do governo de Lisboa devia disponibilizar-se em mobilizar contactos para chegar um acordo entre Portugal e Índia referente a essas províncias. Através do rumo

---

<sup>156</sup> Moraes, Carlos Alexandre de, *cronologia geral da Índia portuguesa 1498-1962*, Referência/Editorial Estampa, 1997, pp. 213-216;

<sup>157</sup> Santos, Maria Arminda (capitã enfermeira), *“Missão à Índia”*, 2010, pp. 1-4;

<sup>158</sup> Pinto, José Filipe, *o ultramar secreto e confidencial*, Almedina, 2010, p. 393;

<sup>159</sup> Paço, António Simões do, *1961 o ano de todos os perigos*, Centro Editor PDA, 2007, p. 42;

em referência poderia sensibilizar o gigante Estado a entender-se da ideia do princípio de autodeterminação do povo goês. Assunto que na época, um grupo goês, evoluído, defendia essa proposta a que o governo de Lisboa terá sido comunicado, nem sequer ponderava (Pedro Aires Oliveira, 2007, p.118).

De facto, Goa não estava exclusivamente ligada a Timor no quadro de uma história de assistência administrativa para além de ser um elo adequado com Portugal continental. Representava uma possibilidade muito importante para as carreiras marítimas nacionais tinham a sua escala em Mormugão e o tráfego com a Índia era confortável quanto a rendibilidade.

Neste momento pensamos os tempos com a sua mudança nas alterações de estados instituídos como Goa era. A sua lembrança do poder, de prestígio e de glórias do passado, como as antigas obras mais nobres totalmente esboroadas (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 165).

No conjunto de suas condições teve as suas primeiras ligações com a Roma Vaticana, em aspetos religiosos de catolicismo. De Goa, essa influência cultural da Europa ocidental se abria em leque para as outras paragens onde os portugueses tinham o sucesso de contatos com esses naturais quer comercial como político, no quadro de uma convivência pacífica<sup>160</sup>.

Durante o percurso de regime desde 1928 até em anos 60, muitos viam a trajetória política como algo impeditivo a possíveis alterações nas coisas. Enfrentava golpes militares internos como também politicamente, em caráter de humilhação no quadro de perda de possessões, no século XX<sup>161</sup>.

As tomadas de posição de matriz revolucionária manifestavam-se num insucesso. O regime mantinha o rumo, mobilizando mudanças nas estruturas militares por oficiais leais a política do governo. O indício significaria de que, dias em frente, as oposições e antifascistas ficarão em silêncio quanto às respostas formuladas. Mas, essas iam estreitar as suas redes e a abrirem em leque os fundamentos do interesse comum, internamente como externa para que lhes permitisse entusiasmo, um dia. Por outro lado, as figuras de tendência governamental deparavam o fim da II Guerra Mundial até à época de tensões marcava um hiato de paz a Portugal com seus territórios provinciais – a sociedade portuguesa encontrava-se ausente de mudanças sociais afirmaria a continuidade dos propósitos em curso.

A economia cresce, os costumes se prosperam para harmonizar a longevidade de regime. Há também associações estudantis, académicas; movimentos juvenis de

---

<sup>160</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, ICS, 2007, pp. 180ss;

<sup>161</sup> Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 220;

ideias nacionalistas nas faculdades, em debate como novos espaços a unirem jovens a inspirações.

Do regime, ficava contemplado com as novas emergências. Fazendo com que uns do governo mostravam-se apreensivos e a outros entusiasmavam-se afirmá-las úteis a nação. À ignorância de pequenos núcleos em questão expandem-se em influências, em silêncio, nos estratos sociais abertos a mudança. Transmitindo a hostilidade de governo contra os indivíduos que, por boas intenções iniciadas a chamar a atenção aos que apetecessem de valores da modernidade. Uma nova visão que ilumina os caminhos de progressão a grande maioria de populações em refém de ruralidade de geração para geração, mais conhecida (p. 221).

Como atrás se refere, a substituição de Salazar era aguardada por muitos e internacionais. Vendo que o mesmo encontrava-se em momentos inalteráveis o que impressionava o Chefe de Estado Américo Tomás para decidir quem seria possível para estar na cadeira abandonada e em condições para prosseguir o governo. Aos olhos do Presidente da República há um conjunto de nomes para serem escolhidos um deles conforme as decisões de Américo. Ao fim ao cabo, era Marcelo Caetano, professor de direito, conhecido por muitos de que é de tendência reformista seria muito bom assumir o cargo de primeiro ministro de Portugal.

O embaixador britânico Anthony L âmbito de um entendimento duradouro. Permitindo desenvolver essa cultura de caráter maravilhoso e de esses perceberem o Ocidente como centro da revolução científica e do saber.

A sociedade goesa vê a cultura que a reveste como um modelo que a poderia transformar num futuro próximo. Mas o desgosto do vizinho e o seu período imediato viria transformar todo este fio de pensamento.

Como é percebida a situação criada pela União Indiana desde 1950 com o vizinho de Goa. Reclamando a sua integração no seu estado soberano, pois, depois de independência da Índia achava-se incompleta. Começando apoderar-se dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli pela força onde Portugal apresentaria o assunto no Tribunal de Haia. Mais tarde esta instância iria reconhecer o direito português nesses territórios, mas as forças portuguesas deveriam ter autorização do governo indiano para se retornarem aos enclaves (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 165).

As perturbações continuam ativas do lado indiano, apoiadas pelos opositores de Goa do governo português, sem fins previstas. Situações deste género vêm afirmar que, o primeiro ministro da Índia já não aguenta o período de doze anos de declaração pacifista. Portugal não estava disposto a colaborar com as intenções do Nehru como fizeram os franceses. Para os indianos seria melhor que o seu governo entrasse com outra medida que fosse simples solucionar a questão de Goa, Damão e Diu. Intenção

que era reforçada pela África dos anticolonialistas portugueses e insistiam que acabasse com a presença europeia na Índia (Pedro Aires Oliveira, p. 129). Uma hipótese que iria abrir novos horizontes de articulação na imprensa internacional e na opinião pública para a história de descolonização, particularmente se refere a Portugal, na Ásia e na África.

Os assuntos que rodeiam o Estado Português na Índia tornavam-se visíveis quando o fim do grande conflito, se constatava existir o indício do nacionalismo anticolonial, em peso na Ásia, particularmente se referia a Índia (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 203). Eram organizações de massa popular mobilizadas que reivindicavam pela identidade nacional, uma vez conseguida queriam inverter tudo o que se estava instituído de feição estrangeira.

No prosseguimento de intenções em vista, o governo indiano focava na questão religiosa no desejo radical de findar o Padroado português sobre as dioceses nos territórios da Índia, afirmando restringido à área de Goa, território português por direito. Assunto que Salazar pretenderia ser tratado entre Portugal, Vaticano e Índia. Facto que o primeiro-ministro deste entregara uma carta ao Vaticano pela qual Portugal teria conhecimento do desejo do novo Estado asiático. Considerava a autoridade portuguesa abrangida as partes indianas fora de ordem normal<sup>162</sup>. Razões que o Vaticano não poderá ter outra opinião referente ao quadro regalista do Padroado Português. A Roma para não ficar surpreendida e suspeita com as autoridades do novo Estado, este escolheria um sacerdote indiano no parlamento para acompanhar a continuidade de evangelização nos territórios indianos. Questão que o primeiro-ministro Nehru afirmara que desde os primeiros séculos o cristianismo existia na Índia começado por São Tomé, considerá-la uma religião antiga do subcontinente. Tendo o problema atrás referido viria a ser resolvido a contento indiano<sup>163</sup>. Quer dizer o fim do Padroado no território do novo Estado ficará assinado a 18 de Julho de 1950<sup>164</sup>.

Conseguido o que queria, o primeiro-ministro Nehru faria o encontro com o Santo Padre Pio XII, em 8 de julho de 1955. Nas conversas, o líder indiano alegava ser interessante a integração de territórios de domínio português à soberania da União Indiana, sem ameaças e forças. Questão que o Papa enquadra na política, quer dizer, o Vaticano se posiciona na imparcialidade, apenas lhe responderá não recorrer as medidas violentas (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 95).

A ânsia inimiga cada vez se tornaria em hostilidade. Posição esta que viria a impedir o governador de Damão a visitar os enclaves de Dadrá e Nagal-Aveli pelas

---

<sup>162</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, ICS, 2007, pp. 211ss;

<sup>163</sup> Idem, *Ibidem*, p. 214;

<sup>164</sup> Idem, *Ibidem*, p. 223;

autoridades indignas, a 20 de julho de 1955. O início de impossibilitar as ligações com os territórios ficou marcado. Depois de dois dias do mesmo mês, os enclaves serão assaltados pelas forças policiais indianas, terão morto o subchefe policial, Aniceto do Rosário e o guarda António Fernandes, do lado português, em defesa (p. 96).

As hostilidades levadas a cabo pelo governo indiano se tornarão em preocupações de muitos políticos onde exigirão o chefe do governo português a aproximar-se do novo Estado como forma de perceber da presença na Índia.

O Salazar pretenderia que fizesse o referendo para resolver a questão de Goa, tanto como o general Humberto Delgado, opositor do Estado Novo e, no governo, dois ministros da Defesa e do MNE discordavam que o efectuasse (Pedro Aires Oliveira, 2007, p. 104).

Goa é um ponto de apoio indispensável à conversão e difusão do cristianismo na Índia que se tornaria instável a partir nos finais de 1953 (Morais, C. Alexandre de, 1997, p. 207). A ambição indiana se tornará mais ativa quando verificava que, em Angola se levantava as revoltas pró autogoverno, mais apoiadas pela população local e o seu entusiasmo se estendia as outras colónias portuguesas, na África.

As forças inimigas são transportadas diretamente pelos comboios de Nova Deli que seriam descarregadas junto da fronteira de Goa. Tendo nessa paragem iriam juntar-se com as outras vindas das outras regiões indianas a espera da voz do comando de ataque<sup>165</sup>.

O episódio que aqui se refere, segundo a ex-tenente-enfermeira pára-quedista, Maria Arminda Santos que se encontra a prestar serviço em Angola, Luanda a partir de outubro de 1961, com as suas colegas da mesma missão recebia informação: a União Indiana está concentrar as suas forças na fronteira para uma operação de ataque a Goa.

A maneira como ela descreve no seu artigo “Missão à Índia” pareceria que a colónia estava a ser esmagada pelo gigante vizinho, é impressionante. Um país de forças militares mais numerosas, de aparelhos tecnicamente modernizados em posse.

Tendo a mesma comunicada para prestar serviço naquele território, uma vez a companhia de Pára-Quedistas de Angola encontrava-se em prevenção para tomar rumo ao Estado português na Índia. A situação nesse território precisava de apoio militar para salvaguardar a sobrevivência daqueles territórios<sup>166</sup>.

Elas têm funções nos locais de postos de socorros das Companhias e tomar conta das vacinas para os militares onde estão estacionados; apoiam no bloco operatório do

---

<sup>165</sup> Conforme artigo da ex-tenente-enfermeira, pára-quedista, em missão em Angola, Santos, Maria Arminda, «*Missão a Índia*», 2010, p. 4;

<sup>166</sup> Idem, *Ibidem*, p. 6;

Hospital e na Direcção do Serviço de Saúde da Força Aérea; tratam os familiares militares e do pessoal civil.

Dia seguinte aparece o capitão Pára-quedista Jerónimo Gonçalves a comunicar-lhes de que o avião da força aérea DC-6 estava a espera para as transportar com destino a Índia. Como mulheres envolvidas no serviço militar, de certeza enfrentariam o que lhes vier conforme as ordens superiores, mas sentiam-se apreensivas por irem a um local de clima desconhecido. No aeroporto de Angola estava o general Resende da Força Aérea para lhes despedir e lhes desejar boa missão após ter recebido informação de Lisboa. Algo que se vai ocorrer num dos territórios do ultramar, mas só fora informado pelo capitão Jerónimo Gonçalves e essas mulheres achavam notícia incrível.

A saída de avião de Angola por via São Tomé e Guiné onde se fazia duas escalas e chega a Lisboa, às dezassete horas do dia, muito frio. Sem tempo de visitar famílias e depressa com o alferes Balsemão dirigirem a embaixada paquistanesa para tratar de passaporte por passar no aeroporto de Carachi. Terminadas as formalidades partem ao avião TAP (um super constellation) depois de jantar com colegas do Hospital de Santa Maria, de seguida ao Figo Maduro. Daqui receberiam informações de que iriam a Paquistão Ocidental para a cidade atrás referida fariam acompanhamento das mulheres e crianças, familiares militares retiradas de Goa, através da ponte-aérea assegurada pelos TAIP e posteriormente acolhidas para Lisboa pela TAP. Uma missão cujo chefe, um representante do ministério do ultramar, oficiais militares e de relações públicas da TAP. No dia seguinte, cerca das vinte horas da noite, o avião sobrevoa as costas da Itália, Grécia, Turquia, as ilhas de Rodes e Chipre, fazem a primeira paragem no Líbano, na cidade de Beirute e fazem o almoço e o avião é reabastecido.

Em Carachi ficam a perceber do que se passava em Goa, conforme a informação do comandante via rádio de que o avião TAIP chegará a cidade para levar a força militar e material de guerra vindas de Lisboa para Goa<sup>167</sup>.

O descontentamento de quem pensava conservar o regime colonial, em Goa, cada vez se agudizasse, igualmente ser constatado noutras províncias do ultramar que, este trabalho não o deixa apontar na sua página: no começo do sucesso de afirmação de possessões ultramarinas europeias, as populações ocidentais são mobilizadas a deslocar para essas províncias e dentre elas, umas se deslocariam para outras. Durante longo período se conviviam em harmonia em torno de uma cooperação e de amizade. Entretanto, a queda de Goa é automaticamente marcada por um sentimento de perda, em Moçambique – revolta de muitos brancos, mestiços e moçambicanos

---

<sup>167</sup> Idem, *Ibidem*, p. 5;

tornava-se antagónico contra os indianos, residentes nessa província portuguesa, principalmente àqueles de nacionalidade indiana. Em conjunto se manifestam perseguir os indianos nessa colónia (Luís Andrade de Sá e António Silva, Agência Lusa, de 18 de dezembro de 2011, p.12).

A comunidade durante anos vivia do sucesso proveniente de rentabilidade de comércio, aberto em Lourenço Marques, facto que a garantia viver tranquilamente em Moçambique com os respetivos membros da família. Porém o choque que o episódio do Estado português na Índia representou um peso aos indianos, confiscados de todos os bens que adquiriam. De uma mobilização em solidariedade com Portugal “do Minho a Timor” determinava expulsar os indianos de Moçambique. Durante a operação, muitos eram maltratados, davam-nos pontapés.

De norte a sul de Moçambique se reunia em repúdio e de portugalidade, cancelavam o realizar de festas de Natal, distribuir dos abaixo-assinados e rezadas das missas, muitas associações africanas apresentavam elementos às autoridades – Moçambique chorava a perda de Goa. Indianos eram perseguidos e muitos deles pediam para ser paquistaneses para escaparem ao clima de hostilidade por Paquistão ser visto amigo português.

Após ter conhecimento do desastre político pelas autoridades de Moçambique, de seguida, essas lançavam uma Ordem Geral 1/16, que ordenava os cidadãos indianos a apresentarem-se nos serviços das sedes administrativas. As lojas eram literalmente fechadas e no dia a seguir vêem-se cartazes: «Esta firma é portuguesa» ou «Goa, Damão e Diu serão sempre portugueses». Os centros eram escolhidos para a concentração desses cidadãos, no total de cerca de quinze mil pessoas.

Houve uma organização interventiva, composta por Brasil e República Árabe Unida a tratar pela regularização de situação dessa comunidade que duraria durante cinco meses. No quadro desse assunto, no total de cento e cinquenta firmas confiscadas, até 1962, 1/3 do comércio era a reabertura solicitada a cargo de diferentes pessoas e não dos repudiados indianos.

Infelizmente, o império português começa a desmoronar-se no Oriente do Estado Português na Índia que fora construído e governado por Vice-rei D. Francisco de Almeida, em 1505 até ao governo do general Manuel A. Vassalo e Silva a 18 de Dezembro de 1961<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> Oliveira, Pedro Aires, *os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 220;

## 5. A África portuguesa com novos ventos para as mudanças

O século XX depois dos anos 40 é uma época de fertilidade nacional anticolonialista que embaraça os Poderes Ocidentais de domínio nos territórios do ultramar, em enormes cansaços à exaustão. Essa atitude entrava politicamente organizada em revolta a forçar as autoridades existentes para se pronunciarem como decidiriam a questão em ambos os extremos.

O novo espaço fertilíssimo aberto, a que os povos colonizados da África de poder português optariam em organizar-se sob orientação de seus próprios irmãos, escolarizados e evoluídos para escolher o seu próprio destino.

Ao novo vento de mudança, às colônias da África portuguesa é um entusiasmo que as conforta mudar de destino em liberdade e em justiça para que pudessem melhorar os meios de sistema de vida. Assunto que vinha como um formigueiro a mergulhar nos pensamentos dos naturais para se afirmarem na identidade própria como outros vinham sendo afirmados<sup>169</sup>. A esse objetivo tornava-se importante para os interessados da organização política a projetar no seio da sociedade local para que seja acordada envolver-se em conjunto a lutar pelo que se preconiza.

Para o rumo em vista, onde os políticos anticolonialistas africanos saberiam que a Lisboa não cederia o que os angolanos reclamavam. Em todo o caso, iam tomar atitudes contra a vontade colonial, exercidas em quadros locais como sérios sinais ao governo português (Pimenta, Fernando Tavares, 2010, p. 101).

O passo iniciado, não é apenas um simples dado provocatório, mas sim, surgia por motivo imperativo para pressionar o regime colonial a dar algo de ponderação. Entretanto, o poder de Lisboa não ficava indiferente dos atos em emergência, ocorridos em Angola. Esse sabe que a sua presença durante séculos, nesses territórios é conduzir os naturais na civilização cultural do Ocidente. Através da qual, em consecutivos anos, a população indígena iria mudar o cenário de vida do futuro. Contudo, à sua visão de resistência se entrava em organização militar para dar respostas por ações operacionais em desfavor português, crescentes nas províncias. As organizações pela independência vêem a sua existência estar alvo de uma contra-insurreição, baseada numa mobilização militar, em atos operacionais, nos quadros territoriais, se acham preocupadas em movimento em ação.

---

<sup>169</sup> A descrição que nos revela dos anos 40 ocorria o episódio relativo as reivindicações pela independência nacional dos territórios colonizados que, os poderes da época não conseguiram manter o regime existente e reconhecê-los Estados soberanos, conforme Santos, António de Almeida, *Quase memórias do colonialismo e da descolonização*, 1.º Volume, Casa das Letras, 2006, pp. 119-120;

A ordem determinada pelos responsáveis pelo autogoverno de territórios africanos se organiza em obstáculos para travar as campanhas que distam geograficamente de Lisboa por longos quilómetros de separação. Neste programa prático fica-se a perceber correctamente, que a Angola se distancia de Lisboa a 7.300 quilómetros; Guiné-Bissau encontra-se cerca de 3.400 quilómetros e Moçambique, 10.300 quilómetros de Lisboa<sup>170</sup>.

Em termos desta medida geográfica que se coloca entre os dois extremos, cada um iria enfraquecer-se de operações logísticas e de transportes no âmbito de programas defendidos. Um desgaste crescente afectará um, e beneficiará o do local, cada vez se tornará hegemónico em face das suas aspirações<sup>171</sup>.

A distante separação com a capital da mãe-pátria que se assiste, o distanciamento de entre províncias, às quais é complexo efectuar rápidos contactos com poderes centrais em Lisboa. Esse tipo de geografia descrita contribui o demasiado esgotamento das forças armadas portuguesas e, até criar o descontentamento social a volta do processo em curso. Uma situação de dureza pesa muito nos órgãos apropriados a encontrar novas medidas e apoios da sociedade civil. Quando as províncias da África portuguesa passavam articular as suas aspirações pró independência de territórios, de repente assistiam a queda de Goa. Um caso negativo que no século XX marcou o início do fim do império português. Uma triste imagem estampava as figuras de paixão das obras dos portugueses do passado-homens de história da descoberta, conquista e da divulgação da cultura do Ocidente europeu (mais tarde passaria como património imaterial e maravilhoso da população indígena). Para os políticos da África, à época era-lhes vantajosa. Facilitava-os contribuir na campanha pela rápida tomada de postura do Estado português face a descolonização. Os vizinhos dos que reivindicavam mostravam-se amigos e activos nas relações de conquista de opinião pública internacional. Davam apoio logístico e refúgio para os guerrilheiros prepararem-se na política e na acção de ataques. Permitindo-os transmitir palavras de ordem política aos seus compatriotas para que sejam pessoas de consciência do mesmo rumo à libertação nacional.

O percurso de contra-insurreição de 1961-1974, é um período de dureza a que Portugal aguentava no quadro de recurso financeiro nas três províncias em tensão. Pela óptica europeia, economicamente, Portugal reside num dos pontos mais fracos para suportar a guerra conduzida por três territórios, geograficamente distantes uns dos outros entre si e de Lisboa.

---

<sup>170</sup> Cann, John P., *Contra-Insurreição em África 1961-1974 o modo português de fazer guerra*, Atena, 1998, p. 19;

<sup>171</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20;

A época, Angola e Moçambique representavam um crescimento económico que favorecia o governo português, como apoio adicional para abastecer um conjunto significativo de orçamento militar do potencial humano nas guerras<sup>172</sup>.

Ao longo de séculos de presença, Portugal como é um pequeno país, na Europa ocidental. Dentro deste conceito, Salazar procurava consolidar os laços entre colónias e Portugal metrópole, com as quais o país é visto grande no mundo. Na mesma ordem de pensamento, o chefe do governo português nem sequer lembrava em admitir o funcionamento da democracia, uma vez que os novos ventos ventilavam em sentido pela liberdade. Um novo instrumento seguido por muitos países europeus e introduzindo a doutrina de mudança de sistemas coloniais. Não haveria antagonismo desde que ambas as partes tiverem cooperação e de amizade no quadro de relações benéficas para todas no futuro, uma vez solucionado o processo de independência<sup>173</sup>.

Uma posição politicamente construída pelo Salazar como possibilidade de Portugal afastar-se de crise financeira que o anterior governo da república a deixara em caos. Desta linha seguida, o chefe de Estado Novo promove uma consciência imperial, baseada na ideologia de grandeza imperial com que os portugueses já estavam habituados. Esta mentalidade adaptada explica-se em três elementos: geografia, heroísmo e comércio. Têm o seu significado a compreender de que, primeiro é uma noção em que a bandeira portuguesa flutua nos vastos territórios de três continentes que transforma um pequeno país europeu na terceira potência colonial depois da Inglaterra e da França; o segundo elemento consagra o heroísmo dos antigos mercadores e guerreiros durante o século maravilhoso e terceiro aspeto faz lembrar as dificuldades encaradas pelos portugueses para conseguir a riqueza antes de tomar os distantes territórios em centros de produção lucrativa que jorrava em Portugal metrópole. Pela qual mentalidade de António Oliveira Salazar inclui o sentido de unidade de colónias com Portugal continental<sup>174</sup>. A postura defendida fazia com que o homem sonhador nem sequer desse abertura aos novos sinais e conselhos abertos pelos amigos. Era assim este rumo se tornaria em tensões nos locais que seria difícil travá-las por fogo e ferro.

Enquanto as outras potências coloniais se sentissem incomodadas por terem de revelar certos factos acerca das suas colónias, submetiam-se à exigência. Portugal atraiu ainda mais as atenções devido à sua recusa<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 28-30;

<sup>173</sup> Idem, *Ibidem*, p. 35;

<sup>174</sup> Idem, *Ibidem*, p. 40;

<sup>175</sup> Idem, *Ibidem*, p. 59;

O compromisso de Portugal na defesa do ultramar tem as suas origens na procura de uma renovada grandeza de épocas passadas, como advogava a visão imperialista do governo de António Oliveira Salazar.

Nos anos de 1951, o sentimento nacionalista das colónias africanas já circulava no imaginário dos próprios filhos evoluídos. Intenção que os mobilizava criar um Centro de Estudos Africanos (CEA) sendo próprio para organizar seminário onde se discute temas associados aos interesses das populações colonizadas. Pelo qual procura elevar a consciência dos povos a terem uma nova visão no quadro das suas relações de vida, sustentada por uma possível produção económica, escolas, ações sociais numa liberdade de expressão dum país soberano.

Os fundadores do Centro mais conhecidos, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade, Aquino de Bragança, Lúcio Lara, Vasco Cabral e Noémia de Sousa. Os primeiros responsáveis pela troca de impressões com os homens de formação portuguesa e francesa para obter alguma indicação necessária para valorizar a organização, embora fosse vista por muitos como incerteza.

Do Centro, eles iriam promover os seus projetos junto de pessoas de outras colónias já independentes, nos territórios africanos ou na Ásia. Esta iniciativa ainda que fosse débil, mas o objetivo estaria já ponderado positivamente por muitos países recém-independentes<sup>176</sup>.

O surgimento dessa organização tornava-se espaço de movimentos de emancipação das províncias da África portuguesa. Em clarificação do que se preconiza, em 1954, no Congo Belga, funda-se a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) de seguida, culmina-se na União dos Povos de Angola (UPA), ano em que se assiste a existência da PIDE nesta colónia. Contudo, esta mudança se associaria a outro novo movimento de Aliança do Povo Zombo, que mais tarde se identifica por Partido Democrático de Angola (PDA). Em 1962, os movimentos fundem-se em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Fica-se a perceber que Angola, antes destes movimentos, já existia um Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) diz ser criado a 1953; o Partido Comunista de Angola (PCA) surge em 1955, onde este se une com a PLUA, originando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), constituído em 1960, uma voz activa pela independência do país<sup>177</sup>.

Igualmente, Moçambique não estava alheia de sentir algum corpo diretivo pelo autogoverno de seu território. Em face desta linha, aparecem grupos organizados que

---

<sup>176</sup> Paço, António Simões do, *1961 o ano de todos os perigos*, Centro Editor PDA, 2007. p. 8;

<sup>177</sup> Idem, *Ibidem*, p. 9;

assumem o mesmo assunto comum. Representam uma dispersão legal, mas o futuro poderia complicar-se em única voz, o que lhes sensibilizaria unir-se numa Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

O Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) existe em 1955, terá pouco tempo de existência, e no ano a seguir criará um Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Neste período nasce a Conferência das Organizações das Colónias Portuguesas (CONCP) incluindo a UPA e o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP). Da conferência, todas as representações perceberão que Portugal não estava disposto aceitar diálogo com as organizações anticoloniais para resolver questões inerentes a independência de territórios africanos<sup>178</sup>.

Os anos que nos descrevem greves geravam manifestações que reivindicavam pelas melhores condições de trabalhadores nas colónias. Às quais, as autoridades de poder intervinham em solucionar os assuntos que não apresentavam em corresponder as qualidades e de conhecimento profissional, empregues nas áreas de trabalho quotidiano. Os responsáveis coloniais sabiam também serem organizadas pelos políticos anticoloniais, muitos destes são capturados, presos, perseguidos<sup>179</sup>.

Os passos de movimentos de começo, uma vez coordenados efetivamente pelos seus responsáveis dirigentes serão transmitidos nos espaços de cariz internacional como ocorrera a conferência na Casablanca, em abril de 1961 (Fernando Tavares Pimenta, 2010, pp.102-103); do mesmo modo, não deixaram as suas palavras na conferência realizada em Nova Deli, em 21 e 22 de outubro do mesmo ano (António Simões do Paço, 2007, p. 124); dessa ideia em curso, em julho de 1970, os políticos africanos de MPLA, FLNA e UNITA teriam feito uma audiência junto do Papa, conforme consta na obra de Cardoso Reis (2007, p. 327).

Uma guerra colonial que se visava de uma força para cristalizar os projetos de contra-insurreição. Estratégia que advém de uma inspiração da grandeza afirmada na memória dos portugueses do passado. Linha que o Estado Novo não deixaria esquecer-la, no percurso de época contemporânea. Continua a promover o sistema europeu, por outro lado, manteria as relações com que as autoridades coloniais conseguiriam elevar a sua personalidade em vastos territórios de continentes.

O regime que mais agradava a ideologia imperialista, enquanto muitos setores civis tomava rumo por uma mudança que estimularia as aspirações anticoloniais. Dele, o Movimento Nacional Feminino nasceu - um dinamismo determinante na luta contra as presentes oposições do Estado Novo.

---

<sup>178</sup> Idem, *Ibidem*, p. 13;

<sup>179</sup> Idem, *Ibidem*, p. 14;

Um movimento que, na época, ocorrido nas colónias por intenção de consolidar unidade de regime. Verificava as diferenças existentes nos elementos militares na esfera salarial. Imagem que se observava era necessária alterar para que se evitasse assistir o desconforto de elementos de forças armadas, facto que teria informado ao chefe de governo.

A própria chefe de organização feminina chegava contribuir nas operações militares no mato. Oferecendo-lhes músicas nas festas improvisadas durante longas noites. Apoios que são ponderados irregulares pela maioria dos portugueses da época, que lhe valia difamações e injúrias. Uma participação correta nesse terreno de hostilidade era vista grande ajuda mas faltava-lhe alterações de comportamento segundo de algumas observações <sup>180</sup>

O esforço português que se garantia nas forças militares para organizar incursões como instrumento a favor da contra-revolução está sob as ordens dos comandantes. Mas a sociedade civil não estava confortável e nem sequer optava esta decisão como positivo do Estado Novo.

Os guerrilheiros/forças anticolonialistas cada vez afirmavam as suas aspirações, na medida que obtivessem mísseis terra-ar, Sam-7 de origem soviética. Facilidade conseguida entrava para perturbar as forças aéreas portuguesas quando sobrevoavam bases de guerrilha guineense. A alteração de correlações conheceriam a sua maior diferença no campo de operações em Abril de 1973, quando os aviões de força portuguesa entrariam em inutilidade operacional. O triste episódio apanhou mortalmente o chefe do Estado-maior de Força Aérea portuguesa, tenente-coronel Almeida Brito <sup>181</sup>.

Esta situação, infelizmente, marcava na província o início de inexistência de domínio de espaço aéreo. E, afirma que “só no apoio aéreo foi decisivo evitar o perigo”. Uma prova que os homens do PAIGC fortalecem o seu comando para que o rumo seguido à independência do seu território fosse útil.

As operações técnicas no campo de confrontação por parte desta organização, finalmente desconfortavam os planos das forças portuguesas. Os próprios líderes na Guiné-Bissau chegariam reconhecer a incapacidade das forças e, esta indiciaria o início de desmoronamento das colónias <sup>182</sup>. Para este propósito, muitos políticos do PAIGC não cansarão efetuar contatos com figuras influentes europeias como as do

---

<sup>180</sup> Idem, *Ibidem*, p. 133;

<sup>181</sup> Santos, António de Almeida, *Quase memórias da descolonização de cada território em particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, p. 12;

<sup>182</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20;

Reino Unido ainda que não fossem de forma oficial. Transmitindo-as as noções que dirão sobre o futuro de países africanos com os europeus<sup>183</sup>.

Percebemos uqe a negociação era recusada por Portugal para tratar dos processos de independência. Aos olhos africanos a posição lusa é um choque que tem de ser aceite por outra medida: tomada de revolta. Cada uma das províncias da África recorria a força armada nos quadros locais a estremecer seriamente o regime colonial, numa tendência a autogovernar-se.

Mas também para se perceber, que ao longo desse processo, Portugal nunca caía na guerra organizada pelos seus adversários como acontecera a outras potências do mesmo regime como França, na Argélia em 1954-1962 ou como os norte americanos assistiram a sua saída no Vietname em 1964 e 1972. Pelo lado pró independência, as operações surgiam principalmente a partir dos países vizinhos, praticavam a montagem de minas nas zonas fronteiriças, sobretudo nas estradas, combinadas de emboscadas dos guerrilheiros.

No tocante a operação guineense, como território é pequeno à atuação de guerrilha de 6000 militantes do PAIGC corria maior em relação aos de força portuguesa. Porém, o conflito armado, apoiado pelos homens de nacionalidade senegalesa e da República da Guiné. Homens infiltrados no território português, em apoio dos nacionalistas guineenses para aperfeiçoar como tomar decisões nas operações de ataque<sup>184</sup>.

O governador Vasco António Martinez Rodrigues, curiosamente desconhecia a tensão ocorrida sob a ação dos grupos do PAIGC, daí tencionava neutralizar as infiltrações. Achava dificultar esta incursão, naturalmente à colónia se tornaria em clima normal<sup>185</sup>. A população é exigida em prestar ajudas aos dois extremos, politicamente antagónicos. Do ponto de vista desta autoridade escolhia o maior número de efectivos para a pronta neutralização daqueles que potenciavam a guerra no território português, em ações de conflito na Guiné-Bissau <sup>186</sup>.

O exército português, no campo de hostilidade ligava-se permanentemente com seus homens informativos. São meios importantes nas situações críticas junto da força militar, policial e da PIDE; rede de maior vantagem em acompanhar os passos dos adversários – organizada receber informações do material fuzil do estrangeiro, etc. Ambos os extremos, cada um esperava que a população os valesse contributo útil em função dos propósitos que cada um defendia no programa de unhas e dentes.

---

<sup>183</sup> Oliveira, Pedro Aires, Os Despojos da Aliança – a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 418;

<sup>184</sup> Pinto, José Filipe, *o ultramar secreto e confidencial*, Almedina, 2010, p. 393;

<sup>185</sup> Idem, *Ibidem*, p. 420;

<sup>186</sup> Idem, *Ibidem*, p. 422;

Durante o período em conflito, a força lusa capturava alguns elementos do PAIGC, conforme nos descreve o livro de John P. Cann dizendo que os portugueses nunca hostilizavam os capturados. O mesmo afirma que era opção útil para obter informações correctas das unidades do inimigo<sup>187</sup>.

A província de Guiné-Bissau da África Ocidental, desde 1446 ficava sob a administração portuguesa. Economicamente é muito pobre e como outras, inserida na cultura europeia lusa. Vive de exploração agrícola e a sua capital é Bissau, agora pertence ao novo Estado soberano, reconhecido em 10 de setembro de 1974. Deste processo é admitida na ONU e na OUA. A sua ligação passa-se num ambiente de relacionamento internacional a crescer em espaço de amizade e de cooperação<sup>188</sup>. A escolha de destino, de facto, era imaginada pela maioria da sociedade desde que o PAIGC foi fundado. Um partido que surgia pela emancipação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, cujo chefe político era Amílcar Cabral. Homem que se formou no ensino superior de Lisboa. Foi deste espaço que o mesmo desenvolveu a sua postura intelectual e a adquirir o entendimento de articulação política. Passando a conhecer como projetar os programas políticos num regime inadmissível da época com as instituições particulares e oficiais nacional e internacional. Optando ideologias marxista-leninista, achando-as como orientadoras dos ideários da libertação nacional, posteriormente vê-las como presença à sociedade em desagregação e difícil de marcar uma imagem de coesão e pacífica. Em 1987 esta política deixará de ser seguida por PAIGC.

No início de estabelecimento português, a ilha fazia parte do arquipélago de Cabo Verde, mas esta inserção parecia registar desconforto em alguns cidadãos. Porém, em 1879 a Guiné-Bissau separa-se do Cabo Verde, e mantendo-se no mesmo poder ultramarino luso.

A união que existia ainda se mantém viva na memória de muitos dos filhos, chegando animá-los à reunificação da Guiné-Bissau a Cabo Verde recém-independente. O propósito para ser realizado em 1977, infelizmente corria com insucesso neste ano<sup>189</sup>.

Em 1965, os guerrilheiros do PAIGC acham que seus ataques eram vistos pela população local como um sinal positivo. Chegam a influenciar grandes partes controladas pela força colonial. As zonas que eram da maior confiança das autoridades lusas passariam sob controlo da oposição, onde resultaria soldados portugueses feridos. Nos fins de 1966, a força lusa deixava de controlar as zonas do Sul e Centro Sul de Guiné-Bissau por o direito português ser neutralizado por ações

---

<sup>187</sup> Cann, John P., *Contra-Insurreição em África 1961-1974, o modo português de fazer guerra*, Atena, 1998, pp. 162-163;

<sup>188</sup> Mourre, Michel, *Dicionário de História Universal*, Vol. II, Edições ASA, 1998, p. 615;

<sup>189</sup> *Enciclopédia da História Universal*, Selecções do Readers Digest, 1999, p. 289:

do grupo pela independência. Deste modo, o espaço passará de completa segurança de poder anticolonial, permitindo-lhe grande apoio da população local<sup>190</sup>.

Nos momentos difíceis para a autoridade colonial, da parte militar, alguns oficiais teriam de efetuar contatos com os membros PAIGC, onde estaria também o general António Spínola. Contudo, desse contato nunca chegava informação nenhuma à polícia do que se tratava, mas os dois maiores que faziam parte do encontro foram mortos.

Nos anos de 1971 e 1972, a Bissau conhecia a sua maior operação rival PAIGC. As populações das contiguidades eram proibidas pelos responsáveis do movimento a dirigirem-se aos centros comerciais.

O Nino Vieira é responsável principal das incursões nas povoações de confiança da autoridade colonial. Transmitindo mensagem aos chefes de PIDE/DGS e dizendo-lhes que os países estrangeiros enviam ajuda material ao movimento, sobretudo de origem soviética<sup>191</sup>.

Nos momentos críticos na Guiné portuguesa, o António Spínola, governador da província, vê difícil a alteração da situação no país. O mesmo afirmava que na fronteira com Senegal ocorre movimento de concentrações anticoloniais que são difíceis de os resistir. Militarmente, não é possível solucionar esta situação a favor do regime, vendo que o inimigo domina o espaço dia após dia em grandes proporções<sup>192</sup>. Em 1974 é o ano que os militares do PAIGC demonstravam a sua resistência contra o governo colonial, sem descanso no rebentamento de engenhos explosivos nos quartéis-generais da província. As unidades militares abandonadas, as bombas rebentadas feriam pessoas das quais um brigadeiro e um coronel saíram mortos deste episódio.

O período de temperatura política, ocorrida na colónia, enfrentava longo tempo. O responsável político do partido nacionalista dedicava o seu empenho e esforço para o objetivo do movimento, entretanto, viria a ser assassinado, em 20 de janeiro de 1973.

Durante o inquérito, os homens procuravam saber quem era o autor da morte do Amílcar Cabral. Muitos chegavam afirmar que eram as autoridades portuguesas, por recusar a independência planeada para 1973; outros concluíam que a morte do Cabral estava associada aos desentendimentos de entre fações do próprio PAIGC por ver com a maioria dos líderes cabo verdianos, e outra suspeição podia estar ligada a um antigo desejo da República da Guiné de formar uma grande África com outras províncias em planos de sair do sistema colonial europeu, onde este plano estaria no

---

<sup>190</sup> Paço, António Simões do, *1973 nasce o MFA*, Centro Editor PDA, 2007, p. 30;

<sup>191</sup> Teixeira, Nuno Severino, *Relações Internacionais*, Artes Gráficas, Lda., 2005, p. 9;

<sup>192</sup> Paço, António Simões do, *1973 nasce o MFA*, Centro Editor PDA, 2007, p. 34;

maior suspeito recairia na figura do Sekou Touré, presidente da República da Guiné Conacri<sup>193</sup>.

Depois do acontecimento, os autores de crime foram apanhados à prisão por ordem do Ahmed Touré.

Na data em que se ocorre o sucedido, Amílcar Cabral e a esposa, Ana Maria, voltavam de uma receção na embaixada da Polónia no dia 20 de janeiro de 1973. Mal chegavam e preparavam-se para estacionar o carro em frente da sua residência de onde os dois vêem aparecer um grupo do PAIGC. Neste está o Inocêncio Cani, ex-comandante da Marinha de Guerra do PAIGC. De acordo com a descrição da própria esposa, este homem ordenava em amarrar o líder, ao que o Cabral respondia que o matasse do que o sujeitasse as amarras. Ouvindo isso, o Inocêncio Cani se tornava em fúria mandou dar tiros em rajada sobre o político.

Os outros presos cabo verdianos e Ana Maria, esposa do responsável assassinado, são conduzidos à prisão do PAIGC. Mombu ou Mamadou Touré e Aristides Barbosa são acusados de traiçoeiros, entretanto, os dois eram convidados a dirigir-se a Bissau, segundo o plano traçado pelo presidente da República da Guiné Conacri<sup>194</sup>.

Um conjunto de figuras internacionais que constituíam uma comissão para o inquérito onde a mesma concluía que o ato acontecido estava ligado a um grupo de autoridades portuguesas que pretendiam conservar o regime. Mas esta afirmação não constitui uma certeza absoluta de todos.

Numa ordem cronológica, o PAIGC assim que afirmava a sua fundação em 1960, os seus líderes procuravam penetrar nos meios rurais para se aproximarem das populações dentro do possível. O aumento de base de apoio cresce internamente como no campo de apoio internacional legitima esta existência política cada vez mais visível.

O partido entra em tensão com o governo colonial no quadro da reação de trabalhadores mal pagos. O que estes iriam sofrer vítimas mortais da resposta, onde a entusiasmará os revolucionários prosseguirem em prática as aspirações que reivindicam a independência da Guiné-Bissau, como é hoje.

A partir do ano 1963, a força do partido organiza em espantar as autoridades coloniais na Guiné, quando o quartel-general de Tite é atacado. Ações deste tipo tornam-se um flagelo aos militares portugueses, e até 1972 o espaço terrestre da colónia, 2/3 ficará sob controlo do PAIGC, conforme afirmações<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> Idem, *Ibidem*, p. 36;

<sup>194</sup> Idem, *Ibidem*, p. 38;

<sup>195</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41;

O desejo de descobrir o autor de crime de assassínio do líder político africano, era difícil de conseguir a certeza. Uns chegavam a inculpar o Sekou Touré segundo as últimas declarações do general António Spínola, uma vez que descobria a divisão interna do PAIGC, pensava-se que a atividade de Cabral desanimava as intenções do presidente da República da Guiné Conacri<sup>196</sup>.

Também se afirma que o período de quinze anos de esforço de dureza para transformar o sistema colonial da província em autogoverno não é inútil. O empenho do povo e da pressão internacional determina o fim da guerra e substitui o governo colonial português pelo novo governo da República da Guiné-Bissau, em 11 de Setembro de 1974, após o 25 de Abril do MFA em Portugal, na Metrópole<sup>197</sup>.

Toda a cena encarada na África portuguesa era marcada por uma mudança do sistema colonial já começava os êxitos noutros países coloniais do continente do mesmo século XX. Achava-se que o desassocego administrativo português se limitasse na província angolana. Mas as coisas começavam a ser organizadas. Alastravam-se a Moçambique. Colónia geograficamente muito distante para Portugal arranjar alternativas! Em 1960 começariam os moçambicanos a manifestar o seu desgosto pelas intenções portuguesas, quando compravam algodões indígenas com preço muito baixo. Produtos comerciais são cultivados e tratados pelos naturais, na própria terra.

A reação do governo da província saía dura em resposta a manifestação a ponto de os naturais serem vítimas mortais de treze pessoas.

O efeito decorrido suscita o ódio moçambicano para uma tomada de atitude em marcas revolucionárias contra a autoridade colonial<sup>198</sup>. No ano de 1962, o país assiste a existência de um partido revolucionário – Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO). Engrandece-se com a fusão de pequenas fações existentes onde vai ser liderado pelo grande homem, Eduardo Mondlane. Uma das figuras que obteve alguns apoios americanos e formado nos EUA. Os moçambicanos conseguiam demonstrar a importância da sua revolta a partir dos territórios de Tanganica.

Uma época em que a oposição andava a espera que surgisse algo importante para destruir de vez o Estado Novo. Este sentimento passava a ser constatado nas províncias em desconforto com o sistema colonial. De facto, em Moçambique, havia portugueses que ajudavam a distribuir manifestos, que a polícia sabia e dizendo que os europeus cada vez se manifestavam para derrubar o governo de Salazar<sup>199</sup>.

---

<sup>196</sup> Idem, *Ibidem*, p. 43;

<sup>197</sup> Guerra, João Paulo, *Descolonização portuguesa – o regresso das caravelas*, Oficina do Livro, 2009, p. 141;

<sup>198</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Dom Quixote*, 2010, p. 545;

<sup>199</sup> Pinto, José Filipe, *o ultramar secreto e confidencial*, Almedina, 2010, p. 344;

Muitos destes são presos quando polícia os apanhava a colar manifestos durante a noite nas paredes. Denunciam um europeu de nome, Rui Tavares, funcionário da Companhia de Seguro “Fidelidade” que organizava em apoio dos revolucionários naturais. Muitos indígenas de Moçambique não percebiam do que se tratava da distribuição em questão, mas os adeptos do general Humberto Delgado encontravam-se activos no projeto dirigido pelos políticos africanos<sup>200</sup>.

Os países vizinhos Quênia, Uganda e Tanganica, são os principais responsáveis de influência moçambicana. Quando os políticos procurariam projetar junto da população local e no estrangeiro os objectivos das suas intenções<sup>201</sup>.

Ainda que a preocupação do governo colonial tornasse imensa na procura de pacificação junto dos distritos conhecidos de tensões, mas a insurreição agitava-se na província em 1964, junto do quartel em Mueda. A partir deste momento, os rebeldes entravam em ações de ataque contra as forças portuguesas. Matavam-nas, nos iniciais, um em cada dia. Causavam assim as patrulhas efetuadas nas distantes povoações da capital de Lourenço Marques/Maputo.

As operações de emboscada e de flagelo, utilizadas pelas forças da FRELIMO deixavam de ser mantidas. Pois esta mudança tem a ver com as novas armas conseguidas, potencialmente preparadas e numerosas para efetuar ataques em unidades contra as forças de contra-insurreição à vontade. A influência faz perder a população de fidelidade a Portugal nesse avanço de dia para dia por os elementos revolucionários se crescerem junto da mesma em vários locais do território<sup>202</sup>.

Enquanto os responsáveis políticos do anticolonialismo do território lutam pela cristalização de programas criados, a ONU preocupava-se pela criação de comissão para averiguar o massacre, ocorrido em Moçambique. Assunto que estaria envolvido por pessoas de outras nações, eleitas pelas Nações Unidas. Pode-se afirmar que, enquanto a ocorrência corra em desfavor dos naturais seria um dos entusiasmos a acordar os líderes políticos para pressionar o Estado português. Por outro lado, o assunto moçambicano encontra-se em linhas de reivindicação pela independência do território, na observação internacional é insistir por planos diplomáticos para reconhecer o destino da colónia, um pouco mais cedo<sup>203</sup>.

As conclusões de inquérito sobre o massacre resultam segundo as intenções portuguesas, face aos que eram autores de acontecimento sem surpresa. Dada a diplomacia dos bastidores desenvolvida por Portugal secundado por ingleses e

---

<sup>200</sup> Idem, *Ibidem*, p. 349;

<sup>201</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar, Dom Quixote*, 2010, p. 353;

<sup>202</sup> Idem, *Ibidem*, p.548;

<sup>203</sup> Oliveira, Pedro Aires, *os despojos da aliança – a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 424;

noruegueses, os culpados da força portuguesa escapados de duro castigo ou responsabilizado pelo novo regime instalado<sup>204</sup>.

A situação política moçambicana, em termos gerais na política de descolonização, desgasta a energia de Lisboa, pois a época perturba toda a potência europeia na África. No quadro problemático em questão, a Inglaterra preocupava-se de como encarar o antagonismo de Rodésia. Dá-se a declaração unilateral da independência deste país, cujo Ian Smith é o primeiro ministro, em 1965<sup>205</sup>, a que o Reino Unido ficava bastante espantado. Este solicita o governo de Lisboa para fechar os estabelecimentos rodesianos em Portugal por interesses comerciais e que são vitais a este país. Segundo os britânicos achavam que esta medida conseguida de Lisboa, a Inglaterra poderia ter sido mitigada das posições antagónicas. Contudo, no momento em questão, Dr. Mário Soares era o MNE, considerando o pedido do Reino Unido aceite. Vê a maioria branca há muito tempo controlava o governo, tanto que na condução nada significaria a existência democrática africana, nessa região. A própria ONU solicitava aos ingleses que ajudassem a desbloquear o problema. Não conseguem convencer os brancos residentes para dar abertura à participação dos negros nas estruturas do governo. Os diálogos ocorridos ficavam em vão.

A resistência em curso ainda conta com os apoios de África do Sul e de Moçambique, dispostos a ajudá-lo a manter a sua influência no país. Para tal, se os ingleses deixassem de pedir ajuda a Portugal e a África do Sul, o problema cada vez viria insolúvel a Grã-Bretanha<sup>206</sup>.

Os ingleses de facto desistiam de insistir por entenderem que o assunto cada vez se pesaria em Lisboa. Sabê-lo que Moçambique depois de ter assumido legalmente a sua independência seria bom que o Reino Unido efectuasse contatos com a nova República de Moçambique<sup>207</sup>.

Porém, os ingleses ficariam atraídos da postura política da FRELIMO à qual eles gostariam de entender-se diretamente com o governo do novo Estado de governo (FRELIMO). Já muito antes, umas figuras de relevo inglesas, radicadas no território mantinham contatos com o movimento GUMO (Grupo Unido de Moçambique). De certeza, das proximidades que tiveram os britânicos perceberão das escolhas moçambicanas quanto ao futuro destino e a relação a Ocidente.

O movimento conforme se descreve na obra do professor de história na Universidade Nova de Lisboa, Pedro Aires Oliveira que fora apadrinhado pelo mesmo Marcelo

---

<sup>204</sup> Idem, *Ibidem*, p. 426;

<sup>205</sup> Mattoso, José, *História de Portugal*, Editorial Estampa, 1998, p. 482;

<sup>206</sup> Oliveira, Pedro Aires, *os despojos da aliança – a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 324;

<sup>207</sup> Idem, *Ibidem*, p.431;

Caetano, último ministro do Ultramar e ex-governador de Moçambique, pai do professor Marcelo Rebelo de Sousa, Baltazar Rebelo de Sousa.

Do mesmo assunto em questão, após três semanas da explosão do MFA, em Lisboa, Moçambique terá conhecido o seu maior movimento – FRELIMO, cujo líder político era o Samora Machel. Facto que vem explicar o sinónimo da liberdade e independência de território.

Para perceber do caso moçambicano é muito diferente do de Guiné-Bissau, de modo que nada preocuparia haver interferências para solucionar a questão. Apenas cabia ao Reino Unido sensibilizar a comunidade inglesa africana (Commonwealth) para melhorar o seu ambiente político ao novo Estado da África “República de Moçambique”. Para tal, o esforço de Dr. Mário Soares junto do inglês Callaghan era de enorme importância a evitar a intervenção de África do Sul ou de inconciliáveis colonos da mesma região<sup>208</sup>.

FRELIMO, um partido em que os seus líderes são fiéis leitores e apaixonantes de doutrina do regime comunista, como cultura escolhida para conduzir a sociedade moçambicana a feliz independência. Enquanto esta matriz vê-se seguida, os ocidentais a vêem desconfortáveis. Poderia gerar e complicar uma situação ao novo Estado de Moçambique, que a Grã-Bretanha a acompanhava por muito tempo até o desfeito do regime colonial.

O interesse inglês mobilizava os contatos com os responsáveis de FRELIMO. Desejo que o levava na tentativa de reconsiderar a permissão das mãos e dos pés comunistas em solo moçambicano. Encontros feitos, até o Samora Machel os vê incapaz de abandonar essa escolha porque tinha uma ligação de ajudas ideológicas e materiais. Também não deixava de avaliar o lado britânico quando prometia doar apoios financeiros para resolver as piores dificuldades dos primeiros anos de independência, quando o governo assistia.

Uma hipótese que parecia desanuviar Moçambique, onde os ingleses a vêem aceites a multiplicar os seus interesses comerciais e a nação ficaria inserida na comunidade inglesa.

Em 25 de Junho de 1975, Moçambique proclama a independência, muitos representantes ocidentais marcam a presença na cerimónia de içar a nova bandeira da república.

---

<sup>208</sup> Idem, *Ibidem*, p. 433;

Vendo como país irmão de Timor-Leste a afirmar o seu destino histórico, de Díli veio uma delegação chefiada por presidente da FRETILIN e primeiro chefe de Estado timorense, Francisco Xavier do Amaral estar presente na cerimónia<sup>209</sup>.

De facto, o domínio colonial em muitos anos, para a sua importância criou uma expressão – ultramar. Este nome coletivo relativo as colónias, dispersas em quatro continentes diz-se igual umas das outras, a partir da metrópole. Na realidade, este fenómeno que apregoava um Portugal uno e indivisível do Minho a Timor residia no documento retórico.

Tomando a realidade em estudo, encontraremos nos diferentes factos de existência. As pessoas, territórios, desenvolvimentos físicos são desiguais entre si até numas possessões podem impressionar as pessoas que queiram constata-las como são.

É de afirmar que os portugueses chegavam nesses territórios, já habitados conforme costumes existentes. Sem encontrar governos originais, politicamente organizados, em possessões habitadas. Os naturais que aí residiam nem sequer exibiam elementos apreciáveis de civilização. Esta expressão criada tornar-se-á em leque estender-se a outros espaços territoriais.

Os regimes coloniais, na medida que confirmassem os seus projetos por intermédios de contatos conseguidos com a nobreza local, imprimiriam o seu modo administrativo. Envolvendo-os nas organizações públicas e instituições criadas. Assim, ir-se-ão inseridos nos ensinamentos a descobrir o saber ler e escrever e a compreender da sua importância. Os naturais evoluídos são conferidos funções públicas do Estado das quais irão promover-se na ascensão social.

Como se refere em linhas anteriores, o movimento pelo autogoverno ou independência de Angola ultrapassava todos os obstáculos, que se pensavam atrasar o sucesso político com tanta dificuldade. Por outro lado, esta é uma das colónias mais prósperas no domínio português. Orgulha-se pela sua riqueza natural que o país dispõe aos seus habitantes.

Entretanto, a guerra continuava a atrair apoios de grandes potências do Leste/Oeste. Estes interessavam da postura de movimentos independentistas, fazendo com que Portugal defendia os seus interesses, isoladamente, em guerra no contexto internacional<sup>210</sup>.

O sentimento pelo qual os militares portugueses levam consigo para manter o sistema colonial em ordem vinha desfazendo-se insignificadamente. Os planos do quotidiano para a operação militar contra-insurreição paralisa-se. Restando agora a

---

<sup>209</sup> Idem, *Ibidem*, p. 440;

<sup>210</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, p. 133;

espera da data escolhida pelos políticos para a proclamação da independência de Angola. Toda a população negra, branca e mestiça, residente no território acha justo os princípios seguidos pelos movimentos de reivindicação.

As forças portuguesas, finalmente, perceberiam que a guerra ocorrida na África e na Ásia emergiria pela liberdade e pela independência. Assunto que o século XX reconhece o regresso das potências coloniais a sua casa e mansões. Todavia, os três movimentos de Angola entrem em desentendimento ao recurso de armas, e as forças portuguesas ainda estacionadas, para elas, viam-no sem sentido. Pensam voltar a casa e esperariam que o novo Estado africano se instalasse e ficasse em paz<sup>211</sup>.

No entanto, a FNLA acolhe instrutores militares estrangeiros a potenciar as suas forças a ponto de pressionar a força portuguesa. Um ato que se esconde na ambição para que o Daniel Chipenda fosse líder de MPLA.

As atenções pela unificação de fações ainda não se esgotam das suas operações, enquanto o processo não chega ao seu fim desejado. Efetuadas negociações pelas figuras intervenientes na política de Angola chegariam a assinar o acordo de cessar as hostilidades. A assinatura é feita a bordo do iate do presidente de Mabutu, em 15 de outubro de 1974. Dá-se a entender que os militares do MPLA e do comando de unidades portuguesas, nas zonas de operacionais, as suas ações de fogo teriam o seu fim no território de Angola.

Existem três movimentos, os quais reivindicam a independência da colónia. Mas no acordo realizado ainda desconhece quem teria legitimidade em representar o movimento, uma vez que as divisões internas do MPLA ficam por definir. Vêem que o Dr. Agostinho Neto, líder histórico do movimento, a Revolta Ativa, grupo dissidente constituído predominantemente por intelectuais, chefiado pelo Dr. Joaquim Pinto de Andrade, e a Revolta do Leste, de que era líder Daniel Chipenda.

Essas tentativas de entendimento e união, a OUA se preocupava que o fizesse sem obstáculos para beneficiar o processo em curso, mas o esforço sairia um insucesso. Além deste, efetuará um Congresso em Lusaca, a 11 e 28 de agosto de 1974 resultará em empate das fações, tendo Agostinho Neto e apoiantes abandonado o Congresso. Episódio favorecerá segundo uns acham, a Chipenda em autoproclamar-se presidente sem reconhecimento dos membros interno e externo do MPLA. Nos primeiros dias de setembro do mesmo ano, os intervenientes não cansam de organizar outro. Com a reconciliação acordada, o Agostinho Neto é escolhido presidente e os dois líderes passam a ser vice-presidentes, entretanto voltará desfeita<sup>212</sup>.

---

<sup>211</sup> Idem, *Ibidem*, p. 137;

<sup>212</sup> Idem, *Ibidem*, p. 166;

Um acordo numa plataforma comum de três movimentos de libertação ficaria em trave, e que se desbloquearia por intervenção do major Melo Antunes, homem de confiança do MFA, e ministro sem pasta. Os encontros realizados de cada vez com um dos responsáveis políticos de cada movimento, com um representante português, uma vez que os três aceitarão efetuar. Os planos são feitos. Em 3 e 5 de janeiro de 1975 terá um encontro com todos, em Mombaça, e que lhes dará a possibilidade de assinar um acordo para negociar com os portugueses sobre o processo de descolonização de Angola. Deste, todos seguem os princípios acordados, mas excluem quaisquer partidos, movimentos de personalidades angolanos, no quadro do período de transição para governar Angola<sup>213</sup>.

Ora, feito o Acordo de Alvor, em 20 de novembro de 1974, no Argel, cujo alto-comissário era Rosa Coutinho, à Coordenação local do MFA e, ao ministro de Melo Antunes.

Na reunião partidária, ocorrida em Mombaça sem presença portuguesa, pois queriam estar livres dos portugueses e numa pressa para formar um governo de transição. Feito o qual, onde os representantes indicados pelos movimentos, conferidos de posse. De seguida, é o funcionamento de armas, envolvido pelos mesmos irmãos angolanos dos próprios movimentos de libertação. O que tinha tratado no Alvor com Acordo, arrastado a não execução. Não chegavam elaborar leis fundamentais, nem Lei Eleitoral, o Colégio Presidencial e o governo de transição ficarão inativos. O país torna-se no clima de barbarismo e violência.

Por outro lado, os movimentos recebem armas dos padrinhos do exterior. Uns sentem-se senhores sobre outros. É o momento favorável de atizar as confrontações, esquecer dos programas de execução a cargo do governo de transição.

Teria que ver de novo o texto do Alvor, quer dizer, quaisquer questões que surgissem na interpretação e aplicação do Acordo, e que não pudessem ser solucionadas pelo alto-comissário e pelo Colégio Presidencial, seriam resolvidas “por via negociada entre o governo português e os movimentos de libertação”<sup>214</sup>.

Cimeiras e acordos realizados, em vários locais por três movimentos e assinados. Os textos ajudados pelo Dr. Almeida Santos são aceites pelos líderes de movimentos, mas chegando a uma das figuras envolvidas no processo de descolonização (major Melo Antunes) sem apoio<sup>215</sup>. Também os mesmos, cada um mantêm contatos permanentes com os seus respetivos padrinhos do Leste/Oeste, é difícil cumprir os compromissos assumidos nas Cimeiras e acordos por eles realizadas.

---

<sup>213</sup> Idem, *Ibidem*, p.168;

<sup>214</sup> Idem, *Ibidem*, p.176;

<sup>215</sup> Idem, *Ibidem*, p.179;

O presidente Mobutu dava apoios aos líderes políticos como, Holder Roberto, seu cunhado. Até o movimento FNLA é braço armado do mesmo presidente, em Angola.

Muitas negociações efectuadas e cansaços, mas chegavam assinar um protocolo de acordo, firmado pelo alto-comissário, pelos dois ministros portugueses e pelos membros do colégio presidencial, apesar de tudo justifica algumas esperanças. Indo cumprir conforme se exprime nas páginas 183-185 do livro de António de Almeida Santos.

Os desentendimentos de movimentos de libertação são difíceis de compreendê-los pelas figuras de processo de descolonização. A própria riqueza do país, em si, é um obstáculo. O cheiro de petróleo e o brilho do diamante é mobilizador de ambição imperialista externa, em ambição de uns internos inconfessáveis. O povo é condenado a assistir a confrontação dos que jogam pelo interesse, em nome de toda a Angola. Igualmente, em Portugal, o novo regime, corado de “Verão Quente”, os britânicos falavam do governo comunista em expulsar o PS e PSD. Quando esse ainda assiste os irmãos angolanos quererem irmãos em unidade nacional pela independência, ao mesmo tempo estes mesmos irmãos voltam-se a matar um ao outro<sup>216</sup>.

O governo de transição toma posse, em 29 de janeiro de 1975. A seguir, dá-se na mesma capital angolana uma confrontação sangrenta, com o utilizar de armas pesadas. A princípio acreditavam na paz do Alvor, mas durou uma semana de tempo. Registam a morte de um capitão e de um alferes portugueses, um sargento da FNLA e cinco civis. Deixava inúmeros feridos a impressionar muitos que desejariam o bem de Angola. A operação de massacres ocorre ilegalmente no seio da sociedade. Nada se sabe quem admitia o acontecer da desgraça; os responsáveis eleitos pelo governo de transição são mal tratados. O papel de terror e de vandalismo dominava as instituições criadas, em princípio; roubos e saques imperavam nas cidades. No entanto, a reação do MPLA não se esperava que o caso ganhasse a sua vitória de carácter anárquico.

A FNLA e MPLA acusavam um ao outro por admitir a força estrangeira e como seguidor do regime comunista pelo MPLA.

Navios, aviões não paravam de descarregar armas sofisticadas aos movimentos de libertação<sup>217</sup>. Nem sequer admitia espaço ao bom senso. A multiplicação de confrontos passava a ser uma expressão predominante e ignorava a paz desejada. Nestes duros confrontos que a cúpula de processo de descolonização assiste, virá a ser dominado pela MPLA, ordenando destruir delegações e quartéis da FNLA. Libertava a Luanda dos ataques agressivos e senhoriava o poder.

---

<sup>216</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 190-194;

<sup>217</sup> Idem, *Ibidem*, p. 197;

Com todo o sinal que se descreve mitigar a situação, mas verificando-a não seria possível afirmar uma paz duradoura em Angola. Enquanto os movimentos de libertação de esquerda/direita, cada um assegurava o seu programa, apoiado pelos padrinhos de diferentes inspirações do Leste/Oeste. A própria influência de apoio descreve-nos uma diversidade política cultural que arrasta o país numa disputa de guerra classista infundável.

Por outro lado, o Ocidente, principalmente a Inglaterra, queria as forças estrangeiras no país fossem retiradas. Apelando que o governo do novo Estado seja incluído a UNITA, uma abertura que consolidaria a estrutura administrativa. O governo inglês, na sua política externa, aconselhando os países africanos de confiança para reconhecer a independência, cujo governo, MPLA.

Em 11 de fevereiro de 1975, a OUA decide então, por maioria simples, reconhecer a República Popular de Angola. As forças de FNLA e da UNITA fracassam-se de sua resistência pela disputa e, desta cena, aparecerá o MPLA como maior vencedor no processo de descolonização à independência. Zaire do Mobutu reconhece-a em 17 de fevereiro do mesmo ano<sup>218</sup>.

Entretanto, estes assuntos são difíceis de conseguir o senso comum, pelo que a questão vem arrastando até a 11 de novembro de 1975, ser proclamada a independência, porém continuava a assistir os conflitos sem fins previstos<sup>219</sup>.

Cabo Verde, um dos territórios da África portuguesa, geograficamente, está bem posicionado, como zona de transição entre África e Europa, particularmente, Portugal. Como todos do continente foi descoberto no século XV, passava sob poder luso até ao século XX.

O 25 de Abril português de 1974, foi como dia da revolução, consagrado pelo MFA, no sentido de substituir o Estado Novo pela Democracia. No âmbito desta política de agitação na Metrópole, as colónias reavivam as suas associações políticas, já criadas antes dos anos 60.

A ilha não estava alheia de mudança de regime português e ergue-se com o seu povo a reivindicar a sua independência. Para o projeto, promove uma política de directrizes do PAIGC, partido único comum que engloba o destino de Guiné-Bissau. Havia intenções de alguns responsáveis políticos do mesmo partido levar a ilha a unir-se com a República da Guiné-Bissau. Questão não estava tranquila em muitos atores do movimento. Era deste sentimento que viria a tornar-se na postura política de separar-se da República de Guiné-Bissau quando se deu o golpe de Estado de 14 de

---

<sup>218</sup> Oliveira, Pedro Aires, *os Despojos da Aliança – a Grã-Bretanha e a Questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), pp. 456-460;

<sup>219</sup> *Enciclopédia da História Universal*, Selecções do Readers Digest, 1999, p. 38;

novembro de 1980, dirigido por Nino Vieira. A ideia de unidade viria a perder o significado, quando o Amílcar Cabral fora assassinado (Almeida Santos, 2006, p. 223). Viria a criar um partido diferente do PAIGC – PAICV, o mesmo se afirma maioritariamente nas eleições com 93 %. Fica consolidado sob o olhar do pluralismo partidário instituído, e em 1991 ganha as eleições legislativas, cujo primeiro ministro é cabo verdiano. As eleições presidenciais, o PAICV terá o sucesso de 73,5 % de votos para o presidente da república<sup>220</sup>.

Portugal, na relatividade dos seus contactos com as colónias descobria confiantemente a de Cabo Verde. No quadro da sua posição geográfica vinha adquirir a específica relação de proximidade – gera o significativo fenómeno de miscigenação étnica e, com o andar do tempo, de intercomunicação cultural. Colónia apresentava uma certa existência de elite intelectual e política que fazia sentir o governo central dar-lhe um estatuto diferente das outras.

Requer uma eventual constituição unitária num só parlamento, precedida de consulta popular, altura em que pediu o governo português, em diálogo para solucionar a questão de Guiné-Bissau e Cabo Verde, contudo, era recusado por Salazar (Almeida Santos, 2006, p. 222).

O próprio Cabo Verde, além do partido PAIGC com Guiné-Bissau, tinha os partidos: UDC (União Democrática de Cabo Verde), que viria tornar-se PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), no âmbito do seu esforço viria defender a independência da sua ilha.

Um caminho, escolhido para o processo da independência da ilha, conduzido por partido que engloba tratar do de Guiné-Bissau. A ideia inicial era unir as suas colónias num só Estado de República. Surgia a maior percentagem de pessoas defender a proclamação de independência de uma da outra, fustigava os líderes num espaço cansativo para chegar um acordo<sup>221</sup>. Em 30 de junho de 1975 cria-se uma Assembleia Representativa do Povo de Cabo Verde conferida de poderes soberanos e constituintes, com competência para declarar a independência da ilha e elaborar a futura constituição desse Estado. Em 5 de julho de 1975, proclama a independência do Estado de Cabo Verde.

Portugal e a nova Nação prometem manter a cultura e a cooperação entre ambos. O Portugal garante a ajuda financeira, técnica e cultural para assegurar a perfeição do novo Estado e, este diz manter-se-á em relações com o Estado português. Assinam

---

<sup>220</sup> Mourre, Michel, *Dicionário de História Universal*, Volume I, Edições ASA, 1998, pp. 183-184;

<sup>221</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, p. 251;

acordos bilaterais, reciprocamente prometidos de cooperação ativa entre os dois, em vários domínios.

Uma das colónias portuguesas, no pós-processo de independência pede claramente evitar enviar seus filhos a estudar nos países maxizantes. Não querendo que o país aceite ideologias detestáveis entrar no sistema e nos partidos existentes – achando perturbadoras da sociedade<sup>222</sup>.

A cerimónia da proclamação de independência de Cabo Verde estava presente o primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves com o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde assinam o instrumento solene da independência do novo Estado. De seguida transferia para aquela Assembleia Constituinte, na qualidade de mandatária legal e representante do Poder de Cabo Verde, de todos os poderes de soberania e administração detidos pelo Estado português sobre aquela colónia<sup>223</sup>.

Aqui pode-se recordar que o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, é um ato político organizado, marca a morte do sonho de Amílcar Cabral por união de dois países num só Estado soberano. Os líderes do PAIGC talvez estivessem com as intenções de elaborar uma constituição para servir a unidade. O desejo arrastava-os para um período de cinco anos a tomar definições políticas e orientações que seriam da melhor escolha em garantir a harmonia do novo Estado - Cabo Verde. Sem pensar nos sonhos idos, a que os responsáveis políticos poderiam acolher as boas ideologias pela democracia da nova nação.

Pela óptica de alguns intelectuais cabo verdianos, como Onésimo da Silveira referia que o político Amílcar Cabral é um grande homem de mudança do século XX. Um dos melhores na linha diplomática que tinha vindo defender, mas em meio partidário do PAIGC, a influência perde o seu dignificativo sonho de unidade de 1956.

O Onésimo da Silveira é aquele homem que sentia do processo de independência do país, procurava manter contatos com o governo de transição e da comissão nacional do PAIGC. Atendia muita gente sensível as dúvidas ou pretendendo informações ou de opiniões sobre novo Estado – Cabo Verde<sup>224</sup>.

O 25 de abril de 1974, é um acontecimento histórico que o MFA faz surgir nesta data, onde Portugal viria cumprir as exigências apresentadas pelas colónias da África lusa, para cada uma tomar conta de si. Realmente é uma abertura para os povos de cada território colonial, da qual iriam potenciar as estruturas em movimento, para cada um chegar o destino escolhido. Para o abraçar como pensavam não era uma fácil aventura para entrar na rápida solução de processo.

---

<sup>222</sup> Idem, *Ibidem*, p. 256;

<sup>223</sup> Idem, *Ibidem*, p. 259;

<sup>224</sup> Idem, *Ibidem*, p. 261;

De facto, nas províncias existiam já elites culturais que assumem corpos diretivos, como liderança dirigir as organizações colectivas. Reunir os seus adeptos a dar opiniões para interpretar uma política junto do povo a perceber do objetivo traçado. Crescer novos responsáveis a responsabilizar outras tarefas. Pois, é de credível começar este processo porque muitos líderes tinham passado nos espaços culturais do ensino superior de Lisboa, doutros países da Europa e dos EUA. Percebiam como tomando este rumo complexo, vendo saber que, sem ter uma prática inicial é difícil começar o passo.

O constante encontro realizado entre os dirigentes decididos dará alguma indicação para encaminhar os planos.

Dividem-se em grupos para cada um encarar as tarefas confiadas. De onde muitos deles fazem viagens para outros países manter contatos junto de figuras de renome. Trocar impressões, pedir opiniões a potenciar as iniciativas políticas.

As instituições de economia, defesa e de negócios políticos, que são fontes de inspiração benigna, através de seus projetos realizáveis servir-lhes-ão de bons exemplos de guia para servir e continuar a luta.

Os países de África que conseguiram primeiro o estatuto independente, são eles os primeiros sensíveis às aspirações de colónias em movimento político. Dando-lhes aconselhamento em como articular os contatos com a população local e conquistar o apoio de países amantes da paz e de mudança de sistema colonial. Os encontros geram um conjunto de ideias, perfeitamente úteis a descobrir novas formas de ação.

Também se percebe que, o traço bibliográfico identificava o acontecimento e a conflitualidade de países vizinhos independentes, no século XX daí decorrente como génese de um fenómeno de mudança. Através de derrubes de potências coloniais e da instituição de novos Estados soberanos de territórios colonizados.

É uma historiografia que tende a ler a história como tentativa de sucesso lógico revolucionário com a reação contrária a manutenção de sistema em questão. No atual momento do conhecimento, já ninguém dá muito por esta teoria, uma vez o povo, enquanto voz única, a assumir os propósitos do destino preconizado.

As convulsões de movimentos políticos onde se explodem triunfam muito mais por convergência de interesses nacionais, politicamente organizados à independência. Ao mesmo tempo vem diluindo as intenções militares por uma acção organizada pela metrópole para a contra-insurreição, presentes nas províncias em alta temperatura.

A imprensa do século XX é favorita pela transmissão de informações em velocidade. Os homens têm preocupação de cultivar de amizades no mundo da imprensa, na perspectiva do favor jornalístico. Daí a imprensa surge como uma arma formidável em política.

A multiplicação dessas expressões anunciava a mudança para uma era política de massas, uma época em que a política ganhava novos campos extravasando os círculos restritos da elite existente. Os partidos políticos, no seu sentido moderno, não cansavam nessa altura influenciar os homens, votados no novo campo de ação política.

O processo de descolonização não é ignorado em São Tomé e Príncipe. A semelhança das outras colónias de África portuguesa, a ilha, restritamente desenvolve o projeto de emancipação da África, embora não fosse visível no território antes de 1974.

Todos os jovens africanos, à época andavam nas escolas superiores em Portugal. Eram bons leitores de caderno marxista-leninista, maoista e trotskista. Achavam que para tratar as questões relativas a independência de uma colónia seria bom conhecê-las.

Quando se dá a explosão de 25 de abril de 1974, na Metrópole, voltariam à terra natal a participar nos movimentos pró independência, nos respetivos territórios. Chegavam em sua terra, já com um temperamento subversivo, duro face o sistema colonial. Integrados nas organizações coletivas no país.

Na era em que os africanos estavam mergulhados num ambiente revolucionário, o movimento de São Tomé e Príncipe, MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe) estava sediado no Gabão. Um movimento que terá sido reconhecido pela ONU e pela Conferência das Organizações das Colónias portuguesas. Considerado legal representante do país para tratar o destino da colónia em novo Estado soberano. Até ao 25 de abril, a organização política nunca tomava decisões antagónicas no território a preocupar as autoridades coloniais. Muitos achavam que o país ficaria indiferente do novo processo, em curso<sup>225</sup>.

O governador, Pires Veloso é visto na colónia com alguma hostilidade, uma vez nomeado um tomeense como chefe de gabinete. O nomeado, imediatamente é acusado de colonialista, fascista e colaborador colonialista, em São Tomé e Príncipe de nome Nobre de Carvalho.

No prosseguimento desse desgosto que é atribuído ao funcionário acima referido, se cresce a indisciplina. A grande tensão e instabilidade política e social desestabilizavam o ambiente e até as forças armadas estariam fora de sua regra de ordem; a polícia de segurança pública nem sequer mantivesse a sua actividade numa legalidade activa. O governador acompanhava tudo o que se ocorria da parte militar como demonstração de impedimento a certas organizações civis manifestar a sua aspiração confirme o

---

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*, p. 264;

MFA. Vendo sem abertura de liberdade, na colónia, comunicava pedir a Lisboa um navio para ir trazer de volta a Metrópole cerca de seis centenas de militares.

Enquanto as autoridades coloniais no local e os responsáveis pelo processo de independência pensavam nas negociações para calendarizar o dia de proclamação, muitos são-tomenses faziam propaganda. Dizendo organizar seiscentos soldados pró Associação Cívica, iriam invadir a cidade onde estariam autoridades portuguesas. Na ideia de capturar os situacionistas, colaboradores colonialistas estava pronta e a ânsia de proclamar a independência seria imediata.

Estamos, pois, em tempo de mudança. A província, intensificando a intenção pela independência, cada vez, passa a consciencializar a massa popular a preparar-se sair do sistema colonial.

A época em que o território não estava bem de atitude com o governador, Pires Veloso, o presidente da república, general António Spínola enviou o emissário, tenente-coronel Ricardo Durão a colónia. A sua ida estava ordenada para ajudar o governador nas missões da nova fase política. Foi acolhido na ilha pela mesma autoridade, mas o recusava permanecer no palácio do governo. No mesmo dia, o emissário do presidente regressaria a Lisboa no avião que o trouxe a São Tomé e Príncipe.

De seguida, o governador comunicava a Lisboa que não era possível ficar, e se ficar, atormentaria a política do país. Ainda lamentava que o poder de Metrópole desconfiava o governo de Pires Veloso e nem sequer o consultava da ida do tenente-coronel, Ricardo Durão.

O assunto chegava a preocupar o general Costa Gomes e falaria com o presidente António Spínola. Até o professor Veiga Simões explicava a situação da província ao presidente. E segundo a versão de Dr. António Almeida Santos, se ficasse aceite a permanência do tenente-coronel Ricardo Durão a ilha poderia encarar uma erupção violenta<sup>226</sup>.

O governador, em função de autoridade local admitia contatos com os dirigentes da Associação Cívica, onde lhes transmitiria manter tranquilidade na população. Para evitar turbulentas improvisadas pedia os responsáveis da organização ajudar a entrega de armas, porventura se tivessem nas mãos de alguns membros.

Entretanto, existia a ânsia de adquirir as armas é presente em muitos elementos. Conseguem assaltar o quartel e carregar o armamento numa viatura pra levá-lo para um sítio escolhido, impedido por oficial superior. Solicitando a intervenção do mesmo governador a impedir a saída de material.

---

<sup>226</sup> Idem, *Ibidem*, p. 268;

Havia invenção de dizer a demissão do governador, em que a população da cidade ficava preocupada com a notícia. A população passava palavras a outras pessoas para se prevenir a impedir o seu embarque no aeroporto caso se acontecer. O ambiente ficaria acalmado quando descobria a mentira de ameaça.

De seguida, outro boato se instalava a acusar os brancos, residentes na ilha, de armas em posse para aniquilar os negros de são-tomenses; por um telefonema desconhecido teria convocado também a polícia militar dirigir-se a sede da Associação Cívica, onde é exigida pela população para a desarmar. Sem dar efeito, por a polícia reagir com tiros ao ar, daí se dá o fim do incidente.

O governador não queria que surgisse perigo feito pelos que possuíam ainda alguma arma, em posse. E no que toca a este acontecer assustador levaria os dirigentes da Associação Cívica entregar três pistolas-metralhadoras, dizem esquecidas<sup>227</sup>.

Durante o período que o poder colonial europeu permanecia nos territórios dependentes marcava também uma cultura muito bárbara. Os povos colonizados, além de perder vários tipos de direitos humanos, deixavam-os sofrer no analfabetismo. Era difícil descobrir os elementos de civilização a mudar o cenário de vida social, ainda que fossem já leais dependentes, em séculos.

A história, até ao momento não ignora esse ato do homem ocidental, em que começou o escravo na época moderna a contemporaneidade como matéria-prima privilegiada. No caso da ilha de São Tomé e Príncipe começava a assistir o trabalhador da colónia, em activo. Em grandes grupos destes homens a entrarem no exercer das actividades de açúcar, café e de cacau que, futuramente elevariam as empresas, em rampas credíveis.

Na província, homens angolanos, moçambicanos e guineenses eram contratados pela imposição a cumprir um período de três anos a trabalhar na ilha. No regime contratado era automaticamente renovado a continuar a actividade até que os homens, alguns fiquem esgotados fisicamente, nem sequer voltavam a ver seus familiares no país de origem. O sucesso deste esforço viria resultar em benefício de organizadores coloniais.

No entanto, a par de protesto encaminhado segundo as intenções de autoridade colonial, ocorreria a violência, dirigida pelos brancos, pelos vistos, nada tem a ver com os naturais. Na interpretação do episódio descobria a ligação que tem, cujos trabalhadores forçados nas obras públicas e sob actuação inadequada, onde a população colonizada anda mergulhar-se em forte pânico. Pela óptica atenta se

---

<sup>227</sup> Idem, *Ibidem*, p. 269:

percebia a autoridade era marcadamente brutal e sem crédito nas funções administrativas, junto da sociedade da província. As casas, e estabelecimentos comerciais eram incendiados. Prejuízos, que viriam ser associados a existência de movimento comunista, e que tal incidente, teria o objectivo de o pôr fim.

Quando decide inquerir, papel que ficaria a cargo de Polícia Internacional e de Defesa do Estado a realizar o inquérito para saber da verdade concluiu uma realidade sem existência do movimento que assustava<sup>228</sup>.

Fica-se assim a compreender que os factos escondidos que explicam a inexistência de prejuízos, mas na destruição de infra-estruturas físicas e humanas revelam o massacre de Batepá, a 4 de fevereiro de 1953 em cerca de mil mortos nativos<sup>229</sup>.

Todas as tensões que geram nos momentos de reivindicação de igualdade, surgidas no século XX, eram violentas. Fenómeno que em muitos países faziam perder a paciência dos poderes coloniais e sociedades colonizadas nos campos de guerra até à exaustão.

As guerras coloniais que aconteciam no espaço de domínio português fizeram com que este poder politicamente se via cansativo.

Os acordos viam-se difíceis de serem conseguidos com as colónias para determinar os dias de proclamação de independência de cada território.

No caso da ilha de São Tomé e Príncipe, o acordo é conseguido em Argel, ainda que tivesse pressões incontrolláveis e os líderes do MLSTP pretendiam que realizassem o acordo em Gabão, por eles consideravam sua casa.

A posição política que o poder colonial tem a tomar é conferir o direito de independência de São Tomé e Príncipe. Entretanto, a informação dada ao Dr. António Almeida Santos, Ministro de Interterritorial, em Lisboa, pelo governador, de que a ilha, alguns responsáveis de movimento a possibilidade de um referendo visando uma autonomia semelhante à das Regiões dos Açores e da Madeira. Contudo, este sonho viria ser sem efeito. E por parte portuguesa achava que o sonho poderia suscitar o funcionamento de armas entre força branca/preta, quando são-tomeenses ansiavam pela rápida independência do território. O que requererá a normal eleição de Assembleia Constituinte para permitir a feitura da futura Constituição do país. No entanto, estas razões eram como se viessem pôr em causa a futura soberania do território, tanto que o clima se tornaria inquietante e de desconfiança.

As negociações agradadas são para terem lugar em Argel, onde estariam as delegações: pelo lado português ficarão o Dr. António Almeida Santos, como chefe de delegação, Prof. Jorge Campinos, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros,

---

<sup>228</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 270~275;

<sup>229</sup> Moniz, Júlio Botelho, *Visões Estratégicas no Final do Império*, Tribuna, 2007, p.35;

Major José Maria Moreira de Azevedo, Secretário adjunto do governo de São Tomé e Príncipe, e Coronel Armando Marques Ramos do MFA junto do ministério de interterritorial; do lado do MLSTP, a delegação é chefiada pelo Dr. Miguel Trovoada, líder do movimento, José Fret, Pedro Umbelina são potenciais responsáveis pelo processo de independência. Numa zona de matriz politicamente neutral quanto as questões de descolonização da ilha, em processo. As autoridades de poder acolhiam-nos amigavelmente e de boas intenções para as duas delegações procurarem alcançar o melhor dia sobre a independência.

No encontro, a parte lusa, os homens conhecedores do assunto e de experiência que iriam estabelecer formas e interpretações de planos com africanos de São Tomé e Príncipe. Havia desconforto da ilha por doença de Dr. Miguel Trovoada, mas houve um apoio da parte de Leon Auge, Comissário dos Assuntos Políticos do Gabão<sup>230</sup>.

Entre os dois grupos começavam por propor a eleição pela delegação lusa por voto direto, secreto e universal de uma Assembleia Representativa, dotada de poderes para a elaboração da constituição do novo Estado. Para os interlocutores de São Tomé e Príncipe ao perceberem da proposta ficariam desconfortáveis tornava-se insucesso o encontro.

Por tudo o que acontecia no processo de São Tomé e Príncipe, dava-se a impressão como se travasse o seu avanço. Para tal, Portugal já não pensava alterar a Lei 7/74 que visava reconhecer o direito à independência de todas as colónias. O poder colonial confiava no que foi escolhido e que a ONU tinha já o conhecimento disso. Resta agora harmonizar o ambiente interno a nível de contradições políticas para que o poder seja revertido aos líderes naturais.

Portugal e o movimento de independência não cessavam os contatos quanto ao acordo, onde os resultava para novos pontos para abordar o governo de transição como preparação do que se trata. A seguir, um alto-comissário escolhido pelo Presidente da República portuguesa, um governo de transição constituído por primeiro-ministro, nomeado pelo movimento independentista e por cinco ministros: um era nomeado pelo Presidente da República portuguesa, e por MLSTP, quatro ministros, ficaria assim a ter maioria no órgão executivo. Conferidas as competências para cada um deles na transição.

Neste período, as forças portuguesas ainda estacionadas no território estarão sob dependência do alto-comissário. Por parte da força policial, praticamente inoperante fica na dependência do primeiro-ministro.

Cria um banco-central de função emissora, a partir do ativo e passivo do BNU.

---

<sup>230</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de Cada Território em Particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, 279;

O processo de independência assim decorria nas duas partes que viria alcançá-la, finalmente, a 12 de julho de 1975. Não faltava a representatividade do Presidente da República portuguesa nesta data, a confirmar o ato histórico de São Tomé e Príncipe. As forças armadas portuguesas, a partir dessa data fazem despedida ao novo Estado, erguido, e assim, voltarão a sua terra natal, Mãe-pátria do antigo Império Luso<sup>231</sup>.

Na viragem de página histórica os líderes do novo Estado africano declaram ter a guerra contra o regime, desfeito pelo MFA de 25 de abril de 1974. Dizem manter amizade com os portugueses. Prometem proteger os cidadãos portugueses residentes no país, os seus bens e interesses legítimos.

Da confiança procurar estimular e desenvolver a amizade de dois povos pela qual a cooperação será sincera e eficaz entre as duas comunidades.

O Acordo de Argel, ocorrido em 26 de novembro de 1974, promulgado pelo Presidente da República Portuguesa, com acordo da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Governo Provisório, publicado no diário do governo de 17 de Dezembro do mesmo ano<sup>232</sup>.

No governo de transição ficaria também o major José Maria Moreira de Azevedo, enquanto Pires Veloso era governador na ilha, o major o ajudava. Após o governo de transição tomar posse, depois de um mês em funções transitórias, dá-se comemoração do episódio de Batepá. Realiza-se no âmbito de total incompreensão de ministros do MLSTP, isto é, por estes membros e os jovens ligados a MRPP da respectiva Associação Cívica. Aproveitariam a animada festa e a unirem-se por uma intenção de destruir o busto do ex-governador Silva Sebastião, que existe na capital do território. Por outro lado, o ministro de Trabalho e de Justiça que era funcionário do ministério das cooperações da época de Marcelo Caetano, desta vez, unia-se aos jovens do MRPP e ainda com o ministro Pedro Umbelina acusando o primeiro-ministro, Leonel D'Alva, e o ministro da Saúde, Carlos Graça serem coniventes com as autoridades coloniais.

Em pouco espaço de tempo se perceberia do objetivo visado pelos homens em questão seria a extinção das pessoas de São Tomé e Príncipe inseridas no corpo do Exército português. O que os responsáveis coloniais os vêem sem problema porque o novo Estado assim que assume o poder seriam mobilizados para actividades menos contemplativas e cívicas do poder instalado, deixariam de vez a sua anterior vinculação<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> Idem, *Ibidem*, p. 282;

<sup>232</sup> Idem, *Ibidem*, p. 283;

<sup>233</sup> Idem, *Ibidem*, p. 284;

Na versão do governador da ilha, nomeado como alto-comissário no Acordo de Argel, escreve ao secretário-geral do MLSTP explicando-lhe não aceitar as intenções de extinção das tropas naturais no exército português. Enquanto o alto-comissário ainda se encontra em exercício e garantir a segurança fundamental do país, o exército português se manteria na dependência daquela autoridade. Como atrás se refere que a concertação das forças armadas do território ficaria na responsabilidade das autoridades do novo Estado e da portuguesa após a proclamação da independência<sup>234</sup>.

Uma ilha pobre, mas o povo sabe como iria desenvolver a independência. Organizar as regras a progredir o direito pelo trabalho a setores possíveis no país e com a esperança na exploração de petróleo, fonte de riqueza e de felicidade.

As cinco colónias da África do império luso, depois de regularizar o processo de independência continuam leais a língua portuguesa. Mais tarde virão organizar-se na CPLP com Portugal e Brasil, em 17 de julho de 1996<sup>235</sup>.

O descobrimento português que se ocorre na época moderna, os comerciantes e missionários chegaram a fundar também uma administração na costa China – Macau. Esta pequena dimensão de entreposto à administração portuguesa fora por um acordo com o Império Chinês, em 1557, do qual prometia aos portugueses pagarem um tributo. A estadia lusa neste enclave resultava algum conforto no desenvolvimento económico, cultural e outras relações sociais, facto que insuflava ambos realizar um tratado, em dezembro de 1887, no qual o Imperador reconhecia a posse de Portugal e aceitava suprimir o tributo. Antiga colónia, no Extremo Oriente, entretanto viria a ser sujeita de violentos tumultos sob inspiração chinesa. Nem manifestava intenções para anexar o pequeno entreposto ocidental.

Portugal e China comunista vinham entender-se, nas relações, facto que permitia o poder luso manter a administração.

O enclave, durante os primeiros períodos, tornava-se base das missões católicas rumo a China e Japão. Deste horizonte ligava-se muito ativo com a Índia Portuguesa<sup>236</sup>.

O entreposto, geograficamente muito próximo de Hong Kong, é colónia britânica. Em ambas se vêem situar-se em boas relações mais ou menos asseguradas, em políticas de apoio embora fosse dúvidas a Lisboa.

---

<sup>234</sup> Idem, *Ibidem*, p. 285;

<sup>235</sup> *Revista Cultural, Economia e Diplomacia*, Agência Noticiosa Lusa, 2008, p. 8;

<sup>236</sup> Mourre, Michel, *Dicionário de História Universal*, Vol. II, Edições ASA, 1998, p. 866;

Em 1966-67, surge a revolução cultural na China Comunista, tendo este episódio feito sentir na administração portuguesa em Macau. Desta chegava embaraçar as relações políticas com Londres, em Hong Kong.

O acontecer chinês aparecia parecido como do anterior da “Grande Revolução Cultural Proletária”, onde os diplomatas estrangeiros, existentes em Pequim teriam sido desrespeitados fisicamente – os britânicos mais atingidos. A consequência imperava muito na esfera portuguesa ao nível das autoridades de poder, em Macau, por estarem ativos na colónia alguns comunistas chineses. A presença tornava aflita dada a incapacidade das forças para garantir a segurança no enclave. O governo português pelo governador solicita o governador de Hong Kong, no sentido de valer algo de ajuda se a situação tornar-se agravada. Previsão estaria associada a uma evacuação de 8 mil habitantes portugueses e alguns chineses afetos dos portugueses.

Portugal vê a colónia como se a mergulhar no forno de alta temperatura política, acharia Macau poder transformar-se em acto de segunda Goa<sup>237</sup>.

Realiza o primeiro tratado com a China, em 1887, na qual os dois governos assentavam o comércio que iria beneficiar os interesses comuns<sup>238</sup>.

O comércio de chá chinês em Macau é processado para o consumo da Europa por quinze fábricas, o mesmo utilizava, em média, cerca de 600 trabalhadores. Na sua maioria se registava maior número feminino. Aqui pode-se afirmar que no século XIX, não apenas permitia os postos de trabalho, mas era uma época que conhecia resultados favoráveis conseguidos, em termos financeiros.

A fábrica de cimento tornava-se uma base importante na aplicação de numerosos trabalhadores. Beneficiava muitos países vizinhos ou sudeste asiático, até o Japão. O aterramento do porto adjacente e cais constituíam uma fonte entusiasmada para as pessoas locais melhorarem a vida quotidiana. O tabaco é outra frente de comércio, onde a sua fábrica existe, caracteristicamente útil, na costa sul da China. Todas as presenças institucionais ajudam na promoção social no entreposto, contribuiriam a política colonial a harmonizar as tensões sociais internas, ainda que fossem mínimas, mas começavam as iniciativas<sup>239</sup>. A construção de caminhos-de-ferro entre Macau e Cantão é uma cooperação, muito importante, acordada por dois governos. Ambas as partes asseguram a gestão do projeto com a participação de financiamento com confiança. São homens chineses de classe privilegiada de Macau teriam sido ativos e incluindo uns poucos portugueses, indigitados por chineses locais. No processo de

---

<sup>237</sup> Ferreira, José Manuel, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Editorial Presença, 2006, p. 106;

<sup>238</sup> Gunn, Geoffrey C., *ao Encontro de Macau, uma Cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998, p. 85;

<sup>239</sup> Idem, *Ibidem*, p. 108;

bom entendimento e gerido pelos dois governos geravam uma abundante relação entre as duas comunidades e garantir a segurança, principalmente pelo lado chinês.

Além destes, a Companhia Naval dentre Macau, Hong Kong e Cantão funcionava muito bem sob a administração dos três na região. A sua continuidade viria ser prejudicada pela explosão de guerra, onde a mesma obra descreve os motivos de existência de caminhos-de-ferro existentes no espaço entre Macau e Cantão<sup>240</sup>.

Nesta prédica se verifica a relação de entendimento de três governos que revolucionava muito na iniciativa de cooperação.

Macau mantinha um contato regular de via marítima com todas as colónias do ultramar luso. Os produtos comerciais portugueses, enviados de Lisboa para o enclave, era como centro de distribuição às outras partes da soberania portuguesa.

Falando-se da formação e de desenvolvimento humanas, Macau também ocupava uma das páginas de história desconfortável. Existia escolas, apenas asseguradas pelas missões católicas que se preocupavam a formação de religiosos. Os jovens chineses da colónia que interessavam de conhecimento técnico e comércio frequentavam no ensino superior de Hong Kong. Aqui, organizava-se em formar muitos chineses nas diferentes áreas científicas que estimulem iniciar projetos de útil produção. O que dá a entender a falta deste espaço, caracteristicamente moderno, omite o avanço de progresso em Macau<sup>241</sup>. As escolas da colónia ainda não dispusessem de ensino técnico, mas os seus resultados chegariam superar situações sociais noutras colónias, por exemplo de Timor.

Entretanto, a evolução de pequenos artesanatos tradicionais, cruzando-se nas novas técnicas que viriam tornar-se em grandes indústrias de Macau. Aproveitando a época de imigração chinesa de mão barata, na época, a ponto de os organizadores passarem na rampa de potência comercial e de renome.

O comércio de ópio em Macau é um negócio que decorre entre Macau, China e Hong Kong. São movimentos mercantis rigorosamente geridos. Esta cooperação teria sido impedida do contrato pelos ingleses – ato que revelava evitar o progresso comercial de Macau<sup>242</sup>. O negócio de ópio, no enclave, vê-se com sorte em lucros, chegavam a apoiar o governo de Timor, ao mesmo tempo, não era visto com boas intenções pelos amigos ingleses. Acontecimento que as vezes surgem, caracteristicamente imorais, tanto que o governo de Salazar manda extinguir o comércio por decreto-lei n.º 933 de 28 de maio de 1946<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Idem, *Ibidem*, p. 109;

<sup>241</sup> Idem, *Ibidem*, p. 111;

<sup>242</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 122-123;

<sup>243</sup> Idem, *Ibidem*, p. 126;

Muitos ficam descontentes da medida tomada como também pelos opiómanos. Os chineses e britânicos comentavam dizer atingidos pela infelicidade quando Macau se inicia em prosperidade.

As relações de Macau com a China duravam sem perturbações de maior. Neste percurso, se porventura fizesse um acompanhamento cuidadoso encontraria laços duvidosos ao nível de autoridades, no enclave, muito humilhante e de medo. Relação insegura vista atrás de vagas imigrantes comunistas ou forças vermelhas, em momentos de revolução cultural chinesa<sup>244</sup>.

O século XX inspirou um novo sentido político na sociedade portuguesa assistiu uma alteração no regime, politicamente assente no nascimento da República e destronamento da monarquia. O histórico acontecer levava consigo uma outra intenção cultural <sup>245</sup> a retirar a influência eclesiástica junto do povo traduzia-se em divisão na sociedade portuguesa<sup>246</sup>. A tal presença advogava a perseguição de sacerdotes em Portugal e nas colónias, onde o efeito igualmente recaia os missionários de Macau<sup>247</sup>.

Os governadores que governam Macau, na época do século XIX, ajudavam os promotores pela queda da monarquia chinesa, Quing. Neste período, a grande parte da sociedade evoluída sentia-se a vontade de mudar o regime existente por república. Na colónia encontrava-se refugiado um dos líderes revolucionários, Sun Yixian a sensibilizar os chineses residentes a tomar parte dum regime favorável à China. De onde seguiu para o Japão, na necessidade de manter contatos com os chineses aí residentes para consolidar o apoio as políticas do assunto em questão<sup>248</sup>.

Uma relação que os portugueses defendiam-na em Macau, quer pelo lado do regime ainda ativo tanto como pelos responsáveis que preconizavam o novo regime no futuro da China.

A volta do jogo assegurado ainda que não fosse muito útil à presença portuguesa, mas a resposta nos pintaria um Portugal a cumprir o seu projecto, normalmente, até as portas do terceiro milénio.

A época anterior da contemporaneidade, o comércio nas ilhas a volta de Macau não decorria da maior segurança. Uma situação que se encontrava sob atitudes violentas de piratas, sem dar oportunidade aos residentes promover a sua vida,

---

<sup>244</sup> Oliveira, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança, a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, MMVII (2007), p. 350;

<sup>245</sup> Catroga, Fernando, *O Laicismo é a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, Análise Social, Vol. XXIV, 1988, pp. 211ss;

<sup>246</sup> Marques, A. H. de Oliveira, *História de Portugal desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes*, Palas Editores, Lisboa, 1974, p. 452;

<sup>247</sup> Gunn, Geoffrey C., *ao Encontro de Macau, uma Cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998, p. 134;

<sup>248</sup> Idem, *Ibidem*, p. 138;

profissionalmente na pesca. Entretanto, a presença portuguesa era solicitada a confrontar os piratas, a ponto destes serem derrotados de uma vez para sempre.

Penso que o auxílio era visto vitorioso, pelo qual no acordo de 26 de Março de 1887 assinado pelo representante da Alfândega imperial chinesa, nomeadamente a gigante China confirmava Portugal ocupar Macau, englobando as pequenas ilhas de Taipa, Coloane, Lapa, Dom João e Montanha<sup>249</sup>.

A Segunda Guerra Mundial do século XX, que embaraçara muitas nações da Europa, a Ásia não ficava salva do episódio turbulento. Um acontecimento de ambição humana mobilizava as frentes armadas que destruíam umas as outras em grande dimensão na rivalidade. Um passado embaraçoso.

A Europa, após dessa guerra via-se espantada pela crise económica, politicamente instável e financeira. Precisava de uma ajuda económica americana para se reconstruir e recuperar dos estragos da grande guerra<sup>250</sup>.

Época em que na Ásia, os governos das colónias de Macau e de Timor mantinham ajudas recíprocas, no quadro administrativo e político. Esta explosão brutal através do poderio de Japão invadiu Macau, em 1941, na época de Natal. Segundo se diz que o governo português optava uma política neutra na guerra, à qual as forças nipónicas ainda que aumentassem o número de tropas, respeitavam o governo local. Permitindo o governador manter a ordem pública no enclave, quer isto dizer, os serviços administrativos funcionavam, regularmente<sup>251</sup>.

O estado de situação política que se constatava à época, encontrava o enclave numa duplicidade demográfica. Os serviços de atendimento social se debilitava e o governo assistia a evidência, passava a perder o seu controlo quando via acrescentar o número de população dia para dia, como única opção segura para alojar os refugiados<sup>252</sup>. A fuga de populações de países vizinhos à Macau, por invasão japonesa, onde o enclave tornava-se um espaço de refúgio humanitário, mas perdia o contato com a província de Timor, em longo período. Clandestinamente possibilitava a existência de serviços secretos a mobilizar os grupos anti-nipónicos, confrontavam com as forças invasoras até conseguirem o envolvimento de grande dimensão de apoiantes na perturbação de planos japoneses.

---

<sup>249</sup> Idem, *Ibidem*, p. 147;

<sup>250</sup> Europa assiste a crise, onde muitos países pretenderiam uma ajuda americana. Uma hipótese que ajudaria recuperar aos poucos a energia para equilibrar a crise. Conforme Rollo, Fernanda, *Portugal e o plano Marshall-da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana*, Editorial Estampa, 1994, pp. 27ss;

<sup>251</sup> Gunn, Geoffrey C., *ao Encontro de Macau, uma Cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998, p. 161;

<sup>252</sup> Idem, *Ibidem*, p. 170;

Contudo, aos portugueses residentes em Hong Kong não eram bem vistos pelos invasores, o governador de Macau não esquecia de enviar-lhes dinheiro, no valor de dois milhões patacas<sup>253</sup>.

Para Portugal, os responsáveis pela administração do entreposto ainda que assistissem a ocupação militar sempre acreditavam na vitória dos aliados. Os acordos tratados com Londres e Washitong da concessão de base militar nos Açores eram um entendimento que se implicava na conservação de todas as colónias portuguesas, respeitadas pelos dois aliados<sup>254</sup>.

Os pedidos de aliados se ficassem ignorados pelo governo português depois da grande guerra perderia Timor e Macau<sup>255</sup>.

O fim de guerra preocupava as autoridades da ilha, pela recuperação de economia local. As pessoas de vocação mercantil, no âmbito de pequenas iniciativas começariam a evoluir nos setores de jogo, turismo e de importação de ouro, destinado a China e a Índia. O imposto proveniente de setores referidos é confortável receita entrar nas contas do governo de Macau. Tendo o mesmo que contribuir em resolver os projetos que o governo achar importante implementar em benefício da colónia<sup>256</sup>.

O 25 de abril de 1974 que tornou Portugal em novo regime, Macau assistia o mesmo sentimento de Minho a Timor. Os responsáveis políticos do enclave tomavam atitudes, abordadas pelo novo governo instalado.

Há um assunto que aqui não se deve esquecer, isto é, vê a instituição católica em presença na colónia e noutras possessões não faltava de colaboração pujante junto das autoridades, vê-se à falta de um bispo. Desde dezembro de 1973, a Diocese ficou vacante por falecimento do bispo, D. Paulo Tavares. Daí, ficava esquecida tratar de um novo bispo, apenas estava sob responsabilidade de encarregado do padre Arquimínio Rodrigues da Costa. Lisboa ignorava a substituição. Entretanto, o próprio governador começava contatar as autoridades políticas e eclesiásticas de Lisboa como resolveria para ultrapassar o que ficava por resolver. O cardeal Angelo Rossi chega a contatar o governador de Macau a perceber-se do assunto. Além disso, o mesmo governador de autorização do governo de Lisboa encontraria com o Vaticano a apresentar o atraso de um novo Bispo. Contudo, Lisboa e Cúria Romana conseguirão um acordo na nomeação do padre Arquimínio Rodrigues da Costa, como novo Bispo

---

<sup>253</sup> Idem, Ibidem, p. 172;

<sup>254</sup> Paço, António Simões do, 1943-1945 «O Governo inglês pediu e o Governo Português concordou», Centro Editor PDA, 2007, pp. 7ss;

<sup>255</sup> Gunn, Geoffrey C., *ao Encontro de Macau, uma Cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998, p. 179;

<sup>256</sup> Idem, Ibidem, 185

de Macau. De seguida, a 23 de janeiro de 1976 seria a nomeação oficializada em Roma<sup>257</sup>.

Em Macau, a partir deste período, os políticos de Portugal e de China entrariam em conversas da futura situação do território. O novo enquadramento político entendido pelos dois governos iria traçar os requisitos necessários para proceder ao ato de transição.

Como se refere atrás da questão de Macau, os dois governos chegariam abordar um processo diplomático para modelar a governação do território em diversos domínios, onde seriam considerados importantes. Questões que se tornarão bons sinais no trato administrativo político, social, genético e de respeito pelo Portugal como entidade que valorizava a Macau na sua globalidade; questão que não deveria esquecer também da boa vizinhança de regiões de contiguidade como, Zhuhai e de Guangdong, no quadro de domínio da República Popular da China. Ao longo de conversações, no final, os governos assinarão uma Declaração Conjunta do governo da República Portuguesa e do governo da República Popular da China sobre a questão de Macau, ocorrida em Pequim a 13 de abril de 1987, que começaria as conversas em 30 de junho e um de julho de 1986, no tempo do primeiro ministro Prof. Cavaco Silva e do Presidente da República Dr. Mário Soares com as demais autoridades de Macau. A Declaração Conjunta conseguida pelos dois, seguiu o mesmo paradigma de Hong Kong. Ela traria as linhas mestras da política de administração do Território, uma vez transitado para a RPC, tanto como para o bom funcionamento de relações de Portugal e China. Para este acordo, os membros de duas delegações são nomeados pelos próprios governos, onde da parte portuguesa, nomeados sem inclusão de pessoas do território ou delas dependia. A Declaração Conjunta, embora a sua arquitectura fosse indiferente de documentos de Hong Kong, mas significaria a realidade concreta de Macau<sup>258</sup>.

Os governos se encontravam por delegações escolhidas, com vista a tratar de situações que constituiriam para entendimento dos mesmos sobre Macau tornar-se na soberania da China. Porém, verifica-se muito em falta do território, ao que o governo de Lisboa tentava preenchê-lo segundo as suas capacidades, ao nível de escolas. Requerendo a ida de mais professores portugueses potenciar nas formações de outros setores profissionais técnicos, comércio, e indústria. Dinamizar a escola de língua chinesa. Desenvolver os macaenses a assumir as funções de chefia administrativa pública, polícia, militar à defesa da ilha<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> Barreto, Luís Filipe (editor), *Actas do Seminário – Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*, CCC de Macau, I.P. 2010, pp. 39-41;

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 45-47;

<sup>259</sup> Idem, *Ibidem*, p. 56;

As negociações da questão do território se decorrem, lembraria que a estadia portuguesa em Macau é de 500 anos.

No período referido, a comunidade de entreposto convivia com Portugal, passava a viver uma dupla cultura: ocidental e oriente. Com base no temperamento, nas negociações para a transição, os portugueses não esqueciam de transmitir a opinião aos chineses. Para o bem de Macau e de boas relações de dois governos, no futuro, ambos concordariam inserir na Declaração Conjunta tudo o que hoje constitui harmonia para a Ilha. Acordam estabelecer a separação de poderes. Admitir a existência de Tribunal Independente e consentimento de regime de democracia. Os interesses da população local são protegidos. Na área específica da opção de culto, o ensino livre, designadamente, e o vínculo da Igreja de Macau ao Vaticano<sup>260</sup>.

Posteriormente, são conseguidas relações com a República Popular da China, não eram fáceis afirmar o entendimento. Portugal sabia que a Macau há-de retornar-se à China, de modo que a diplomacia lusa para essa intenção, iniciava contactos nas Nações Unidas<sup>261</sup>. Conseguia-se na capital romena, Bucareste entre os embaixadores português/chinês, a procura de possíveis aberturas para estabelecer relações oficiais<sup>262</sup>. De seguida, as conversações decorreriam em Paris, onde os debates de assunto culminarão em aparecimento de Declaração Conjunta, assinada por ambos governos, em Pequim.

O encontro de conhecedores de Macau e de seus antigos governadores e ministro do ultramar a conversarem de atraso e de evolução da ilha, onde o Pedro Catarino aí exercia a advocacia. De acordo com a versão do mesmo, descreve ao dizer o decurso da política, em anos de 1970, Portugal estava fora do mundo de sentidos em mudança. Mantinha a ideia de um Portugal de Minho a Timor, revestido por pluricontinental e pluriracial assentava-se numa unidade nacional, ornada de onirismo e romantismo. Muito defendia a administração das colónias de um império, assegurado pelo Estado Novo<sup>263</sup>.

Falam-se de relações da época, afirmando que houve revolução de proletariado de 1966, na China, muitas figuras de topo conheciam o seu desastre e perda. Achando que após o acontecer a China conheceria a sua mudança, o que lhe traria internamente o mesmo do anterior, caminhando pelo mesmo rumo seguido, igualmente, Portugal encontrar-se-ia na mesma situação.

A situação de Macau, pós-transição à China, ainda que viria ser conduzida conforme a evolução da política de poder central, não lhe aconteceria a perda de relações com a

---

<sup>260</sup> Idem, *Ibidem*, p. 76;

<sup>261</sup> Idem, *Ibidem*, p. 87;

<sup>262</sup> Idem, *Ibidem*, p. 88;

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*, p. 92;

Europa. Na contemporaneidade, a mesma China favorece-se a dois sistemas. Nos quais, a sua tendência com o mundo exterior, no quadro comercial se acentua em larga escala para a Europa, EUA, África. Uma vez Macau possui forte cultural com o Ocidente. A mesma Universidade de Macau se funciona como Euroinfocentro pelo qual o enclave privilegia-se como ponte importante de dois mundos “China-Ocidente”<sup>264</sup>. O seu vizinho Guangdong o reconhece como eixo de China-Bruxelas. Como tem grande influência europeia, as províncias mais próximas de Macau desenvolvem-se muito de produtos comerciais fabricados fora da gigante China, aos quais a mesma Macau é porta de entrada. A tal importância torna a China mais ambiciosa em relações mercantis, garantirá um futuro económico à mesma ilha.

O desenvolvimento desses fatores irão de facto, transformar a imagem física e desenvolvimento humano de Macau, ainda que geograficamente é menor, mas a ilha será centro de todas as atenções de potências, economicamente multinacionais, onde requereria o funcionamento o progressivo de terciário<sup>265</sup>.

A difícil relação de Portugal/China reside no facto de Lisboa ter boas relações com a Grã-Bretanha e EUA sobre base militar dos Açores, o que permitirá possível estabelecimento de contactos diplomáticos já em fevereiro de 1979<sup>266</sup>.

A data de transição de Macau à soberania chinesa está acordada para o dia 20 de dezembro de 1999. Nas finalidades de negociações entre Lisboa-Pequim terão o mesmo acordo em manter o funcionamento administrativo judicial, político, cultura e educação após a reversão. Aceitando os macaenses que têm passaporte português, onde esse direito conferido passará aos descendentes, para aqueles que terem nascido até Dezembro de 1999. Para os que se encontrarem no estrangeiro, especialmente em Portugal, são garantidos de direitos, classificados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde a constituição portuguesa não os ignora. Igualmente, a constituição proíbe a tortura, perseguições, o tratamento degradante e o uso de provas obtidas sob tortura em processos criminais<sup>267</sup>.

Antes da transição do território, o governo português deixará existir estruturas físicas de grande relevância para Macau<sup>268</sup>. As conversações ocorrem em bom entendimento entre os dois governos, onde chegarão afirmar a língua portuguesa como língua oficial de Macau, em paralelo com a declaração da língua chinesa como língua oficial, ainda

---

<sup>264</sup> <sup>264</sup> Gunn, Geoffrey C., *ao Encontro de Macau, uma Cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998, p. 204;

<sup>265</sup> Idem, *Ibidem*, p. 205;

<sup>266</sup> Idem, *Ibidem*, p. 208;

<sup>267</sup> Idem, *Ibidem*, p. 242;

<sup>268</sup> Barreto, Luís Filipe (editor), *Actas do Seminário – Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)*, CCC de Macau, I.P. 2010, p. 103

durante a administração portuguesa, conforme a descrição citada neste livro<sup>269</sup>. Igualmente, a China vê Macau como única plataforma para promover os contatos com os países de língua oficial portuguesa, após a situação do enclave ser resolvida para a soberania da China<sup>270</sup>.

Com o aeroporto construído, na impressão de pessoas que acompanharam o processo de transição, saberiam muito bem da sua utilidade para autonomia de Macau, no futuro, na soberania chinesa. A comunidade do enclave fica a perceber da existência de aeroporto, é um projeto de relevância para tratar outros projetos que beneficiariam os seus habitantes.

Os políticos portugueses que se encontram ativos no processo de transição de Macau, muitos deles chegavam ou eram convidados a visitar Pequim. Por exemplo, um dos antigos governadores que assumia funções de governador em Macau, governador Carlos Melancia, em 1987, “período de desafios da transição”. Descreve que foi recebido em Pequim pelo Primeiro-Ministro, Li Peng, muito contrário do que acontecera ao governador Wilson de Hong Kong, recebido pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>271</sup>. Nessa visita, o governador aproveita para perguntar ao primeiro ministro chinês de que, após a reversão do enclave dentro de 50 anos, qual será a posição da grande China. Automaticamente, o Li Peng responderia que em Macau não haverá alterações. Com o andar do tempo a ilha compreenderia a China e familiarizar-se com o sistema que a China hoje vive. Da maneira como perceber as palavras do homem, dá-nos a entender que acreditará na transição com tranquilidade e pacífico entre os dois estados<sup>272</sup>.

Aos povos colonizados que se tornam possíveis construir o seu destino, em processo de identidade nacional, o século XX permitiu ao regime de Portugal para descolonizar as suas colónias, após o 25 de abril de 1974. No entanto, a volta do processo em que o poder colonial enfrentava os independentistas das colónias da África e de Timor-Leste, Macau não estava classificado nesse processo. Pois, o Território tornou-se sob a administração lusa, no século XVI sob o intuito comercial onde este se servia de a apoiar. À China, amigavelmente a reconhecia nesse enclave. Um sucesso da armada naval da época libertava o império chinês dos ataques de piratas de Macau.

Tendo ao longo de séculos, Portugal e China nunca organizavam em termos bélicos para justificar o antagonismo de ambos. O próprio presidente Mao Tsé-Tung, antes da Grande Marcha, afirmava que os portugueses foram os únicos com quem a China

---

<sup>269</sup> Idem, *Ibidem*, p. 107;

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*, p.109;

<sup>271</sup> Idem, *Ibidem*, p. 125;

<sup>272</sup> Idem, *Ibidem*, p. 126;

nunca teve guerras, aquando esta era invadida por potências estrangeiras por interesse comercial da época.

No quadro do aspeto referido, antes do começo de conversações relativas a Declaração Conjunta depois de 1974, os políticos portugueses do governo afirmariam que a Macau não era de origem colonial. O seu assunto ficará sob a responsabilidade de dois estados, em que a ONU nem teria que agendar as negociações. O entendimento aceite pelos dois estados para a futura situação do território encontrar-se-ia no mesmo desejo, garantindo a não publicação de resultados pelos mesmos governos, Lisboa-Pequim<sup>273</sup>.

Os portugueses são os primeiros europeus a chegarem no enclave Macau, centro de encontro de Ocidente-Oriente, aí funciona a cultura latina e a filosofia oriental. Não só se fala desta presença, como também se vê a coexistência muito pacífica e de integração, num quadro de humanos marcadamente diferentes, das potencialidades de dois mundos.

A Macau até a atualidade vive uma cultura de imensa tolerância, onde ensina a perceber o encontro de muitos povos no território, do qual esse valor de amor e de paz pode ser um sentido importante a grande China, na contemporaneidade<sup>274</sup>.

A China tem acompanhado a gestão portuguesa, aplicada em Macau, que não era fácil. Entretanto, o gigante país vem a perceber de que o enclave tornaria uma entidade sociológica, cultural sob a administração de Portugal. Na transição, deixou muitos quadros profissionais de várias espécies, onde muitos deles continuarão na administração pública, já após a transferência de poder à China. Tudo o que funcionava até 19 de dezembro de 1999 continuará a funcionar em Macau durante 50 anos, conforme acordado por dois governos na Declaração Conjunta. Muitos curiosos esperarão como seria o ensino de língua portuguesa, em Macau, ao longo deste período.

No dia 19 de dezembro de 1999, data da transferência de Macau à China, onde a bandeira portuguesa é substituída pela da República Popular da China. Precisamente nesta data que o Presidente da República portuguesa, Dr. Jorge Sampaio aproveita para passar por Tailândia com a sua comitiva visitar a nova República da Ásia, RDTL.

---

<sup>273</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias de Descolonização de cada Território em Particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, p. 418;

<sup>274</sup> Idem, *Ibidem*, p. 421;

## Capítulo III – A queda do Estado Novo e as suas consequências

### 1. A emergência de personagens políticas

#### Timorenses orientadas pelo programa do MFA

No último quartel do século XX, o governo do Estado Novo, criado por professor António Oliveira Salazar, em 1932, assistiria o seu desmoronamento irreversível.

Esta emergência de mudança de regime, depressa porá fim o conflito nas colónias portuguesas da África a confirmar seriamente a independência nacional dos respetivos territórios colonizados. Os países que tiveram apoio moral e material pela libertação dos territórios colonizados por Portugal sentiram-se vitoriosos. Entrando de imediato em relações com esses territórios, recém-independentes a estabelecer negociações que assegurariam a confiança e a solidariedade no futuro.

O MFA como responsável da nova ordem política trará a nação portuguesa as três grandes D's: **Descolonizar, Democratizar e Desenvolver**. Começaria a constatar alterações políticas a nível interno, tais mudanças reclamadas desde anos de 1958 ou em antes deste.

Em épocas anteriores, na Oceânia, Timor nem pensava na existência de políticas organizadas a espantarem as autoridades coloniais. Entretanto, este evento viria acordar os timorenses tomar decisões sobre o futuro do seu país.

As personagens acima referidas aparecerão a criar as associações políticas para responder o que reivindicaria o MFA de 25 de Abril de 1974, em Portugal.

Os timorenses não ignorarão este ensejo do qual funcionarão os futuros partidos políticos timorenses.

De facto, a colónia saberia o acontecimento ocorrido, em Lisboa, dias a seguir, mobilizava os timorenses evoluídos a falarem entre si o que se deve por eles efetuarem. Nos serviços públicos se notavam os olhares pensativos dos mais conhecidos naturais do território se cresciam. Os movimentos destes na capital de Díli tornam-se atrativos que solicitariam algo esclarecedor para o momento aguardado.

A curiosidade estende-se na juventude de Ensino do Posto Escolar, Comércio/Técnica e de Liceu para descobrir o que andar por trás da notícia anunciada.

Os anseios tornaram-se em construção ideológica a servir os programas preconizados pelas futuras associações políticas, sob a luz da Lei n.º 7/75 de 17 de Julho de 1975 sobre opções coloniais<sup>275</sup>.

A cidade de Díli, a 11 de Maio do mesmo ano, assistirá o aparecimento de uma associação partidária, publicamente conhecida por UDT (União Democrática Timorense). Tendo o programa da mesma anuncia sobre o destino Timorense. Explicaria que os líderes encontrariam as autoridades coloniais para lhes transmitir o que desejaria a associação:

«...  
- Defesa de uma autonomia progressiva, materializada através de uma participação cada vez maior dos timorenses... mas sempre à sombra da bandeira de Portugal;  
- Defesa do direito à autodeterminação;  
- Defesa da integração de Timor numa comunidade de língua portuguesa;  
- Defesa de princípios democráticos, das liberdades, da justa repartição dos rendimentos...»

Muitos olharão com entusiasmo para tratar o futuro do País pelo rumo escolhido a uma autonomia gradual, no sentido de fazer parte da comunidade portuguesa, mas sem uma ideologia definida. As pessoas que lideram o partido são timorenses, alguns deles têm curso de formação fora da província: Eng.º Mário Carrascalão, chefe do Serviço Florestal, Domingos Oliveira, Francisco Lopes da Cruz, ambos ex-seminaristas de Macau, altos funcionários da Alfândega, César Mouzinho, administrador da Câmara. Começariam a transmitir os propósitos da associação. Muitos letrados da capital entrariam em linha de partilha. A conquista de adeptos estava ser sentido no interior do território, cada vez, as populações iam expressando as suas opiniões face a presente novidade, ao mesmo tempo, questionando.

Na maioria das pessoas achariam que a liberdade criada na Metrópole fosse para Timor-Leste, bastaria um movimento como locutor válido para alterar o sistema político. Todas as atenções mais viradas em torno da UDT em como esta, iria negociar com a autoridade colonial para o fim dos propósitos preconizados

Entretanto, em escassos dias, a 20 de maio do mesmo ano, estará a ASDT (Associação Social-Democrata Timorense), fundada por outro grupo de vozes marcantes, mais tarde se transformará em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). Um partido político de inspiração do socialismo e da democracia e dos princípios:

« - Direito à independência (autonomia progressiva, com vista a uma independência);  
- Rejeição do colonialismo e prevenção activa contra o neocolonialismo;  
- Participação imediata dos elementos válidos timorenses na administração e governo local;

---

<sup>275</sup> Magalhães, António Barbedo de, *Timor Leste na encruzilhada da transição indonésia*, Edição Gradiva, 1999, p. 116;

- *Não discriminação racial, estabelecendo-se um clima de paz e de amizade entre as diferentes raças do território, salvaguardando-se intransigentemente a segurança e a ordem interna;*

- *Luta activa contra a corrupção;*

- *Política de boa vizinhança e de cooperação em todos os sectores e a todos os níveis com todos os países da área geográfica de Timor, mas preservando-se incondicionalmente os superiores interesses do Povo Timorense.».*

Os elementos deste novo, apareceriam como dínamo, cujos nomes mais conhecidos, em termos de grau literário da época, Francisco Xavier do Amaral, ex-seminarista jesuíta/diácono de Macau, desistiu-se da ordenação sacerdotal, alto funcionário da Alfândega e será o presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato, ex-seminarista de Dare/Díli, viria a ser número um do partido até ser morto por tropa indonésia, José Ramos Horta, antigo aluno dos padres de Soibada e jornalista do “A Voz de Timor”, perseguido pela PIDE e desterrado para Moçambique, Abílio de Araújo, estudante da Casa de Timor em Lisboa, Mari Alkatiri, era aluno do Liceu “Dr. Francisco Machado” Díli e topógrafo. Constituindo assim, uma autoridade política do novo partido, entrara promovendo as aspirações defendidas junto da sociedade timorense com vista à uma nova sociologia do País<sup>276</sup>.

O clima de apetência pela promoção ideária cresceu, em meio público, em conformidade daquilo que cada um formulava, apoderaria a juventude estudantil em divisões. Os grupos jovens constituídos, cada um transportaria os programas políticos ao interior em busca de adesões populares aos respetivos partidos por eles seguidos. Na medida que os dias passaram o chamado “futuro de Timor”, entraria em discussões públicas e com autoridades portuguesas de como estas garantirem o entendimento entre forças políticas, já reconhecidas, oficialmente.

Na sequência do surgimento de dois grandes partidos, apareceu o partido minoritário, APODETI (Associação Popular Democrática Timorense). Sem expressão, inicialmente era aderido pelos timorenses que tinham sido implicados no ato rebelde de 1959, ocorrido em Viqueque, Uato Lari, Uato Carbau e Baguia e os árabes, exceto Mary Alkatiri e Hamis Bassarewa mantiveram-se firmes na FRETILIN<sup>277</sup>. Os seus líderes principais Arnaldo Reis de Araújo, professor primário, antiaustraliano e antiportuguês na II G.M., José Osório Soares, ex-seminarista de Macau, funcionário que por razões de fraude e outras fora suspenso de actividade do chefe do posto administrativo e que alegava ser vítima das autoridades portuguesas face à sua simpatia pró-indonésia e Guilherme Gonçalves, liurai/chefe tradicional de Atsabe. Partido este de princípios que preconizam a **integração de Timor-Leste na República Indonésia**, achara mundo

---

<sup>276</sup> Pires, Mário Lemos, *Descolonização de Timor - Missão Impossível?* 3.ª edição, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 38-44;

<sup>277</sup> Gunn, Geoffrey G., *Timor Loro Sae: 500 anos*, Livros do Oriente, 1999, p. 294;

dos *Bons Anjos!* Contudo, a autoridade colonial ia inteirar-se das propostas de três fações e acompanhá-las face as expectativas da sociedade timorense, e, surgirão mais duas: Movimento Trabalhista e Associação Popular Monárquica Timorense (KOTA = Klibur Oan Timor Aswain)<sup>278</sup>.

As fações citadas, todas têm os seus dirigentes responsáveis para dar esperança aos adeptos na disputa de urnas. Cada uma, pela direcção política transmitiria que todos deveriam assegurar o interesse nacional e lutar contra a corrupção, fenómeno prejudicial que arruinará qualquer Estado soberano, quando os políticos activos usariam mal os discursos em nome da democracia.

A juventude estudantil entra nas fileiras políticas, em divisões, na ajuda de divulgação de ideias partidárias junto das populações do interior, como se refere atrás.

Não são fáceis de relatar nas respectivas sedes, os sucessos obtidos provenientes de encontros realizados. Uns de relatórios nulos, outros de sucesso, mas são corados de sangue e de turbulência.

Tudo acontece para arrastar o Timor-Leste na dura complexidade a quem responsabilizava por tudo o que está passar nos pés de contendores.

Os grandes partidos chegam a antagonizar-se no Tribunal de Díli, cada um responderia o que cometera durante encontros com populações.

O povo de Timor percebe já que iria desassociar-se da soberania portuguesa, sendo o sentimento que impulsionaria em ver os partidos que estarão em começo de operacionalidade.

Em todo o caso, todos pensam remeter-se para o único objetivo do território – independência, ainda que fossem por diferentes caminhos.

O que está perturbar a pele de muitos é o arrepio a tornar-se em leque nos núcleos sociais de perfil político. Uma vez, constatando o partido APODETI aliar-se a gigante vizinha, onde esta mesma reforçaria em recusar a independência de Timor-Leste.

Em dezembro de 1974, muitos jovens timorenses eram enviados à Kupang para aprender a *bahasa indonésia* e treinarem-se junto da TNI, como *hansip*. Esta presença seria estrategicamente muito útil a TNI lançar os seus elementos explorar a fronteira. A Indonésia através dos seus serviços secretos, a sua imprensa e a rádio começariam a

---

a<sup>278</sup> Associação Monárquica/KOTA, o líder era ex-seminarista e sargento militar português, *Tomás Ximenes*, falava bem português, escrevia-o com facilidade. Filho de um professor catequista/pianista dos padres. Após o serviço militar passara a trabalhar nos CTT. Em Agosto de 1974, gozava licença graciosa, em Lisboa. Durante a estadia, manteve-se contactos com algumas figuras de inspiração monárquica portuguesa, outros políticos e por último teve audiência com o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal. Éramos colegas do mesmo Serviço, em Díli, 1972-1975, e com ainda outro responsável de topo da FRETILIN, Mau Hun, o primeiro substituto de Xanana Gusmão do pós captura. Na ausência do chefe, cada um entregava-me dactilografar os programas manuscritos dos respectivos partidos para serem lidos na estação de rádio difusão, pós hora laboral.

emitir notícias desagradáveis sobre assuntos ligados a programas do partido independentista de Timor-Leste.

Em 21 de janeiro de 1975, os grandes partidos (FRETILIN/UDT) tiveram a coligação para unir todo o Povo, única forma para defender o direito e a liberdade do Território.

Na altura de emergência da nova ordem cultural, o autor morava em Benamak, atual estabelecimento prisional, construído pelos ocupacionistas indonésios. O próprio delegado da aldeia, Paulo Ferreira do partido da ASDT/FRETILIN o convidava na primeira semana de junho de 1974 para reunir jovens de habilitação primária e de pré-secundária, em conjunto organizar a alfabetização. Começará a existir o ensino de adultos e de jovens em Saboraka Larang/Mota Ulum, Becora Karau Mate, Kamea, Lakeru Larang. Como é responsável da organização desta, teria que pedir material didático junto do departamento de educação, onde trabalhavam Hata, Afonso Redentor, Maria do Céu (Bi Lear), etc.

Outros membros do CCF, como Abel Ximenes Lari Sina, Justino Mota, Artur Nascimento, alturas de esclarecimento dão instruções sobre a promoção e da utilidade de alfabetização.

Parecia momento apropriado para a mobilização de jovens não estudantes a aderir os centros de aprendizagem em companhia de outros adultos. Ensinando-os a escrever, ler e contar. Ensinam a cantar músicas revolucionárias. Os mesmos professores darão conhecimento de programas de descolonização e do envolvimento do Povo nas facções políticas.

Pelo lado da existência partidária o governo da Indonésia parecia perder a confiança no pequeno APODETI. Os contatos secretos junto dos elementos da UDT convencem-os a visitar Jacarta. Francisco Lopes da Cruz com uns colegas é recebido pelos políticos do governo vizinho. Informados de que a Indonésia está disposta para os ajudar na política. Pois, a FRETILIN admitiu elementos radicais na sua fileira, conforme referidos na página atrás, vindos de Lisboa, com o intuito de organizar politicamente a população em optar república em regime *maoista*. Teve uma reunião em Jacarta dos políticos indonésios e de australianos para se perceberem das ideologias acolhidas no Timor português. Um australiano perguntava se o governo indonésio teria algum dado comprovativo que garantisse esta hipótese. Jacarta responderia não existir, mas as informações do cônsul indonésio em Díli, Elias Tomodok poderiam trazer uma realidade (Fernando Lima, 2002, p. 207).

No regresso de Lopes da Cruz reunia os colegas de liderança, informando-os do que tinha sido recomendado por políticos de Jacarta. Em maio de 1975 decidiria a ruptura de coligação, onde trabalharia separada da FRETILIN.

Por outro lado, a FRETILIN tinha sempre as intenções de ter boas relações de amizade com os países vizinhos, quando conseguir a independência de Timor-Leste. E, de facto, esta enviaria uma delegação, chefiada por José Ramos Horta<sup>279</sup>, para informar as intenções do partido independentista. Durante o encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik, este declara que é um direito de qualquer povo. O governo indonésio, como noutras ocasiões não tem nenhuma intenção no alargamento da sua fronteira<sup>280</sup>. O mesmo ainda enviaria uma escrita a Ramos Horta para confirmar as intenções de apoio em três princípios: **«a independência de cada país é o direito de cada nação, sem excepção para o Povo de Timor»; «o governo, bem como o povo indonésio, não têm intenção de aumentar ou alargar o seu espaço territorial ou de ocupar que não estejam consagrados na sua Constituição»; «após a independência, os governantes de Timor podem estar seguros de que o governo indonésio fará sempre o possível para manter boas relações, a amizade e a cooperação no interesse dos dois países».**

A FRETILIN não se preocupava da posição tomada pela UDT relativa a extinção de coligação. Continua a promover junto do Povo Timorese acerca do programa político escolhido. Cada vez, adensa na sua fileira estão os adeptos mais frequentes.

Quer UDT, APODETI como o aliado adamastor entrariam a ridicularizar a FRETILIN. O próprio chefe de Estado indonésio preocupava-se em agendar o encontro com o seu colega, primeiro-ministro australiano Whitlam. Em 6 de setembro de 1975, na Indonésia teriam conversações entre Soeharto/Whitlam<sup>281</sup>.

As notícias tabicadas pelos elementos *inteis* sobre Timor perturbavam o cérebro de Soeharto pelo que acelerava a encontrar o colega australiano para tomar medidas adequadas no sentido de calendarizar o dia de operacionalidade de ciclone em Timor português.

Nos dias de setembro e outubro de 1975 em diante, as forças indonésias são movimentadas na fronteira com o Timor ocidental/Kupang. Começarão o clima feroz junto da população do Timor português, e esta entraria a preocupar-se da evacuação aos sítios que lhe sejam permitidos a segurança.

A colónia em questão, geograficamente está situada na Ásia, Oceânia, vizinha da Indonésia e da Austrália. Na lógica da sociedade internacional, as proximidades de territórios não se ignorem das comunicações rápidas, emitidas entre si, quando surge algo de alterações políticas. Deste princípio, de Lisboa tomará viagem por António Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial português.

---

<sup>279</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 192;

<sup>280</sup> Idem, *Ibidem*, p. 191;

<sup>281</sup> Idem, *Ibidem*, p. 195;

Em 19 de outubro de 1974, o governante depois de ter visitado as três colônias em África seguirá a Díli, no sentido de inteirar-se dos programas do MFA em Timor-Leste. Em conformidade do programa planeado é visitar primeiro a província da Oceânia, onde milhares da população avisados o esperavam há três dias, de seguida a Sydney e Camberra. A turbulência de tufão impedia o voo planeado, visitaria primeiro a Austrália, adia por breves dias a chegar a Timor. O governante encontraria uma receção, ainda que não gostava do que acontecesse, a organização da receção era de animação<sup>282</sup>. A grande população descia das montanhas do interior com respetivos *tais* e de diferentes cores, acompanhado de ruído de gritos e de saudações, entrecortadas por gritos “fascista, fascista” de pequenos grupos exaltados<sup>283</sup>.

Em atenção pelas intenções da Indonésia, de facto, os seus políticos aproveitarão a visita de Almeida Santos a Timor, também visitarão a Lisboa, no mesmo período. Uma delegação chefiada por general Ali Moertopo. É recebida pelo presidente da República, primeiro-ministro, ministro dos negócios estrangeiros e Melo Antunes.

Uma oportunidade que a delegação não escondia na conversa, alegando recusar qualquer hipótese para a independência de Timor português. Para o território seria bom manter-se com Portugal ou com a Indonésia<sup>284</sup>. Mas estas notícias, a FRETILIN não as ignorava, mantendo-se firme na defesa de suas opções pela independência de Timor-Leste.

No território, o ministro António Almeida Santos terá contatos com todas as associações partidárias, nem sequer considerava umas do que outras, escutava a todas.

Nas montanhas onde o governante chega, por exemplo em Maubisse, ouve pedidos para não abandonar Timor, obrigando-o a jurar pela lealdade com a província. Declarava pessoalmente que não abandona Timor nem as novas autoridades do novo regime português pensariam nisto<sup>285</sup>.

A observação do ministro fica impressionada com a benigna atitude timorense com Portugal. Com o maior respeito a bandeira, desde da monarquia até da república, **erguida à dignidade de um autêntico ícone religioso. Portugal parecia ser, para os timorenses, a sua bandeira.**

Penso não esquecer do que o governante conversava com os políticos timorenses em juntarem-se unidos, mais tarde desse pedido surgirá a coligação da

---

<sup>282</sup> Santos, António Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em particular*, II Volume, Casa das Letras, 2006, p. 295;

<sup>283</sup> Idem, *Ibidem*, p. 296;

<sup>284</sup> Idem, *Ibidem*, p. 299;

<sup>285</sup> Idem, *Ibidem*, p. 300;

UDT/FRETILIN para opor a quaisquer eventualidades. Mas não tardava, ela cairá em ruptura.

Como atrás referido, o ministro de Coordenação Interterritorial, António Almeida Santos é recebido em Camberra, Austrália. Encontrava-se com o primeiro-ministro, Senhor Whitlam. Almeida Santos o informava sobre a mudança de regime em Portugal, incluindo programas de descolonização de todas as colónias sob administração portuguesa sem excepção de Timor.

Pelo lado australiano, o primeiro-ministro lembrava ao Senhor ministro Almeida Santos, em termos de segurança, a Austrália e Timor se inserem no mesmo espaço geográfico. Quanto a questão, o mesmo explicava que o seu país não tem nada, desde que o poder colonial português entendesse bem com a Indonésia.

Em conversas efetuadas com o Whitlam, Almeida Santos perceberia que os políticos indonésios são sensíveis aos discursos proferidos na conferência realizada em Bandung, em Abril de 1955 (Fernando Lima, 2002, pp. 75-78).

Em Jacarta, António Almeida Santos é recebido com todas as honras. Encontrava-se com o Presidente Soeharto e demais ministros como explicava a Austrália.

O próprio chefe de Estado e outros interlocutores asseveravam ao ministro português que a Indonésia não tinha nenhuma intenção de alargar a fronteira como declaravam noutras ocasiões. O presidente Soeharto lembrava a Almeida Santos que se o povo timorense pretender integrar-se a Indonésia por razões étnicas, geográficas, a Indonésia reconheceria essa opção.

O século XX, uma periodização de matriz de revolução e de mudanças não falta desembarcar no velho crocodilo a velha distinção de esquerda e de direita, conservadorismo e mudança.

Esta seara de crescente agitação vê-se difícil de travar a sua temperatura até ao aparecimento do golpe da UDT 11 de agosto de 1975, cognominado MAC (Movimento Anti-Comunista).

Ainda em contexto de disputa dos mesmos timorenses à escolha do destino do velho crocodilo, o 11 de agosto surpreende a animosidade dos políticos junto de seus respetivos adeptos a nível do território. A UDT aprisiona muitos adeptos da FRETILIN, no Palapaço. Efetua a marcha de MAC nas principais estradas da capital de Díli, gritando aniquilar/expulsar os comunistas de Timor-Leste.

As armas explodem-se sem cessar em Díli. O movimento de caixão em camioneta percorre em todos os bairros informar a morte dos comunistas. Ao mesmo tempo apela toda a população para aderir a UDT, em conjunto servir o futuro do país.

De facto, pela manhã do dia 11 de agosto, as estradas de Díli são controladas pelos membros do MAC, os serviços públicos cancelados. Ninguém ia aos locais de serviços administrativos.

Cerca das 11 horas do mesmo dia, a Companhia Militar de Lospalos chega a Díli, comandada pelo capitão Lino, cunhado dos irmãos Carrascalão, em adesão a MAC. Às 14 horas, chegará a Companhia Militar de Baucau a vitalizar o Movimento e a UDT para prosseguir a operacionalidade dos planos efectuados.

Os responsáveis dirigentes da FRETILIN retiraram-se para Aileu, Ai Siri Mou. Daí esperarão os responsáveis vindos de treze concelhos ou distritos de Timor. Enquanto em Díli, os gabinetes de pequenos partidos cancelam-se e aderem rapidamente a UDT para decidir o assassinato de Timor com o seu melhor amigo *indonésio*.

O governador Mário Lemos Pires ainda enviava o oficial miliciano Rogério Lobato de helicóptero a Aileu para comunicar Nicolau Lobato em encontrar-se com a UDT sob mediação da mesma autoridade colonial, mas sem êxito.

No dia 20 do mesmo mês, em Ai Siri Mou, Aileu, a FRETILIN parecia afirmar-se de decisões que marcavam o início histórico nacional ainda que seja difícil. Reagia sob a forma característica **Contra Ofensiva**, quer dizer, contra também os ataques indonésios em direcção a territórios de Timor-Leste. Estes forçaram em entrar nos sub distritos de soberania portuguesa, junto da fronteira com Kupang, Indonésia.

A guerra civil começava em Díli, intranquilizava a população, ao mesmo tempo os bairros se enchem de fumos em nevão e se estendem. Estabelecimentos comerciais são incendiados, casas residenciais e outras sem excepção.

O governador Mário Lemos Pires continua no seu apelo para que os partidos se encontrem numa mesma mesa de negociações sob auspícios da mesma autoridade colonial, mas sem resultados.

As ondas sobem na cidade de Díli, o MAC e a UDT abandonam as posições de comando e combinam-se tomar rumo pelo lado ocidental.

Na meia-noite do dia 26 de Agosto, o governador com sua equipa e com o restante da Companhia Pára-queda evacua-se a Ataúro, protegido por um navio de guerra, de onde pedirá auxílio junto do Governo Central de Lisboa e a resposta ficaria em silêncio e o clima torna-se dramatizado.

Quer antes e durante a guerra civil, o vizinho começava a hostilizar as posições pró independência de Timor-Leste. Entra a domesticar quando a maioria chega a Atambua, e uns líderes, lançados para Bali: Eng.º Mário Viegas Carrascalão, Dr. Paulo Pires, Domingos de Oliveira, etc. e outros juntar-se-ão com os responsáveis da APODETI. Aqui se combinarão o acordo assegurado para afundar de vez o Timor-Leste.

O entusiasmo do lado ocidental da ilha se multiplica em preparação para realizar pequeno-almoço em Díli, almoço em Baucau e jantar, em Lospalos, num dos dias mais próximos.

Quatro ou cinco dias a seguir da proclamação, os ministros estudavam as primeiras operações administrativas de saúde, educação e defesa. Imediatamente, o comando militar reforça as forças destacadas na fronteira, onde a operacionalidade começa a assistir a sua debilidade irrecuperável. Tanto que, um dia antes de 28 de novembro (Xanana Gusmão, p. 95) a Atabae cairia na operação de TNI.

A capital, pelos vistos, encontra-se prevenida para o que vier e der. Durante as noites a eletricidade é desligada, as patrulhas se efetuam sem luz e o centro de operação telefónica é apoiada pela vela, entregue pelo comandante militar Rogério Lobato.

A população local não cansa receber informações da fronteira, em silêncio. No entanto, a liderança política da FRETILIN resolve enviar para o exterior os três membros do CCF: Mari Alkatiri, Rogério Lobato e Ramos Horta, onde se juntarão aos colegas Abílio de Araújo, Guilhermina de Araújo, José Luís Guterres. Com plano de estudar como denunciarão a situação timorense as comunidades de perfil internacional.

De facto, em 7 de dezembro de 1975, os pára-quedistas são descarregados em Taibesse, no Quartel-General português, logo as cinco horas de manhã, hora local. Cerca das seis horas de manhã, o meu primo-irmão Mateus de Jesus saltava da cama. Lá fora, viu aparecer um gigante avião pela direcção de Camea a Taibesse descarregar pára-quedistas. Antes do descarregamento, ele gritava dizendo: **«hei, hei. Avião mai husi amigo sira, atu ajuda ita» (avião veio dos amigos para nos ajudar)**. Uns minutos depois, ficaria a perceber o ataque dos indonésios ao Quartel-General Português em Taibesse. Em silêncio entra no quarto para recolher as armas guardadas, arrumadas e roupas em mochila. Com a esposa e filhos evacuarão a Mota Ulun.

O início de terrível fenómeno estende-se na capital. Os fuzileiros navais desembarcam-se em Fatu Kama, dispersam-se pelas áreas do suco de Bidau e com guias deste mesmo suco.

À população, muitas famílias se refugiam nas igrejas católicas de Motael, Balide e de Becora, sob protecção de sacerdotes. Nestes refúgios nem sempre são garantidos os respetos de vida das pessoas. Precisamente, nessa data de entrada dos anjos, enviados pelo adamastor que Díli começaria a espantar-se pelo assassinio efetuado sobre membros políticos pró-independência de Timor-Leste. Eliminam a esposa de Nicolau Lobato, Rosa Bonaparte (Muki) responsável da mulher timorense e outros que eram apanhados nas primeiras horas em Díli, durante a operação.

No dia seguinte, 8 de dezembro, as famílias refugiadas na igreja de Motael, algumas pessoas são retiradas pelos soldados indonésios. Levam-nas ao cais, lançadas ao mar, depois de serem disparadas uma a uma.

Nesta data, 27 mulheres são as primeiras resolvidas por canos mortíferos e de tarde seguiriam 59 timorenses, chineses para o mesmo destino.

Esta realidade de dramas, descrita pelo último cônsul australiano, em Díli, senhor Jim Dunn por informação de um refugiado timorense, desembarcado em Austrália. Este massacre no cais, neste dia, chega cerca de 500 timorenses abatidos.

Um facto que estremeceu a consciência humana, onde o bispo português de Díli, D. José Joaquim Ribeiro enviou uma carta as autoridades de Jacarta por um opositor da FRETILIN: **«As vossas tropas indonésias, com os seus assassínios, violações e pilhagens são mil vezes piores (que a FRETILIN). Os pára-quedistas indonésios desceram do céu como anjos mas portaram-se como demónios»**<sup>286</sup>.

A maioria das pessoas de Benamauk (do atual subdistrito Cristo Rei) sobe até parte alta de Fatu Ahi para espreitar a bacia de Díli. Às 9 horas, nove navios de guerra indonésios já estão no cais de Díli. Os carros de assalto são descarregados. Milhares de elementos da TNI desembarcam-se. Recolhem-se aos edifícios e fazem apoios de segurança. Cerca de 10 a 15 aviões tomam rumo, em linha indiana, de Díli a direção de Ataúro e vice-versa.

Os ultrajantes não ficariam ilesos, nas primeiras horas de remessas, vindas do céu. Muitos enganados vinham sem instruções militares chegam dentar pedaços de Taibesse, Quintal Bo'ot, Vila Verde e por aí fora. Rangerem uns atrás dos outros até serem acolhidos pela paz eterna.

A tragédia de 7 de dezembro com a invasão abrupta e brutal das tropas da Indonésia – escalando por terra, mar e ar!... Para os dirigentes timorenses não se vergam por esta nova ordem neocolonial.

O Povo confia na FALINTIL, o embrião-penhor-modelo da futura força nacional a começar resisti-la<sup>287</sup>.

Mais de uma semana, os soldados ocupantes, em Díli, teriam dificuldades de resolver os planos anunciados da metade ocidental da ilha. Encaravam altos e baixos para chegar a Dare, em perseguição das FALINTIL e população em companhia de seus líderes a mudarem-se às montanhas.

Díli ficaria nos grilhões de cativo e sem nenhuma possibilidade para uma janela aberta. As populações passam muito mal; pessoas maltratadas e violadas; prisões nas

---

<sup>286</sup> *Timor-Leste 20 anos de ocupação 20 anos de resistência*, A Paz é Possível em Timor-Leste, s.d. p. 6;

<sup>287</sup> Mesquinho, Nito, *o Parnaso timorense*, INCM, 2013, pp. 26-35;

respetivas unidades militares e policiais; os prisioneiros, de olhos vendados, retirados das prisões, durante a noite, são levados para sítios desconhecidos para serem assassinados, lançados ao alto mar, sem saber do cemitério e do jazigo. Muitos decapitados, os seus familiares não saberiam da sepultura ou valas comuns. Não são permitidos os cadáveres entregues às famílias sepultá-los com honra e de respeito. Ainda para mais, perante uma força estrangeira, culturalmente brutal e religiosamente muito diferente, pretendendo converter o cristianismo católico à força. A presente ameaça entrará em análise dos evoluídos em silêncio.

A visão timorense pelo futuro do território é contestada cruelmente por vizinho ainda que não fosse potência colonial. Entretanto, a voz de liderança política dita novas organizações nas montanhas para produzir e combater como arte possível escolhido.

O comando mobiliza toda a comunidade civil e forças para fazer acampamentos e instalar famílias evacuadas. De seguida, realiza-se o trabalho de hortas e de comunais para garantirem a produção e sustentar a grande massa nos referidos refúgios.

Também era muito urgente organizar setorialmente o país. Durante os três anos, os setores se movem com seus respectivos comissários e comandantes setores. Esta divisão de serviço civil e de forças dinamizam em tornar útil o plano da resistência nacional, que daria eco importante na opinião internacional.

A parte civil organiza a população em produção, saúde, educação e alfabetização. Promove política pela unidade nacional para projetar os direitos e liberdade as populações, como algo importante de qualquer povo. Do lado militar/FALINTIL consiste em manter as forças nas zonas e fronteiras de combate com o inimigo feroz,

É nestas linhas que o lado civil organiza discretamente os elementos experientes para explorar contatos com as pessoas nas vilas de fidelidade à independência de Timor-Leste, um dia. Cruzam informações. Recebem/entregam correspondências nas zonas vermelhas (vilas ocupadas pelos de TNI) e para exterior. Igualmente, o cruzamento é apoiado pela Rádio Maubere (aparelho emissor/receptor sob responsabilidade de Alarico Fernandes), membros inclementes na unidade nacional.

É uma rede vantajosa para a base de resistência nacional, mas o seu risco ninguém o ignora. Pela qual, muitas das vilas mobilizam a passar a mensagem ao exterior e dignamente acolhida pelas associações portuguesas, de perfil internacionalmente credível.

O entendimento de entre civil e militar, nas novas atividades determinaria o entusiasmo de liderança de resistência nacional terminar em Fatu Butik, Remexio a conferência iniciada em Laline, Lacluta. As resoluções seriam asseguradas superiormente. Delas surgem também clima de tensões que resultarão a captura de Francisco Xavier do Amaral, primeiro chefe de Estado, outros membros do CCF,

punidos, inqueridos e de medidas de prepotência utilizada pelos seus colegas como, Alarico Fernandes, Sebastião Montalvão (Lais), António Carvarino (Mau Lear), Bote Mau. O secretário da zona de Remixio, Ananias da Silva, uma medida que o rasgava a pele e carne durante longos dias até a morte. Uns são sentenciados por tiros em público, em Fatu Butik, Remexio perante a presença de líderes de topo, sem piedade e nem fundamento.

Neste episódio de julgamento, segundo o considerava ato de traição do Francisco Xavier do Amaral<sup>288</sup>, tendo sido demitido do cargo de presidente da República, onde seria o Nicolau Lobato quem assumiria a presidência. Este como era primeiro-ministro teria de entregar o cargo a António Carvarino (Mau Lear).

Ainda na zona fronteira de Metinaro, Remexio e de Lacló, o Xavier do Amaral encontrava-se com outros prisioneiros e ex-esposa, D. Lúcia e outras, a acarretar água e abastecer a sede de instalação de membros do CCF e da companhia. Momento em que estava também o Vicente Reis (Sahe) a participar os encontros. No regresso a Centro Leste, o Sahe levava também consigo o Xavier do Amaral à área onde estava trabalhar. Aí fica detido nessa zona do setor, mais tarde é capturado pelos membros da ABRI, em agosto de 1978. De Díli, era enviado a passar refém em Bali, sob a responsabilidade do general Dading Kalbuadi.

Nos últimos meses de 1977, a região do Centro Norte é surpreendida por numerosos ataques e do início de penetração de TNI e de Hansip. Bombardeamentos dispersavam os líderes, as sedes onde se realizavam reuniões, incendiadas. As populações nos acampamentos desintegram-se com seus agregados perseguidos.

As novas populações evacuadas de Fronteira Sul e de Fronteira Norte nas zonas do CN, de novo são desestabilizadas. Restantes de gado bufalino e de cavalari como garantia temporária dos evacuados deixarão todos para trás e de outros géneros alimentícios.

Uma dispersão constante estende-se e afeta cruelmente toda a zona do setor. Acelera-se a crise de fome nas populações em movimento torneante. As crianças e idosos são as primeiras vítimas deste período de barbaridade. Muitas crianças são abandonadas pelo caminho de pele e de osso.

Nos períodos de perseguições em que o povo timorense chega a conhecer os carrascos indonésios a quererem o aniquilamento da identidade timorense. Inventam consolidar a indiferença na solidariedade internacional sobre a questão timorense.

---

<sup>288</sup> Gusmão, Xanana, *Timor-Leste – Um Povo, uma Pátria*, Edições Colibri, 1994, p. 34;

De acordo com a informação dos soldados indonésios em Timor-Leste que com a ordem chegava a reunir 350.000 timorenses, instalados nos 150 aldeamentos<sup>289</sup>. O verdadeiro espaço torna-se vantajoso aos ocupantes por facilitá-los a elevação de postos de oficialatos. Um viveiro que admita a morte fácil dos válidos e de evoluídos a produzir o relatório para os comandantes de hierarquia superior, nos gabinetes de planeamento para efetivar a integração de Timor-Leste na república indonésia, como vigésima e sétima província da Indonésia.

A violência e injustiça imperavam no território, tornando os naturais sem voz do direito. A vida torna-se pior, quando olhar as operacionalidades efectuadas pelas ABRI sobre a comunidade como apeteçiam.

A maioria dos dirigentes é afectada por uma crise brutal até a morte; a FALINTIL viria reconhecer-se pela debilidade e derrota. A rendição da população civil é uma marca da ABRI afirmar-se vitoriosa.

O ataque de numerosos batalhões de tropas indonésias caía sobre zonas de resistência e de refúgio de populações são destruídas e até a morte do presidente da República, Nicolau Lobato, em 31 de dezembro de 1978.

Durante o período de silêncio de resistência, as famílias que se encontram sob controlo indonésio perguntavam umas as outras para se saberem se há possibilidade de alguém continuar a dirigir o processo que estava a decorrer.

Entretanto, os restantes que ainda sobrevivem, muitos deles ainda são ativos em contatos com os outros. Em pequenos grupos de responsáveis estudam os planos de como recomeçar as ligações com as populações e escolher algum deles. Tudo corre em discretíssimo a nível do território.

Os que trabalham juntamente com os *bapaks* em estilo de dupla atenção segredavam aos seus familiares o *novo mexer de resistência* por responsabilidade de um novo líder máximo da Resistência Nacional Timorense, cognominado **Kai Rala Xanana Gusmão** (José Alexandre Gusmão).

Nos primeiros meses de 1981, as mensagens do novo líder, em disquetes começarão a chegar às mãos de pessoas ativas de vilas as montanhas. Mobilizam a juventude a enfileirar-se na resistência em não fragilizar os princípios já escolhidos para afirmar o futuro timorense.

A partir de 1976, as administrações existentes sob influência portuguesa são automaticamente substituídas pelas da Indonésia. Surgem Kabupaten (Concelhos), Wali Kota (Câmara), Kecamatan (Posto administrativo), Desa (Sucos), RT, RK, RW

---

<sup>289</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, p. 78;

(Povoações); Propinsi Timor Timur (Província de Timor-Leste), Gubernur (Governador), etc.,

Muitas organizações militares e civis têm as suas funções de desestabilizar e de descontentamento na sociedade. As partes vitais do território estão sob presença de elementos ativos de TNI e de Polícia a impossibilitarem a hipótese de qualquer existência opositora.

As escolas da Indonésia, são instaladas a funcionar em todo o território. Os professores são enviados de províncias da república indonésia.

Muitos timorenses são escolarizados e recrutados para se ingressarem no ensino, conforme a metodologia do país ocupante.

Uma escola com vista a transmitir os objetivos em conformidade do programa de integração. Visa absorver o princípio secular que o povo timorense o olha como sua entidade cultural. A língua portuguesa é retirada do ensino, onde a da Indonésia passará a ser estudada com tanta velocidade nas vilas aos recônditos do País. As organizações civis e militares têm todo o interesse de acelerar o processo de ensino.

O próprio tentara (soldado) e Hansip (2.<sup>a</sup> linha) timorenses voltam ao local de nascimento, já não sabem falar o dialeto, misturado com 75% de bahasa indonésia. Pois nestas áreas encontram-se elementos militares e polícias para ajudar e potenciar os liurais, chefe de povoações (Desa, RT, RW, RK), no inculcamento de diretrizes. O desejo de silenciar as escolhas para o futuro do país encontra-se em todos os recantos onde estão as populações.

Até 1981, a juventude de origem APODETI e da UDT torna-se como primeiros resultados do ESI (Ensino Superior Indonésio). Voltarão a ocupar lugares de relevo nas repartições públicas como, administradores (bupati), administradores do Posto (camat); uns são de direito, economia, agricultura, arquitecto, médicos, mecânicos, informáticos. Mostram-se como cordeiro manso na comunidade e no seu espaço próprio é um voraz á sua Pátria. Muitos destes não gostam dos sacerdotes de uma forma muito dura.

O departamento de Ensino apoiava-os a estudar na Austrália, Nova Zelândia, nos EUA e uns na Europa. A maioria deles, com uma mentalidade em acalmar os jovens rebeldes para se afastarem pouco a pouco das intenções de guerrilha. Se os jovens continuarem sensíveis à GPK, os familiares não serão tranquilos no seio dos outros.

A entrada de familiares de técnicos profissionais como engenheiros; captazes; comerciantes, mecânicos, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, etc.

Os homens de Kefa Menanu, Atambua, Flores e de Kupang dizem-se irmãos de Timor Loro Sa'e. São cínicos. Violam raparigas, mulheres casadas. Sentem-se superiores e inteligentes, quando estarão juntos da sociedade leste timorense.

Muitos religiosos, sacerdotes vindos do lado indonésio trabalham junto com os naturais. Estes são indiferentes quando seus colegas timorenses andam desesperados com toda a situação a acontecer no território, relativa a perseguição de jovens, capturas e desaparecidos.

A presente realidade traz outro objetivo no sentido de afunilar a voz dos que anseiam pelos direitos do Povo timorense. Procura abrir-se em solidariedade aos locais para se unirem a CEI. A maioria de sacerdotes naturais não são sensíveis a tais notícias da Igreja de Timor-Leste a integrar-se na Conferência Episcopal Indonésia.

A questão timorense torna os cidadãos divididos em duas metades. Uma delas, em comunhão com os políticos de integração para convencer o bispo a aceitar a Diocese de Díli inserida na Conferência Episcopal Indonésia.

As vilas onde estão milhares de famílias concentradas, os agentes de Intel se fortificam em números. Acompanham os passos do quotidiano de jovens. Muitos destes são perseguidos, apanhados, aprisionados. Não têm nenhuma proteção pela vida. O único refúgio que os garanta o conforto é o Paço Episcopal, mas nem todos têm este apoio. O movimento ativo de militar e de polícia é permanente, durante dias e noites.

Por outro lado, a liderança política não ignora esta crise das vilas. Não faltava apoio aos jovens em indicações para não esquecer de articulação de informações de vilas as montanhas e vice-versa.

O espaço festival e de celebração religiosa são importantes momentos de divulgação de novas ideias para despistar de perseguições e de conseguir mais possibilidades para contrariar as políticas de terror, criado no território.

Outro, é o espaço urbano passará a ser destinado aos familiares dos oficiais militares/policiais, de técnicos profissionais e professores. Os naturais são transferidos distantes de cidade.

A beira de estradas, em Díli, são erguidas novas construções residenciais, de comércio e de empresas forasteiras. Os interesses individuais, de pessoas financeiras imperam em todos os espaços urbanizados para progredirem a nova burguesia.

O cerco de aniquilamento é executado com o envolvimento de todas as populações timorenses, funcionários públicos desde da fronteira com Kupang, Indonésia até a Ponta Leste de Timor-Leste. Uma operação decidida pela hierarquia superior militar do planeamento de integração do território na república indonésia, com o intuito de capturar os guerrilheiros e os comandantes. Vendo nesta reorganização da resistência, depois da morte do Nicolau Lobato, o seu substituto **Kai Rala Xanana Gusmão** é cada vez mais um *incómodo* aos políticos e comandantes militares da Indonésia. Entretanto, a operação de grande envergadura é um insucesso.

Nos anos de 1980-1983, os indonésios pareciam sentir-se cansados de tratar da questão de integração de Timor português na Indonésia. No setor leste, uns comandantes ocupantes pensavam alterar o modo como a resolver de uma vez por todas.

Porém, o major Gattot começava a aproximar-se de alguns comandantes da Resistência, por intermédio de Edmundo, *camat* (administrador do Posto) de Moro. Pretendendo ajudá-los com materiais como armas, balas, roupas, medicamentos e máquinas fotográficas.

Um novo ato para conquistar o coração de guerrilha. Como possível estratégia começada pelos invasores para transformar os guerrilheiros em unir-se a Indonésia.

Essas propostas dos *bapaks*, muitos comandantes de Resistência recusam a aceitá-los. Entretanto há intenções de referendo sobre questão, que alguns comandantes aceitavam conversas e acordos com a Indonésia para o realizar sob auspícios das Nações Unidas. O líder da Resistência entra em contato com os majores Gatot, Wiliam e o capitão Dayon, em 20 de março de 1983, em Buburake, Viqueque. Dos timorenses além do comandante, estão Bere Malai Laka que sabe inglês, Mau Nana, Lava Koli Mau e Roodak. Desta conversa o major Gatot prometia ao Xanana transmitir aos comandantes da hierarquia superior em Bali, de que os timorenses desejam paz e acordos com presença de representação internacional.

No encontro preliminar de Xanana Gusmão com padre Locatelli, superior do Colégio Salesiano de Fatumaca, Baucau e Aleixo Ximenes, deputado de Bacau. Momento necessário para tratar da segurança que garanta o encontro saudável de Xanana com coronel Purwanto, autoridade superior militar indonésio de Timor Timur (Tim Tim) (Timor-Leste), a 23 de Março de 1983. A fotografia deste encontro mostra animadamente numa mesa, enfeitada por bandeira da FRETILIN. A Resistência, através da sua rede de comunicação ao exterior fez chegar a fotografia. Ainda que milhares timorenses morressem pela TNI, a FRETILIN não tinha receio de encontrar-se com o Golias sobre direito do pequeno David. De seguida, com o Eng.º Mário Viegas Carrascalão, governador de Timor-Leste por parte da Indonésia, padre Locatelli, major Gatot, durante oito horas (08.00-16.00 horas), tentava convencer o líder, sem sucesso, em Bui Lale, Ossu<sup>290</sup>.

Nas conversações que o comandante Xanana Gusmão teve com as duas autoridades de poder invasor mantém as mesmas opiniões. Isto é, quanto a solução para o problema timorense passa-se por conversações e acordos de ambos os lados mediante a presença de representantes da ONU.

---

<sup>290</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, pp. 109-110;

O Comandante Xanana propunha o cessar de fogo entre ambas as partes para criar o clima de confiança. Permitindo aos guerrilheiros ir as vilas e visitar os familiares. Alguns comandantes guerrilheiros chegavam a andar de helicóptero com o comandante Gatot.

As propostas apresentadas pela Resistência, a Indonésia nem sequer ponderava e rejeitava. Queria que aquela aceitasse resolver a contento indonésio.

As dificuldades de Resistência não se resolvam de um momento para outro, quando observarmos a dimensão do nosso antagonismo interno/externo. Não é um fenómeno repetitivo da experiência dos líderes dirigentes do século XX, em Timor-Leste. É a propriedade real que condiciona o nosso território, leva o pensamento alheio em cobiça a ignorar o que se trata de “**seu a seu dono**”. Este mal ponderação de uns a Timor-Leste é prejudicial para o solucionar com tanta dificuldade.

A segurança das pessoas válidas timorenses não tem nenhuma preocupação das autoridades indonésias. O que estas querem que a polícia e os militares absorvessem oposições no território, pois tenham intenções de serem únicos senhores do País timorense.

Os jovens e estudantes desconfiados, não conseguem estar em casa dos pais, de dia ou de noite. Sofrem mudanças de sítios a ver se possam escapar-se das perseguições.

O que se tornou mais incómodo aos indonésios era o caso do grupo refugiado na igreja de Motael/Díli, em 28 de outubro de 1991. Os militares não o deixam em paz, umas noites. Assaltavam-no arrombando a porta até entrarem em confronto. O jovem Sebastião Gomes foi morto por tiros, incluindo um outro timorense pelo lado indonésio, baleado esfaqueado.

O episódio era imediatamente informado ao bispo, D. Carlos Filipe Ximenes Belo que deslocar-se-ia ao sítio para o certificar, tanto como o governador, Eng<sup>o</sup>. Mário Viegas Carrascalão.

Em 12 de novembro, os familiares do jovem Sebastião pedem uma missa em honra do jovem, celebrada pelo pároco (atual bispo, D. Ricardo da Silva). Um acontecimento que mobilizava milhares de estudantes de Díli a participar o cortejo, começado de Motael pela marginal da estrada frente ao Palácio do Governo em direção ao Cemitério de Santa Cruz. Pelo trajeto, os números de jovens se aumentam e os elementos de Intel (homens secretos) se misturam com a multidão pelo caminho ao Cemitério.

A juventude leva consigo a fotografia de comandante Xanana Gusmão, a bandeira da RDTL e da FRETILIN. À entrada do Cemitério, alguns rapazes começam a desfraldar a bandeira e a fotografia ao ar no seio da grande multidão e gritando “**Viva Timor-**

**Leste”, “Viva Xanana Gusmão” “A Independência é o direito”**. À volta da campa de Sebastião rezam para depois sobre ela lançar flores. Chegam dois camiões a descarregar soldados indonésios a dar abertura de fogo sobre a multidão inocente.

As rajadas mortíferas não falharam e centenas de jovens caem uns atrás dos outros, no total de 271 mortos, 250 desaparecidos e 382 feridos. Os cadáveres são carregados nas camionetas a levar para sítios desconhecidos ou lançados ao alto mar<sup>291</sup>.

A cena de massacre é filmada pelos jornalistas internacionais, ingleses e americanos. Era difícil enviar para o exterior. O homem enterrou no cemitério e é retirada já na alta noite por um religioso, amigo dos indonésios que levou para fora. A rádio e a televisão tomam conta da sua emissão em imagens, repetidas vezes para todo o mundo.

Já depois de meia hora de tempo chegam o bispo D. Carlos Belo e o governador Mário Viegas Carrascalão ao local de tragédia. Lamentavam muito pelos inocentes tombados pelo ato de impiedade.

Desde 1975 até 11 de novembro de 1991, Timor-Leste arqueava-se por consequência de 7 de dezembro sob responsabilidade de TNI e de Polícias por o qual sem entrava em notícias. Facto que era sinónimo do território vedado ao mundo exterior. A comunidade internacional cada vez ficava incógnita da situação timorense.

O eco de Santa Cruz pintaria outra visão a opinião mundial. Acordava os adormecidos no assunto em questão para perceber da realidade efetuada pela Indonésia em tempos de contemporaneidade. Esta luz do túnel ampliava-se de clareza pela verdade do Povo timorense.

Parecia que o mundo dos políticos começa a abrir a janela aos protagonistas pelos direitos humanos e da liberdade. Tanto assim que as organizações não-governamentais e governamentais começariam a escutá-los em frequência nas sedes internacionais. Os tais indícios tornam-se uma influência e conquistam novos apoios junto de grandes gabinetes civilizacionais da atualidade.

Internamente, os líderes políticos da Resistência Timorense não são insensíveis de mudança ideológica para prosseguir a luta. O entendimento entre todos era de sem problemas para não perder a vontade daquilo que já se iniciava.

O Comandante Xanana Gusmão era um dos membros da FRETILIN que decide despartidarizar-se. A escolha viria conferir o comando da luta a FALINTIL. O novo processo teria o envolvimento da grande maioria dos timorenses, numa unidade pela

---

<sup>291</sup> *Timor-Leste 20 anos de ocupação 20 anos de resistência*, A Paz é Possível em Timor-Leste, s.d. p. 36;

liberdade de seu território, ocupado pela Indonésia. Embora seja dúbia para alguns timorenses, a simpatia das vilas se cresce.

As elites tradicionais com seus familiares não são esquecidas na fase começada pelos novos líderes. Os responsáveis da Resistência, muitos deles, contatam a nobreza tradicional para encorajarem outros familiares em adesão de novos planos em conhecimento.

Aparecem responsáveis timorenses pelo lado indonésio, politicamente se dividem em duas faces, quer civil como militar. Contribuem a Resistência Timorense no que podiam como útil para o processo em curso. Chegam a fornecer dinheiro vivo, espingardas, balas, jornais, revistas, recortes e informações de origem estrangeira.

A migração de informações, potencialmente como um bafejo dos protagonistas, injustamente condenados na sua pátria cercada. A constante intercâmbio de dados informativos, cada vez se torna ativo no seio de toda a sociedade timorense. Para cada um dela fica a descobrir conscientemente que a solidariedade internacional está a intensificar as atenções em campanha para solucionar de vez a questão timorense. Os membros desta têm contatos com os diplomatas timorenses em missão no exterior.

Dada a evolução da política a contento timorense, as figuras pela missão externa intensificam articulações de contatos com gabinetes, politicamente internacionais. Sendo a afirmar-se que sê-la por mudança em arte possível que o comandante Xanana Gusmão obteve durante a crise desencadeada pela TNI.

Depois de massacre de Santa Cruz parecia existir aparentemente equilíbrio sentido pela população. Período que se vê muito duvidoso aos olhos da grande maioria.

O tempo referido voltará a ser recheado por uma profunda perturbação associada a captura do comandante Xanana Gusmão, a 20 de novembro de 1992, quando estava a esconder-se em casa da senhora Aliança de Araújo, irmã de Abílio de Araújo, em Lahene, Díli<sup>292</sup>. Surgiu como se soçobrasse tudo o que estava já em exercício.

Xanana Gusmão é julgado no tribunal indonésio de Díli, em 1 de fevereiro e de Maio de 1993, com as normas judiciais do ocupante, como se aplicasse a um cidadão indonésio. Em sua defesa, no depoimento apresentado em português, de acordo com o princípio internacional ele declarava não cidadão indonésio, mas sim é português como outros timorenses e em consciência cidadão de Timor-Leste<sup>293</sup>.

Em face deste princípio, como direito internacional, Xanana Gusmão apela a juventude indonésia que compreenda esta realidade na atualidade dos homens.

---

<sup>292</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, p. 194;

<sup>293</sup> Idem, *Ibidem*, p. 198;

Razão pela qual a Indonésia é membro das Nações Unidas não podendo ignorar este direito, uma vez que está consagrado na carta da ONU<sup>294</sup>.

Quando o Xanana está sob as leis de prisão indonésia, em Jacarta, dá-se a substituição de chefe supremo da Resistência Timorense. Konis Santana quem assumirá as funções para coordenar as diversas atividades de resistência sob a aceitação de outros comandantes.

Entretanto, o comandante Xanana Gusmão na prisão, por meio de redes especiais, continua a manter contatos com seus colegas no exterior. Nas montanhas, Konis Santana teria apoio de alguns padres em matéria e em moral, por exemplo padre Domingos “Maubere”<sup>295</sup>.

Xanana não esquecia de apelar aos responsáveis políticos no exterior, quando felicitava João Carrascalão, eleito presidente da comissão política da UDT no congresso do partido, realizado em Lisboa. Pela carta aproveitava para pedi-lo para que a UDT se aproxime da FRETILIN, em conjunto e tratem da realização de um congresso do CNRT. É único bloco de unidade nacional e é imprescindível na arena internacional, na busca de rápida solução à independência de Timor-Leste<sup>296</sup>. Assunto que era muito aplaudido pela sociedade portuguesa e o seu governo e José Ramos Horta é o principal promotor deste projeto junto dos timorenses no exílio.

Mediante a imposição de justiça indonésia, Xanana Gusmão estava confiante na sua autodefesa e asseverando que o problema de Timor-Leste encontra-se na responsabilidade da comunidade internacional. Os juízes e procuradores ocupantes sentenciam-o conforme as normas judiciais da Indonésia. O acusado, nem sequer desesperava com a pena de 20 ou de 17 anos de prisão atribuídos. Sabia que é uma farsa. Todo este conjunto de processo organizado por BAIS terá brevemente a sua nulidade. Pois, Xanana Gusmão defende o direito e a liberdade do seu território, enquanto a Indonésia, ilegalmente transforma o território em pasto de morte e de destruição do processo de descolonização<sup>297</sup>.

No quadro de perceção a nível de todos os quadros superiores, todos têm uma preocupação pelo destino de Timor-Leste. Nos seus debates não se esqueciam de apresentar as suas opiniões para o bem do País.

No entanto, ao longo dos anos de ocupação feroz, o entendimento de quadros superiores da Resistência Timorense, através de suas experiências se fundem em arte possível e maravilhosa. Facto que se verifica da complexidade de opções para uma

---

<sup>294</sup> Gusmão, Xanana, *Timor-Leste um Povo, uma Pátria*, Edições Colibri, 1994, p. 298;

<sup>295</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, p. 200;

<sup>296</sup> Idem, *Ibidem*, p. 207;

<sup>297</sup> Gusmão, Xanana, *Timor-Leste um Povo, uma Pátria*, Edições Colibri, 1994, p. 299;

única participação do ato, internamente, até que no exílio, os timorenses se convertam no mesmo corredor mais aguardado.

A situação em que Xanana Gusmão enfrenta dificilmente nas mãos do BAIS, no exterior o José Ramos Horta, representante especial do CNRM, não cansava de ter contatos com as organizações de Direitos Humanos e de outras de credibilidade internacional. Em colaboração ativa com este, os seus colegas de Lisboa, Maputo, Austrália promovem ações junto de outras instituições de relevo a afunilar a política externa da Indonésia em relação a situação de Xanana Gusmão e como para a situação de Timor-Leste.

A dureza de TNI e do BAIS, Xanana, além de apelar a solidariedade da juventude indonésia, dirigia também carta a Soeharto. Dela pede ao presidente indonésio<sup>298</sup>, no sentido de se abrir a diálogos com timorenses e com a ONU para que a solução de Timor-Leste seja benéfica às duas partes em conflito e a comunidade internacional.

Igualmente, ao presidente Nelson Mandela da África do Sul, onde Xanana frisava como uma figura histórica de justiça, paz e de liberdade. O ato politicamente inspirador do Povo Maubere, na Oceânia, como um verdadeiro caminho de direito e de liberdade de Timor-Leste. Mais tarde, a carta de Xanana Gusmão torna-se em preocupação de Nelson Mandela, que quando visita Jacarta aproveita para pedir uma conversa com Xanana Gusmão, em casa oficial do presidente indonésio (Xanana Gusmão, 1994, pp. 291-293).

Chegava a solicitar a alta moralidade pelos valores da democracia e da liberdade junto do Bill Clinton, presidente dos EUA, para não esquecer do Povo Timorense conforme os princípios universais na carta das Nações Unidas. Igualmente não esquecendo de umas palavras a Indonésia a uma abertura a diálogos com os timorenses sobre solução de Timor-Leste<sup>299</sup>.

## 2. Os Povos de língua oficial portuguesa tornam-se um apoio permanente na causa timorense

O território Timor Português, em 24 anos de ocupação e 24 anos de resistência, é ignorado totalmente pela insularidade e, igualmente, por outras proximidades. Este olhar desdenhoso tornava-se em uma viagem de Cristo, temerosa, quando muitos o descrevem nos seus livros já, amplamente, publicados na contemporaneidade.

---

<sup>298</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 323-325;

<sup>299</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 349-353;

Os sobreviventes e da sua direção não se vergam pelo desconhecimento, mas eles mantêm na sua crença de atenções de *países irmãos de língua oficial portuguesa e de cultura histórica secular*. Esta existência de irmandade é o espaço, garantidamente às figuras timorenses alimentarem as suas esperanças e projectar as suas intenções junto dos povos irmãos.

A nova ordem, na Oceânia, determina o desabamento da sociedade timorense, dividida, em busca de refúgios mais graves na história do país, no último quartel do século XX. É neste contexto violento, o processo de Timor-Leste se internacionaliza, sob o apoio dos países irmãos.

Uma cultura linguística passa a modelar o temperamento do Povo Timorense, na coabitação com o Ocidente europeu português, no período de cerca de cinco séculos. Esta convivência viria afirmar a singularidade deste povo e querer ser amigo de todos e com todos.

Como acima referido, a liberdade timorense titaniza-se sob a força indonésia e centenas de milhares de famílias começaram em fuga à Indonésia/ Kupang, Austrália e Portugal, em desespero mais acrescido e nebuloso.

Em condições mais gritantes em que se arrastam consigo essas famílias, umas as outras, e as suportam como o Povo Timorense decidia com todas pelo processo de Timor-Leste.

Uma vida difícil dos que se referem aqui e hoje para demonstrar a realidade de uma história de independência timorense, ignorada por forças estrangeiras, ilegalmente pô-la em pasto de morte e de destruição.

Em Portugal, esses refugiados começam a chamar a atenção dos agentes políticos do Estado e do privado para escutar os relatos e desesperos da situação do longínquo Timor-Leste.

As organizações não-governamentais entram em acompanhamento da comunidade em questão em Portugal: saúde, escola, política, profissão e em alojamento. Já a partir de 1994, o governo português começava a custear as pensões onde estão instalados jovens vindos de Jacarta, assaltavam as embaixadas ocidentais desta capital.

Terão enfermeiros e médicos que os acompanham da situação de saúde; ministério de Educação dispunha de professores que tratam dos filhos timorenses em escolas públicas, universidades e profissionais; os rapazes já escolarizados em Timor-Leste ou Indonésia são reduzidos em dois anos de estudo ou duas classes (exemplo: 9.º ano para 7.º ano; 3.º semestre ES para 1.º semestre ES).

Muitos funcionários de administração portuguesa são readmitidos a trabalhar em Portugal.

A solidariedade das associações portuguesas não-governamentais cresce em apoio das atividades timorenses em campanha. Intervêm indiretamente, na conquista de opiniões públicas para aproximar dos gabinetes de figuras de credibilidade. Frequentemente os seus responsáveis estabelecem contatos com os políticos timorenses da diplomacia externa, para se inteirarem da evolução de ações interna/externa.

Essas associações promovem a concentração da maioria da sociedade portuguesa com os timorenses de refúgio para realizar manifestações junto das embaixadas dos EUA, França, Inglaterra, China e de outras, em Lisboa. A aproximação que os torna em novas atitudes sobre problema timorense em sensibilizar a Indonésia em perceber dos direitos humanos e da liberdade daquele Território.

Em 1997, o governo português criou uma **Comissão de Acompanhamento e Inserção da Comunidade Timorense**, composta por oito ministérios portugueses, chefiada por ministério da Solidariedade de Segurança Social e Trabalho. Os seus representantes encontram-se mensalmente para analisar pontos de situação interna/externa do país timorense em conflito com a Indonésia. Encontros que a representação da Resistência Timorense em Lisboa, Dr<sup>a</sup> Pascoela Barreto não faltava.

Durante o período de acolhimento timorense em Portugal, já os políticos ativos no exterior refugiam-se em Maputo, Moçambique sob o apoio direto do governo deste país.

Este espaço torna-se uma oportunidade de grande importância para a projeção da política timorense nos países do continente africano. A solidariedade política levava os ativistas timorenses a terem contatos com os políticos de Pequim, de modo que este, às vezes, nas nações unidas, invocava o respeito pelos direitos do povo timorense.

Também era aqui, nessa nação africana de Moçambique, que muitos timorenses de ambos os sexos aí se encontravam, chegavam a consolidar a sua formação em cursos superiores. Uns eram inseridos no funcionalismo público deste país.

Neste acolhimento, alguns núcleos timorenses, de diferentes cores políticas, começavam a aparecer em indícios de aproximação para um possível corredor único timorense.

A Indonésia sempre olhava o território português como uma imprecação, desde os seus antigos senhores até a nossa era. O país timorense é sempre conotado *atrasado* em comparação com os da região como de outras colónias portuguesas.

O beneficiário do leste timorense não tem nenhum argumento hostil e mantém-se em tranquilidade com os naturais a promover o que já se começava e a respeitar o fenómeno que estabiliza o seu quotidiano entre famílias, de geração para geração. O

sucesso de bens do quotidiano dá-se sem nenhum esforço cultural, mas dava a tranquilidade do seu instinto no quadro local onde se insere.

Atendendo a este horizonte, a dureza longínqua ainda dava alguma hipótese a Portugal em afirmar a sua presença, embora não fosse de grande maravilha, mas marcava algumas atenções: criação de escolas para ensinar os filhos de indígenas a ler, escrever e contar<sup>300</sup>; serviços de assistência de saúde e de enfermagem; abertura de estradas no Reino, tração de fios telefónicos entre regiões; criação de serviços administrativos civis, de militares e de polícias; iniciava centros de comércio. Até a Igreja Católica local tornava-se um apoio do povo. Um ativo entendimento se mantinha entre a autoridade colonial com a nobreza tradicional até a mudança política ou o regresso dos patrões coloniais a sua mãe pátria.

A coabitação secular com o estrangeiro europeu nos deixa alguma abertura a compreender a moderação, solidariedade, uma vez caminharmos juntos no espaço de informação cultural da Greco-Romana.

Os poucos resultados conseguidos dessas escolas, com os quais os naturais incorporam-se nos serviços militares, nas funções públicas e nos balcões de comércio dos chineses (os lucros não são empregues em Timor. São enviados para China, Singapura, Taiwan e Hong Kong).

Os timorenses entram assim num ambiente cultural de civilização, num espaço plural de indivíduos de diferentes províncias portuguesas. Falam a mesma língua portuguesa, usam roupas como os europeus; tomam café, chá de xícara, pires, na mesa os pratos aparecem já compostos de colheres, de garfos, de facas e de guardanapos, etc.

Na história das conquistas e de descobrimentos, o território de Timor-Leste nunca integrava na administração das Índias Orientais Neerlandesas<sup>301</sup>.

O que se verifica, no último quartel do século XX, que os políticos de Jacarta parecem mudar de relações com Portugal, atendendo a soberania portuguesa em manter-se em Timor. O indício apareceria a acentuar-se no pós golpes de Jacarta e de Lisboa. E, mesmo assim, na Indonésia verifica-se que a cultura política dos dois presidentes da República há uma pequena diferença de relações externas entre ambos. O presidente Sukarno é uma das figuras que se vê privilegiado do nascimento do arquipélago em Estado soberano – República da Indonésia, no pós II Guerra Mundial. Muitos políticos internacionais o olhavam como homem do século XX que surpreende as potências coloniais que se desejavam permanecer-se no projeto

---

<sup>300</sup> Fernandes, Pe. Abílio José, Vigário Geral e Superior das Missões de Timor, *Esboço histórico e do estado actual das Missões de Timor*, Macau, 1931, pp. 10-11;

<sup>301</sup> Fernandes, Moisés Silva, *o Timor português na Política Externa de Soeharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974*, s.l., 2001, p. 273;

político do passado. O sentimento alimenta-o a um constante apelo que beneficia a emancipação dos colonizados afro-asiáticos. Se a Indonésia conseguisse desprender-se da administração dos Países Baixos, os restantes deveriam ser reconhecidos pelos mesmos direitos, onde o Ocidente tem que alterar a história do colonialismo. Quanto Soeharto, substituto de Sukarno, assumiria o cargo presidencial da Indonésia entrava com uma nova atitude de conduzir a grande nação na coesão nacional que o impressionava em terminar os conflitos internos. Procura ter boas relações com o Ocidente europeu. Não significaria o Soeharto estar desligado dos movimentos da África e da Ásia. No entanto, a apetência pelas reivindicações se tornaria em dimensão insignificante. Esse olhar dúbio pelo Ocidente ajudará a compreender que a Indonésia confrontaria a potencial colonial holandesa. Por outro lado, a soberania portuguesa em Timor não fabrica um risco militar a Jacarta, de modo que haja livre contatos cultural e económico entre Timor português e a Indonésia. Mediante a postura, Lisboa sempre tinha a intenção de entender-se com a Jacarta se porventura um dia destes houvesse desentendimento na fronteira.

Às memórias do passado referente ao presente entendimento relativo ao período de paz em questão é difícil afirmá-la em longevidade. Episódio que já tem a sua história repetida, proveniente de entendimento entre as duas potências europeias, referido nas anteriores páginas.

Em 1966, no tempo de governador, coronel José Alberty Correia, no enclave de Oecusse-Ambeno e parte Ocidental indonésia ocorre um conflito, que acaba por morrer um habitante do lado de Kupang indonésio, logo no primeiro dia. O incidente começa no dia 17 de setembro, 21 de outubro e 3 de dezembro do mesmo ano. Os indonésios incendiariam 167 habitações, 160 hortas destruídas e 1032 pessoas do Timor português ficariam desalojadas. A Cruz Vermelha Portuguesa intervirá a socorrê-las em alimentos, vestuário às pessoas em vítimas de conflito.

Questão viria a preocupar as autoridades militares da Indonésia, onde procuram averiguar a verdade do conflito. Os habitantes do lado de Kupang que reclamavam uma parte da região de *Oesilo*, do Timor português, mas pelo mapa da fronteira é do enclave de Oecusse-Ambeno. O *bupati* (indonésia: administrador do concelho) de Kefamenanu, Bernardus Laka, é acusado e preso pelas forças da Indonésia, em 28 a 29 de outubro de 1966, por estar instigar a existência de conflito na fronteira. Mais tarde, em novembro do mesmo ano, o comandante militar de Atambua, major Iskandar é afastado e substituído por outro major Amus a tomar conta do serviço militar.

O governador José Alberty Correia teria encontro com as autoridades indonésias para esclarecer o ato hostil ocorrido. O mesmo governador afirmaria que a questão teria sido resolvida pelas duas partes com satisfação. Acrescenta que a parte da

região de Oesilo em conflito, não é aceite pelos habitantes de Kefamenanu, Kupang, de forma que isto teria de ser corrigida a atual linha da fronteira.

Em 10 de Novembro de 1966, o cônsul indonésio, em Díli, Roeslan Soeroso sob instrução de superiores de Jacarta, tem um encontro com o governador José Alberty Correia acerca do reforço militar enviado a Oecusse-Ambeno. O explicaria a ida, é destinada exclusivamente para tranquilizar as populações alarmadas pelos tiros de morteiros, metralhadoras feitos pelos indonésios ao interior do enclave de Oecusse. O MNE indonésio, Adam Malik dará instruções aos seus subordinados que cessassem o conflito fronteiriço.

Para desanuviar a tensa conjuntura político-militar, o cônsul português, António d'Oliveira Pinto da França apresenta um memorial junto do diretor-geral dos negócios políticos (do MNE), Chaider Anwar Sani. Pretenderia constituir uma comissão mista luso-indonésia para rever a delimitação da fronteira entre o enclave de Oecusse-Ambeno e de NTT. O alto diplomata indonésio acha que o assunto está a ser tratado pela repartição de Direito Internacional do seu ministério - para ser estudado.

Entretanto, o Adam Malik solicitaria as autoridades de Kefamenanu e Oecusse-Ambeno para terem encontro, em 20 de novembro de 1966. Uma proposta é rejeitada pelos indonésios no sentido de considerar as partes consideradas abandonadas e neutras disputadas. Contudo, o encontro amigável das duas representações terminaria com um almoço oferecido pelos portugueses e a pedido de medicamentos pelos indonésios oferecidos. Adam Malik teria a mesma intenção portuguesa, onde as partes ficariam em silêncio do conflito. Um ato que os dois governos evitariam as oportunidades dos adversários políticos de Soeharto<sup>302</sup>.

Depois de ter sanado o conflito entre dois governos na fronteira, a tensão pareceria inexistente. Esses indícios fariam com que a mudança de comportamento indonésio em relação a Timor português se verificasse algo pacífico. Por outro lado, o governo de Jacarta percebe que Lisboa não gostava da influência comunista em minar a estabilidade social. O que leva a política externa de Soeharto a não se preocupar com atitudes portuguesas e nem sequer ter intenções de dar apoio militar e logístico aos movimentos pela reivindicação a independência de territórios. Limitando-se a manter as boas relações ao nível de turismo e comércio entre Timor português e Kupang NTT = Nusa Tenggara Timur (indonésia: Região de Timor Leste).

O plano defendido pelo Sukarno na campanha contra a Malásia e más ligações com a fronteira Oecusse-Ambeno no Timor português e Kefamenanu do NTT ficarão desligado da política externa de Soeharto. Sabe-se que o plano anterior instalaria a

---

<sup>302</sup> Fernandes, Moisés Silva, *o Timor português na Política Externa de Soeharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974*, s.l., 2001, pp. 276-281;

crise económica, por impedir a articulação de agentes mercantilistas a desenvolver os interesses comerciais multilaterais<sup>303</sup>.

Ainda com o governo do Timor português. O presidente Soeharto, a 25 de novembro de 1967 visita Kupang NTT, onde transmitiria umas instruções ao governador, El Tari, que deveria conduzir boas relações com o vizinho, Timor português. Afirmaria que a existência de conflitos na fronteira seria prejudicial a política externa da Indonésia<sup>304</sup>.

O que faz nos entender que o regime de Soeharto alteraria o comportamento de tensões que, finalmente, se sente o sossego nas fronteiras de Oecusse-Ambeno do Timor português e Kefamenanu NTT da Indonésia. Porém, é curioso lembrar a era de Sukarno, em que no Timor português ocorreria a substituição de bispos da Diocese de Díli, D. Jaime Garcia Goulart deixará a prelatura ao novo bispo, D. José Joaquim Ribeiro. Tendo este visitado o seu colega de Atambua, D. Theodorus Van Clen Tillart, SVD. No encontro, o de Atambua chegaria a transmitir ao de Díli, em confiança que o anterior presidente Sukarno realizara uma reunião em Jacarta, muitos comunistas o pediram para retirar os católicos ministros do governo. Para o interesse nacional, o presidente manda criar uma comissão de dois bispos de Atambua e de Ende (de Flores) arcebispo, D. Gabriel Manek, SVD para diligenciar junto do bispo português, D. Jaime Garcia Goulart. Este com sua proposta, o governo de Timor português em silêncio, quer entregar o território a República da Indonésia sem derramar sangue. O colega de Atambua o diria em resposta, que ambos recusaram o pedido. Os católicos não deveriam interferir nos assuntos políticos que só ao Estado indonésio competia resolver.

Penso que é uma figura apreciadora da presença portuguesa, em Timor-Leste. Quando visita Timor, a convite de D. José Joaquim Ribeiro, entre os dias 20 de maio e 4 de junho de 1968, ficava admirado da maneira como os timorenses se aproximam dos brancos portugueses na província. Afirma que os naturais falam com os europeus sem qualquer coisa de reserva e complexo, o que é muito diferente do vizinho<sup>305</sup>.

A questão de independência da Indonésia teria sido oficializada em 1949. Tendo a chamada Irian Jaya, conhecida Nova Guiné Holandesa permanece sob as autoridades dos Países Baixos. A insistência da Indonésia impunha a transferência para este país em 1 de maio de 1963, tendo em 1969, o mesmo governo permitido um plebiscito para apurar o estatuto político da província. Pelo nado da oposição OPM teria a sua política afogada pela integração a Indonésia.

---

<sup>303</sup> Idem, *Ibidem*, p. 287;

<sup>304</sup> Idem, *Ibidem*, p. 290;

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*, p. 295;

Entretanto, a transmigração ou colonos vindos doutras províncias tornam-se uma fonte de tensão. A oposição fiel à independência de Irian Jaya, Papua Nova Guiné Ocidental, embora tivesse menor número de forças de resistência contra ABRI (Indonésia: forças armadas indonésias), mas os apoios pacíficos pela reivindicação mobilizam ações. Grupos ativos organizam manifestações, discussões políticas, cerimónias de hasteamento de bandeira. Fazendo apelo às Nações Unidas e a outras organizações nacionais<sup>306</sup>.

Do assunto referido, um dos líderes da OPM (Movimento Popular Livre), o ministro da Defesa da Papua Nova Guiné Ocidental, no exílio, A.F. Poulus-Obinarie resolve encontrar-se com o embaixador português, em Bruxelas, a 6 de janeiro de 1967 para entregar uma carta do presidente no exílio, Markus W. Kaisepo. Manteve conversas com o conselheiro João Morais da Cunha Matos, declarando ter planos para separar-se da Indonésia. Afirmando que os políticos e chefes locais da Irian Jaya Ocidental têm conseguido apoios do Fiji e da Samoa e outros Estados da região. Os dirigentes do movimento apelam o Secretário-Geral da ONU para persuadir a Indonésia para realizar um plebiscito, mas sem efeito. Mesmo que solicitassem junto de Jacarta é rejeitado e com ameaças para esmagar o movimento pela independência.

Os armamentos conseguidos em posse dos 3.000 activistas nas operações efetuadas contra a ABRI na região. Continuam a persistir nas suas intenções sobre o acordo efetuado em Nova Iorque, em 15 de agosto de 1962, sobre o futuro da Papua Nova Guiné Ocidental. Os papuanos ocidentais sentem-se mesmo o apoio das autoridades portuguesas. Necessitam um apoio de permitir a entrada de uma equipa em apreço e o seu transporte secreto para uma base aérea na região por parte da Força Aérea portuguesa. Em conformidade de descrição do professor, investigador vocacionado a Ásia, após dois dias terem chegado à base aérea onde seriam transportados secretamente num submarino para se enviarem a Papua Ocidental. Iniciaria a primeira operação nos Países Baixos em 11 de março de 1967, tendo do dia 15 do mesmo teria a operação na Papua Ocidental.

Promete a Portugal que depois de conseguir o objetivo ou a independência, os interesses portugueses seriam atendidos. Poderão ter base militar ou a exploração de bens naturais que o país dispõe. Ao mesmo tempo solicitaria ao governo português se entendesse quereria ir a Lisboa. Entretanto, em meados de Fevereiro p.p. tornaria a contactar a embaixada portuguesa em Bruxelas sobre o pedido. Franco Nogueira como ministro dos Negócios Estrangeiros decidiria rejeitar o pedido e o documento é

---

<sup>306</sup> *O Poder e Impunidade – Os Direitos Humanos sob a Nova Ordem*, Imprensa Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, 1994, pp. 31 e 33;

arquivado. O chefe da diplomacia afirmaria que Portugal não pode apoiar um movimento qualquer contra a Indonésia.

Apesar de o despacho ser desfavorável a 31 de julho de 1967, o “presidente” do movimento, Markus W. Kaisiepo, envia um ofício diretamente ao presidente da República Américo Tomás a comunicar que a Indonésia queria anexar o Timor português e apelando o apoio na luta pela independência de Papua Ocidental. O ofício ficaria entregue ao secretário-geral da presidência da República, Luís Pereira Coutinho, onde seguirá ao chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, em 16 de agosto de 1967. De seguida, o diretor-geral interino dos Negócios Políticos, João Hall Themido, enviaria a cópia do ofício em apreço às missões portuguesas junto da ONU e da OTAN, assim como às embaixadas em Wasingthong, Haia, Paris, Londres e Bruxelas, em 21 de agosto do mesmo ano sob instruções de Franco Nogueira, chefe da diplomacia.

O secretário-geral, A. F. Poulus-Obinarie viria a Lisboa por indicação do presidente do movimento, Markus W. Kaisiepo, solicitar oficialmente o governo central para permitir o trânsito pessoal e material de guerra por Timor. De onde seguiriam a Papua Ocidental para fins de operações contra o governo indonésio, no território papuano. No Palácio das Necessidades, o chefe da repartição da África, Ásia e Oceânia da direcção-geral dos Negócios Políticos, em junho de 1968, Inácio Rebelo de Andrade lhe apresentaria uma cópia da carta do presidente papuano aos governos de Jacarta e dos Países Baixos, ao secretário-geral da ONU, datada de 28 de fevereiro de 1968.

A história sempre nos daria um espaço de apreciações e de análises dos fatos de momentos de operacionalidade, nas páginas em referência...

Quando Timor-Leste se sentia cansado de viver 24 anos de ocupação e 24 anos de resistência, noutro lado, os timorenses não se careciam das palavras de conforto dos seus amigos. Uma presença nos territórios de fertilidade, Portugal e seus antigos países já independentes não ignorariam da Oceânia, em longos períodos de tufão naquele país em flagelo. Ajudavam-no na hipótese de os ativistas timorenses promover as políticas contra a invasão indonésia. Encontrando novos amigos que os valeriam fortes apoios e abrindo-lhes novas janelas às possíveis esperanças para manter a crença pela libertação do seu Território.

Os amigos tornam-se dinâmicos na conquista de várias frentes de solidariedade em favor da retirada das forças de ocupação do território martirizado.

Na diáspora, os timorenses encontram-se unidos trabalhar para o mesmo fim. Dividem-se entre si as funções para agilizar os programas em curso e em contacto permanente com as figuras mais proeminentes das nações unidas, face a evolução da situação timorense.

É na diáspora, os responsáveis dirigentes, conferidos de credibilidade política estabelecem encontros com os professores universitários portugueses. Momentos primordiais, que permitam docentes apresentarem as suas opiniões, os seus pareceres junto dos políticos timorenses, sobre processo timorense. Dos quais, o Comando da Resistência Timorense sempre estaria ao corrente do que se ia passando no exterior.

Nos encontros chamados de solidariedade, feitos em Lisboa, se constata os presentes, vindos da Indonésia, Espanha, Austrália, EUA, Canadá, Japão, África, Inglaterra, França, Brasil. Ansiavam saber da situação interna do país. Criticavam o governo indonésio por massacrar o povo timorense pela recusa de integração na RI. Uma invasão, militarmente brutal e ilegal que é protestada pelos mesmos presentes.

Como se afirmam os sucedidos nas páginas anteriores, os mesmos surgem com novos rostos de solidariedade que não se afastem muito das preocupações das associações portuguesas, que cada vez, estendam o seu entusiasmo pela justa solução da questão Timorense.

Os países, fontes de solidariedade multiplicam as suas atenções junto da comunidade Timorense, na diáspora, e ajudá-la a enveredar pelos caminhos que passavam. Para os timorenses, a solidariedade dos países de língua oficial portuguesa tornava-se um apoio permanente e de esperança garantida na causa daquele país, do velho crocodilo.

Nos citados países, como Portugal e seus antigos territórios, os representantes da política timorense sentem possível dialogar com as grandes civilizações mundiais pela hipótese de mudar o regime inflexível.

Por outro lado, os amigos exigem muito dos timorenses uma atenção de unidade nacional. Sem estar sanado o assunto, pode-se prolongar o bloqueamento do problema em curso e o Timor-Leste mais se agudize nos pés de contendores.

A juventude e a comunidade timorenses na diáspora são apoiadas e entusiasmadas na criação de várias associações estudantil e cultural. Realizam as respetivas atividades, nas diferentes regiões de Portugal. Delas, os contatos com os núcleos de solidariedade doutros países, geram frentes que reclamem o direito do Povo Timorenses, e apelando os seus governos que respeitem a voz dos povos em crise de direito fundamental na sua própria terra.

O Povo timorense junto daqueles que muito entusiasma pela liberdade e justiça do Povo em cruz, os sinais começariam a suavizar os divididos a abrirem-se à única unidade. Seria um novo processo conseguido a reunir as fações políticas para uma ação imprescindível em busca de fácil solução do problema junto das nações unidas.

O próprio temperamento cultural da sociedade timorense viria a espantar a Indonésia quando aquela apareceria reconhecida por muitos países soberanos, dado ter defendido o que lhe é fundamental e de direito. Limitando-se a tratar daquilo que muitos achavam justo e sem nenhum ato hostil a ninguém.

A complicação de processo em disputa com os senhores de Jacarta, mas as Nações Unidas não reconheciam a astúcia de adamastor. Tanto que em encontros aceites por Portugal e Indonésia, a partir de 12 de novembro de 1984 (Fernando Lima, p. 282), sob auspícios do Secretário-Geral da ONU, se avancam em progressos até aos anos de 1990 em diante, ainda que fossem periclitantes.

Nos primeiros meses de 1997, Lisboa começava a assistir ativistas timorenses, vindos de vários países e de Díli. Com as instruções do comandante Xanana Gusmão, ainda que estivesse encarcerado em Cipinang, Jacarta. Um deles era Pe. Domingos Maubere que mobilizava em reunir os timorenses, em Portugal para organizar a conferência do CNRT. Grupos de diferentes cores políticas achavam positiva essa conferência como uma arte possível desmembrar o tufão, na Oceânia sem fins previsíveis.

Uma semana antes, a direção política externa teve contato telefónico de Lisboa com Konis Santana, nas montanhas de Timor-Leste nos primeiros dias de março. Todos os líderes tiveram a oportunidade de conversar com o comandante Konis Santana, onde este sentia-se muito contente em ouvi-los sanar o desentendimento. Igualmente, os de Lisboa ficaram satisfeitos e cada um conversava com Konis. Afirmando muito na sua capacidade em dirigir a luta interna e, assim, no sucesso que esta conferência iria fortificar o empenhamento de todos os envolventes do processo.

O comandante Konis conversava com João Carrascalão, dizendo acreditar nas aproximações de todos para encurtar o sofrimento timorense.

A preparação decorria meses para a realizar, que terá lugar em Peniche, Portugal, em 27 de abril de 1998<sup>307</sup>. Resulta em uma carta magna que defina as funções do CNRT, através das atividades criadas e aprovadas por todos.

Esse dia estalou-se de conforto nos timorenses insanáveis de desentendimento. Abraçavam-se uns aos outros, chorando-se de alegria, por se conseguirem em bloco de unidade nacional para restaurar a liberdade do território.

O resultado é anunciado de imediato pela comunicação internacional que acompanhava o evento. De seguida, um dos padres da Companhia de Jesuítas comunicava ao seu colega timorense, Pe. Filomeno Jacob que os colegas de Lisboa

---

<sup>307</sup> Felgueiras, S.J. João e Martins S.J., José Alves, *Nossas Memórias de Vida em Timor*, 2.<sup>a</sup> Edição, Editorial A. O. – Braga, 2010, p. 185;

ficaram admirados e contentes por saberem do resultado conseguido para reunir os timorenses, numa única linha de defesa pela independência de Timor-Leste.

A nova notícia passará a ser difundida em todo o território português e nos países de língua oficial portuguesa. E para Díli, os núcleos pela rede clandestina articulam as informações das vilas às montanhas, sem repouso.

Os guerrilheiros tomarão atitudes de prevenção quanto às atenções de TNI, mediante novo acontecimento decorrido em Portugal.

A política externa indonésia face ao problema de integração do país timorense na R.I. começa a enfrentar a dureza dos políticos da Resistência Timorense, na arena internacional, quando se vê apoiada por muitas organizações internacionais.

O representante especial do CNRT, Dr. José Ramos Horta com seus colegas seguirá a dar informações junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

E o mesmo responsável daquela instituição, do uso da sua competência promove a frequente aproximação das representações de dois países, Indonésia e Portugal na ONU com presença do responsável do CNRT para tratarem dos novos passos.

Aquela instituição anima-os ao acordar um calendário que seja aceite pelos dois Estados em disputa para solucionar de vez a questão timorense.

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, assim que foi eleito, nos primeiros dias a assumir a função da instituição internacional, respondeu a umas perguntas de um dos jornalistas, de que ele queria resolver a questão timorense e que não há nenhum problema.

Conforme a observação do autor, as conversações de Portugal e de Indonésia, já no tempo desse responsável internacional, decorreriam mais frequentes. Posteriormente, ainda o seu representante especial, um paquistanês manteve contatos com todos os timorenses, portugueses e indonésios, envolvidos na questão timorense.

Ao vermos o percurso de conversações tornam-se uma compreensão que os levava a assinar o acordo de 5 de maio de 1999, para definir o calendário para o referendo, realizado em Timor-Leste<sup>308</sup>. Quanto a data defendida era muito discutida por Portugal e Indonésia, na ONU, porém, chegariam marcar para 30 de Agosto do mesmo ano.

Muitas organizações internacionais envolviam-se muito na preparação de postos de urnas, em todo no território para as eleições.

No exterior, a missão dos serviços do CNRT apelam junto da ONU para alertar a Indonésia quanto as forças ocupantes que respeitassem o processo em curso.

Realizada a eleição na mesma data citada, o resultado ficaria a favor da Independência de Timor-Leste.

---

<sup>308</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 316;

Em 4 de setembro, o Secretário-Geral da ONU, em uso da sua competência, anuncia o resultado em favor de autodeterminação e de Independência Nacional, com 75,8 %<sup>309</sup>.

Do lado de milícias, militares e polícias indonésias ficarão insatisfeitos e, de imediato, entrariam a complicar a euforia dos timorenses e passam a resultar massacres espantosos a tomar conta do território. As milícias timorenses treinadas, pela ABRI e Polícia tratavam a população timorense como entendendessem. Centenas de milhares de famílias são empurradas para outro lado ocidental da mesma ilha.

Precisamente, nesse período, o comandante Xanana Gusmão é libertado da prisão de Cipinang, Jacarta a 7 de setembro de 1999 (Fernando Lima, 2002, p. 307), por decisão internacional. É acolhido na embaixada britânica, em Jacarta, e dia seguinte, segue a Camberra, Austrália.

Ainda da política de solidariedade de países de língua oficial portuguesa, Portugal até alargava potencialmente a sua intervenção. Pode-se afirmar, com base de Cooperação Política Europeia, Portugal com seus parceiros concertavam posições para falar uma só voz sobre matérias que tanto o preocupavam. As suas iniciativas se multiplicavam<sup>310</sup>.

Xanana Gusmão nunca esquecia dos chefes de Estado de países de PALOP, onde enviava mensagens ao presidente Samora Machel e outros membros para não esquecerem de Timor-Leste<sup>311</sup>.

Dos anos de 90 em diante, o governo da Indonésia enfrenta o descontentamento de populações, por algumas famílias prejudicadas de terras cultiváveis, passarão em proveito de golfe e de imobiliário. Nas reivindicações, algumas pessoas têm sido vítimas de violações de Direitos Humanos por protestarem<sup>312</sup>.

Por outro lado, os próprios jovens estudantes indonésios sentem-se por uma mudança do regime, ditatorialmente militarista. Enquanto, uns núcleos mantêm o atual, a classe inferior da sociedade indonésia vive em dimensões de milhões, cada vez morre pela multiplicação de miséria e sem apoio; perseguições, prisões por manifestações pacíficas.

---

<sup>309</sup> Idem, *Ibidem*, p. 319;

<sup>310</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p.308;

<sup>311</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005; p. 122;

<sup>312</sup> Amnistia Internacional, *Poder e Impunidade – Os Direitos Humanos sob a Nova Ordem*, Rua de Campolide, 105 - 1º Dtº, Lisboa, 1994, p. 24;

O problema de Timor-Leste, quer interno e externo, os ativistas não têm planos de férias. A solidariedade internacional não as deixa em contato para que o órgão internacional tome medidas adequadas para a justa resolução da questão timorense.

Nos últimos meses de 1997- 98, a Indonésia começava a sentir a emergência de inflação económica a infligir os setores económicos, sem hipótese de a recuperar em curto espaço de tempo, uma vez, a intervenção governamental, ainda não teria posições afirmadas.

A agenda de visita presidencial ao estrangeiro é marcada, onde o Soeharto teria de cumprir. Em meados de 98, o presidente indonésio toma viagem ao Egito para o visitar, segundo a escolha do mesmo. A chegada, não escapava a floresta de microfones em querer saber como passa a atual situação indonésia.

Uma visita importante e é última. Marcou o fim do regime e do princípio de uma mudança indonésia. As oposições organizavam-se escolher o novo candidato para substituir o Soeharto.

Segundo a opinião de muitos indonésios: «**bapak sudah capek**» (Indonésia: senhor está cansado). Assassinou muitos, seus irmãos indonésios de Java, Aceh, Irian Jaya e de Timor-Leste. Este último é o que mais sofreu sob o terror de Soeharto. Os seus filhos aproveitaram muito bem da estadia do pai Soeharto – grandes ricos.

De regresso a Jacarta, aberta a porta de avião, não havia formaturas pomposas para o receber. Aparentemente percebia do que se passava e dirigia-se a residência particular, quando o palácio presidencial é ocupado por um novo beneficiário, seu vice-presidente, Habibi como novo presidente da Indonésia.

As histórias reais, muitas vezes, são ignoradas nas grandes civilizações. E nos tempos contemporâneos, a questão timorense muito preocupou as autoridades religiosas de Timor-Leste. Em 1997, D. Carlos Filipe Ximenes Belo encontrou-se com o Presidente dos EUA, Bill Clinton, onde teve conversas sobre a situação timorense. De regresso a Díli, o governo indonésio convidaria-o a interrogar a audiência com o presidente americano. Entretanto, a Casa Branca foi alertada nesse sentido. Aparentemente Washington apresentaria um protesto ao governo de Jacarta. «Não achamos bem que um vencedor do Prémio Nobel que se encontrou com o presidente seja interrogado sobre assunto». O plano teria sido abandonado por Indonésia saber dos sinais de insatisfação<sup>313</sup>.

Quando a derrota da Indonésia se confirmava no referendo, a crueldade de TNI, Polícia e de milícias subiu aos píncaros. Matavam brutalmente mais 60 mil refugiados. Em 13 de setembro de 1999, a infidelidade desumana impressionava os padres

---

<sup>313</sup> Kohen, Arnold S, *Dom Ximenes Belo por Timor*, Notícias Editorial, 1999, p. 269;

jesuítas e enviaram um SOS para a Irmã Estrella e o padre Morujão para o enviarem ao padre Reinaldo Cardoso: «Veja se podem fazer algo junto dos responsáveis do mundo, sobretudo da ONU, doutra forma morremos aqui todos». Esta mensagem chega também à Casa Branca, ao presidente dos EUA que se encontrava na reunião da APEC, em Wellington na Nova Zelândia. O presidente americano, Bill Clinton numa das suas intervenções, declarou: **«Espero que o exército indonésio respeite e proteja a população que encontra refugiada à volta de Díli»**<sup>314</sup>.

No dia em que a declaração do presidente dos EUA se apresentava para a Indonésia, em sinal de desconfiança, o comandante americano no Pacífico, Almirante Dennis Blair, com quartel-general no Hawai chegava a Jacarta para contactar o ministro de Defesa indonésio.

O sonho infiel se decorreu em abril de 1999, quando grupos de milícias massacraram centenas de pessoas em Liquiçá (Padres João Felgueira e José Alves Martins, p.187). A seguir do dia de anúncio do resultado de eleições a paróquia de Suai, cujos responsáveis foram barbaramente aniquilados: Padre Hilário Madeira, Padre Tarcisius Dewanta, jovem sacerdote jesuíta indonésio com centenas de pessoas, na Igreja (João Felgueiras, S.J. e José Alves Martins, S.J., p.199).

A TNI (Tentara Nasional Indonesia) (Indonésia: Exército Nacional Indonésia) força milhares de timorenses à Atambua, Kupang do lado Ocidental da ilha da Indonésia.

O drama impressionou o Eng<sup>o</sup> António Guterres, primeiro-ministro português e apelava o primeiro-ministro britânico Tony Blair e o presidente dos EUA, Bill Clinton em pressionarem Jacarta a respeitar os direitos do Povo Timorense.

Os timorenses, cujos familiares fogem divididos: mulheres e filhos se refugiam na Austrália e, os maridos, uns aparecem na Europa e Macau. Estes e outros, incluindo religiosos e freiras chegam sem documentos para legalizar o Bilhete de Identidade. No entanto, o governo de Portugal por serviços de Tribunal resolvia com sucesso todo o Bilhete de Identidade para os timorenses, sem obstáculos.

Os filhos desses refugiados entram nas escolas públicas, profissionais, no ensino superior, curso português e de acesso à assistência médica, sem problemas.

A Comissão Permanente para Apoio e Inserção da Comunidade Timorense, referido nas páginas atrás, os seus funcionários começam a atender e alojá-los nas pensões e de apoio financeiro mensal para cada família e individual.

Os responsáveis políticos, na diáspora, nunca deixarão de os aproximar. Ajudam a tratar junto das autoridades portuguesas para aqueles que, porventura, carecessem de proteção de alojamento ou de apoio financeiro.

---

<sup>314</sup> Felgueiras, S.J. João e Martins S.J., José Alves, *Nossas Memórias de Vida em Timor*, 2.<sup>a</sup> Edição, Editorial A. O. – Braga, 2010, pp. 205-206;

Quando se dá a preparação para o Congresso do CNRT, dirigida por padre Domingos Mau Bere, esses timorenses nunca manifestaram-se indiferentes. O seu apoio era ativo junto dos seus líderes políticos. Tanto como na preparação para o referendo, não os faltava a vontade. Alguns eram escolhidos para contactar os timorenses espalhados na Europa, Brasil, América, África, Macau para não faltar a hora de votação, em Lisboa, a 30 de agosto de 1999. Apareceram e votaram com toda alegria.

A história do pequeno território, finalmente, tem grande compaixão pelos grandes homens da contemporaneidade. Isto é, em 15 de setembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança aprovava a Resolução 1264, que autorizava o estabelecimento de uma Força de Paz Multinacional para aquele território (INTERFET). A Austrália oferecia-se, para liderar a operação de paz por general Peter Cosgrove.

De facto, em 20 de setembro, pela manhã a chegada de Forças de Paz Multinacional. E em 30 de outubro de 1999, dá-se a retirada indonésia em Timor-Leste<sup>315</sup>.

### 3. Uma burguesia crescente em locais urbanos

A sociedade timorense, como qualquer da região mantinha o seu modo na produção económica, no quadro de sucessivas gerações, marcadamente tradicional. Faz-nos compreender da subsistência do quotidiano, resulta-se em conformidade de espontaneidade natural.

Ao longo dos tempos, a organização familiar, relativa a alimentação para a sobrevivência enquadra-se muito frequente, no que os seus antepassados tinham do natural. Garante suficientemente, para tranquilizar a vida em quadros locais, sem preocupar-se por uma mudança ou do exterior.

O passar dos tempos inculca desafio, que às vezes, as elites tradicionais não têm capacidade de o resistir. O modelo de tipo *feudalismo* torna-se infiel à organização que construa a nobreza local evoluir-se.

O regime colonial, durante a permanência em Timor-Leste, chegava a assistir algum ânimo nalguns sectores em suficiente produção.

---

<sup>315</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 323;

À criação de escolas, de onde resultam evolução na população, aos poucos, muda-se a vida familiar sucessivamente.

Ao nível da sociedade timorense, vê-se dois setores, cada um preocupa-se no que agradava da escolha profissional: A parte comercial é predominantemente pela comunidade chinesa, quase em todo território e árabes, nos sítios estratégicos, em Díli.

Na capital, os estabelecimentos comerciais chineses, cujos balcões estão os próprios chineses a atender os clientes. Os seus lucros fabulosos não são aplicados em Timor. Estes são transferidos para Singapura, China, Taiwang e Hong Kong.

Os próprios timorenses, a grande parte instruída, assume as funções públicas e militares, 2.<sup>a</sup> linha. Uns eram administradores do concelho, administradores do posto, secretário, adjunto; sipaios, etc.

O poder colonial, na pessoa singular, o governador da província controla o país, administrativamente, culturalmente e todas as atividades comerciais.

À época, nas zonas onde se nota sítios pujantes são sempre nas cidades, principalmente, onde se situa a capital. Os naturais nas contiguidades de cidade, a sua sobrevivência provêm do trabalho da terra - agrícola. Também com o apoio de criação de animais. Legumes e géneros comestíveis de vegetais onde a população os adquire com naturalidade.

Na capital, a vida das elites comerciais chinesas e familiares de funcionários de quadros médios é suficiente para garantir e desenvolver os seus agregados.

Começava a aparecer sinais de alargamento de burguesia, onde alguns núcleos sociais se assimilam às gentes de coloração moderna. A baía de Díli se alargava em hábitos de influência europeia.

Nos anos de 1950 ou antes, os homens aventureiros lançam-se em longas viagens, de Leste a Oeste, Ermera, Atsabe, Balibó a procura de compra de animais. Tendo esses animais como êxito de esforços, tornam-se em novos elementos mercantis, praticados noutras regiões. Os lucros ajudam as famílias transformarem-se no quotidiano.

Os naturais por vocação para esse tipo de comércio passam também a associar-se à importância da utilidade de escolas. E o governador, autoridade colonial, garante a coesão e unidade.

Para a sociedade local, nos primeiros decénios de permanência europeia garantia o comércio, assegurado na exploração de arbustos aromáticos (sândalo) com o estrangeiro. Negociadores indianos, chineses, árabes de esfera aristocrata e funcionários do império chinês.

O comércio muito lucrativo sem ponderação na exploração, contribuía na rápida ruína de plantas de sândalo.

As autoridades ficariam espantadas do que se teria acontecido na província e planeariam cultivar o café, importado de Java. No final século XIX, assiste já o aproveitamento em comércio desse cultivo, sob responsabilidade da SAPT (Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho).

Vendo o ensino, o resultado é mínimo, mas a pequena elite é nitidamente assimilada à civilização ocidental. Este indício social é muitíssimo tardio e lento, na medida que se alargue em espaços demográficos<sup>316</sup>.

Depois de tanto esforço de alguns governadores, como José Celestino da Silva, criava-se uma empresa SAPT. O produto de café torna-se muito útil no comércio, especificamente assegurado pela presente empresa.

As pessoas evoluídas e influenciadas que tivessem o cultivo dessa planta mercantil, na parte de Ermera e de Liquiçá evoluíam os seus agregados, carateristicamente, em burguesia de casas, bens que os confortam em equilíbrio psicológico<sup>317</sup>.

Os naturais que se desenvolvam no funcionalismo público, constroem casas de pedra e cal, casas de meia parede; outras famílias, em casas de palapa, igualmente de *liurais*, mas alguns destes, de pedra e cal. Destes, alguns moradores em números suficientes dão-lhes segurança e apoio, como autoridades tradicionais.

Na Insulíndia, a sociedade timorense, tradicionalmente, tem a sua fonte económica as hortas e quintais. Olhando este setor é um privilégio para a sobrevivência de qualquer comunidade social, em quadros locais. Provando o solo proveitoso a cultura para garantir o bem-estar de agregados familiares, e em poucos tempos tornar-se-á alargado em densa demografia.

Uma sociedade que se privilegie com a criação de animais. Considerando o animal búfalo muito importante no setor de lavouras – várzeas.

Os timorenses olham para este animal com maior respeito, como riqueza. A sua existência torna o homem de diferente estatuto social perante os seus semelhantes, numa determinada região.

Esta mesma sociedade ainda está associada firmemente aos costumes de ligações tradicionais. De modo que, quando se trate assuntos que dizem a respeito do *feto san/umane*, o animal citado satisfaz questões constantes na tradição tornar-se solúvel. Os novos laços familiares se engrandecem, geralmente, esses animais são elementos fundamentais que perpetuam as afinidades de parentesco. Garantindo direito ao jovem morar com a noiva escolhida e em constante participação nos conselhos de pais.

---

<sup>316</sup> Thomaz, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, DIFEL 1998, pp. 170-171;

<sup>317</sup> Idem, *Ibidem*, p. 677;

É estranho o hábito dos timorenses quando se trata de comércio de produtos. Segundo os cálculos de venda, mercantiliza a parte que era destinada ao comércio e o excesso ficaria para as necessidades quotidianas até ao novo período de produção. Contemplando pelo bom preço do produto, acabará por efetuar o que ficava para proteger durante esses dias e ficará sem nada à sobrevivência familiar.

Grande parte de campos rurais existe a acentuada atenção de solidariedade familiar. Isto é, da parte dos *feto san* (pais do genro) quando excederem muito na atividade mercantil, sem prevenção de controlo para os dias seguintes, os *umane* (pais de nora), depressa entram para atendê-los a fim de evitar a possível crise de sobrevivência dos sobrinhos e de outros da família.

Família de tipos do género, quando enfrentam problemas de crise, o chefe de família decide recorrer ao recurso natural: tubérculos (combílio, inhame), folhas silvestres, sagu, feijão bravo amargo (kotomoruk). Passam 6 ou 7 vezes por operação em água, por aquecimento para assegurar e harmonizar a família.

Em épocas de produção, os tubérculos mandioca, batata, muitas vezes passam pelo processo de secagem ao sol, já cortadas em pedaços para prevenir tempos de chuva de sucesso desconfortável.

Com o andar do tempo, a invenção permite mudar, ainda que seja lenta, a influência colonial ajuda novos cenários em úteis experiências. A título exemplar, a indústria tradicional de *tais timorenses* (feto/mane nia) estende-se em todo o território. Fábrica de tijolos; de tuak, aguardente/tua sabu, tua mutin (cerveja espumante), extraído de palmeira ou de coqueiro.

A pesca de peixe é muito boa para a alimentação e de comércio, apenas é praticada pelas aldeias litorais das ribeiras e do mar. Uma prática que está apenas destinada ao consumo familiar e não para a indústria ao negócio, por enquanto. Outros aquáticos como camarões, caranguejo, enguias provenientes das ribeiras.

De facto em Timor-Leste, o mar dispõe desta riqueza de animais para o benefício de toda a população. Infelizmente encara com a falta de instrumentos valiosos, como o barco de pesca de melhores condições. A não ser que futuramente tratará com boa técnica de forma ponderada e a população poderá aproveitar essa importância.

Outras indústrias tradicionais como cestarias de palmeira, chapéu, açafate para joear arroz. Nele trata-se o processo de géneros gramíneos em pó; cestos grandes para o uso doméstico familiar, no uso de pilar nele, milho; esteiras de palmeira para dormir, cobrir portas de quartos e tabaqueiros. Sacos de 20 ou de 40 kgs para

arrumarem nele arroz, milho, e outros artigos de interesse<sup>318</sup>; olaria, indústria de panelas, pratos de barro.

Este tipo de iniciativa e de experiência próprio já existia em tempos anteriores, onde era maravilhado e perpetuado pelas sucessivas gerações. O passar de dias permite aperfeiçoando a qualidade, criando assim, alguma curiosidade.

Pratica a tecelagem, o trabalho de metais, utilizando o ouro, a prata para adorno e de bronze para usos específicos.

De qualquer modo, afirma-se o espaço de comércio que inspira o homem em mudar o cenário do futuro. O bem-estar de uns núcleos familiares da sociedade timorense aqui está escondido.

A sociedade timorense pode ser caracterizada por uma dualidade: régulos e chefes de suco e a massa do povo. A aristocracia torna-se um elemento intermédio do setor tradicional e do setor evoluído da sociedade: ao primeiro liga-se pelo habitat e pela base de subsistência, ao segundo pelo hibridismo cultural e, por vezes, pelo nível económico (p. 675).

Grandes partes do solo são muito úteis em Timor-Leste, tanto que as elites tradicionais cada vez se orgulham pelos êxitos. Vêm-se em estruturas familiares em ascensão.

A sociedade cada vez se revela muito diferente, por alguns núcleos conviverem com as camadas sociais aristocratas ou classes, caracteristicamente de hibridismo cultural mais acentuadas.

As casas destes passam a identificar-se em imagem de burgueses que queiram evoluir-se e a manifestarem-se pujantes em quadros locais. Algumas seriam visitadas por quadros proeminentes da administração pública. Até membros da nobreza de outras regiões, muitas vezes, encontram-se tratar/retratar assuntos relacionados a questão parentesca.

É certo que as aproximações chegam a afirmar em novas relações íntimas de descendes. Uma vez se conquistem sem pressões nenhuma, os pais teriam de resolver com generosidade para que a solução beneficie as partes familiares envolventes. Assunto será consolidado por *barlaque*, de seguida, subirão os degraus de altar.

Não é de ignorar a nova circulação de novos agentes de informação, não se cansam nos corredores de contemporaneidade. Mobilizam centros técnicos de transmissão e de desenvolvimento de mentalidade humana.

---

<sup>318</sup> Idem, *Ibidem*, p. 668;

A metade ilha oriental de Timor, ainda que fosse ignorada pelas grandes civilizações, emerge em afirmar-se de direito para se evoluir como outros.

Desta comunidade, alguns núcleos, aparecem a entusiasmar-se pelo que potencia pelo rumo de possível construção. Tal que possa arrancá-los a descobrir as fronteiras de ação física e de desenvolvimento humano.

A presente conexão torna possível ao homem em migrar-se a novas experiências, em eficácia, segundo as energias no campo de operacionalidade – sendo a qual garantirá a estabilidade de todos agregados familiares.

O campo de produção económica que Timor-Leste conhece nos naturais em ocupação laboral, apenas existe em três setores, como atrás são referidos nas anteriores páginas até 1975:

- 1. Comerciantes – chineses e árabes;
- 2. Funcionários da administração pública e da inserção na rede militar e polícia;
- 3. Maior percentagem de timorenses em trabalho de terra – agricultura.

Este conjunto de setores, ao longo de sucessivas gerações, cada um se mantinha no que se habituava no seu campo de sucesso. Lentamente, os resultados iam transferir uns a outras atividades em posições confortáveis.

A vida individual ou coletiva dos naturais indo cruzar-se com a evolução e alargamento de escolas, de forma os influenciara nos corredores de vida moderna e de contemporaneidade. Ainda que fosse em passo difícil no espaço em aberto, significaria triunfar-se na área de desenvolvimento inicial, na região onde se encontra Timor-Leste.

Os séculos mudam e a mudança é a responsabilidade, onde o século XX arrasta consigo o Povo Timorense em busca do que lhe é possível, justo e afirmativo. Em caminhos de grandes desafios e cansativos que esta mesma sociedade suportava sem nenhuma que a apontava reconhecê-la em sentido de legalidade.

No entanto, à época em agitação angustiante, o país estará também em jogos de alegria feita a conquista de paixões e de amizades. O timorense fugindo da astúcia, assim, com a passividade partilhará a nova abertura de campos de oportunidade.

Muitos compatriotas em dúvida fidelidade aceitavam o convite de trabalho pelo bem do Povo timorense, recebiam apoios alargados. Facto verídico que chegava criar nestes um espaço impulsionador na criação de confortos produtores a estratos, socialmente em burguesia em quadros territoriais.

O regime ocupacionista viu Timor-Leste estar cheio de TNI e de Polícia e é sinónimo de total controlo, sem nenhum aventureiro que tentava perturbá-los, quer de dia como quer de noite. Pelo que, os muito bons carrascos promoviam a reconstrução de estradas, pontes destruídas e casas.

Os naturais e chineses vendo serem atraídos a esta abertura de atividades, onde muitos deles chegam a trabalhar com tanto esforço. Dentro de poucos tempos, uns são empresários e comerciantes. Os seus sucessos dilatam-se e os mudam para outros cenários. Inspiram-nos em tentativas de sair e entrar em Jacarta e até Austrália, Esta aventura vai transmitir o passar de Timor-Leste para outras bandas de solidariedade.

Ocasião em que o território é surpreendido por programa de **transmigração** que determinava a mudança de milhares de javaneses e de outras províncias indonésias para Timor-Leste. O objetivo é encobrir o número dos naturais eliminados na guerra, durante 24 anos e ocupar os solos mais férteis, sobretudo na região de Costa Sul.

Uma ocasião de os indonésios serem elites empresariais. Exploravam as plantas cheirosas de Timor-Leste - **Sândalo** (ai kameli).

Organizam-se em reunir as pedras de *mármore* nos sopés das montanhas de Ilimanu e enviam a Jacarta por barcaça indonésia; os ferros já enferrujados, abandonados pelos portugueses, em dezembro de 1975, eram todos recolhidos, sem exceção nenhuma.

Este olhar javanês, às vezes, uns aparecem de cara de criança mas são perigosos, chegam a exterminar os timorenses sem piedade.

Alguns naturais chegam a ter proveito nessa complicação feita no país, aliciam as autoridades indonésias para poderem organizar a sua vida. Montam empresas, lojas; constroem casas, estradas alcatroadas, pontes, jardins.

Os próprios naturais têm casas em boas condições. Os seus familiares partilham também nessas opções como suas. Muitos os olham como uma classe burguesa se dilatam em grandes números. Vivem muito diferentes, pareceria de cariz moderno.

Um novo espaço inspira um cenário do futuro, levando esse componente familiar a manifestar-se em termos de vida do quotidiano em continuidade.

As grandes empresas timorenses surgem em exercício, quase em todo o território. Estas novas mobilizadoras ou PTs, ainda recordo alguns como: PT. Surik Mas Loro Sae, PT. Vilagem Giritama, CV. Loro Sae, CV. Hidayat, e outros.

Essas chegavam a competir em grandes dimensões de construções de prédios, estradas alcatroadas, pontes, abertura de novas estradas, nos concelhos do interior do país.

Nessa luta pela vida familiar e pela liberdade do seu território, esses núcleos timorenses jogam com grande sacrifício para conciliar o antagonismo com o pacifismo. Sem inventar essa arte de possível, o timorense poderia afundar-se em espaços imprevisíveis.

Todos os postos administrativos até as de capital de Díli, o panorama aparecia indiciar-se em urbanização burguesa, pujantemente marcada.

O estrato social, de cariz evoluído, passa-se de postura a engrandecer-se.

Nas situações mais perigosas, isto é, quando as perseguições não se cansam de suas operações ativas, alguns empresários naturais intervinham em salvar os perseguidos e acusados.

Os timorenses que se enquadram em organizações de promoções de infra-estruturas, no regime indonésio, dos benefícios, umas partes às autoridades ocupacionistas.

Este tipo de aproximações que fossem benéficas, as beneficiárias terão de perpetuar as referidas relações. Teriam uma certa segurança no seu conjunto familiar e parentes, em momentos agitantes e apreensivos.

Nos momentos em que o território se sentia difícil cumprir os seus deveres de resistência, esse núcleo pela atividade mobilizadora entrava em apoio do que é-lhe fácil contribuir de imediato.

Por outro lado, como referia nas anteriores linhas, há jogos pela afirmação de política integracionista, em que estes programadores pensam desenvolver Timor-Leste. Assim, as vilas urbanas começam a assistir, aos poucos, ao aparecimento de núcleos burgueses a afirmar-se, lentamente, em extensão segundo as evoluções de quadros territoriais.

Na sociedade timorense, o dramatismo se mantém. A existência é a lei de TNI e afirmando o que eles achavam triunfantes e senhores do país invadido. O timorense, em silêncio vive pacificamente a trabalhar pela própria necessidade com os seus inimigos.

Durante anos de Resistência Timorense, o sistema monstruoso, montado no território, ora imperava a operação e ora questionava a solução de integração. Entretanto, o poder de influências de forma passiva e solidária, proveniente de boas convivências, profundamente moderadas abriu novas possibilidades imaginárias na opinião pública mundial.

Os naturais que, muitas vezes, se dizem interessar-se muito no desenvolvimento do quotidiano, saltariam para as linhas de mobilização pela independência de Timor-Leste. Estas contribuições não são de fáceis caminhos para afirmar o seu objetivo.

O sonho tornava-se uma realidade, porque muitos timorenses chegavam a Austrália, os seus contatos eram frequentes e reais, nos países de língua portuguesa e nos europeus.

Ajudam muitas organizações que desejavam obter informações que descrevam os acontecimentos ocorridos no Território.

Os eventos, comunicados pelos próprios naturais, a partir dos locais da montanha não seriam dúbios. Chegam a impressionar a imprensa de comunicação internacional. Muitos núcleos, amantes da paz admiravam-se pelos factos verídicos, escondidos pela política indonésia, quando, de facto, existiam realidades terríveis e concretas, desde o início da invasão das forças estrangeiras, conforme os testemunhos oculares, como as pessoas que amam o desenvolvimento de Timor-Leste pelo processo de respeitar o direito do outro.

#### **4. A Igreja Católica atormentada pelos dias que correm no país**

Timor, depois de ter assistido a amizade e convivência iniciada com os mercadores e missionários, no âmbito de meios mercantis, permite-se a estadia de alguns europeus portugueses, no século XVI. Ainda que fosse difícil o entendimento de confiança com o estrangeiro, mas era uma situação que ambos os lados sentiriam ultrapassá-la.

Os mesmos encontravam uma Zona de Leste, bastante fragmentada por *datos*, *régulos/liurais*<sup>319</sup> em confederação com o império de Behale, de língua *Tétum*, num sistema idêntico ao feudalismo europeu medieval. Sendo de Oeste da ilha a confederação do Servião, actual Kupang da República da Indonésia, da língua *baiquena*, onde consta no excelente livro do professor Luís Filipe Thomaz, Pais dos Belos, *Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*, 2008, p. 382.

Nas últimas décadas do século XX, o sistema colonial português vive uma nova ordem política a alterar a sua continuidade, em regime democrático. O anterior perderia a sua supremacia.

Muitas colónias reivindicam a sua separação de Portugal em independências, reconhecidas internacionalmente e inseridas nas Nações Unidas, onde Timor-Leste não perderia os seus direitos universais.

O autor refere na sua dissertação de mestrado em 2011, afirmando a existências de associações políticas, muitos dos seus líderes, na sua maioria católicos. Quando cada uma lançará programa escolhido, correrá o movimento de descontentamento a provocar o conflito entre timorenses ou fações. A situação entra em proporções agudizadas, preocupa a sociedade timorense parecendo o bispo D. José Joaquim Ribeiro (português) tinha intenções de as intervir do conflito. O que degradava era o programa da FRETILIN. Exortava ao fim do privilégio da Igreja que gozava sob o colonialismo português, provocava uma certa desconfiança de grande parte da Igreja

---

<sup>319</sup> Equivalem-se de chefe da povoação, reis. São eles que controlam administrativamente os seus reinos;

face ao partido. Fazendo o bispo afastar-se da mediação de facções em conflito (Arnold S. Kohen, D. Ximenes Belo por Timor, 1999, p. 105).

A administração colonial não é algo que proporcione atenções em favor do MFA pela separação de territórios de poder colonial. É uma ingerência, politicamente injusta em programa de severas acções militares imperariam o território português. Desde no início da invasão indonésia, Timor-Leste ficaria a sujeitar-se a todas as imposições de direito humano, impedindo o exercício de liberdade relativamente ao que se trate de direito a independência. Eliminando fisicamente os políticos e as pessoas que tenham opiniões pelo processo de autodeterminação são torturadas, maltratadas e desaparecidas e aprisionadas.

O medo torna-se um campo de exercício bárbaro militar e de polícia indonésio. O território é totalmente vedado ao mundo exterior e nem sequer admitissem a entrada de jornalistas ocidentais e das organizações amantes da paz.

O Povo Maubere não é possível resistir e aliviar-se de pontas de baionetas, uma vez os soldados invasores são instruídos acabar os oposicionistas e seus familiares. A fome e a doença passam a ser um forte aliado a esmagar as populações, concentradas em acampamentos. Pelo que saiba que o bispo português, D. José Joaquim Ribeiro e padre Martinho da Costa Lopes (timorense) pela visão católica vêem a Indonésia, um país muçulmano tolerante tem noção a diálogos religiosos. No entanto, o fervor pelo anticomunismo duraria muito pouco tempo por perceberem dos anjos vindos da Indonésia são piores que a FRETILIN comunista. Muitos sacerdotes chegam revoltados a protestar o clima de massacres, violações feitas pela TNI, os apelos a Jacarta seriam ignorados.

O exército indonésio dominava todo o território timorense. O apoio intensivo de polícias secretas encobre o espaço onde se reside e vive a população – vigilância fortificada.

Ainda no tempo de D. Martinho da Costa Lopes comentava que Timor-Leste não dispunha de capacidade de tamanho poder indonésio para alterar o que está passando no território. Acreditava na fé pelo apoio dos que acreditam nos valores de cultura civilizacional. Explicaria a um colega católico australiano, onde descreveria a Igreja Católica Timorense não suportaria os riscos do quotidiano.

A residência episcopal não pára de testemunhar as famílias, desesperadamente a apresentar os pais, filhos, irmãos e parentes levados, diariamente por militares a roupa civil, de transportes sem matrícula. O trabalho organizado pelos serviços secretos (Intel), dizendo serem pedidos pelos comandantes do referido serviço, faria sem regresso destes juntos a família.

O apelo do chefe da Igreja Católica parecia sensibilizar os senadores dos EUA a rever a situação política com a Indonésia. Os norte americanos até chegariam a reduzir a ajuda militar a Jacarta. Os responsáveis dos EUA ajudarão o esforço de D. Carlos Ximenes Belo, em silêncio para libertar o povo timorense da opressão militar ocupacionista (Arnold S. Kohen, 1999, p. 44). Vendo os invasores não param a velocidade de língua indonésia e a absorver a cultura portuguesa no território e em paralelo, os sacerdotes locais adoptam medidas a recusar os planos utilizados, em território português.

Depois de quatro anos e um mês de invasão diabólica, os **oito sacerdotes timorenses** em 1980 decidem uma vez por todas a tradução para língua nacional TÉTUM, todas as partes do missal romano (orações litúrgicas), ordinário da missa, os rituais do baptismo, casamento e óbitos. Assunto que chega a Roma sem obstáculos para o reconhecimento. No ano a seguir, em outubro, a tradução, o Núncio Apostólico de Jacarta, anuncia solenemente a aprovação do Vaticano (Sagrada Congregação dos Ritos) da utilização da língua nacional, TÉTUM, nas celebrações litúrgicas<sup>320</sup>.

Toda a população viria descobrir que a Igreja Católica Timorense é uma instituição que se preocupava muito da angústia que oprimia o país. Desde o poder colonial português se fragilizava e sem potência para manter a autoridade, a Igreja apoiava o povo no que podia no terreno ao longo de crise e de opressão invasora em Timor-Leste. Os membros da instituição passavam a ser um factor de confiança no quadro da política da Resistência Timorense.

A posição da Igreja Católica cada vez se tornava dura de modo a CEI (Conferência Eclesiástica da Indonésia) pressionaria o Vaticano a demitir D. Martinho da Costa Lopes o mais depressa possível. Insistindo junto de Roma que não deva para esquecer mais de dez por cento de cristãos católicos da Indonésia. Promoções que têm por objetivo de ignorar o direito universal, reivindicado pelo Povo Timorense.

Em maio de 1983, D. Martinho da Costa Lopes por ordem de Roma é substituído por um jovem salesiano, Carlos Filipe Ximenes Belo, novo chefe da Igreja de Timor-Leste (Arnold S. Kohen, 1999, p. 10). E em 19 de junho de 1988, é sagrado bispo de Díli, ficando sob dependência direta de Roma. Toda a clerezia timorense sabe que a campanha promovida pelos bispos da Indonésia requer a saída de D. Martinho. E neste ano embarca a Lisboa, onde fará muitas declarações da situação timorense junto de países visitados antes da sua morte.

O novo chefe da Igreja Católica daquele povo não estava bem visto por algumas figuras do Vaticano por o considerar rebelde ao enviar uma carta ao Secretário-Geral

---

<sup>320</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, p. 104;

da ONU solicitando a realização do referendo, supervisionado pela ONU (Arnold S. Kohen, 1999, p. 10). O bispo Belo repara a situação criada pela Indonésia de que a população de Timor-Leste fizera já a sua escolha quando o próprio povo desconhecia o que estava fazendo a Indonésia no território.

Os indonésios, durante anos a fio falam pela voz dos timorenses quando estes sempre rejeitavam a política de integração do país na República da Indonésia.

O próprio arcebispo Canalini afirmaria que a carta enviada ao Secretário-Geral da ONU não era uma política da Igreja Católica, mas apenas uma iniciativa pessoal do Ximenes Belo. O mesmo arcebispo resolveria pedir ao Belo que retratasse das afirmações contidas na missiva porque trataria um pecado, levaria o bispo Ximenes Belo a uma marca desconfortável no mundo do catolicismo.

O bispo timorense ficava admirado com as considerações do arcebispo relativas a situação timorense, não reagia de forma rígida mas apenas perguntava o Canalini, nuncio papal: «Sua Excelência, qual foi o pecado que cometi contra a moral e a doutrina católica?». Muitos políticos e figuras religiosas de renome afirmariam a posição correta de Carlos Ximenes Belo no âmbito de obras católicas quando se trata de comunidades em crises de mal a pior.

A vida do novo bispo de Timor-Leste tornava-se alvo de constantes ameaças, onde seus homens de confiança perderiam a vida. Todos os caminhos onde se realizam a viagem a paróquias fora de Díli existiriam tensões como se caminhasse no território estrangeiro e desconhecido. Os planos eram tratados e organizados por tenente-coronel Prabowo Subianto, próprio genro do presidente indonésio Soeharto.

Quando se aproximava da certeza da visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, as autoridades militares atrapalhavam-se do aumento de tropas no território. A ameaça à vida de D. Carlos Ximenes Belo e de outros sacerdotes naturais encontram-se em todos os planos de comandantes de operação no país.

A Igreja Timorense é rodeada por planos de assaltos e de ameaças como se esta instituição planeasse afundar a República da Indonésia, quando apelava o respeito pelos Direitos Humanos.

O chefe da Igreja de Timor, mediante vozes desconfortantes, não queria inclinar-se. Tomaria decisão de escrever ao nuncio apostólico em Jacarta e ao Concílio de Bispos indonésios, avisando-os que se a «campanha suja» não cessasse, a Igreja de Timor-Leste pediria o cancelamento da visita papal.

Aqui chega-se a recordar o descontentamento de algumas figuras do Vaticano face a atitudes do bispo Filipe Ximenes Belo como pecador. Muitos políticos chegariam admirados se os prelados da Europa de Leste passam a cruzar-se com espadas e

regimes comunistas face ao futuro das suas nações sem objeções de figuras proeminentes do Vaticano (Arnold S. Kohen, 1999, p. 161).

D. Carlos tem o princípio que segue as indicações da Igreja Católica, mas Timor-Leste encontra-se em sofrimento diário, vê impressionado o povo a morrer dia e noite nas mãos do TNI. Não suporta ficar em silêncio ao sofrimento de Timor-Leste.

Os bispos norte-americanos vêem insatisfeitos com algumas figuras da Pontifícia sem interessarem da questão timorense, pressionariam o Congresso a tomar alguma posição. Em pouco tempo, a questão timorense move as atenções de homens internacionais, ativos nos assuntos humanitários. Os Congressistas ficariam a perceber que os militares indonésios prejudicam barbaramente os direitos humanos no território timorense.

Os pedidos de Congresso fariam com que as autoridades indonésias se manifestariam disponíveis aceitar a visita papal a Timor-Leste. Talvez fosse espantar Jacarta por esta viagem de uma figura mundial que teria a cobertura de jornalistas internacionais que nunca chegariam a Timor-Leste desde a ocupação da TNI no território.

Uma reportagem que corresponderá muito bem as intenções do povo daquele território por desbloquear o que o país sofria desde 7 de dezembro de 1975 até a presente data.

Como já referi anteriormente, o dia da visita, o país é preenchido repentinamente por trinta mil militares indonésios. Situação que não permitirá a liberdade a qualquer pessoa normal expressar o que sente e assiste na sua própria pátria.

O bispo teria de facto conversas com o pontífice João Paulo II, mas depois do regresso do Papa seria difícil o clima para o prelado, o vigário-geral e os sacerdotes estrangeiros<sup>321</sup>.

A visita do Papa ocorrerá em 12 de outubro de 1989, o permitirá chegar a Díli, no mesmo dia, às quinze horas, hora local. Chegado ao aeroporto, dirigirá diretamente a catedral (João Felgueiras, S.J. e José Alves Martins, S.J., Editorial A.O. – Braga, 2010, pp. 149-152) com D. Carlos Ximenes Belo. Chega a beijar o chão. Um simbolismo que significaria ao Papa pisar o solo do Estado soberano de Timor-Leste, passará no mapa-mundo sem referências as obras da invasão indonésias.

Os sacerdotes naturais teriam conversas com o Pontífice, informando-o que todo o território vivia de mal a pior desde 7 de dezembro de 1975 até ao momento.

A potência neo-colonial acreditava na visita como o reconhecimento incondicional da soberania da Indonésia sobre o território timorense, onde incluiria a Igreja Católica no

---

<sup>321</sup> Martins, S.J., José Alves, Da Cruz ao Sol Nascente. Experiências de um jesuíta em Timor-Leste de 1974 a 2012, Editorial A.O., 2014, p. 103;

Concílio de Bispos Católicos da Indonésia. A verdade é que esta visita não proporcionava algo que se funcionava no imaginário de extremos em antagonismo, como declarava o bispo Filipe Ximenes Belo, de que o Papa não vem para apoiar a integração ou apoiar a independência.

As autoridades neo-coloniais nem sequer se sensibilizavam pelos apelos do Papa. Após o regresso do visitante, o próprio genro do senhor presidente Soeharto, tenente-coronel Prabowo Sobiando geraria operações de ataque aos alunos do Colégio Salesiano de Fatumaca, Baucau. Acusando o padre italiano, Locatelli como promotor das manifestações, um apolítico que trabalharia neste Colégio desde os anos 60, conforme a acusação divulgada pela Rádio Austrália (Arnold S. Kohen, p. 168).

Uma organização dos Direitos Humanos com sede em Nova Iorque, é invadida por frequentes informações, relativamente a difícil situação em Timor-Leste. Um recente reformado da função de bispo anglicano, senhor Paul Moore Jr, é membro deste grupo. A organização resolveria enviá-lo a Ásia, no intuito de conhecer a situação timorense. Um homem que tem ligações com figuras mundiais como arcebispo Desmond Tutu, reverendo Martin Luther King Jr. O Paul Moore Jr é conhecedor de guerras e de perseguições. Chega a compreender a situação dramática perpetrada pela TNI, uma das piores que corra no país asiático, depois de ter conversas com o bispo Carlos Ximenes Belo.

Nos princípios de encontro em casa episcopal em Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo receava de que a Igreja de Timor-Leste poderia ter o episódio como acontecera ao arcebispo Óscar Romero, assassinado em 1980, enquanto celebrava a missa, em São Salvador (p. 169). O visitante fica impressionado com o demasiado sofrimento dos jovens, do dia-a-dia, dada a manifestação realizada por cerca de 30 alunos, no sítio onde o Papa celebrava a missa, em Taci Tolu.

Para muitos governantes, relativamente a breve passagem do Papa por Timor-Leste, não significaria algo de mudança, pós o regresso do Pontífice a Roma. Após uns meses da visita, o vizinho australiano entraria a aprofundar o rumo seguido que culminaria em acordo bilateral do Timor Gap com a Indonésia, na exploração mais lucrativa de petróleo. **O contrato ocorreria entre ambas, a 19 de dezembro de 1989**, no avião a jacto com um exuberante brinde de ministros dos Negócios Estrangeiros da Austrália e da Indonésia.

A juventude timorense não anda contente com a hostilidade das polícias indonésias em relação a muitos rapazes desconfiados no episódio de manifestação. Estes passam a ofender o bispo Ximenes Belo como homem insignificante e mole perante os indonésios. Dizem-no que vendeu-se à Indonésia e podia ser substituído por outro para fazer um trabalho ao país.

D. Carlos Filipe Ximenes Belo estava por poucos dias para obter quarenta e dois anos de idade. Ficava aborrecido com estas conversas de jovens incontrolados. Uma vez o bispo chegou a dizer. «Está bem, vocês que dirijam a Diocese, eu vou para as montanhas!». Chega a vociferar os jovens de comportamento irrefletido e arrancou o colar romano do pescoço.

O anterior bispo D. Martinho da Costa Lopes não ficava espantado com o desinteresse de umas figuras da política em Roma. Ele considera que Timor-Leste não tinha nenhuma dimensão poderosa como a Indonésia para promover atrações de amizade. Teria dificuldade em tudo para conseguir a compaixão do mundo. Apenas acreditava no apelo a moral, do qual para o país, os gestos morais são importantes para criar um insignificante rumo de arte possível, embora seja difícil para acreditar.

Na visita aos E.U.A., D. Martinho da Costa Lopes não esquecia a ajuda da hierarquia da Igreja Católica norte-americana. Ofereceria um **crucifixo de madeira “sândalo”** a hierarquia da Igreja Católica como um pedido silencioso para o território timorense não ficasse ao abandono das questões vivas da contemporaneidade, igualmente a Igreja timorense não sobressairia da cena política do país.

Os religiosos sabem como muitos naturais, a dificuldade do território em crescer. A juventude vive uma situação muito apertada. Os jovens são acusados de mentores que não conseguem estar quietos nas suas residências. Os polícias e homens de serviços secretos estavam sempre ativos onde os jovens estariam.

Dada a constante resistência timorense até aos anos 90, a juventude tomará a adesão junto das FALINTIL com a ideia de fortalecer o processo em curso. Ainda que a TNI recrutasse muitos naturais para dar eficácia as operações de ataques militares, os seus comandantes ficariam ainda espantados. Verificando que os guerrilheiros cada vez ficariam informados das políticas interna e externa indonésias; as fileiras de guerrilha se vêem acrescidas em atividades em vários locais do território a perturbar os planos da ABRI, organizados.

Os chefes da Igreja Católica Timorense, quer D. Martinho da Costa Lopes como bispo Carlos Filipe Ximenes Belo<sup>322</sup>, teriam encontros com o comandante Kai Rala Xanana Gusmão para discutirem a situação política do país. Ambas as partes sempre achavam que a esperança não seria perdida, por o processo de descolonização não ter sido interrompido pela invasão brutal indonésia. Um território que estava sob domínio europeu cerca de cinco séculos, quando Portugal era ditado por um novo regime para descolonizar as suas colónias da África e da Oceânia.

---

<sup>322</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, pp. 127-128;

Além desta razão política, sentida vivamente pelos timorenses, a política externa indonésia é recusada internacionalmente, pois as Nações Unidas não reconheceram a soberania indonésia sobre Timor-Leste. A ONU continua considerar Portugal como poder administrante do território, não por causa da presença militar da Indonésia, resultado de uma invasão muito *ilegal*, também não dava oportunidade de realizar o processo de autodeterminação, ao qual os povos colonizados têm todos o direito de o realizar dignamente.

Como alguns religiosos ocidentais que ficavam por amor pelo Timor-Leste, atentamente acompanham o que vai acontecendo no território.

O padre Jesuíta José Alves Martins, nos primeiros dias de contra-golpe tomava pela FRETILIN, para o sacerdote era difícil decidir partir a Darwin ou ficar em Timor-Leste. Porém entregou o nome ao bispo D. José Joaquim para seguir em companhia daqueles que decidiram partir à Darwin.

O evoluir da situação não correria longe do que pensava o padre jesuíta. Como referi anteriormente, a FRETILIN controlava o território, sendo os meses de setembro e outubro calmos. Na fronteira, as forças independentistas travavam intensos combates com as forças da Indonésia. Neste local o pequeno David sem pensar nas grandes peças mortíferas do lado oposto, opunha-se ao gigante Golias.

O mesmo sacerdote levado por um pensamento desistia da saída a Darwin e comunicava ao bispo D. José Joaquim Ribeiro: **«Senhor Bispo, tinha dado o meu nome para amanhã, dia 6, partir para Darwin, mas pensei melhor e permaneço em Díli»** (José Alves Martins, S.J., *Da Cruz ao Sol Nascente. Experiências de um jesuíta em Timor Leste de 1974 a 2012*, Editorial A.O., 2014, p. 44). Dada a uma grande ginástica mental ficaria a perceber que seria ridículo e cobarde abandonar Timor-Leste a sua sorte.

Por uma inteligibilidade inegável tomava essa atitude onde viria apoiar ser resistente em plena visibilidade dos grandes heróis do processo da independência de Timor-Leste.

Momentos críticos, este sacerdote é levado pelos pensamentos mais complicados que dantes nunca chegava senti-los como uma complexidade.

Uma situação que de momento para outro não saberia como há-de libertar-se dela, quando entraria uma nova fase mais cruel – **invasão de 7 de dezembro de 1975**. O pequeno local é-lhe confiado para exercer as suas funções de ensino aos seminaristas que tornara-se ingrato e estranho para tudo – um mistério<sup>323</sup>.

---

<sup>323</sup> José Alves Martins, S.J., *Da Cruz ao Sol Nascente. Experiências de um jesuíta em Timor Leste de 1974 a 2012*, Editorial A.O., 2014, p. 55

Um membro religioso ou elemento de qualquer organização que ficava no país, acompanha de tudo o que está destruindo a sociedade timorense quando entra a organizar o seu futuro como outras.

Os soldados invasores são homens de outra mentalidade por tratar os timorenses como animais. Matavam-nos, pilhavam, aprisionavam e obrigavam marido e mulher a praticarem relações sexuais em público<sup>324</sup>.

O que nos lembra durante a temporada, corada de emoções em píncaros partidários, para o povo a resistência dos sacerdotes é confortável. Reúnem comunidades, confortando-se para os dias do futuro nas incertezas que pesavam em redor.

Em 1974, os bispos indonésios das dioceses vizinhas visitam a diocese de Díli e o Seminário. Diziam que era melhor a Igreja de Timor integrar-se à diocese indonésia. Apontariam que Timor teria influências comunistas. Não é um perigo juntar-se a Indonésia (João Felgueiras, S.J. e José Alves Martins, S.J., Nossas Memórias de Vida em Timor, Editorial A. O. – Braga, 2010, p. 39).

Nos primeiros dias de invasão, os militares invasores entram no Seminário de Dare e o padre Ricardo da Silva (atual bispo de Díli) saía ao encontro deles. Muitos chegavam a pensar que um sacerdote entra em conversa com o comandante, o clima seria pacífico. Entretanto, o mesmo comandante viu a comunidade sair da missa, avisava de imediato o padre que esta gente deve evitar ser cristã e comunista. Ainda acrescentava que se um dos elementos dele for de baixa, acabaria com todos sem exceção. Com uma voz muito bárbara (João Felgueiras, S.J. e José Alves Martins, S.J., Nossas Memórias de Vida em Timor, Editorial A. O. – Braga, 2010, p 56).

Os soldados indonésios tiravam todo o material de valor que existia no Seminário. Destruíam a biblioteca que dispunha vários livros para sustentar o estudo dos alunos seminaristas.

Um dia desses, o bispo D. José Joaquim Ribeiro recebe uma visita de um general indonésio. Nas conversas fala muito mal da FRETILIN e acusa de ser a maior organização comunista. Diz matar padres e religiosas. O mesmo bispo atalhava a conversa, levantando a mão, dizendo: **«Alto, senhor general, a FRETILIN não matou nenhum padre»** (p. 58).

Após a Independência do país, como um Estado soberano, os responsáveis do governo instalado e figuras partidárias, não cansam de discutir a formação de recursos humanos. As suas atenções recaem muito no setor educativo. Este viria a organizar serviços adequados que sustentem o custo de ensino superior para os jovens candidatos a diferentes Países.

---

<sup>324</sup> Idem, *Ibidem*, p. 64;

Um programa que visa elevar a ciência *humana* e *técnica*, em qualidades verdadeiramente credíveis. Uns futuros formandos terão que transformar os seus conhecimentos académicos em livros, conforme as especialidades para dispor à informação pública.

Através desta complexidade do saber científico não ficará apenas como orgulho da juventude, mas será também como património cultural em disposição do interesse de estudo e da investigação académica.

O território, desde a primeira hora em *tufão* se verifica a inexistência de uma voz que consola em sítios aglomerados e de desespero. O povo é empurrado sob as botas das forças ocupantes.

Os sacerdotes católicos são as primeiras pessoas intervêm junto dos comandantes da ABRI e da Polícia para salvar alguém em perigo, em qualquer local do país quando tiverem possibilidades. Chegam proteger os refugiados e procuram saber onde estarão os restantes apanhados de dia ou de noite.

O autor como é testemunho ocular tanto como a grande maioria da resistência, não pode ignorar este facto corajoso e histórico. Nem sequer ficaria satisfeito quando surgirem alguns discursos democráticos indiferentes dos envolvimento ativos dos religiosos durante a dureza de vinte e quatro anos.

Eles são a figura de comunicação da resistência timorense com o exterior, ainda que o clima se manifestasse em fera implacável. Mantinham contatos com as autoridades militares indonésias sobre os direitos humanos em Timor-Leste, sem respeito nenhum.

Os contatos de chefes da Igreja Timorense sobre a situação do território abrangem gabinetes de figuras internacionais. As palavras não se limitam circular no país. São ouvidas pelas organizações internacionais e associações humanitárias. Os seus colegas e amigos não ignorarão esses apelos de apoio moral. Esforços que acabarão com o culminar da visita papal, a 12 de outubro de 1989, onde o visitante celebrará uma missa no local de massacres timorenses, feitos pelos soldados indonésios em 1983 e 1984, em Taci Tolu. A Igreja não tem nenhuma interferência política neste momento. É uma intenção cujos responsáveis têm todo o direito de manter relações com o Estado para apontar e discutir porventura ocorresse algo desconfortável na sociedade timorense. A Igreja afirma não ambicionar qualquer privilégio. O seu privilégio que a glorifica está a proclamar a verdade e defender a justiça (p. 67).

Nos anos de 1976 e 1977, os sacerdotes vêem Timor-Leste no pior e difícil a ter informações com o exterior. Com o estudo continuado dos poucos seminaristas que restavam no Seminário de Dare, nos Seminários de Flores e noutros da Indonésia. Porém, os dois sacerdotes jesuítas aproveitam visitar os jovens enviados, onde

conhecerão muitos colegas indonésios da mesma Companhia de Jesus. Uns lhes mostram muito amigos e menos simpatizantes da FRETILIN.

Os amigos, embora fossem indonésios, os dois jesuítas terão algum conforto. Estes indonésios chegarão a Díli para visitar os dois jesuítas, mais vezes. Um era padre Dijkstera, presidente do MASRI (Conferência dos Religiosos da Indonésia). Pediu um relatório sobre situação de Timor, onde o padre José Alves Martins teria a sua leitura numa reunião dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos. O padre Dijkstera proibiu o auditório de tomar notas ou gravar a comunicação. O documento teria sido enviado a França onde faria a publicação sobre o tufão imperava em Timor-Leste (João Felgueiras, S.J. e José Alves Martins, S.J., *Nossas Memórias de Vida em Timor*, Editorial A. O. – Braga, 2010, p. 78).

No mês de julho do ano acima referido (José Alves Martins, S.J., 2014, p. 72), os dois sacerdotes jesuítas encontram-se com o Padre Geral da Companhia de Jesus, vindo de Lisboa, padre Pedro Arrupe. Encontro que teria uma boa oportunidade aos dois jesuítas de Díli de confessarem tudo o que dominava em Timor-Leste, resultado da invasão ilegal da Indonésia, segundo os ocupantes, até os *grilos sentiam-se medo nas suas pequenas casas*.

Aliás, os novos amigos padres tornarão possíveis aos documentos, recebidos da resistência a serem enviados ao exterior.

Ambos os jesuítas têm uma situação bastante complicada quando desejam deslocar para o exterior. Uns voltam a Timor-Leste, são impedidos de tratar este ou aquele documento junto da embaixada no Vaticano. Processo que acarreta longos dias de espera e suscita a intervenção dos superiores e colegas da mesma Companhia de Congregação.

Hoje, verificamos que o mundo da contemporaneidade está cheia de injustiças sob novas formas de alargamento moderno.

Muitos povos, como Timor-Leste são injustiçados pelo que é, mas a sua Igreja nunca ficou indiferente dos abusos cometidos pelo regime ocupacionista<sup>325</sup>.

Em Jacarta, o padre João Felgueiras teria outro processo a dificultá-lo a vir a Timor-Leste. Questão que é da responsabilidade ou fabricada pelos comandos militares de serviços secretos. Assunto que teve a intervenção de Francisco Lopes da Cruz e seus colegas para ultrapassar, mas teria de ser impedido por 8 meses em Jacarta.

Esses sacerdotes têm maior amor pelo povo timorense como doutras congregações a servirem a sua missão no território. Procuram enviar a rádio para as montanhas para estabelecer contatos com o exterior.

---

<sup>325</sup> Durand, Frédéric, *Timor-Leste, País no cruzamento da Ásia e do Pacífico, Um Atlas histórico-geográfico*, LIDEL, 2010, p. 150;

Aparelho enviado de Jacarta pela Céu Lopes (José Alves Martins, 2014, p. 83). Um telemóvel fornecido pelo Dr. Jorge Sampaio, quando ainda era presidente da Câmara de Lisboa.

Nestas circunstâncias, resolver a chegada de materiais a base de Resistência Timorense, é tratar um plano a reazá-lo na zona vermelha de alto risco! De facto, eles têm ligações próprias com a figura de alto relevo da Resistência, desde o princípio da guerra até a vitória final.

Nos primeiros meses de 1990, o bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo teria sido convocado a uma reunião no Vaticano como acontece com os restantes bispos, dentro de cinco em cinco anos a Roma. Para o caso do bispo de Timor-Leste já se encontrava lá, 15 dias, ninguém o lembrava chamá-lo. Durante estes 15 dias passeava no lindo jardim que rodeava a sede salesiana.

D. Carlos Ximenes Belo sentia-se invadido por irritações e sem paciência telefonava à Secretaria de Estado e exclamava de exasperação, dizendo: «Viajei mais de dezasseis mil quilómetros para estar aqui e vocês deixam-me à espera como se eu fosse um catequista!».

Entretanto, comunicaram-no à uma reunião, mas ficou à espera duas horas, por o oficial com quem ia ter a reunião estar ocupado.

Não estava contente com o tratamento que o fizeram e voltou a sede nunca mais voltara.

Desta vez, os amigos dele, bem posicionados no Vaticano trataram o encontro, onde o bispo de Timor-Leste teve sucesso. Encontrou-se diretamente com o Papa João Paulo II. Uma oportunidade em que ele conta tudo o que acontece no seu país, de mal a pior ao povo, morrendo desde o princípio da invasão até ao momento sem fins previsíveis.

Muitas figuras de Pontifícia que são inimigos, chegavam a afirmar que o Bispo Filipe Belo poderia ser outro Romero, arcebispo de São Salvador (Arnold S. Kohen, p. 174).

De facto, nesse período dos anos 90, o ministro de Defesa da Indonésia, Benny Moerdani muito desafiava a preocupação dos responsáveis da Igreja de Timor-Leste pelo processo da Independência. Um homem de lealdade a fé cristã católica 100%, segundo afirmações indonésias. Promovia políticas junto dos oficiais no Vaticano, de países amigos e de confiança da Indonésia. Visava ignorar os esforços dos religiosos timorenses pela autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Após o encontro com o Papa, D. Carlos Filipe Ximenes Belo regressaria. Viajava pelos sítios principais de Espanha. Contactava os antigos padres que passaram em Timor-Leste e ensinaram quando era ainda seminarista. Informava-os dos atos

horríveis e gritantes que imperam o atual País do Sol Nascente (Arnold S. Kohen p. 175).

D. Carlos Filipe Ximenes Belo encontrava-se com o comandante Kai Rala Xanana Gusmão. Este orgulha-se muito quando soubera que apresentara as Nações Unidas uma carta a solicitar o referendo sob a presença das organizações internacionais (p. 176).

Diariamente, os melhores oficiais militares da Indonésia pelo processo de integração em Timor-Leste falavam repetidamente na pessoa de D. Carlos Filipe Belo pelo movimento da juventude timorense.

Numa altura em que o bispo Ximenes Belo chegava a frisar às autoridades militares indonésias de que elas estão a culpar muito o bispo sobre movimentos da juventude timorense. É que antes da invasão de 7 de dezembro de 1975, de facto não havia televisão em Timor-Leste. Depressa, a grande Indonésia introduziu a **televisão**, onde os seus comerciantes duplicavam a venda do aparelho. A existência torna-se uma fonte revolucionária em mostrar os eventos ocorridos no Ocidente e no Médio Oriente. Muro de Berlim, a libertação do Kwait por uma coligação dos E.U.A e da Inglaterra.

Esta mudança política promovida pelos amantes da democracia torna-se um entusiasmo da juventude timorense a crescer-se dia pós dia. Pela televisão os jovens timorenses testemunham a nova imagem contra o ato da política de Iraque. Até a União Soviética e à independência dos Estados Bálticos obedecem o mesmo rumo.

Com a história da nova página de mudança não é possível ignorar esta transformação de sociedades actuais (p. 177).

O território encontra-se em atos draconianos, no dia-a-dia, sob o apetite do inimigo. A juventude timorense não queria que essa atitude fosse fiel continuadora da destruição do país.

Muitos deles, são perseguidos ferozmente, na Indonésia, como Lucas da Costa, Avelino Coelho. Outros tantos, por uma constante ação atroz, não paravam de suportar. No entanto, as ajudas específicas ajudam-nos a chegar a Portugal; em Díli, alguns foram identificados como organizadores de 12 de novembro de 1991, foram punidos por prisão perpétua, como Gregório Saldanha e Constâncio Pinto. Este fugiu para o estrangeiro, ajudar na política externa da Resistência Timorense. Manter contatos de secretismo com figuras mundiais que movem muito a dureza dos insensíveis.

De 1990 em diante, Timor-Leste parecia haver alguma atenção de alguns governos. Em julho de 1993, quando houve, como se refere nas páginas anteriores, o desgosto no Cemitério de Santa Cruz explicaria o que é do *passado* e do *presente*. A revolta terá imediata o seu eco a incomodar os gabinetes draconianos, em Jacarta. Pois,

**Fernando de Araújo (La Sama)**, em comunhão com todos os jovens timorenses escolarizados na Indonésia levaria o acontecimento de 12 de novembro 1991 ao conhecimento da Organização dos Direitos Humanos com sede em Londres.

Um jovem, que andava no ensino superior na Indonésia, não com este espaço escolhido para o mover da sensibilidade em relação ao princípio universal à sua identidade nacional.

Promove em inculcar a razão de forma impulsionadora em toda a juventude timorense ora encontrada em Jawa. Ao mesmo tempo, a tensão de homens secretos se cresce acelerada para engavetar o Fernando de Araújo – 9 anos de prisão.

Mas o que se espante as autoridades indonésias ao perceber que o Fernando La Sama teria sido atribuído um Prémio dos Direitos Humanos Reebok. Por intervenção demonstrava uma linha de bem reconhecida universalmente. Porém, em benefício da justiça indonésia ficava entre as quatro paredes e viria ser libertado em 1998.

Em encontros de Cimeira dos 7 líderes de países industrializados, em Tóquio, Japão, o presidente dos EUA, Bill Clinton, alegadamente repreendia o presidente Soeharto da Indonésia, muito suavemente sobre a situação timorense. Anos depois ficariam a saber que o Soeharto ficou ofendido por um jovem presidente americano (p. 201).

Nos fins de junho de 1994, uns militares mostram um ato brutal contra a Igreja Católica, na missa no Posto Administrativo de Remexio. Dois ou três soldados indonésios aproveitaram o momento da comunhão em receber hóstias e na saída pisaram as hóstias junto da grande comunidade cristã.

A população local transforma-se como água a ferver em silêncio e o episódio depressa chegará ao conhecimento da hierarquia da Igreja em Díli.

O comandante pedia desculpa pelo feito por parte dos seus elementos.

Passado um mês, certos militares identificados atribuíram comentários obscenos a freiras timorenses na Universidade de Díli (p. 206).

É evidente que o regime indonésio apertava muito a quem andava desafiar as redobradas intenções de mergulhar Timor-Leste na Indonésia.

Nos últimos meses de 1994, o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo viajava aos EUA, encontrava-se com os bispos católicos americanos, figuras de renome mundial. Também encontrava os seus antigos professores, como Pe. Cardoso de matemática, em Dare, Díli e o Pe. Jacinto Campos.

Passava pela Europa e contactava muitas figuras internacionais que amavam muito a libertação do Povo Timorense (p. 224).

Momentos estes que se tornavam antipáticos ao bispo Belo, pois o ódio de Jacarta sobre bispo de Timor-Leste é de expulsá-lo de Díli, como acontecia a D. Martinho da

Costa Lopes. Entretanto, a situação encontra-se no pensamento dos homens em mudança a partir dos anos 90 em diante.

Na Alemanha manteve contatos permanentes com os bispos mais conhecidos, mundialmente. Um deles até declarava, no dia da independência da Indonésia, onde o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo teria sido afastado das ameaças indonésias (p. 227).

Na Alemanha, em viagem por Timor-Leste encontrou-se com o Dalai Lama, responsável espiritual de Tibete. O D. Carlos Ximenes Belo expressava que a cultura Tibetana sofre igualmente como Timor-Leste. Vive o sofrimento.

Precisamente em 1994 que um dos altos funcionários da Câmara dos Representantes dos EUA, Tony Hall, nomeava o bispo de Timor-Leste, Carlos Ximenes, para o Prémio Nobel da Paz que virá a decorrer a entrega na Noruega, em outubro de 1996 com o Dr. José Ramos Horta (p.228).

A paixão pela independência de Timor-Leste parecia mobilizar a atenção das organizações, onde os seus homens pela paz querendo encontrar-se um dos filhos do martirizado país.

De facto, nas viagens do bispo Belo passava pela República da Irlanda, Dublin. Constatava dois agentes secretos indonésios que se encontravam no avião. No dia seguinte estavam presentes onde o bispo iria tomar pequeno-almoço.

Toda a política exercida no território, baseada do princípio fora já planeado para potenciar os espaços onde os timorenses os olhavam como arte possível do sonho.

Estes centros são de habitual desrespeito da presença estrangeira. Como acontecia noutros postos administrativos (kecamatan), onde Maliana apareceria um conjunto de tumultos religiosos. Dado um agente da guarda prisional (carcereiro) insultara a estátua da Virgem Maria.

Tendo este ato mobilizado a revolta local e estendia-se a outras vilas em agitação contra a presença indonésia em Timor-Leste. Havia observadores que afirmavam autoridades indonésias a criar os incidentes para poderem capturar os jovens timorenses.

Grupos próximos do presidente Soeharto percebiam que a perturbação que recaía vezes nos centros religiosos católicos, em Timor-Leste, era a obra do genro, Prabowo Subianto, como maior promotor do assassínio (p. 232).

Até numas alturas, o bispo Belo sentia-se insuportável. Os militares e agentes secretos indonésios aproveitam a realidade em agitação para torturar a juventude indígena, na sua própria terra. Dias depois um dos comandantes afirmaria que é melhor escolher outra medida: **«Vamos usar os Timorenses para destruir os Timorenses»** (p. 234).

No ano em que anunciava a atribuição de Prémio Nobel da Paz, a CNN procurava logo saber junto do bispo e felicitá-lo. A seguir, jornalistas de outros países telefonavam-no a felicitar sem cessar. A notícia alargava-se.

O tempo em questão passa a ser de mensagens das pessoas, amigas da paz e da liberdade. O próprio cardeal Roger Etchegeyay, enviado especial do Papa felicitara o bispo Belo. Concílios episcopais, organizações eclesíásticas, muitas organizações políticas, parlamentares e de governos não esqueciam das palavras amigas junto do bispo timorense.

Esta notícia lembra-nos da palavra de D. Martinho da Costa Lopes, uma vez afirmara que Timor-Leste não tem uma dimensão semelhante a Indonésia para transformar o que esta tem feito em Timor-Leste.

De facto, o povo acreditava no valor de apelos morais dos seus responsáveis junto das pequenas e das grandes civilizações. Os efeitos viriam com mudanças mentais que honram os sacrifícios vividos pelo povo timorense. Transformam o isolado Timor-Leste em felicitações de figuras credíveis internacionais.

Depois de atribuição do Prémio de Nobel da Paz, a comunidade internacional viria a afirmar também os trabalhos de José Ramos Horta, após a revolução portuguesa de 25 de abril de 1974. Uma das figuras mais incomodativas à política externa da grande Indonésia. Desde que esta enfurecia-se a invadir Timor-Leste, José Ramos Horta articulava as suas ações a confrontar a política indonésia, em termos internacionais. Continuando assim em luta determinante em prol do seu território até 30 de agosto de 1999, quando o referendo afundava as intenções do grande adamastor.

A viagem do bispo Belo pela Europa e pela América por Timor-Leste elevava a fúria indonésia aos píncaros. Levando algumas figuras do Vaticano a ignorar o sofrimento timorense.

Porém, fica-se a perceber que o cardeal de origem francesa, Roger Etchegeyay depois de ultrapassar os problemas religiosos, na China, América Central, África Central e Cuba. De seguida, visitaria a Timor-Leste que muito o esperava. Obteve muitas informações fidedignas e concretas dos acontecimentos, ocorridos no país. Este chegava a chamar D. Carlos: «**um bispo corajoso, próximo do seu povo**». No seu regresso a Roma, imediatamente se encontrará com o Papa João Paulo II, explicando-lhe as realidades horríveis, em curso em Timor-Leste. Após este encontro, o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Ângelo Soldano chegava a esclarecer que os timorenses não estão sozinhos, o bispo Belo sabe muito bem disto <sup>326</sup>.

---

<sup>326</sup>Kohen, Arnold S., *D. Ximenes Belo por Timor*, Notícias Editorial, 1999, p. 261;

Após sete meses D. Ximenes Belo encontrava-se no Vaticano, voltaria a Roma depois de ter sido atribuído por Prémio Nobel da Paz. Com o Papa João Paulo II, onde o Pontífice o encorajava a manter-se na defesa do seu Povo. «Espero que seja um escudo para poder lutar mais pela paz em Timor-Leste (...) continuar a trabalhar pelo Povo com o mesmo entusiasmo, a mesma fé e a mesma lealdade».

Não vale a pena repetir aqui o que era referida nas páginas anteriores sobre viagens feitas por bispo D. Ximenes Belo por Timor-Leste.

Uma vez, o bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo viajou aos EUA e receberia um telefonema de Timor-Leste sobre a captura de jovens a serem torturados, aprisionados, etc. Suportava imensamente a notícia ao visitar os seus colegas, na cidade do Cansas, 300 bispos católicos<sup>327</sup>. Estes, perante o discurso do bispo Ximenes Belo ficaram impressionados do que tem referido em acontecimentos, no território.

A assembleia dos bispos americanos o acolhia com uma ovação de pé. As figuras mais poderosas, politicamente mundiais, do concílio dos bispos católicos norte-americanos como o arcebispo Theodore Mc Carriek de Newarke e o cardeal Bernard Law de Boston, depois seguiria para Washington encontrar-se com o presidente Bill Clinton. Na conversa, este perguntou ao bispo o que tem levado indonésios a permanecerem-se no território. O bispo respondeu a razão da existência do petróleo.

Os indonésios não deixavam os passos do bispo, quer interno como externo. No regresso os homens secretos do governo javanês planeavam chamar a Jacarta para o inquerir sobre a visita a Washington. De repente Jacarta receberia telefonema da administração americana apresentar um protesto: **«Não achamos bem que um vencedor do Prémio Nobel da Paz que se encontrou com o Presidente seja interrogado sobre o assunto»**<sup>328</sup>.

No entanto, em julho de 1997, Presidente da África do Sul, Nelson Mandela visitará Jacarta ee ncontrar-se com o Xanana Gusmão, ainda na prisão de Sipinang, Jacarta<sup>329</sup>.

---

<sup>327</sup> Idem, Ibidem, p. 268;

<sup>328</sup> Idem, Ibidem, p. 269;

<sup>329</sup> Idem, Ibidem, p. 270;

## 5. Portugal em posição de compromisso na luta pelo seu antigo território

Trata-se neste trabalho de forma contemporanista, quando Portugal quebrava o regime do império colonial de uma vez por todas.

A época se assiste a existência de episódios de cariz histórica, era de apelos à participação, um modelo de organização política, que desenvolve a educação e a alfabetização, não só como forma de comunicação, mas como veículo para ensinar o que é ser bom cidadão ou bom súbdito. Procura-se construir cidadãos linguísticos e administrativamente homogeneizados. É o que acontece com a 3.<sup>a</sup> República Francesa que transforma em franceses os camponeses da Ocitânia, da Provença, da Bretanha, etc. É a tentativa de inculcar a noção de um destino comum, em torno de uma **língua nacional unificadora**.

Fazer o Estado não é a mesma coisa que fazer os cidadãos que se revejam nesse Estado, num objetivo comum. Veja-se o exemplo italiano, o francês, e mesmo o britânico, onde símbolos que hoje nos surgem como incontestados, casos da *língua*, *da bandeira*, *do hino*, foram, de certo modo, impostos, nomeadamente, através da proibição do ensino de outras línguas.

Nos EUA, a cidadania só é adquirida quando o pretendente demonstra saber falar inglês, sendo a bandeira um dos símbolos ao mesmo tempo mais unificador e mais polémico.

Na Península Ibérica, Portugal era acolhido pela posição contemporanista de pensadores da nova visão política. Esta nova marca tinha as suas oposições conservantistas não se deixavam ser destronadas.

O conservadorismo colonial em longos períodos era incomodado pelas novas forças, na mãe-pátria, flagelado nos territórios africanos sem fins previsíveis e pelas novas ventilações de novos corredores.

Em abril de 1974, as autoridades do Estado Novo arquearam-se a MFA, e os territórios colonizados ficaram em euforia para afirmar os sonhos pela independência em realidade.

Os projetos referidos não são ignorados pelas novas autoridades políticas do MFA face a situação colonial.

A nova sociologia instaurada passa a ser estruturada nas instituições da sociedade civil; os militares desagregam-se das cadeias políticas do Estado Novo, organizadas pelas figuras de perfil político.

O programa traçado do MFA pelas intenções coloniais entrará em exercício junto dos núcleos políticos de cada província ultramarina.

As comissões políticas, idas de Lisboa, organizadas para os objetivos de independência negociam com porta-vozes das províncias para discutirem sobre o calendário do dia de proclamação. Noutras, estas comissões fazem jornadas muito cansativas nos países vizinhos. Algumas oposições não sentiam felizes com o que outras forças nacionalistas aprovavam como princípios que protejam o interesse nacional de um país em Estado soberano.

O poder colonial era, agora, contemporanista. Acreditava na concretização das ansiedades independentistas. Das províncias, porta-vozes promoviam reuniões, acordos, constantes vezes, com os políticos de Lisboa para dar apoio eficaz aos projetos em questão.

O sentido aqui tratado, neste trabalho é impressionante quando se refere da colónia portuguesa, na Ásia, em Timor-Leste. O poder de Lisboa conferia autoridades políticas a figuras do MFA, em nome do governo central acompanhar as organizações partidárias no Território.

As associações políticas promoviam os seus programas para afirmar o objetivo do destino Timorense. E os oficiais majores do MFA vindos de Lisboa, como referidos nas páginas anteriores, uns de ideias para afundar o território, que seria infalível.

Sinais que davam grande confiança ao cônsul indonésio em Díli a dirigir à vontade as reuniões da APODETI. Por outro lado, as autoridades políticas dos dois territórios negociavam visitas, no sentido de se perceberem das respetivas ópticas sobre a política de descolonização ocorrida, em Timor-Leste, território português (Paulo Pires, Timor Labirinto da Descolonização, 2013, p.38).

O programa da Independência era visto pela Indonésia como um *monstro*. Esta mobilizava secretamente os seus agentes secretos a entrarem no território para fabricar informações a pressionar o presidente Soeharto para uma rápida operação militar sobre Timor-Leste.

A este clima de tensão política se agravava, quando os bem-vencidos promotores do Golpe 11 de agosto refugiavam-se em Atambua e Kupang da Indonésia, parte ocidental da ilha de Timor. Daqui as preocupações tornavam-se em constantes conversações com os indonésios desse lado sem nenhuma alternativa.

Alguns timorenses evacuados eram chamados/convidados a Bali, Denpasar, num hotel, precisamente no mês de novembro de 1975. Em 28 do mês da noite, ouviram uma notícia de surpresa, quando em Timor-Leste, a FRETILIN proclamava unilateralmente a independência do território.

Em conformidade do livro de Paulo Pires, esses que se encontravam em Bali foram impostos escrever uma declaração, assinada por todos para protestar a Independência<sup>330</sup>.

Os refugiados em Atambua, Indonésia, dentro de um ano, uns seguiram para Portugal com 23 soldados portugueses, referidos nas páginas anteriores. Milhares de timorenses que não conheciam Lisboa, Portugal, agora em centenas de milhares encontravam-se lá recolhidos. Conseguiram a sair de Atambua para se organizarem em condições, em conjunto para tratarem da defesa de Timor-Leste no exterior.

A UDT ficava desapontada ao longo do programa do Golpe de 11 de agosto de 1975, viria a ser reorganizada, em Lisboa para se lançar na luta contra a ocupação de Timor-Leste por Indonésia. Remontava os responsáveis para assegurar as atividades pró independência do território.

No vale de Jamor, Lisboa, Portugal, o Presidente da República Português, general Ramalho Eanes visitava os refugiados.

O que aqui se observava era a luta de Timor-Leste, não por uma ideologia para ser construída. Uma luta pela liberdade do país para a independência, onde este direito é inalienável. Tal assunto que os países não deviam ignorar para esta sagrada realidade. Pois um direito que está a ser respeitado amplamente na atualidade.

Desta linha em questão, a Resistência Timorense continua firme nos seus planos em operação nas montanhas contra a ABRI e outras forças integracionistas, semeadas em todos os cantos de Timor-leste.

Na diáspora, a solidariedade internacional parecia crescer pelas verdades defendidas pelo Povo Maubere por grandes sofrimentos desde o início da invasão. Do lado português surgem comunidades associativas a lançar apelo junto doutros países para pressionar a Indonésia a respeitar o direito timorense. Os políticos da potência administrante, nos primeiros anos de tufão sobre Timor-Leste, pareciam não ter influência, mas não deixavam este país à sua sorte. Os contatos com os dirigentes timorenses eram de ritmos muito lentos, mas permaneciam-se. Esta forma de aproximação até resultava em apoios importantes.

Quando o território sofre dos planos da ABRI e de Polícia, a ação dos direitos humanos não cansam de pressionar a Indonésia para respeitar o que queria Timor-Leste!

As atrocidades desencadeadas por TNI, no território, cada vez se criam pesos sobre a política de Integração de Timor-Leste na Indonésia.

---

<sup>330</sup> Pires, Paulo, *Timor Labirinto da Descolonização*, Edições Colibri, 2013, p. 154;

A comunidade migrante portuguesa na Europa, nos EUA e na América Central abre o coração pelo sofrimento causado pelo invasor. A política externa timorense é apoiada fortemente por essas comunidades.

A comunidade timorense, internamente, não sentia perder aquela atenção do poder colonial sobre as colônias ultramarinas, onde o nosso território não estava excluído. Os contatos com Lisboa, junto das figuras políticas e de outras instituições ocorriam de forma muito frequente. Produziu algum indício que viria a garantir alguma esperança para o caso de Timor-Leste.

É de saber que a potência colonial nunca esquecia dos princípios de descolonização ainda que mergulhasse numa situação difícil, não a ignorava. Defendia o direito pela independência do território colonizado, para o número dos países que apoiavam a autodeterminação se crescia. Portugal suportava os líderes políticos timorenses na política externa, como José Ramos Horta e outros, incluindo os partidos de origem timorense em reuniões internacionais.

A época em que se dava o massacre de Santa Cruz, em Díli, a Indonésia parecia sentir os sinais negativos da sua economia. O descontentamento de muitas famílias se agita nas ruas, universidades<sup>331</sup>.

A política externa timorense era muito importante na promoção dos interesses justos pelo destino do território. Os representantes não deixavam os contatos com as figuras internacionais.

Por outra linha, Portugal politicamente tornava-se numa só voz em favor da independência timorense. Intensificava a diplomacia levada a cabo pelos representantes políticos espalhados pelo mundo. As redes cresciam por aquilo que o governo, em Lisboa, afirmava a sua posição.

O Parlamento, como o governo, tinha a mesma decisão para levar as Nações Unidas, apoiados pelas forças políticas da oposição. Exigindo a ONU em tomar decisões junto da Indonésia para respeitar o direito do povo timorense. Do qual os corredores não cansavam diálogos para que o assunto timorense fosse desbloqueado para afirmar, concretamente, o direito universal daquele povo.

O sofrimento do povo timorense pela liberdade à independência, muitos países democráticos ignoravam. Via-nos, nem sequer reparava o que a Indonésia tinha feito no território.

O intuito de transformar Timor-Leste em teatro de perseguições hostis indignava as organizações de Direitos Humanos. Chocava as organizações que defendem a inversão dos poderes coloniais em estatutos independentes ou Estados soberanos.

---

<sup>331</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005, p.193;

Aqui, fica-se a compreender que nada encontrava na política de Portugal a entregar o território a um novo beneficiário, mas esperava que o próprio povo escolhesse o seu futuro<sup>332</sup>. Mas o imbróglcio pesava em Timor-Leste, quando em Lisboa o governo saído do MFA era inseguro das forças políticas. Os governos constituídos, uns vistos como o *nado morto*. A potencialidade política parecia difícil em tomar decisões para conciliar-se com os vizinhos da região, uma vez que estes tomarão atos de recusar a independência de Timor-Leste.

No entanto, os anos passam uns atrás dos outros, a presença indonésia cada vez se tornava dura e inflexível. A crise parecia ter sem escolhas. O fenómeno apareceu para abalar a sociedade indonésia e espantar-se do mau estado económico, onde o presidente Soeharto se demitiu em 1998<sup>333</sup>.

Esse ano, milhares preocupavam-se pelo desaparecimento de 17 bancos indonésios, quando um dólar americano de 2.500 rupias para 17.000 rupias (p. 285).

O período contaminava a energia do gigante, por outro lado, a Resistência Timorese alargava-se e confortava-se. E o governo português aproveitava bem o espaço em questão para obter, aceleradamente, a simpatia de muitos países para libertar o seu antigo território timorense.

O corredor político do poder administrante, finalmente, reconheceria o princípio do MFA, tomado a favor da liberdade, de autodeterminação e independência das colónias ultramarinas. Chegava a afirmar que o seu cansaço não ficaria ignorado pelas Nações Unidas.

Mas aqui, fica-se a compreender que as autoridades do governo de Lisboa, da nova geração, são mais ativas no caso das questões coloniais. São intervenientes nas ações políticas em insistir de seus princípios, reconhecidos universalmente. Tentavam pelos rumos que o mundo internacional olhava-nos com maior respeito.

Eram abertos aos países amigos de confiança e outros estados soberanos. Além das figuras políticas fazerem a promoção de apoios pelo seu antigo território em questão, os responsáveis associativos promovem viagens de país para país por objetivos de sensibilização pela simpatia pró independência de Timor-Leste.

Desde 1988, Portugal entrou na Comunidade Europeia, o seu espaço de ação política parecia apoiada por outros países da Europa da mesma instituição<sup>334</sup>.

Não querendo dizer que os políticos da nova geração portuguesa ignorassem o seu antigo território. Estavam atentos sobre a operação militar indonésio em Timor-Leste.

---

<sup>332</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular*, 2.º Volume, Casa das Letras, 2006, p. 314;

<sup>333</sup> Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorese*, Temas e Debates, 2005, p.284;

<sup>334</sup> Lima, Fernando, *Timor da Guerra do Pacífico à Desanexação*, Instituto Internacional Macau, 2002, p. 309;

Na medida que esta força tornasse eficazmente pesar no país sobre populações descontentes da presença política estrangeira, Portugal sempre reagia em condenar a Indonésia, sem esperar. Comunicava as Nações Unidas tanto a outras Organizações Internacionais (Fernando Lima, p. 304). O esforço português continuava na sua luta, para que, de um lado para outro, o mundo humano percebesse a verdadeira razão timorense. Ao mesmo tempo, os membros da União Europeia tomassem uma única voz pelo lado da Resistência Timorense. Ainda que fosse 12 declaravam avulsa sobre questão citada, condenando veementemente a violência de Santa Cruz, em Díli.

Mesmo que o comandante da Resistência Timorense fosse capturado a 20 de novembro de 1992, um episódio embaraçoso a questão, Portugal continuava firme da sua posição em condenar a Indonésia. No entanto, a Indonésia condenava Xanana Gusmão por prisão perpétua, onde muitos países a consideravam uma farsa (Fernando Lima, p. 307).

Após ter sido integrado na CEE, com o apoio dos seus parceiros europeus, cada vez Portugal alargava o seu poder na cena internacional. O instrumento que lhe serviu como possível no campo político era a Cooperação Política Europeia (CPE).

No mês de setembro de 1988, o Parlamento Europeu aprovava uma resolução para que os deputados portugueses participassem em encontros na UEE quando tratassem da questão de Timor-Leste.

O processo do território passa também pela atenção dos países da Europa Ocidental. De onde estes teriam de defender o direito defendido pelo Portugal ao seu antigo território. Muitos governos procuravam contatar os responsáveis políticos timorenses na diáspora, igualmente escutavam a preocupação dos responsáveis principais da Igreja Católica Timorense.

No período dos anos 90 para diante, muitos governos europeus e africanos, contactavam em silêncio a Jacarta para ver o direito timorense. Pois, o direito deste povo começava a preocupar muitas Organizações Internacionais, inquietava a Indonésia para compreender *o seu a seu dono*. O Soeharto começava a ser recomendado pelos seus colegas, nos encontros internacionais para reconsiderar a ocupação militar no território português.

A potência administrante quando se integrou na CEE, quanto a questão timorense sempre ponderava as regras desta Organização. Às vezes, ficava sem força política quando a CEE tomava reuniões regionais com a ASEAN, sem permitir focar questões bilaterais. Os Estados membros desta têm princípios de não interferir nos assuntos internos doutros parceiros, só a Singapura que não estava satisfeita com a gigante ocupar ilegalmente o pequeno território timorense. Todas as organizações

internacionais e da ONU envidavam-se por esforço junto da Indonésia para poder respeitar aquele povo sobre seu futuro<sup>335</sup>.

Os titulares políticos do governo português, desde MNE, chefes de governos e Presidentes da República, e outros ainda que vissem Portugal difícil entender a ambição indonésia, continuavam a defender o direito de Timor-Leste.

De facto, sabia-se o ocorrer da cimeira de APEC, num dos meses de novembro de 1994, em Indonésia, Bogor. O governo português sentia-se muito preocupado pela situação do seu antigo território.

Essa notícia parecia uma luz verde à visita de trabalho do primeiro-ministro, Prof. Aníbal Cavaco Silva aos EUA, em outubro. Teve um encontro com o presidente americano, Bill Clinton para que este focasse na questão timorense.

Prometeu que referisse a questão na cimeira. E afirmando que o povo timorense deveria resolver o que é dele<sup>336</sup>.

Curiosamente, uma jornalista de New York Times, Elaine Sciolino perguntava o presidente Soeharto da Indonésia quanto o presidente americano referia a questão timorense. Segundo esta percebia que o assunto seria respondido no quadro de uma conferência organizada e discutida pela própria Indonésia.

A diplomacia portuguesa com os políticos timorenses, na diáspora, não esfria da permanente cooperação desde tempo. Estes saberiam de imediato decifrar que a certeza dos timorenses defendida por maiores riscos parecia ter a luz verde, num dia destes.

A existência de opiniões que desejavam mudar o regime de Soeharto começavam a incendiar o campo político indonésio em imbróglio. Como referida nas anteriores páginas, mas são necessárias repeti-las. A alta temperatura explode-se nas ruas de Jacarta e nas instituições de ensino superior. A juventude estudantil agita-se ao exigir a substituição de Soeharto, ditador e é muito mau para os cidadãos indonésios. É muito mau para a política internacional da nova era, quando Portugal admitia libertar os seus territórios coloniais, incluindo Timor-Leste. Este entrava afundado pelo vizinho agosto.

Grandes poderes da Ásia Sueste, particularmente, a Indonésia era difícil mudar a doença do regime augustista. Mas, os tempos se mudam ao sabor das cores de modernidade social, em que muitas figuras esquecem e ignoram o corredor de mudança.

Em silêncio, as oposições internas rezam em favor da queda de Soeharto para que o ambiente feito de cravos seja liberto a sociedade decidir pelo bem-estar de todos.

---

<sup>335</sup> Idem, *Ibidem*, p. 309;

<sup>336</sup> Idem, *Ibidem*, p. 310;

O clima político insatisfeito parecia preocupar seriamente o Chefe de Estado indonésio. Entra a reorganizar os gabinetes económicos, onde receberia uma carta a comunicar a indisponibilidade das antigas figuras em assegurar os próximos gabinetes<sup>337</sup>.

O revés impressionava de tal modo a preocupação de Soeharto a ter uma conversa com o comandante das Forças Armadas, general Wiranto, em casa, na noite do dia 20 de maio de 1998. Queria que o informasse a situação dos militares, mas o general apresentou o pedido de resignação. Praticamente, já não tinha posições de peso e aceitava o pedido.

No entanto, o desmoronamento augustista da nova ordem se afirmava. O presidente Habibe mobilizava o inquérito, dirigido pela conselheira Dewi Fortuna Anwar para apurar os factos do problema económico. Ficaram a descobrir frentes políticas ligadas a processo da Independência de Timor-Leste que é um facto de difícil recuperação da economia da gigante.

Surgiria uma oportunidade a Austrália como primeiro país a reconhecer a integração de Timor-Leste, na RI, mas o primeiro-ministro John Howard enviou uma carta pelo embaixador em Jacarta a entregar ao presidente Habibe para desligar-se de Timor-Leste. Inicialmente, a Jacarta não queria entender-se da carta, porque achava que o território é um assunto interno indonésio. Mas muitos políticos achariam que a Indonésia tem de compreender que esta carta da Austrália seria boa ao governo de Jacarta<sup>338</sup>.

Quando a comunidade timorense se chovia em Portugal por uma tempestade política, por diferentes vias humanitárias a chegar em Lisboa, as ajudas pareciam ser não ausentes. As organizações nacionais já existentes, cada uma delas, cumpria as suas missões junto das populações desembarcadas.

A política administrante se crescia em níveis dilatados. Junto destes ritmos, as organizações internacionais não se cansavam de emitir as suas opiniões junto dos políticos portugueses de que já é tempo demais para Timor-Leste estar num regime ocupacionista inflexível, ainda que estejamos já as portas do novo milénio.

---

<sup>337</sup> Idem, *Ibidem*, p. 313;

<sup>338</sup> Idem, *Ibidem*, p. 316;

## 6. A comunidade internacional face à autodeterminação e independência de Timor-Leste.

A Indonésia é um vizinho fortemente dominante de milhares ilhas demográficas da Insulíndia. De uma característica seriamente admirada por muitos Estados soberanos sob ligações comerciais e políticas.

Pois, deste modo de afirmação, em relação ao processo de Timor-Leste, para a Indonésia, o caso pelo futuro do território timorense é lhe indiferente. Mas, já o dissemos que desde os anos 90 para diante ou para cá surgia uma mudança ao nível da opinião mundial. Na óptica local parecia um indício abstrato, mas criaria já um ânimo. Facto que promoveria uma esperança na grande maioria dos timorenses, na crença de um dia ser-lhes possível o processo.

O Reino Unido, um dos países do Ocidente, talvez esteja cansado de ter informações do martírio do povo timorense em demasia. Vendo uma época em que o ocupante indonésio considerava o direito daquele povo insignificante, em tempos de actualidade.

Em anos de 1997 em diante, a política londrina lançava-se, irreversivelmente, em linhas de direitos humanos dos povos que se sacrificavam pelas vertentes de emancipação do jugo colonial.

Esta política tem como nova forma de olhar as liberdades dos povos desrespeitados, era acolhida pela comunidade académica e de agentes pela mudança de regimes imutáveis. As organizações de direitos humanos e de Amnistia Internacional verificavam, finalmente, que os responsáveis pela política externa britânica são mais sensíveis aos direitos humanos em crise do que os colegas de anteriores governos. Internamente corria-se o medo pela possibilidade da política em resultar-se como força a desequilibrar a política comercial britânica.

O novo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan entrava com uma postura de resolver alguns países bloqueados de processos de descolonização. Um intuito que o problema de Timor-Leste não estava ignorado. Arrastava o país invasor e Portugal para se entenderem resolver em o caso timorense de uma vez por todas.

Este novo rumo em vista possibilitou o desejo do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, a estabelecer sérios contatos com as autoridades da Indonésia (Política Internacional, II Série, 27 de fevereiro de 2005, Notícias Editorial, 2005, pp. 97-100).

A presente oposição indonésia contra o seu Presidente da República, general Soeharto crescia em massa alargada, a nível nacional a contribuir as personagens internacionais de perfil mutável.

O facto de a Indonésia ter um novo chefe de Estado, Eng.º Habibe teria abertura para tratar questões que o anterior presidente da República da Indonésia, renitentemente ignorava o processo do povo timorense.

O embaixador britânico em Jacarta procurava todos os meios para o permitir encontrar-se com Xanana Gusmão, na Prisão de Cipinang, Jacarta.

Esta intenção levou o embaixador Fatchett encontrar-se com o ministro da Justiça indonésio, senhor Muladi.

O diplomata britânico aproveitava da abertura política do novo chefe de Estado indonésio e contactava o Xanana Gusmão, enquanto ainda estava na prisão, em Jacarta. Um episódio deste parecia inspirar um ar positivo na questão timorense. Xanana Gusmão imaginava o fundo das trocas de impressões com o político britânico parecia correr a contento do benefício timorense.

Entretanto, o Eng.º Habibe, como novo chefe de Estado indonésio, recebia muitas mensagens de personagens de muitos países lembrá-lo de respeitar o direito do povo timorense. Por outro lado, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan convidava os ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal sob auspícios daquela Instância para entrarem em conversações sobre questão timorense.

No primeiro mês de 1999, Jacarta estaria a assistir o panorama político, manifestado pelos ministros que responsabilizavam pelo processo de integração de Timor-Leste, na República da Indonésia. Em entrevistas, cada uma das personagens/ministros já não podia esconder as verdades da questão timorense, a favor da independência. O mundo exterior, particularmente, de entidades políticas pelo lado de direitos humanos, sentiam-se felizes pelos indícios manifestados pela alta estrutura política de Jacarta. O caso chegou de imediato ao conhecimento do ministro dos Negócios Estrangeiros britânicos, Cook. Ficava agradado com as declarações de Ali Alatas feitas em Jacarta, relativamente ao processo de independência de Timor-Leste, interferida pelas forças armadas da República da Indonésia a 7 de dezembro de 1975<sup>339</sup>.

As notícias correm de acordo com os sinais assegurados pelos políticos de Jacarta. O que ficaria a desanimar a diplomacia portuguesa é a segurança no território. Queriam que fosse garantida por parte da Indonésia. O que espantava em Timor-Leste é o quadro da violência e massacres, ainda que tivesse apelos internacionais.

---

<sup>339</sup> *Política Internacional, II Série/Número 27/Fevereiro de 2005*, Notícias Editorial, de 2005, p.103;

Autoridades estrangeiras em Jacarta duvidavam muito da fidelidade de forças armadas da Indonésia.

Os políticos internacionais não cessavam o debater de ideias de como concretizar uma força de paz, enviada a Timor-Leste, uma vez que não gostavam das decisões de Jacarta.

A história recente das grandes potências mundiais chegando a hora de paralisar a sua liberdade, como força do imperialismo, muito incomodava a humanidade contemporanista nas regiões da Indo-China.

O acontecimento invadiu grandes gabinetes a questionar as suas políticas e estudar os processos antagonistas e invertê-los.

O espaço mundial, desta vez, ficava a impressionar-se dos ecos das novas mentalidades de relações. Os países colonizadores não poderão ficar esquecidos, ou as liberdades e direitos reivindicados pelos povos junto da mãe-pátria teria uma resposta feliz<sup>340</sup>.

O episódio da nova era política não cessava apelo a estabilidade dos povos em crise. Muitos deles começavam a encontrar janelas abertas para construir as suas liberdades e direitos.

Os novos passos de soluções se encontravam afirmados. Assim como a comunidade timorense passava anos a fio em sofrimento, muito demasiado, chegava ver uma luz no túnel para o iluminar libertar-se.

Nesse vértice de repensar a nova ordem entrava a promover contatos, cooperações e consultas. Novos sinais que trarão o desgosto das medidas europeias dos séculos anteriores do regime dominador/dominado.

Timor-Leste, a esta mudança de ordem política, teria que assegurar os princípios optados para criar condições para a sua própria história nacional. A ousadia persistente nas aspirações poderia ser apoiada pela comunidade internacional.

As notícias de perspectivas do processo timorense pareciam não ter aceitação dos políticos indonésios. Tanto aos olhos do mundo internacional, o presidente Habibe e o general chefe das forças armadas da RI ficaram desprestigiados dada a falta de compreensão reivindicada pelo povo timorense.

O governo da Indonésia não podia gozar muito do Timor-Leste fechado ao mundo exterior. No entanto, o mesmo sentindo-se intranquilo e abriu o território como tem acontecido as outras províncias que gozavam visitas estrangeiras. De facto, em fins de

---

<sup>340</sup> Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, 2007, p. 666;

dezembro de 1988, a declaração surgiu para que Timor-Leste pudesse ter alguma liberdade de sua terra ser visitada por quem quisesse<sup>341</sup>.

A notícia surge acompanhada por núcleos desejosos pela mudança e em paralelo também das crescentes redes secretas se operam no seio da comunidade.

No entanto, em Portugal, a solidariedade pelo processo timorense cada vez cresce na atividade política. A Universidade do Porto em Portugal como tem feito a Jornada por Timor-Leste, e numa das aberturas destas, muitos perfis políticos internacionais, onde alguns indonésios estavam presentes. Deixavam declarações pelo direito de Timor-Leste viver em paz como Povo em Estado soberano.

A unidade do real timorense passa-se a alargar o seu espaço em vozes firmes. Entretanto na Indonésia, internamente, o ambiente tornava-se insatisfeito com o presidente Soeharto, quando as agências de informações públicas noticiam a corrupção dos filhos de Soeharto em espectáculos satíricos.

O ano de 1994, o presidente da Indonésia não escondia a reação sobre agências editoras, onde umas são banidas: *Tempo, Editor e Detik*.

Neste ano a pressão exercia sobre o partido de oposição PDI. A filha do primeiro presidente indonésio, Megawati afasta-se da presidência do partido. O congresso deste estava presente um ministro para acompanhar o decurso. Procura saber quem seria líder do partido, na realidade os adeptos quem escolheria.

Uma perseguição de forças misturadas com bandidos assaltara a sede do PDI, de onde o poder absoluto de Soeharto reconhecia a total fragilidade, em 1996.

No entanto, nas hesitações as janelas de alternativa abrem-se em dimensões, internamente favoráveis. Do lado externo é senhor de novas informações, vindas de grandes gabinetes internacionais.

Também é o momento dos políticos indonésios e comandantes TNI a repensarem os seus atos terríveis sobre o Povo Timorense, ocupado militarmente. Tanto que os indícios se repetem aqui e acolá (dentro e fora de Timor-Leste) coloridos de discursos sob expressão de actualidade humana – paz, amor e solidariedade.

Uma nova expressão se expande no pensamento de grandes homens a avaliar as opiniões e decisões face as complexidades dos povos em razão dos direitos reivindicados universalmente. Os centros de decisões de problemas não cansam enfrentar cansaços, danos, fome e constantes massacres sem dó.

Em apoio, a dimensão ideológica da globalização ajuda as pessoas a deixarem para trás as ações distorcidas e destruidoras. Ainda que fosse com tanta dificuldade do vizinho, mas acolhia com razão e de novas inspirações a afirmar a realidade humana

---

<sup>341</sup> Magalhães, António Barbedo de, *Timor Leste na Encruzilhada da transição indonésia*, Edição Gradiva, 1999, p. 109;

do seu a seu dono, no âmbito de uma compreensão perfeitamente alargada. As aberturas se desenvolvem ao nível de píncaros de entidades mais influentes.

Esta possibilidade de alternativa virá ceder a realidade de operações aos meios que garantam a decisão popular, universalmente reconhecida.

Uma afirmação do momento que não pode ignorar a possível insularidade em ligação a continentalidade de entidades poderosas.

A comunidade internacional, como atrás referimos descobria a sinceridade e honestidade do Povo timorense para o que reclamava. Ao mesmo tempo preconizava em ter boas relações com todas da região.

Um povo de um temperamento civilizacional muito diferente ainda que o tratasse por modorra por outros. Esta confiança exaltava-se pelos sinais de mudança, onde muitos queriam o direito timorense não fosse bloqueado hostilmente.

Por outro lado, os atos religiosos constituem um momento que ajudavam manter a coragem do povo, em apoio dos políticos a contento de Timor-Leste. Muitos olhavam este fenómeno como algo maravilhoso das populações em sofrimento.

Em todo o drama que a população timorense era imposta a viver a perda dos seus compatriotas, de 330 mil pessoas, numa forma impiedosa no último quartel do século XX para afirmar a sua liberdade de Estado soberano e livre<sup>342</sup>.

O pesadelo imposto pelo inimigo pelas realidades escolhidas por Timor-Leste, o mundo internacional tomava-lhe uma nova alternativa que seria aceite pelo governo da Indonésia. O ministro da informação indonésio declarava o seu governo estar disponível que Timor-Leste ficasse independente por formas de consulta popular.

A mudança de rumo da situação confirmada pela própria conselheira Dewi Fortuna Anwar e Presidente Habibe por sérias decisões dos norte americanos e australianos. Uma possibilidade que libertaria a Indonésia do isolamento político internacional.

Em 5 de maio de 1999 correria um acordo aceite pelos dois países antagónicos sob apoio da ONU para agendar o calendário do referendo em Timor-Leste.

Como se refere numa das páginas anteriores, o dia 30 de agosto do mesmo ano daria-se a eleição para o povo decidir, finalmente, o que queria. Facto que afirmaria o resultado a apontar para 78,5% à independência e 21,5% à autonomia. O presidente indonésio aceitou e confirmou as suas últimas decisões tomadas, mas no terreno os militares inventaram promoções para convencer os internacionais para admitir os militares invasores a permanecerem no território.

---

<sup>342</sup> Thomaz, Luiz Filipe, *País dos Belos achegas para a compreensão de Timor-Leste*, Fundação Orientar, 2008. P. 413;

TNI via-se humilhanamente derrotada e a vingança imperava em Díli e noutras vilas, cujas consequências eram impressionantes. A intervenção rápida da ONU pós fim o drama no país.

As organizações internacionais da ONU e das não-governamentais entram a reconstruir as instituições físicas e administrativas do Estado novo.

Ficamos a entender que o pequeno território português na Oceânia cujo seu povo coloca a Indonésia a pronunciar as verdades às outras nações como EUA e Austrália da mudança política de Timor-Leste, de uma vez por todas.

Em termos de olhares históricos, o processo timorense é cansativo mas é conciliável. Pois, as constantes campanhas timorenses em associação da firme posição portuguesa pareciam transformar a comunidade internacional em ansiedade a desbloquear a coutada indonésia em Timor-Leste.

As vias especiais afunilizam a liberdade de Jacarta, até espantava-se com as necessidades internas cada vez se agudizavam sem soluções previsíveis. Mas os seus aparelhos militares continuam em crença de Golias a exercer como começavam. Os contatos com os centros estratégicos em Jacarta mantinham a informação do que têm efetuado em Timor-Leste, sem cores para outra forma que impressionassem.

Período em que o trono de Soeharto fora extinto, preenchido por homens de novas inspirações. Na grande cidade de Jacarta, onde residem edifícios governamentais de políticos poderosos sentem-se muito preocupados. O homem número *um* da Indonésia, em discrição consultava e conversava com todos os seus conselheiros, como seria possível escapar-se do duro episódio na nação indonésia. Acompanhando as opiniões internacionais, as emissões comunicativas, nas suas avaliações muito desgostavam a gigante Indonésia. Sinais que anunciavam o sentido de a isolar enquanto não respeitar o direito do povo de Timor-Leste, quando resistia em defender o que é de direito seu, a TNI teimava em assassinar as populações como apetecia.

Na última semana de janeiro de 1999, o presidente indonésio parecia acabar conversas com seus conselheiros mais próximos, sentindo-se seguro de informações e de opiniões do que iria agitar o regime do pós Soeharto. Restava os membros do governo para estarem ao corrente da situação e perguntando como achariam reagir esta complexidade.

Dá-se uma reunião de conselho de ministros, reunidos numa grande mesa de copos de água, chávena, tudo montado ao longo da mesa. Atrás, estão os ministros de papéis e de ordem de trabalho. A grande sala de reunião em burburinho dilata-se, de repente fica em silêncio por entrar o presidente noutra porta, acompanhada por sua conselheira Dewi Fortuna Anwar. Uma das grandes mulheres que o presidente talvez acreditasse de opiniões formuladas. Doutorou-se na Austrália em História, conhece

muito da evolução política das sociedades. Todos levantaram para saudar o presidente entrar na sala, uns de vozes tardias. O mesmo convidou-os para sentarem.

Na reunião o presidente Habibie teve coragem de os dizer o objetivo do encontro, relacionado com a difícil situação do território de Timor-Leste. Todos sabem que neste momento a situação em questão fez a Austrália mudar de opinião<sup>343</sup>. De forma que esta mudança não vai parar por aí. Ainda irá convidar muitos governos a serem inimigos. Até os ecos estão sensibilizar secretamente no seio da Indonésia. Em afirmação de passos de mudança política do lado vizinho, analisam os prós e contras. Concluem e descobrem as opiniões, fortemente divididas. Ao longo das avaliações, a conselheira Dewi Fortuna Anwar chega a formular uma proposta, muito arrojada. Explicando que a Indonésia entrou militarmente em Timor-Leste, a 7 de dezembro de 1975 a controlar o território. Mas a Indonésia tem que saber que, todas as vezes que o presidente ou ministro realiza visitas, conferência ou reuniões são sempre questionados pelos problemas de Timor-Leste. Oposições internacionais aproveitam políticos indonésios para saber junto destes o porquê da interferência feita naquele território. Sempre acreditava que com o tempo as reações externas se esboroassem. O que não se pode esconder a estadia militar não pacifica o país, há vinte e cinco anos. Muitos governos já não gostam da TNI (Exército Nacional da Indonésia) assenhorear o povo timorense. Outros que ajudavam o material de guerra a Indonésia já não querem falar mais da continuidade de fornecimento. Agora Portugal está no centro de lobies para isolar a Indonésia sob apoio de muitos governos e organizações internacionais. A mesma conselheira perguntava aos ministros presentes na reunião para abandonar Timor-Leste ou manter a Indonésia no mundo de isolacionismo. Os ministros, uns acenavam a cabeça em apoio da proposta e outros ficavam imóveis. Na sua opinião afirmava que a Indonésia tem de deixar Tim Tim (Timor-Leste). Dizia ter lealdade para a Indonésia. É uma pena ver a nação arrastar-se ao isolacionismo por causa do pequeno território timorense. Vendo sem saída a Indonésia propunha ao presidente da República da Indonésia para convocar um referendo em Timor-Leste sob presença dos internacionais. Os timorenses se quiserem unir-se com a Indonésia, *bem-vindos* e se optarem pela Independência, *boa viagem*<sup>344</sup>.

Como no coração dos comandantes fiéis a programas de integração de Timor-Leste na Indonésia era invadido por grandes dúvidas prevenia uma operação surpreendente aos timorenses, quando os sinais do referendo forem contrários. O descontentamento inflige sem contas muitos políticos civis e militares.

---

<sup>343</sup> Santos, José Rodrigues dos, *A Ilha das Trevas*, Temas e Debates, 2002, p. 167;

<sup>344</sup> Idem, *Ibidem*, p. 169;

Na reunião do conselho de ministros, uns destes deram opiniões e pareceres à ousada proposta da conselheira do Presidente do Habibie, Dewi Fortuna Anwar, o ministro de Informação, *Mohammad Yunus Yusufiah* apresentava suas opiniões. Ministro que em outubro de 1975 foi capitão e comandava a Operação Komodo, Team Susi, que mandou assaltar e assassinar os cinco jornalistas da televisão australiana, em Balibó, na altura com o nome de *Major Andreas*. O homem de difícil acordo a proposta da conselheira, ainda que casasse com uma timorense de origem portuguesa. Segundo as suas opiniões que não é bom abandonar Tim-Tim (Timor-Leste), pois implicaria renegar os sacrifícios de milhares de filhos indonésios. As autoridades da Indonésia o que vão transmitir aos pais/mães, cujos filhos mortos, aleijados, sem utilidade? Se deixar mesmo Tim-Tim, como as outras províncias ficarão a assistir a unidade nacional? Aceh e Irian Jaya de movimento separatista não se vêem incentivadas promover a sua política mais alargada?

Vendo que a proposta de Dewi não foi aceite por ministro de Informação, mas o Presidente Habibie interveiu dizendo que neste encontro ninguém fala abandonar Tim-Tim. O que consiste na reunião é organizar o referendo na província.

É uma forma de assegurar a lealdade com o povo da grande Indonésia e evitar que a nação seja arrastada no isolacionismo político internacional

A seguir, estão dois ministros, MNE e da Defesa, Ali Alatas, e General Wiranto pareciam estar irresistíveis a proposta, apoiada por muitos participantes do encontro. Também o Presidente Habibie não queria que o referendo fosse adiado e saberia que seria desacreditado por muitos governos potenciais (p.172).

O que se chega a acreditar que a liderança nacional pós-referendo, a cultura latina que a penetrou por mútua convivência ordenou os membros do novo Estado soberano, como *comandante Xanana Gusmão, Ramos Horta, Mari Alkatiri, Taur Matan Ruak* a dirigirem-se a Jacarta. Encontrar-se-ão com o governo daquele país em proveito de reconciliação como afirmação de uma nova era dentre as duas nações vizinhas.

Em apoio de segurança política da nova relação com todos, os políticos timorenses não esquecem de agradecer os países que ajudaram no processo de resistência. Pedindo-os que todo apoio necessário para esta nova nação é bem-vindo. Quer estes fossem continuamente amigos a darem os seus bons exemplos<sup>345</sup>. Mas não só isto, que Timor-Leste esperava. Precisa dos exemplos históricos para que esta comunidade possa consolidar a sua unidade a nível cultural, política e comercial.

---

<sup>345</sup> Carrascalão, Maria Ângela, *Taur Matan Ruak, a vida pela Independência*, Lidel, 2012, pp. 261ss;

O futuro do país se trata e se planeia a nível de educação, onde novos países se emergem em liberdade procuram colher proveitos dos amigos, parceiros e da solidariedade. Penso ser importante na aplicação em valores para cimentar a essência de nova nação, relativamente aos seus cidadãos a conhecer a si mesmos e aos outros<sup>346</sup>.

A comunidade internacional que se refere aqui, segundo a óptica nacional para afirmar o contínuo relacionamento com os outros é necessário não ignorar os elementos primordiais que representam a *identidade nacional* deste país perante outros Estados soberanos. O que quer dizer que, se olharmos em desfalcar um deles seríamos um futuro campo de disputas alheias.

Timor-Leste, na guerra mais mortífera. A guerra que o imperava sob potência de TNI (Tentara Nasional Indonesia = Exército Nacional da Indonésia), no quarto quartel do século XX. Afeta, mobiliza e mata a população para lá dos efeitos subsequentes, que continuam a ser a destruição e a doença. Crise de fome, baixa de produtividade agrícola timorense; ao longo do tempo combate sempre com falta de géneros de alimentação, o que é revelador das carências alimentares, também por associação com a guerra e perseguição, mobilizadas por senhores ocupacionistas.

Da qual consideramos que a mentalidade de uma população que continua a ser essencialmente rural não é sensível ao lucro. Esta presente realidade não lhe constitui um obstáculo para abandonar aquele princípio universal. De modo que a sua preocupação de ser senhor de si não lhe carecia lutar e a sensibilizar a consciência pelo que a história tem vindo a honrar. Os seus filhos vêem o processo, um espaço mais procurado conferindo-o como algo de importância política imensa e de uma proximidade a constante apelo de apoio. Não tendo poderio militar para um país de extraordinária dimensão da Indonésia. Timor-Leste tinha de acreditar na aposta dos seus filhos, aculturados no âmbito de convivência com o outro. Esta aculturação torna-se-lhes essencial no temperamento cognitivo em como o Timor-Leste indo romper o obstáculo que o impõe silenciar e absorver-se de tudo dispunha.

O longo sofrimento de Timor-Leste acordou a comunidade internacional a contribuir no processo do destino timorense e, ao mesmo tempo, ajudava humanamente a reconstrução do território a abraçar o novo Estado soberano - RDTL.

---

<sup>346</sup> Idem, Ibidem, p. P. 269;

## 7. O Timor-Leste e a sua identidade

O território de Timor-Leste, como outros tem a sua fronteira geográfica e política. Como sociedade humana tem o seu cantinho de membros agregados. O autor, da sua simplicidade anda interrogar à parte Oriental da ilha de Timor, numa opção política, onde muitos a criavam em ambiente titânico, enquanto seus filhos se mantivessem nas suas guitarras.

Na viagem ao destino que traçava, sabe as diferenças de entre este e Indonésia, Malásia, Brunei, Singapura, Filipinas e Austrália, que com ele se orgulham na mesma região da Ásia ou como da Austrália.

Identidades humanas, historicamente conservam as suas próprias realidades sociais, ainda que o tempo mude de forma veloz as características sociais em benefício de mudanças. Este/a e aqueles continuam a viver do que adquirem para afirmar a realidade de cada sociedade local. Continuam a afirmar o que o país optava para assegurar as distinções, rigorosamente reconhecidas e respeitadas de modo universal.

O país sempre optava por aquela língua que o moldava e o estruturava em pensamento para que o seu viver em cultura seja de solidariedade e de paz. Acreditava no temperamento que o inspirava e continuava no viver de novas gerações pela paz e pela fraternidade em singularidade. Desta ordem de consciência timorense, que a língua portuguesa foi consagrada pela Constituição da RDTL como **Língua Oficial** aglutinadora do País.

No quadro de educação timorense, ela passa a ser como língua de instrução em Timor-Leste, do novo Estado-Nação, atribuído de princípio e reconhecido. É-lhe afirmado o chefe de Estado soberano e os membros de governo.

É na guerra que conhece em impor a destruição do destino timorense. Os timorenses percebem pela primeira vez na História e através da Resistência Nacional a afirmação do seu novo Estado com a língua em questão. Os timorenses com ela contavam como um espaço comum a solidariedade e coesão nacional.

Na atualidade, a Educação timorense está a decorrer em pleno território ao serviço dos seus cidadãos em conformidade de princípios, ditados pela lei, genuinamente criada.

A propósito desta tomada de consciência cultural em desenvolver a sociedade timorense, da qual educará os seus cidadãos segundo a realidade social para depois muitos estarem aptos a inserir-se na nova era da globalização. Muitas vezes, achávamos que o peso deste poder iria absorver tudo o que Timor-Leste adquiriu para

afirmar o seu novo Estado-Nação. O que está em nos promover na coesão de singularidade, como afirmação da nossa identidade, é a cultura nacional a ser evoluída para aperfeiçoar o cérebro timorense, na partilha no espaço a consolidação nacional.

Muitas afirmam que Timor-Leste é de uma sociedade atrasada e pobre, não é como outras, já independentes. Os próprios filhos não ignoram esta realidade, mas tem de ser alterada para abraçar o que é-lhe melhor como outras – independente e senhor de si própria.

Cada povo tem a sua cultura, em sentido humano, ela designa uma visão do mundo e o conjunto de comportamentos que a essa visão se ligam.

O conceito de cultura engloba, assim, as condições e os meios de conhecimento, as atitudes corporais e morais, a religião, constituindo quadros culturais que são diferentes de época para época. A história cultural do povo timorense insiste nas vias da oralidade, da família, da igreja, como vias de inculcação e de transmissão. Em paralelo das mesmas mentalidades, a história desta propicia a convergência daquilo que é consciente e do que é inconsciente, na vida e nas concepções humanas.

Pelo que foi dito, fácil se tornar a compreender que as concepções e manifestações do religioso se inserem também na história cultural e das mentalidades, sendo um sistema de ritos, de representações, de comportamentos, que permitem expressar as relações entre o homem e o mundo divino, permitindo igualmente que o homem «se pense», representando-se a si próprio e ao invisível. Através do religioso, o homem intervém pela oração e pelo rito no mundo, na natureza que ele mal conhece, tentando controlá-la, apaziguá-la, dominá-la.

Neste quadro aqui referido, para os naturais olham-na como um património coletivo, a amam, a respeitam e a honram, da qual asseguram o seu princípio de confraternidade.

Em tempos titânicos, esta presença contribuiu substancialmente a sociedade timorense a ser fiel aos seus princípios, na caminhada em busca do tanto esperava.

As manifestações culturais não são fáceis de as adaptadas por outros grupos sociais, em proveito da que exista. A migração de cultura encontra-se em acordo do tempo humano, quer dizer, razão que é associada a uma potência de saber, momento em que o homem se afirme capaz.

A migração cultural tem a sua utilidade, irá beneficiar a existente. Elevar o seu grau de acolhimento social, do qual o fenómeno ficará numa postura afirmada e convidativa a novas gerações de a perpetuar e de a desenvolver por entre elas. Esta busca de

simbolismo marcante na sociedade, gradual, potencia as relações do homem, no âmbito de construção de solidariedade em eficácia<sup>347</sup>.

A sociedade de Timor-Leste como costumamos afirmar é idêntica como outras. Tem as suas pertenças que a consolidam com o princípio de existência social – **singularidade** no Sudoeste Asiático.

O fenómeno em questão, muitas vezes, entra noutro espaço cultural – **arte**. Simbolismo que representa uma realidade de relação social, onde Timor-Leste, nele existe, em níveis de realidades como bens.

Timor-Leste sendo uma sociedade de múltipla etnia<sup>348</sup>, de *lenda, provérbio, barlaque, tais tradicional*, etc. a sua solidariedade alargava-se no âmbito de novos relacionamentos *feto san umane (da parte do marido e da nora)*. Tradicionalmente, os pais são as primeiras pessoas essenciais na construção desse relacionamento.

A presença mantém-se ativa em grandes quadros sociais. Em formas de grupos que promovem muito pela consolidação de grandes famílias em continuidade.

Os momentos de planos traçados para a construção de habitações familiares, os parentes chegam em grupos de 3, 4 a 5 pessoas como força de apoio no processo. O modo de dinamizar a atividade torna-se uma máquina de rápida resposta, onde o timorense o vê como um modelo essencial na construção de amizades mais afirmada e adorada.

Esta presença cultural introduzida se mantém com a que existia, com esta se transforme quando ao assistir o movimento das sociedades, em projetos inimagináveis como aconteceram do tempo de Alexandre o «Grande» de Macedónia, em 323 a.C.

A mudança indicia-se em quadros locais. O território torna-se em campo de acolhimento de estrangeiros. O entendimento com estranho se domestica por via mercantil de sândalo e de outros produtos naturais. O novo contato em comércio se dilata por entre as elites tradicionais e a amizade se cresce.

Doutro horizonte vem em busca de convivência por via de religião cristã com a sociedade timorense. A evangelização se estende perante alguma resistência de indígena local, mas os tempos condicionam os homens se tornariam pacíficos em entedimento.

As invenções do homem moderno multiplicam os sucessos de mudança de vida em muitas sociedades, nas diversas regiões. O novo modo de trabalho passa a modificar o quotidiano nas gentes em novas formas de participação nas organizações coletivas.

Na região do Sudoeste Asiático, Timor-Leste é uma ilha rodeada pelos mares do Índico, Pacífico e de vegetação, características medicinal e comercial. Esta zona irá

---

<sup>347</sup> Mattoso, José, a *Escrita da História, Teoria e Métodos*, Editorial Estampa, 1997, p. 176;

<sup>348</sup> Thomaz, Luís Filipe F.R *De Ceuta a Timor*, DIFEL, 1998, p. 600;

estar na cobiça alheia: árabes, chineses, outros asiáticos e europeus. Deixaram muitos sinais de contatos na sociedade, principalmente com os residentes litorais. Os timorenses perante o movimento de comerciantes de várias civilizações, os indígenas passam a adquirir os produtos não fabricados em Timor, igualmente conheciam os seus hábitos ao longo do tempo.

Os contatos não ficaram por aí, depois de realizar algumas experiências e iniciativas sociais com as sociedades ditas.

Os tempos também afirmam as sucessões no quadro de evolução de novas gerações. Finalmente, os indígenas chegaram em entendimento com os europeus portugueses, numa cooperação de ajuda-mútua que era feita de pactos e de acordos pela nobreza tradicional com os estrangeiros – não eram fáceis.

De acordo com a leitura das descrições de autores de renome histórico, os naturais com as negociações compravam machados, catanas, facas; os panos de algodão. Os novos produtos não fabricados em Timor tornam-se uma imagem de impulsionar o hábito quotidiano local em mudança. Os episódios, muitos deles, ficarão conhecidos na sociedade e os curiosos se surgem e se multiplicam sem limites.

A introdução de marcas para novos cenários ficará garantida sob presença portuguesa, mais acentuada. Os timorenses aceitaram-na na forma de domínio colonial. As duas comunidades passam a viver no mesmo interesse comum. Em paralelo, a Igreja tem uma enorme influência em leque.

A cultura europeia proporcionava-se no mundo indígena sob características greco-romanas até em plena contemporaneidade, vê-se a cultura superior do Ocidente na Oceânia. Pois, a evangelização dilata-se no seio da população local. Grande parte dela participa na adesão a catequese em frequência.

Aos olhos de muitos, um conjunto em unanimidade entrava a afirmar a consolidação social regionalmente. Para os timorenses, a esta manifestação seria-lhes um contributo na qualificação das que existem.

Como se referem nas páginas anteriores, as escolas funcionavam ao serviço da mesma sociedade. Os próprios naturais se formavam em professores nas escolas, onde ensinavam os filhos timorenses. Muitos destes se formavam em sacerdócio para potenciar a evangelização e converter os seus irmãos em cristãos. Da efera de introdução cultural a existente, em conjunto vai identificar/representar-se em manifestação pela identidade nacional de Timor-Leste perante outros povos.

A sociedade timorense afirma-se nos trajes tradicionais mantidos, onde localmente conta no uso quotidiano quer do género masculino/feminino. Este vai aperfeiçoar a sua natureza aquando sentir-se como necessidade de mudança.

Não nesse aspecto aqui referido, mas requer também o aperfeiçoamento da capacidade pela qualidade referente do que fabrica a matéria. Para isso, é necessário acreditar nas iniciativas de pessoas criadoras, depois núcleos sociais que andem em busca de melhores oportunidades e de metodologias que frutificam.

A independência constrói-se, ainda é débil, mas sem haver medo. Se recuarmos-nos um pouco para trás do processo que hoje temos em posse, muitos o recusavam, maltratavam-no e espezinhavam-o quando atravessávamos com o mesmo, nos 24/25.

No quadro de globalidade de Timor-Leste, a geração atual está ciente a respeitar a identidade nacional. Percebe a independência de Timor-Leste não foi fácil para depois virarmos as costas – à traição.

Aqui ficamos a compreender que uma nação não se constrói por uma decisão política, mas por uma consciência nacional. Como resultado de diversidade em unanimidade assumida e interiorizada por todos no território. Quando os cidadãos se aproximem das urnas de eleição, o seu coração se alerta: cuidados se perderem os votos, Timor-Leste sairá absorvido de tudo (língua, dialetos, vozes próprias), ou a cultura do país afundada.

As glórias intelectuais provêm, essencialmente, como coordenação de quadros sociais em representar espaços demográficos. Os mesmos olham-nas como fundamental na construção da unidade social a difundir a identidade nacional, quando territorialmente é admitida assumi-la.

O povo da ilha estava a ser constatado em constituir-se em sociedade, politicamente singular. Quando lembramos dos episódios que arruinavam a homenagem vassálica de Timor ao rei de Portugal, no século XVII. Facto que resultou a ilha despedaçada em duas partes: *Timor Díli/Portugal e Timor Ocidental Kupang/Holanda*. Do poder laranja em associação com as forças islâmicas determinaram domesticar a metade da ilha em questão.

Em 1652, a capital administrativa colonial portuguesa em Cupão fora transferida a Lifau/Oecusse. Numa forma bem analisada, o Povo dos *Belos* simpatizava os homens da nova religião cristã – missionários europeus de promoção de evangelização.

A presença cristã em convívio com os hábitos tradicionais de crença animista e de cultura social parecia adquirir um efeito muito moderado.

Ao longo do tempo, em épocas muito turbulentas, desde o século atrás citado ao século XX, esta realidade está confirmada no comportamento social da sociedade em construir a sua identidade nacional. As características, em termos geográficos, numa crise política de armas consolidavam o povo timorense na afirmação da sua unidade ao nível do território.

Em termos de organização social, está a elite tradicional organizadora junto dos seus reinos. Mantém a constante rede de coordenação para perpetuar o hábito nos membros a nível tradicional. O intercâmbio entre a cidade pólo e o rural ajudava o crescimento.

Em estado de viagem de compreensão do comportamento do homem é difícil afirmar o que tem para nos valer. Há uma janela que nos valha a informação cultural em fases corretas da sociedade a perceber dela. O que tem vindo a exercer em termos de relações sociais e familiares terá de ser por História (Mattoso, José, a Escrita da História, Teoria e Métodos, Editorial Estampa, 1997, p. 166).

Sem a História, não saberemos as coordenadas etapas do comportamento do homem. Dela, os antigos homens e novas gerações, no quadro das suas proximidades do quotidiano descobrirão a radiografia da cultura humana em dimensões. A coabitação social é a fonte de nos abrir possibilidades a conhecer como é a solidariedade de entre membros, em etapas de desenvolvimento. É através da História que o caminho irá descobrir meios necessários que ajuda a consolidar a harmonia de forma vivida.

Em certas sociedades, depressa se afirmam em quadros territoriais, quando o cristianismo se progride em construções de igrejas, capelas, grutas, estátuas, erguidas nos bairros cristãos. As suas interpretações levam as comunidades a perceber do sentido, como benigno a vida social em épocas duradouras.

Esta marca, artificialmente se expande sob opções de grandes grupos sociais, em caminhos que escolheram para os confortar na vida de todos. Muda o homem de espírito e de material, progressivamente do seu quotidiano.

A potencialidade da cultura humana quando for aceite por uma dimensão territorial, em constantes mobilizações para representar a unidade social, aí está a identidade nacional.

As escolas em extensão sob características de civilização ocidental de onde a sociedade timorense nela vive. Em tipos materiais, são constatados nos diferentes reinos do país, a partir da *cidade eterna*, edifícios e até nos hábitos dos naturais através do secesso das escolas onde se edificam se assemelham da cultura ocidental.

Em paralelo, a instituição educacional que se refere, a doutrina cristã alarga-se por meio de Tétum, indo chegar a certos recantos demográficos. A adesão tornar-se-á simpática para os indígenas, de modo que o Tétum passa a ser *língua litúrgica*. A doutrina começava a ser simpatizada por conversos e não conversos. Muitos escolarizados dos primeiros tempos afirmavam o acolhimento por ser de características muito moderadas.

Na cronologia oral narrada pelos mais velhos, que até a coabitação de duas comunidades (com europeus) nos princípios do século XX, ainda desconhece a pacificação entre reinos.

As décadas seguintes, o movimento social indiciava-se em aproximações com outros reinos. Criavam-se novas atividades coletivas. Nas conversas escutavam-se uns aos outros à vontade. Pela observação parecia no seio da comunidade encontrar-se algo de entendimento por presença cristã, como novo modelo de convivência social.

O panorama social parecia entrar a uma mudança no âmbito de encontros, influência do exterior aquando os pactos e amizades tornavam-se leis segundo o olhar dos naturais.

Pela visão cultural não é fácil abordar a civilização neste novo Estado soberano da Ásia. Ainda que assistíssemos a casas pujansas, bons carros de conteúdos maravilhosos, estradas alcatroadas de ontem, pontesinhas começadas na semana passada suspendem-se por problemas desconhecidos.

Não é um chefe tradicional de calça e de sapatos, de óculos e de chapéu de akadiru<sup>349</sup> a aparecer de cavalo num bazar de uma vila rural a espantar a comunidade. É preciso assistir o domínio da natureza pelo homem. Ela tem de representar o equilíbrio, quer dizer, equilíbrio entre o homem e a natureza (Luís Filipe Thomaz, País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste, Fundação Oriente, 2008, p. 40).

Um país de polietnia é difícil de afirmar a consolidação cultural quando abordarmos do caso de singularidade. Mas isto não significa impossível apanhar a abertura ao entendimento do interesse comum. Reparamos que os timorenses, todos mergulham em passar por vias de **Tétum e Portuguesa** onde se eternizam em laços de união. Ao fim ao cabo, acredita-se que Timor-Leste vive numa cultura que o garante assegurar o seu direito universal, ainda que se sacrificasse por rumos de grandes oceanos.

Estudar a História e Cultura do outro, à nossa terá o lugar de respeito nas sociedades estrangeiras.

Para Timor-Leste, quando se fala do atual estatuto, muitos estrangeiros que saibam da posição geográfica afirmariam que o país encontra-se na Insulíndia, ignorarem-se da colonização e diriam pertencer a Indonésia, de influência islamista.

No quadro da interpretação da identidade nacional recuso-me afirmar que até agora muitos naturais aderem à vontade dos conversos que constituem uma grande zona de várias etnias a organizar as atividades coletivas. Neste campo de coabitação múltipla

---

<sup>349</sup> Palmeira, *planta de produção de vinho espumoso ou tuak para beber como espécie de cerveja* de Timor-Leste;

parecia inexistir aí o antagonismo social. Todos os cristãos, na sua participação nos ritos de fé apelam pela solidariedade e pela paz de todos.

Na forma de observar a opção da maioria associada ao cristianismo, indica-nos sem olhar para as outras hipóteses do Além. Por minha própria observação diria que a influência divina vivida com a língua portuguesa constitui um modelo adequado e permanente a representar-se no homem como uma área central – identidade nacional. Um facto que se verifica sem atalho a periferia. Não é necessário ignorar as cerimónias, nas quais surgem repetidas vezes, os discursos políticos que apelam bons sucessos das actividades coletivas, no âmbito de solidariedade construída. Como repetição que temos, mas finalmente todos pensam em Timor-Leste.

A nova geração desde que tenha a capacidade de aumentar a produção económica para o país, tudo o resto irá resolver com o tempo. Mas para isso é necessário um estímulo que seja real entre nós e todos para o futuro. Senão, a sociedade não consegue viver e como é que podemos arranjar isto e aquilo. Pois, a nossa identidade, ao longo de tanto tempo, vinha procurando a sua identificação. Em proveito, da qual queremos afirmar, é ela que já está clarificada por entre as sociedades mais justas e dignas. Somos nós, agora, levaremos-nos a tratar de modo a assegurar o que nós precisamos para o país.

A identidade passa a ser um centro onde os cidadãos ou a comunidade tem relações com outras de modo a fazer o que lhe é útil. Tudo quanto é possível para transformar as matérias que são necessárias para a população. Pela qual o povo escolariza os filhos/cidadãos a valorizar a sua História como património memorável da Nação.

Os povos de outros países começam a fazer a peregrinação por aquelas terras, dantes desconhecidas as suas propriedades, passam a ser conhecidas as riquezas, artes e tantas outras coisas venham a ser cada vez descobertas.

Pois a identidade é uma das maravilhas do povo que a qual faz o seu bem-estar mais seguro. É desta realidade mais concreta e firme tem feito para essas finalidades o que interessa-nos dar a paz e a harmonia entre os países e as fronteiras. Assim as fronteiras terrestres fazem entre câmbios nos negócios e nas relações políticas e outras mais ainda.

Os cidadãos tornam-se mais felizes quando estão ligados pacificamente uns e outros embora fossem de outros países.

É nestes sentidos de identidade que os povos criam internacionalmente muitas organizações e as embaixadas nos países de amizade e relações. Mas existem códigos internacionais que os possam fazer entradas e saídas, à vontade. Por isso, face a tantos povos com nações diferentes, encontram-se em lugares comuns para aprender e investigar o que lhes faz entender.

Todos os povos que tenham autoridade e de grande responsabilidade de identidade pelos seus cidadãos parecem entre eles, de modo a terem de respeitar os limites territoriais, de forma comum e exacto.

Quando falarmos das identidades no sentido geográfico é falarmos das pessoas como é que podemos estabelecer relações com o de outro. Por este sentido que as pessoas ao longo dos tempos nunca falharam de a exercerem. No entanto, ficamos todos a saber de que éramos orientados, finalmente, para esta finalidade.

Pois, este campo é lógico às comunidades e entre outras não podem esquecer formar-se para serem leais aos nossos antepassados. São eles os próprios que deixaram toda esta importantíssima liberdade para todas as gerações de hoje e do futuro com muito sacrifício. Devemos honrá-los e respeitá-los, se esquecermos o passado é esquecer a nossa vitória!

Se somos independentes, somos obrigados a reconhecer a nossa língua oficial que é a língua portuguesa, como língua de ensino! No entanto, as outras como inglês, como ensino passivo para utilizar em momentos especiais. De modo que, internamente, todos nós compreendemos que para comunicar com os outros, de Oe Cusse a Lospalos, é em Português e em Tétum. Uma nação independente como Timor-Leste tem Línguas, Histórias, Culturas próprias.

Na região, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia, etc., cada um fala a sua língua. Para enriquecer a sua língua, o governo abre cursos para aqueles que queiram melhorar aquelas línguas que tinham aprendido suficientemente. Assim, poderão futuramente estabelecer boas relações e amizades. Não só a isto, chegam a relacionar histórias e culturas de outro país, como sendo uma memória de todas.

A identidade que temos é uma realidade que deixámos para trás o regime colonial. E tornámos o regime de acordo com as regras justas e leais para os cidadãos timorenses.

É verdade, nós não esquecemos o que é nosso e dos portugueses. Os portugueses entraram cá e dominaram a Oceânia. Fizeram-se relações com os Régulos e Dados. Os Régulos e Dados, fiéis à Pátria com os Portugueses fizeram a **fronteira** com os Holandeses, enquanto não havia nenhum que se imaginava dela.

Hoje, Timor-Leste já é independente com as inspirações de Portugal.

Portanto os timorenses ficam a espera que esta terra se torne melhor a defender-se conforme as condições que os garantam. Pelo facto de Portugal aparecer em dar direito à todos os povos que sejam felizes em independência. E de facto, a revolução de 25 abril apareceu para exigir mudanças a todas as colónias.

Todos os países que estivessem sob a soberania portuguesa, desde o tempo da Monarquia até ao mundo Contemporânea estão todos independentes. Tornam-se

diferentes e modificados internamente, segundo as suas possibilidades. Mas eles levam-se à promoção como direitos a tudo. Têm todo o apetite para entrar conforme as suas intenções de baixa e longa duração. Criar as suas embaixadas junto dos países que se pensam amigos e de relações.

Não só isto que conseguem. Conseguem levar um conjunto dos seus descendentes para países avançados para aprender e melhorar o que queriam para o seu país. Mas querem aprender dos povos que têm muito mais interesses. Por tudo isto, será um acréscimo para a sua identidade própria. Não só queria isto, mas tudo o que aprende em fazer laços de amizade entre os povos.

Com a identidade reconhecida por todos povos e deve conhecer as doutros como sendo importante para a promoção a vida de todos.

O povo de Timor-Leste, antes de mais nada, ficava a cargo dos portugueses. Com o que tinha aprendido durante a temporada para ser o futuro e próprio da singularidade sua. O povo que quer ajudar outros em miséria e dificuldades em todos os panoramas para ultrapassar. Por muitos que não chegava a ajudar, mas chegava a ajudar o país-irmão. Guiné Bissau ainda que valha a receber, mas já contava entre os mais duros da vida.

A identidade própria com que o levou a estar próximo a passar relações com as organizações mundiais ficará mais próximo e fiel. Convocando-o participar reuniões de alto nível, apresentando os seus pontos de ordem, como determinar apreciações firmes.

Com países ricos em riquezas imateriais onde produzem os seus efeitos mais vantajosos na sociedade que se passam relações com outros. Pois toda esta realidade faça animação entre os homens, as mulheres e os rapazes. Através destas poderemos transmitir as informações culturais para aqueles que desejam aprender. Até podem melhorar as cantigas suas e as músicas que eles têm feito, mas podem de tal modo elevar as suas melodias.

Até com os animais vêm em crias em géneros. Têm mais fêmeas que produzem leites para outras coisas principais. Dão carne ao homem para amamentar o seu corpo. Mas os animais alimentam-se de ervas, bebem água e orvalho para reforçar a sua vida. Eles procuram descansar após alimentarem-se de ervas para por os alimentos nos respetivos lugares. Mas também têm o seu lugar que é curral bem arranjado para eles.

O homem tem consciência em fazer relações com os outros. O que entende nele é a curiosidade de ir saber mais coisas com outras entidades. É daí destas informações colhidas que transformam o homem a descobrir novas fronteiras. É este

descobrimo do homem simples com o apoio das organizações mundiais, de facto, ultimamente, que se torna verdadeiramente com a identidade própria.

Era assim nesta ordem de iniciativas. De facto, está construindo as casas dos seus antepassados. Estas casas, quando prontas, ficam a espera das comunidades reunidas. Todas trazem comidas, bebidas e animais. Vendo assim todos os parentes estão cumprir as suas responsabilidades, então, todos passam a comer. Depois de ter acabado de comer, vêm **malus, buah, ahu**, (betele, areca e cal, são produtos para mascar) conforme o estilo de cada grupo. De facto, o estilo tem andado diferentemente, mas como região das mesmas comunidades não andam distanciados. Mas tem construído muitas destas casas, nos vários lugares o que se dá vantagens aos seus filhos.

Mas os timorenses, transformados pouco a pouco segundo o que a Europa leva consigo para viver. Mas não significa o caminho para por de lado o que lhes pertenciam. Andam em conjunto e vivem por interesse dos mesmos. Contudo, dos mesmos que pretendem assegurar o do estrangeiro, mas não querem dizer que tudo isto vem para trocar o que há em Timor-Leste. Tendo o que existe em Timor-Leste procurar melhorar todos os aspetos da cultura.

O vestir é que como a sociedade mantém as suas formas de ser. Nas capitais vê-se o vestir um pouco diferente. Toda a maioria do povo está de acordo com tipo de escolha quando é que se deve concretizar-se.

O sentido de viver à caça sai com *azagaias, diman, flecha, catanas, etc.* têm o mesmo que os outros têm praticado, cá no território. Em Timor-Leste, à caça que tem o seu valor é o veado e javali.

A curiosidade do homem está no seu valor! Prepara o homem a andar de cavalo. Devagar e rápido! No entanto, indo preparar-se no cavalo até perceber andar nele. Para o homem domesticar o animal cavalo, é necessário para ser se amigo do homem. Portanto, o cavalo torna-se mais amigo do homem a ser mais amicíssimo. No fim, o cavalo é o único transporte do homem. Pode levar o homem a qualquer sítio que seja benéfico. No entanto, pode levar um potro/cria onde a erva pode transmitir boa alimentação.

## Capítulo IV – Missão da hegemonia indonésia: eliminar a geração timorense

### 1. Pretensão em eliminar a geração timorense

Nos ideais, em princípio da guerra, grandes políticos dos altos civis e militares queriam tudo por completo abafar, isto é, eliminar, sem voz nem ruído. Entretanto pode entrar nos meios fuzis por várias formas de que nada pode suportar como pensavam. Mas iam combatendo até que eles pensassem que fosse apoiado por forças estrangeiras. Mas o que pensava, não existia na memória.

Porém, tudo o que fosse como pensavam as suas autoridades, para que isto sucedesse em rápida como pó onde o vento leva por aí fora. Anos por onde arranjam aumentando forças armadas em cheios em Timor-Leste. Todos os concelhos e distritos de Timor-Leste ora montadas autoridades de várias espécies e seus competentes.

As populações iam as montanhas, procurando o seu abrigo; eles próprios arranjam os alimentos e procurando para os alimentar. Os falintis nos seus respetivos lugares, recebem ordens, as alimentações segundo as especialidades que eles têm.

Eles sabem muito bem que os portugueses depois de saírem em Timor-Leste, não têm outros que fossem representantes timorenses. Ficarão os timorenses sem saber do destino. Portanto, aí decidiam intervir o território com todos os poderes existentes que havia em solo pátrio. Viam Timor-Leste como queriam com os restantes não militares e todos como pretendiam.

Porém, os indonésios estavam cá e mandavam como nas suas terras lá em Jawa, Surabaia, Bandung, Kupang, etc.. Entretanto, como desgraçados os timorenses, conforme consideravam os javaneses, não queriam os timorenses até nas vilas o Bispo respondia-os com o referendium.

Por aí fora, estas reivindicações repetiam-se, acabam por ser atentamente ouvidas nas nações unidas e até fazem chegar por organizações internacionais, etc. Não só isto. As grandes nações chegam a pedir pessoalmente para resolver o problema pelas Nações Unidas, mas não querem. Entretanto, o Presidente americano fez tudo pelas Nações Unidas em convidar Indonésia a se sentar na mesa com ONU, Portugal e assim resolve-se com mesmos.

Depois da independência de Timor-Leste, começa a procura dos amigos que não conheciam no tempo colonial, quer na ASEAN como na Europa até outros continentes.

Assim como agora a juventude timorense abre-se energias próprias a lançar-se para esses territórios para conhecerem mais coisas. Isto é, conhecem mais culturas e aprendem saber línguas. Para estas coisas lá vão muita gente até a Inglaterra, Irlanda do Norte, Portugal, Canadá e a Coreia do Sul.

Por tudo isto, podemos considerar que era um dos mais vantajosos para a nossa vida política. Porque os países que os aceitavam gostavam muito de os propagar a política e a razão de ser como nações amigas e irmãs.

Entretanto, nós temos bastante satisfeito de conduzir o nosso povo para o lado que tem muitas a fortalecer. Sendo uma das partes que o povo quer e que goste segundo as realidades.

Por enquanto, para os futuros o que os atuais têm feito políticas muito foveráveis, onde permitem favorecer e potenciar internamente. Sendo assim, é um bom fortalecimento para o país. Assim o país novo, com a sua população e as gerações de várias tendências, ao mesmo tempo, todos estejam tranquilos em viver amigavelmente em unidade.

Entretanto, nós estamos bastante satisfeitos em conduzir o nosso povo para o lado que tem muito a fortalecer. Sendo uma das partes que o povo quer e de que goste segundo as realidades.

Porém, nós os timorenses devemos esforçar-nos quão possível para controlar o que temos no mar. Verificamos que os navios de países vizinhos de grande pesca fazem segundo as suas capacidades, em várias áreas. No entanto, nós temos ouvidos nalgumas vezes, os navios em nosso favor fazem segurança quanto ao mar que permite boa condição, mas é tudo, admite-se falhanços por alguma parte e é volumosa.

É a nossa vez de determinar a nossa maior força sobre o projeto que vem iluminar o nosso progresso. Isto é, de estender os esforços dar maior autonomia as nossas escolas, desde as mínimas até as escolas superiores. Fortificar as que são chamadas de Escolas Técnicas para dignificar e alargar espaço de trabalho. Pois esta seria um trabalho onde os professores podem, minuciosamente, com os alunos ou politécnicos a entrar nesta séria de experiência eficaz.

Pois a **escola** é única entre homens onde, pormenorizadamente, pode influenciar a capacidade e criar o melhor do homem. Por isso, não queremos ver-nos como estamos, mas chegamos a justificar algumas coisas. Quando o mundo humano entrava em capacidade de inovação, sobretudo de seus dirigentes, com camponeses sobrecarregados de impostos, com mercadores sem perspectivas de futuro face à prepotência do poder, por exemplo, impérios asiáticos.

O antigo governador e ex-vice-primeiro ministro, Kai Rala Xanana Gusmão, em 16-05-2017, fez o seu discurso sobre a sua conversa com o coronel Purwanto da Indonésia, em Lari Gutu, no ano de 1983. Teve o interesse pela Educação de Timor-Leste. Tinha a sua primazia de insistir o **Tétum** e a **Língua Portuguesa** como língua própria do país. Pois, dia 19/05/2017, não suportava a doença com que tinha, fechou-se os olhos para sempre.

De facto, cá não temos, como agricultor tinha o estímulo de ligação à terra, porque não há transmissão dos nossos antepassados. Assim não podemos imaginar qualquer invenção reprodutiva a não ser o passar dos tempos, é que os nossos homens poderão chegar como agora, pé como antepé. Assim também como nós os homens iremos aprender, independentemente do local onde se encontram: a língua surge como um importante factor de identidade coletiva. Pessoa chama-lhe Pátria – **“a minha Pátria é língua. A língua timorense e a língua Portuguesa”**.

A minha terra pode não ser boa como dos outros onde cresce favoravelmente o maior progresso. Mas também outros precisam dele (Timor-Leste), por existir solidariedade e camaradagem e isto torna-se especial a todos. Sabem como outros estão a fazer. De modo que a sociedade sabe para onde os homens rodeiam para fins de colaborar nos sítios como próprios.

Por tanto, as revoltas de Timor-Leste, quando se davam de costas, de modo mais agressiva, e não havia quem os mandava em tranquilos. Aí, deveria abandonar-se a cada um e seguir para onde queira o seu lugar. No entanto, seria como uma força que se impunha uma e com outra.

## CONCLUSÃO

O trabalho decorre-se regularmente bem do estudo da história de Timor-Leste, de que a sociedade tanto tempo convive com os portugueses. Entretanto os portugueses, vivem na colónia com ideias não definidas de maioria com outras comunidades. No entanto, a maioria timorense, do lado central da zona teria um grande desânimo com os europeus.

Os timorenses arranjaram um grupo com um gatuno, querendo apresentar ao administrador do concelho, um jovem tenente, Luís Alvares Silva. Entretanto, um homem que fez o roubo apresentou-se ao senhor administrador. Assim que apresentou ao administrador começou dar pauladas pelo homem, Luís Alvares Silva. Este correu a arma para se defender, mas não podia e o foi morto. A mulher queria salvar o homem, mas não o podia. Ela leva para Díli a filha onde era cuidada. E mesmo assim, o Posto administrativo de Laku Maras era conquistado pelos holandeses (1912); por outro lado, a população sofreu por mais uma invasão japonesa, durante três anos mais duros na história do homem (1942-1945). Esta invasão era uma guerra europeia onde caminha por linhas de aliança que leva o Japão a meter-se com grandes desarmonias com o povo pacífico. Porém, o povo pacífico entrava em agonia, com todos os povos da região, desde o Nepão fazia aliança com grandes nações da época.

Pelo facto de o Japão entrar em guerra com todas as regiões da Ásia, ela terá de responsabilizar as suas consequências. Isto é, no mês de agosto de 1945, o Japão sofreu um grande bombardeamento atómico no Nagasaki e na Hiroshima. Onde Japão tinha de retirar as forças nas regiões do Pacífico e também evacuou os ocupacionistas em Timor.

No entanto, o povo na sua terra querendo a justiça e a paz. Porém, o 25 abril de 1974 surge em Portugal, a Revolução, onde Timor-Leste era ainda colónia, chegava a criar os movimentos de libertação nacional. Mas o povo gostava de uma Libertação Nacional, indo enfrentar o maior do seu inimigo durante mais de 24 anos. Tendo para isso, ganhou a vitória da Independência de Timor-Leste. Todas as Nações Unidas e as Organizações não-governamentais tiveram o seu apoio por completo.

Timor-Leste ficou assim independente na região da Ásia Sueste com seus direitos, onde são reconhecidos nas Nações Unidas de 2002.

O povo fica a saber que o seu território agora está nas mãos das Nações Unidas, livre de todas como país de direito e justiça. Trata-se da paz e da tranquilidade dos países que estão ainda a desconhecer a justa causa dos que querem ser a certeza

dos seus bens, como direitos e independentes. Todos os povos têm o direito de reconhecer aquele que luta para a sua sobrevivência de tudo o que existe na sua terra. E de facto, faz com que todos os países sejam amigos e irmãos, livremente, para a entrada livre de qualquer outro que seja idêntico. Para isso, é preciso que sejam amigos e se conheçam mutuamente como irmãos.

## BIBLIOGRAFIA

- Acácio, Manuel, *A Última bala é a minha vitória*, Oficina do Livro, 2006.
- Accoce, Pierre, e Dr. Reutchn, Pierre, *estes doentes que nos governam*, Agência portuguesa Revista, 1976.
- Alkatiri, Mari, O primeiro Primeiro Ministro do Governo da RDTL, *Timor-Leste - O Caminho do desenvolvimento, os primeiros de governação*, LIDEL, 2005.
- Amaral, João Bosco Mota, *em louvor de Timor*, Instituto Francisco Sá Carneiro, 2002.
- Amaral, Teresa, *Timor-Leste: Crónica da observação da coragem*, Quarteto, 2002.
- Amnistia Internacional – *Indonésia e Timor-Leste. Poder e impunidade. Os direitos humanos sob a nova ordem*, Imprensa Municipal de Lisboa, 1994.
- Aparício, João, *Uma Casa duas Vacas*, Caminho da Poesia, 2000.
- Araújo, Carlos, *Lisboa e os descobrimentos 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, Terramar, 1992.
- Araújo, Abílio, *Dato Siri Loe II*, Aletheia Edições, 2012.
- Azevedo, Carlos Moreira (direc.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, CEH – UCP, Círculo Leitores, 2000, p. 404.
- Barata, Filipe Themudo (governador de Timor 1959/63), *Timor contemporâneo da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Equilíbrio, Lda, Edições de Barreto, Luís Filipe (Edição) *Rumos de Macau e das Relações, Portugal-China (1974-1999)*, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2010.
- Barreto, Luís Filipe, *Actas do Seminário-Rumos de Macau e das Relações Portugal-China (1974-1999)* CCC de Macau, I.P., 2010.
- Bessa, Carlos Gomes, *a libertação de Timor na II Guerra Mundial*, Academia portuguesa de História, 1992.
- Cann, John P., *Contra-Insurreição em África 1961-1974 – O modo português de fazer a guerra*, Atena, 1998.
- Cardoso, Luís, *o ano em que Pigafetta completou a circum-navegação*, Sextante Editora Ficção, 2013.
- Carrascalão, Mário Viegas, (Gubernur Timor Timur=Governador de Timor-Leste), *Timor antes do futuro*, Mau Huran Printing (Timor-Leste), 2006.
- Carrascalão, Maria Ângela, *Taur Matan Ruak, a vida pela Independência*, Lidel, 2012.
- Catroga, Fernando, *o laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, 1988 – análise social, vol. XXIV.
- Carvalho, José, *A Concordata e o Acordo missionário de Salazar*, Occidentalis, 2008.

Carvalho, José dos Santos, *Vida e morte em Timor durante a II Guerra Mundial*, Composto e Impresso da Grafia de Lamego, 1972.

Carvalho, Manuel de Abreu Ferreira de (governador), *Relatório dos Acontecimentos de Timor de (1942-1945)*, Edições Cosmos, IDN, 2003.

Castro, Gonçalo Pimenta de (governador interino, coronel) *Timor (Subsídios para a sua história)*, Agência Geral das Colónias, Lisboa – MCMXL IV (1944).

Chandeigne, Michel (direcção da edição francesa) e Araújo, Carlos (direcção da edição portuguesa), *Lisboa e os descobrimentos. 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses*, Terramar, 1992.

Coelho, Manuel, *Timor-Leste, outro rosto na história do Oriente* (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, 2011) FLUL, 2011.

Costa, Luís (ex-padre) *Introdução histórica*, 1998.

Irmão Coutinho, Luís de Sousa, Adeus Timor, *Eu Portugal me confesso. Mau-Bere-Kohe*, Edições Ecopy, 2011.

Duarte, Nédio, *Romance em Timor – O menino de Lahane*, Canallagos Editora, 2007.

Duarte, Teófilo (ex-governador de Cabo Verde e de Timor, Vogal do Conselho do Império Colonial), *Ocupação e Colonização Branca em Timor*, Porto, 1944.

Durand, Frédéric, *Timor-Leste, País no cruzamento da Ásia e do Pacífico, Um Atlas histórico-geográfico*, LIDEL, 2010.

*Enciclopédia da História Universal*, Selecções do Readers Digest, 1999.

Felgas, Hélio A. Esteves, *Timor português*, Agência Geral do Ultramar, 1956.

Felgueiras, João e Martins, José Alves (padres jesuítas de Dare), *Nossas memórias de vida em Timor*, 2.<sup>a</sup> edição, Editorial A.O. Braga, 2010.

Fernandes, Abílio José (Padre, Vigário Geral e Superior das Missões de Timor), – *Esboço histórico e do estado actual das missões de Timor*, 1931.

Fernandes, Moisés Silva, *Timor português na política externa de Suharto: O regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974*, s.l. 2006.

Ferro, António, *1926-1932 a ascensão de Salazar*, Centro Editor PDA, 2008.

Ferreira, Manuel de Pinho, *a Igreja e o Novo Estado na obra de D. António Ferreira Gomes*, Fundação SPES, 2004.

Ferreira, José Medeiros, *Cinco regimes na Política internacional*, Editorial Presença, 2006.

Ferreira, Alves (Capitão pil.) *O último voo sobre Timor*, Paisagem Editora, s.d.

Ferreira, José Manuel, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Editorial Presença, 2006.

Frei, Norbert, *O Estado de Hitler*, Notícias Editorial, 2003.

Frei, Norbert, *O poder nacional-socialista de 1933-1945*, Notícias, 2003.

Gaspar, José Martinho, *os discursos e o discurso de Salazar*, Prefácio, 2001.

Gomes, Adelino, *As Flores nascem na prisão Timor-Leste, Ano um*, Círculos Leitores, 2004.

Goulart, Jaime Garcia (bispo de Timor) *Reorganização das Missões de Timor: 1874-1878 in "Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau" N.º 423*, 1939.

Guerra, João Paulo, *Descolonização portuguesa – o regresso das carvelas*, Oficina do Livro, 2009.

Gunn, Geoffrey C., *Ao encontro de Macau, uma cidade-Estado portuguesa na periferia da China, 1557-1999*, Aureliano Barata, 1998.

Gunn, Geoffrey C., *Timor Loro Sae 500 anos*, Livros do Oriente, 1999.

Gusmão, Xanana, *Timor Leste, Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, 1994.

Hesse, Helge, *a história do mundo em 50 frases*, Casa das Letras, 2011.

Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos, História Breve do Séc. XX (1914-1991)*, Editorial Presença, 2002.

Indonésia e Timor-Leste – *Poder e impunidade, os direitos humanos sob a Nova Ordem*, s.l. e s.d.

Inso, Jaime do, *a última revolta em Timor 1912*, Edições Dinossauro, Lisboa, 2004.

Ja, Joseph S. Nye, *Compreender os conflitos internacionais, uma introdução à teoria e à história*, Gradiva, 2002.

Jesus, José Manuel Duarte de, *Casablanca o início do isolamento – memórias diplomáticas: Marrocos 1961-1963*, Gradiva. 2006.

Jornal «o Retornado» *denuncia ao Mundo, o pavoroso caso de Timor*, 1976, Literal-Selecta, Lisboa.

Jr. Joseph S. Nye, *Compreender os conflitos internacionais-uma introdução á teoria e à História*, Gradiva, 2002.

Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Grádiva, 2007.

Kohen, Arnald S., *D. Ximenes Belo por Timor*, Notícias Editorial, 1999.

Leitão, Humberto, *Boletim da Agência Geral das Colónias in "algumas indicações sobre nossa colónia Timor"*, 1929.

Letria, José Jorge, *Quem assim falou, grandes frases de todos os tempos*, Oficina do Livro, 2011.

Liberato, António Oliveira (capitão), *O caso de Timor, invasões estrangeiras, revoltas indígenas*, Portugália Editora, Lisboa, s.d.

Lima, Fernando, *Timor da guerra do Pacífico à desanexação*, Instuto Internacional de Macau, 2002.

Magalhães, António Barbedo, *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição indonésia*, Gradiva, 1999.

Marques, Vasco Sivério e Borges, Aníbal Mesquita, *Portugal do Minho a Timor*, Vega, 2008.

Marques, A.H. de Oliveira, *História de Portugal vol. III desde os tempos antigos até à Presidência do Sr. General Eanes*, Palas Editores, Lisboa, 1986.

Martinho, José Simões (capitão), *Timor, quatro séculos de colonização portuguesa*, Editora-Livraria Progredior, 1943, pp1-77.

Martinho, José Simões (capitão), *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo Corte Real*, Lisboa, 1947, pp. 5-34.

Martinho, José Simões (capitão), *Problema da Administração e Colonização da Província de Timor*, 1944, pp. 102-134.

Martins, S.J., José Alves, *Da Cruz ao Sol Nascente. Experiências de um jesuíta em Timor-Leste de 1974 a 2012*, Editorial A.O., 2014.

Matos, Luís Salgado de, *a separação do Estado e da Igreja – Concórdia e conflito entre I República e o Catolicismo*, D. Quixote, 2010.

Mattoso, José, *a Escrita da História, Teoria e Métodos*, Editorial Estampa, 1997.

Mattoso, José (direcção) *História de Portugal VII Vol. O Estado Novo (1926-1974)*, Editorial Estampa, 1998.

Mattoso, José, *A Dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense*, Temas e Debates, 2005.

Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar uma biografia política*, D. Quixote, 2010.

Messias, Jorge, *O crepúsculo dos Deuses. Igreja e fé?... Igreja e lucro?... Queda ou ascensão?*, Campo das Letras, 2001.

Mesquinho, Nito, *o Parnaso timorense*, INCM, 2013.

Moniz, Júlio Botelho, *Visões estratégicas no final do Império*, Tribuna, 2007.

Morais, Carlos Alexandre de, *Cronologia geral da Índia portuguesa 1948-1962*, Referência/Editorial Estampa, 1997.

Mourre, Michel, *dicionário de história universal*, vol. I, Edições ASA, 1998.

Mourre, Michel, *dicionário de história universal*, vol. II, Edições ASA, 1998.

Oliveira, Armindo Monteiro, *Uma biografia política*, Bertrand Editora, 2000.

Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol.III, Fundação Oriente, 2004.

Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, Vol.IV, Fundação Oriente, 2004.

Oliveira, Pedro Aires, *Os despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa 1945-1975*, Lisboa. Tinta-da-China, 2007.

Oliveira, Pedro Aires, Armindo Monteiro, Bertrand Editora, 2000.

O poder e impunidade – os *Direitos Humanos sob a Nova Ordem*, Imprensa Municipal da CML, 1994.

Paço, António Simões do, *os anos de Salazar 1943-1945 «o governo inglês pediu e o governo português concedeu»*, Centro Editor PDA, 2007.

Paço, António Simões do, *1960 fuga de Peniche*, Centro Editor PDA, 2007.

Paço, António Simões do, *1958 o general Sem Medo*, Centro Editor PDA, 2007.

Paço, António Simões do, *1961 o ano de todos os perigos*, Centro Editor PDA, 2007.

Paço, António Simões do, *1968 Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Centro Editor PDA, 2007.

Paço, António Simões do, *1973 nasce o MFA*, Centro Editor PDA, 2007.

Parker, Noel, *As Revoluções e a História*, Temas e Debates, 2001.

Parker, R.A.C., *História da II Guerra Mundial*, Edições 70, 2006.

Pélissier, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, Editorial Estampa, 2006.

Pimenta, Fernando Tavares, *Portugal e o século XX, Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Edições Afrontamentos, 2010.

Pinto, Jaime Nogueira, *António de Oliveira Salazar, o outro rosto*, 2.<sup>a</sup> edição, A Esfera dos Livros, 2007.

Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis, Ideologias, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Editorial Estampa, 1994.

Pinto, José Filipe, *o ultramar secreto e confidencial*, Almedina, 2010.

Pires, Mário Lemos (último governador de Portugal), *Descolonização de Timor Missão impossível?* Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994.

Idem, *Relatório do Governo de Timor (período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975)*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981.

Pires, Paulo, *Timor Labirinto da descolonização*, Edições Colibri, 2013.

Ramos, Rui (Coordenador) Sousa, Bernardo Vasconcelos e Minteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 3.<sup>a</sup> edição, Edição dos Livros, 2010.

Raimundo, Orlando, *a última dama do Estado Novo e outras histórias do Marcelismo*, Temas e Debates, 2004.

Reis, Bruno Cardoso, *Salazar e o Vaticano*, ICS, 2007.

Revista Cultural, *Economia e Diplomacia*, Agência Noticiosa Lusa, 2008.

Riscado, Francisco A. (Brigadeiro) e Vicente, Paula (Tenente-Coronel), *II Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981.

Roberts, J. M., *História do século XX*, vol. I, Editorial Presença, 2007.

Rollo, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana*, Editorial Estampa, 1994.

- Rosas, Fernando, Barros, Júlia Leitão de e Oliveira, Pedro de, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar, Correspondência política 1926-1955*, Editorial Estampa, 1996.
- Sá, Artur Basílio de (padre) *Timor*, 1952.
- Sá, Luís Andrade de e Silva, António, *Agência Lusa*, 18/12/2011.
- Santos, António de Almeida, *Quase Memórias do Colonialismo e da Descolonização I* Volume, Casa das Letras, 2006.
- Santos, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em particular*, II Volume, 2006.
- Santos, Maria Arminda, «*Missão a Índia*» 2010.
- Santos, José Rodrigues dos, *a ilha das trevas*, Temas e Debates, 2002.
- Serrão, Joel e O. Marques, A. H. de ( direcção) *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Editorial Presença, 1992.
- Silva, J. Morais e Bernardo, Manuel A., *Timor Abandonado e Tragédia*, Prefácio, 2000.
- Soares, Mário, *Portugal amordaçado-depoimento sobre os anos de fascismo*, 1974.
- Sousa, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, Sociedade Editorial e Distribuidora, Lda. 2001.
- Sousa, João Ferreira de, *Política Internacional*, Notícias, 2005.
- Teixeira, Manuel (padre) *Notícia histórica das Missões de Timor in "Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau" N.º 419*, 1939.
- Teixeira, Nuno Severino (coordenação), *Portugal e Guerra – História das Intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (séculos XIX e XX)*, Edições Colibri, 1998.
- Teixeira, Nuno Severino (director), *Relações Internacionais*, Artes Gráficas, 2005.
- Telo, António José (coordenação), *O fim da II Guerra Mundial*, Edições Cosmos, 1996.
- Telo, António José, *a neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Quitzal Editores, 2000.
- Timor-Leste 20 anos de ocupação e 20 anos de Resistência*, s.l. e s.d.
- Thomaz, Luís Filipe F.R., *De Ceuta a Timor*, DIFEL, 1998.
- Thomaz, Luís Filipe, *País dos Belos, Achegas para a compreensão de Timor-Leste*, Fundação do Oriente, 2008.
- Torgal, Luís Reis, Mendes, José Maria Amado e Catroga, Fernando, *História da História em Portugal Séculos XIX e XX*, Círculo de Leitores, 1996.
- Viegas, Valentino, *A morte do herói português da guerra em Angola à invasão de Goa – um testemunho*, Livros Horizonte, 2010.
- Zaloga, Steven J., *a invasão a Polónia: Guerra Relâmpago*, Osprey Publishing, 2009.